

Depoimentos
para a História

A Resistência à
Ditadura Militar no Paraná

ANTÔNIO NARCISO PIRES DE OLIVEIRA
FÁBIO BACILA SAHD
SÍLVIA CALCIOLARI

Depoimentos para a História

A Resistência à Ditadura Militar no Paraná

Realização:



Projeto
Marcas da Memória

Comissão da Anistia
Ministério da Justiça



Coordenação:



Curitiba
2014

Depoimentos para a História – A Resistência à Ditadura Militar no Paraná

Realização

DHPaz – Sociedade Direitos Humanos para a Paz
Projeto Marcas da Memória
Comissão de Anistia – Ministério da Justiça

DHPaz – Sociedade Direitos Humanos para a Paz

Rua: Voluntários da Pátria, 475 | Edifício Asa | Praça Osório
12º Andar | Sala 1209 | Telefone: (41) 3079-1759
Curitiba | Paraná | Cep: 80020-000
www.dhpaz.org | e-mail – sdhpaz@gmail.com

COORDENAÇÃO

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS - PARANÁ

Diretor Geral – Sociedade DHPAZ

Carlos Lobo

Coordenador – Projeto Depoimentos para a História

Antônio Narciso Pires de Oliveira

Historiador

Fábio Bacila Sahd

Jornalista

Silvia Calciolari

Diretora Financeira

Regina Riba

Diretor Administrativo

Cyrano Weinhart

Estagiários

Pedro Venturini Junior – História
Adriana Lopes – Jornalismo
Lucas Fier – Áudio e Vídeo

FICHA TÉCNICA DO LIVRO

Edição

Antônio Narciso Pires de Oliveira

Revisão

Silvia Calciolari

Projeto Gráfico

Gisele Skroch

Fotografias

Arquivo do DHPAZ, reprodução de internet e Gilson Camargo (Adair Chevonika), com exceção das indicadas

Impressão

Gigapress Gráfica e Editora Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

O presente projeto foi apresentado no ano de 2012 à III Chamada Pública do Projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e selecionado por Comitê independente para fomento. A realização do projeto objetiva atender as missões legais da Comissão de Anistia de promover o direito à reparação, memória e verdade, permitindo que a sociedade civil e os anistiados políticos concretizem seus projetos de memória. Por essa razão, as opiniões e dados contidos na publicação são de responsabilidade de seus organizadores e autores, e não trazudem opiniões do Governo Federal, exceto quando expresso em contrário.

O48d

Oliveira, Antônio Narciso Pires de.

Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná / Antônio Narciso Pires de Oliveira, Fábio Bacila Sahd, Silvia Calciolari. Curitiba: DHPaz, 2014. 328 p. il.

ISBN 978-85-85820-74-9

1. Depoimentos - História. 2. Ditadura militar - Paraná. 3. Ditadura militar - Resistência - Paraná. 3. DHPaz - Sociedade Direitos Humanos. I. Shad, Fábio Bacila. II. Calciolari, Sílvia. III. Título.

CDD 981.062

Presidenta da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Diretora da Comissão de Anistia
AMARÍLI BUSCH TAVARES

Ministro da Justiça
JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Chefe de Gabinete
LARISSA NACIF FONSECA

Secretária-Executiva
MARCIA PELEGRINI

**Coordenadora Geral do
Memorial da Anistia Política do Brasil**
ROSANE CAVALHEIRO CRUZ

Presidente da Comissão de Anistia
PAULO ABRÃO

**Coordenador de Projetos e Políticas
de Reparação e Memória Histórica**
EDUARDO HENRIQUE FALCÃO PIRES

Vice-presidentes da Comissão de Anistia
SUELI APARECIDA BELLATO
JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA FILHO

**Coordenador de Articulação Social,
Ações Educativas e Museologia**
BRUNO SCALCO FRANKE

Conselheiros da Comissão de Anistia
ALINE SUELI DE SALLES SANTOS
ANA MARIA GUEDES
ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA
CAROLINA DE CAMPOS MELO
CAROL PRONER
CRISTIANO OTÁVIO PAIXÃO ARAÚJO PINTO
ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA
HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO
JUVELINO JOSÉ STROZAKE
LUCIANA SILVA GARCIA
MANOEL SEVERINO MORAES DE ALMEIDA
MÁRCIA ELAYNE BERBICH DE MORAES
MARINA SILVA STEINBRUCH
MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE
MARLON ALBERTO WEICHERT
NARCISO FERNANDES BARBOSA
NILMÁRIO MIRANDA
PRUDENTE JOSÉ SILVEIRA MELLO
RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI
ROBERTA CAMINEIRO BAGGIO
RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS
VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA
VIRGINIUS JOSÉ LIANZA DA FRANCA

**Coordenadora do Centro de
Documentação e Pesquisa**
ELISABETE FERRAREZI

Coordenador Geral de Gestão Processual
MULLER LUIZ BORGES

**Coordenadora de Controle Processual,
Julgamento e Finalização**
NATÁLIA COSTA

Coordenador de Pré-análise
RODRIGO LENTZ

**Coordenadora de Análise e
Informação Processual**
JOICY HONORATO DE SOUZA



Fotos:

<http://noo.com.br/noo-ponto-golpe-militar/>

<http://circuitouesp.wordpress.com/uee-sp/>

<http://www.abc.com.br/cultura/2013/08/exposicao-retrata-resistencia-a-ditadura-militar>

<http://www.mancheteonline.com.br/para-especialistas-ditadura-militar-precisa-ser-mais-bem-abordado-brasil/>



Apresentação da Comissão de Anistia

A Comissão de Anistia é um órgão do Estado brasileiro ligado ao Ministério da Justiça e composto por 26 conselheiros, em sua maioria, agentes da sociedade civil ou professores universitários, sendo um deles indicado pelas vítimas e outro pelo Ministério da Defesa. Criada em 2001, há treze anos, com o objetivo de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988, a Comissão hoje conta com mais de 70 mil pedidos de anistia protocolados. Até o ano de 2012 havia declarado mais de 35 mil pessoas “anistiadas políticas”, promovendo o pedido oficial de desculpas do Estado pelas violações praticadas. Em aproximadamente 15 mil destes casos, a Comissão igualmente reconheceu o direito à reparação econômica. O acervo da Comissão de Anistia é o mais completo fundo documental sobre a ditadura brasileira (1964-1985), conjugando documentos oficiais com inúmeros depoimentos e acervos agregados pelas vítimas. Esse acervo será disponibilizado ao público por meio do Memorial da Anistia Política do Brasil, sítio de memória e homenagem às vítimas, em construção na cidade de Belo Horizonte. Desde 2008 a Comissão passou a promover diversos projetos de educação, cidadania e memória, levando, por meio das Caravanas de Anistia, as sessões de apreciação dos pedidos aos locais onde ocorreram às violações, que já superaram 70 edições; divulgando chamadas públicas para financiamento a iniciativas sociais de memória, como a que presentemente contempla este projeto; e fomentando a cooperação internacional para o intercâmbio de práticas e conhecimentos, com ênfase nos países do Hemisfério Sul.

Foto: <http://chicosantamaeainfoc.com.blogspot.com.br/2013/03/iv-cidade-livre-de-brasil-debate.html>



Soldados no Caminhão

Foto de Evandro Teixeira. <http://nuncaMaisde.wordpress.com/>



Protestos contra a ditadura
no Rio de Janeiro, 1964.



Comissão de Anistia do Ministério da Justiça Composição Atual

PRESIDENTE:

Paulo Abrão

Paulo Abrão é Secretário Nacional de Justiça do Brasil. Presidente do Comitê Nacional para Refugiados, do Comitê Nacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça que promove processos de reparação e memória para as vítimas da ditadura militar de 1964-1985. Diretor do Programa de Cooperação Internacional para o desenvolvimento da Justiça de Transição no Brasil com o PNUD. Integrou o Grupo de Trabalho que elaborou a Lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade no Brasil. Juiz integrante do Tribunal Internacional para a Justiça Restaurativa em El Salvador. Membro diretor da Coalização Internacional de Sítio de Consciência e presidente do Grupo de Peritos contra a Lavagem de Dinheiro da Organização dos Estados Americanos. Atualmente coordena o comitê de implantação do Memorial da Anistia Política no Brasil. Possui doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e é professor do Curso de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Pablo de Olavide (Espanha). Possui publicações publicadas em revistas e obras em língua portuguesa, inglesa, alemã, italiana e espanhol.

VICE-PRESIDENTES:

Sueli Aparecida Bellato

Conselheira desde 06 de março de 2003. Nascida em São Paulo/SP, em 1º de julho de 1953.

Religiosa da Congregação de Nossa Senhora - Cônegas de Santo Agostinho, Advogada do Centro de Direitos Humanos de São Miguel Paulista - São Paulo, do Centro de Orientação de Direitos Humanos de Guarabira-Paraíba, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilões e Borborema - Paraíba, advogada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Rio Grande do Sul. Membro e coordenadora da Associação Nacional de Advogados Populares - ANAP. Advogada do Departamento de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores, da Secretaria-executiva do Fórum Nacional contra Violência no Campo. Assessora da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão /MPF. Assessora da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e assessora parlamentar dos Senadores Tião Viana e Siba Machado. Assistente de Acusação do Processo contra os acusados do assassinato do ambientalista e sindicalista Chico Mendes, João Canuto e Expedito Ribeiro. Membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz e Rede Social de Direitos Humanos. Compôs a Coordenação do Grupo de Trabalho Araguaia - GTA Membro do Tribunal Internacional de Justiça Restaurativa de El Salvador. É Mestranda do Programa de Pós Graduação de Direitos Humanos da UNB.

José Carlos Moreira da Silva Filho

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em São Paulo/SP, em 18 de dezembro de 1971, é graduado em Direito pela Universidade de Brasília, mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor da Faculdade de Direito e do Programa de Pós- Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

CONSELHEIROS:

Aline Sueli de Salles Santos

Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008. Nascida em Caçapava/SP, em 04 de fevereiro de 1975, é graduada em Direito pela Universidade de São Paulo, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília. É professora da Universidade Federal do Tocantins/TO.

Ana Maria Guedes

Conselheira desde 04 de fevereiro de 2009. Nascida em Recife/PE, em 19 de abril de 1947, é graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Salvador. Atualmente é membro do Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia e integrante da comissão organizadora do Memorial da Resistência Carlos Mariguella, Salvador/BA.

Ana Maria Lima de Oliveira

Conselheira desde 26 de abril de 2004. Nascida em Irituia/PA, em 06 de dezembro de 1955, é Procuradora Federal do quadro da Advocacia-Geral da União desde 1987 e graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará.

Carolina de Campos Melo

Conselheira desde 02 de fevereiro de 2012. Nascida na cidade do Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1976, é graduada e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É Advogada da União desde setembro de 2003. É também Professora do Departamento de Direito da PUC-Rio e Coordenadora Acadêmica do Núcleo de Direitos Humanos. Atualmente é assessora na Comissão Nacional da Verdade.

Carol Proner

Conselheira desde 14 de setembro de 2012, nascida em 14 de julho de 1974 em Curitiba/PR. Advogada, doutora em Direito Internacional pela Universidade Pablo de Olavide de Sevilha (Espanha), Professora de Direito Internacional da Universidad Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Co-Diretora do Programa Máster-Doutorado Oficial da União Européia, Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo - Universidade Pablo de Olavide/ Univesidad Internacional da Andaluzia. Concluiu estudos de Pós-Doutorado na École de Hautes Etudes de Paris (França). É autora de artigos e livros sobre direitos humanos e justiça de transição.

Cristiano Paixão

Conselheiro desde 1º de fevereiro de 2012. Nascido na cidade de Brasília, em 19 de novembro de 1968, é mestre em Teoria e

Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e fez estágio pós-doutoral em História Moderna na Scuola Normale Superiore di Pisa (Itália). É Procurador Regional do Trabalho em Brasília e integra a Comissão da Verdade Anísio Teixeira da Universidade de Brasília, onde igualmente é professor da Faculdade de Direito. Foi Professor visitante do Mestrado em Direito Constitucional da Universidade de Sevilha (2010-2011). Co-líder dos Grupos de Pesquisa “Direito e história: políticas de memória e justiça de transição” (UnB, Direito e História) e “Percursos, Narrativas e Fragmentos: História do Direito e do Constitucionalismo” (UFSC-UnB).

Eneá de Stutz e Almeida

Conselheira desde 22 de outubro de 2009. Nascida no Rio de Janeiro/RJ, em 10 de junho de 1965, é graduada e mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professora da Universidade de Brasília, onde coordena um Grupo de Pesquisa sobre Justiça de Transição no Brasil, e leciona e orienta na graduação e pós-graduação em direito. Integra ainda a Comissão Anísio Teixeira da Memória e Verdade da UnB.

Henrique de Almeida Cardoso

Conselheiro desde 31 de maio de 2007. Nascido no Rio de Janeiro/RJ, em 23 de março de 1951, é o representante do Ministério da Defesa junto à Comissão de Anistia. Oficial de artilharia do Exército pela Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), é bacharel em Ciências Econômicas e em Ciências Jurídicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Juvelino José Strozake

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Alpestre/RS, em 18 de fevereiro de 1968, é advogado graduado pela Faculdade de Direito de Osasco (FIEO), mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É membro da Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP).

Luciana Silva Garcia

Conselheira desde 25 de maio de 2007. Nascida em Salvador/BA, em 11 de maio de 1977, é graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Especialista em Direitos Humanos e Processos de Democratização pela Universidade do Chile e Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília. Atualmente é diretora do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Manoel Severino Moraes de Almeida

Conselheiro desde 01 de junho de 2013. Nascido em Recife, em 22 de fevereiro de 1974, é Bacharel em Ciências Sociais (1999) e Mestre em Ciência Política (2004) pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro da Comissão da Memória e Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco. Professor de Direitos Humanos e Ciência Política da UNINASSAU. Associado do IDHEC - Instituto Dom Helder Camara; Dignitatis – Assessoria Técnica Popular; Cendhec - Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social e Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós- Graduação - ADHEP; IDEJUST - Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição. Ex-Conselheiro do Conselho Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça (CONASP - 2010/2011) e colaborador do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana CDDPH; Signatário do PNDH3. Colaborador da rede de defensores e defensoras de direitos humanos das Américas mediado pela Anistia Internacional (RED DE DEFENSORES Y DEFENSORAS DE DERECHOS HUMANOS DE LAS AMÉRICAS).

Márcia Elayne Berbich de Moraes

Conselheira desde 23 de julho de 2008. Nascida em Cianorte/PR, em 17 de novembro de 1972, é advogada graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É especialista, mestre e doutora em Ciências Criminais, todos pela mesma instituição. Foi integrante do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul entre 2002 e 2011 e ex. professora da Faculdade de Direito de Porto Alegre (FADIPA). Atualmente é professora de Direito Penal do IBMECRJ.

Marina da Silva Steinbruch

Conselheira desde 25 de maio de 2007. Nascida em Guaira/SP, em 12 de abril de 1954, é graduada em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo/SP. Atuou como defensora pública da União por 22 anos. É funcionária pública desde 1973.

Mário Albuquerque

Conselheiro desde 22 de outubro de 2009. Nascido em Fortaleza/CE, em 21 de novembro de 1948. É membro da Associação Anistia 64/68. Atualmente preside a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou do Estado do Ceará.

Marlon Alberto Weichert

Conselheiro desde 13 de maio de 2013. Procurador Regional da República, atuando há mais de dez anos com o tema da Justiça de Transição, especialmente responsabilização criminal e civil de perpetradores de graves violações aos direitos humanos, acesso à informação e à verdade, implantação de espaços de memória e reparações imateriais. Perito em justiça de transição indicado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Coordenador do Grupo de Trabalho Memória e Verdade da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Coordenador do projeto Brasil Nunca Mais Digital. Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP e graduado em Direito pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Direito Sanitário pela Universidade de Brasília – UnB.

Narciso Patriota Fernandes Barbosa

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Maceió/AL, em 15 de setembro de 1970, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Alagoas e possui especialização em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba. É advogado militante nas áreas de direitos humanos e de segurança pública.

Nilmário Miranda

Conselheiro desde 1º de fevereiro de 2012. Nascido em Belo Horizonte/ MG, em 11 de agosto de 1947, é Jornalista e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Foi deputado estadual, deputado federal e ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH – 2003/2005). Quando deputado federal Presidiu a Comissão Externa para Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi autor do projeto que criou a Comissão de Direitos Humanos na Câmara, que presidiu em 1995 e 1999. Representou por 07 (sete) anos a Câmara dos Deputados na Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos. É membro do Conselho Consultivo do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado “Memórias Reveladas”. Foi presidente da Fundação Perseu Abramo por 05 (cinco) anos. Atualmente é Deputado Federal por Minas Gerais e, na Câmara dos Deputados, é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, titular da Comissão de Desenvolvimento Urbano e suplente da Comissão de Legislação Participativa.

Prudente José Silveira Mello

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Curitiba/PR, em 13 de abril de 1959, é graduado em Direito pela Universidade Católica do Paraná e doutorando em Direito pela Universidade Pablo de Olavide (Espanha). Advogado trabalhista de entidades sindicais de trabalhadores desde 1984, atualmente leciona nos cursos de pós-graduação em Direitos Humanos e Direito do Trabalho do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC).

Rita Maria de Miranda Sipahi

Nasceu em Fortaleza/CE, em 1938. Formada pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife. Servidora pública aposentada pela Prefeitura do Município de São Paulo. Suas principais atividades profissionais situam-se na área educacional, do Direito e da gestão pública. Militante política a partir dos anos 1960. Participa do Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo e do Coletivo de Mulheres de São Paulo. Conselheira da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça desde outubro de 2009.

Roberta Camineiro Baggio

Conselheira desde 25 de maio de 2007. Nascida em Santos/SP, em 16 de dezembro de 1977, é graduada em Direito

pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS.

Rodrigo Gonçalves dos Santos

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Santa Maria/RS, em 11 de julho de 1975, é advogado, graduado e mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS. Professor licenciado do Curso de Direito do Centro Universitário Metodista Isabela Hendrix de Belo Horizonte. Consultor da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Vanda Davi Fernandes de Oliveira

Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008. Nascida em Estrela do Sul/MG, graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e doutoranda em Direito Ambiental pela Universidad de Alicante (Espanha). É presidente da ONG Ambiente e Educação Interativa - AMEDI, e membro do CBH Paranaíba.

Virginius José Lianza da Franca

Conselheiro desde 1º de agosto de 2008. Nascido em João Pessoa/PB, em 15 de agosto de 1975, é advogado graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba, especialista em Direito Empresarial pela mesma instituição. Atualmente é Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Refugiados do Ministério da Justiça (CONARE) e Diretor Adjunto do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça. Ex-diretor da Escola Superior da Advocacia da Ordem dos Advogados – Seccional Paraíba. Ex-Procurador do Instituto de Terras e Planejamento Agrário (INTERPA) do Estado da Paraíba. Igualmente, foi Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP).



Marcas da Memória: Um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil

Criada em 2001, por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002, com a aprovação de Lei n.º 10.559, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Tendo por objetivo promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988, a Comissão configura-se em espaço de reencontro do Brasil com seu passado, subvertendo o senso comum da anistia enquanto esquecimento. A Anistia no Brasil significa, a contrário senso, memória. Em sua atuação, o órgão reuniu milhares de páginas de documentação oficial sobre a repressão no Brasil e, ainda, centenas de depoimentos, escritos e orais, das vítimas de tal repressão. E é deste grande reencontro com a história que surgem não apenas os fundamentos para a reparação às violações como, também, a necessária reflexão sobre a importância da não repetição destes atos de arbítrio.

Se a reparação individual é um meio de buscar reconciliar cidadãos cujos direitos foram violados, que têm então a oportunidade de verem o Estado reconhecer que errou, devolvendo-lhes a cidadania e, se for o caso, reparando-os financeiramente, por sua vez, as reparações coletivas, os projetos de memória e as ações para a não repetição têm o claro objetivo de permitir a toda a sociedade conhecer, compreender e, então, repudiar tais erros. A afronta aos direitos fundamentais de qualquer cidadão singular igualmente ofende a toda a humanidade que temos em comum, e é por isso que tais violações jamais podem ser esquecidas. Esquecer a barbárie equivaleria a nos desumanizarmos.

Partindo destes pressupostos e, ainda, buscando valorizar a luta daqueles que resistiram – por todos os meios que entenderam cabíveis – a Comissão de Anistia passou, a partir de 2008, a realizar sessões de apreciação pública, em todo o território nacional, dos pedidos de anistia que recebe, de modo a tornar o passado recente acessível a todos. São as chamadas “Caravanas da Anistia”. Com isso, transferiu seu trabalho cotidiano das quatro paredes de mármore do Palácio da Justiça para a praça pública, para escolas e universidades, associações profissionais e sindicatos, bem como a todo e qualquer local onde perseguições ocorreram. Assim, passou a ativamente conscientizar as novas gerações, nascidas na democracia, da importância de hoje vivermos em um regime livre, que deve e precisa ser continuamente aprimorado.

Com a ampliação do acesso público aos trabalhos da Comissão, cresceram exponencialmente o número de relatos de arbitrariedades, prisões, torturas, por outro lado, pôde-se romper o silêncio para ouvir centenas de depoimentos sobre resistência, coragem, bravura e luta. É neste contexto que surge o projeto “Marcas da Memória”, que expande ainda mais a reparação individual em um processo de reflexão e aprendizado coletivo, fomentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitam àqueles que viveram um passado sombrio, ou que a seu estudo se dedicaram, dividir leituras de mundo que permitam a reflexão crítica sobre um tempo que precisa ser lembrado e abordado sob auspícios democráticos.

Para atender estes amplos e inovadores propósitos, as ações do projeto Marcas da Memória estão divididas em quatro campos:

- a) **Audiências Públicas:** atos e eventos para promover processos de escuta pública dos perseguidos políticos sobre o passado e suas relações com o presente.
- b) **História oral:** entrevistas com perseguidos políticos baseadas em critérios teórico-metodológicos próprios da História Oral. Todos os produtos ficam disponíveis no Memorial da Anistia e poderão ser disponibilizadas nas bibliotecas e centros de pesquisa das universidades participantes do projeto para acesso da juventude, sociedade e pesquisadores em geral;

- c) Chamadas Públicas de fomento a iniciativas da Sociedade Civil:** por meio de Chamadas Públicas, a Comissão seleciona projetos de preservação, de memória, de divulgação e difusão advindos de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos. Os projetos desenvolvidos envolvem documentários, publicações, exposições artísticas e fotográficas, palestras, musicais, restauração de filmes, preservação de acervos, locais de memória, produções teatrais e materiais didáticos.
- d) Publicações:** coleções de livros de memórias dos perseguidos políticos; dissertações e teses de doutorado sobre o período da ditadura e a anistia no Brasil; reimpressões ou republicações de outras obras e textos históricos e relevantes; registros de anais de diferentes eventos sobre anistia política e justiça de transição. Sem fins comerciais ou lucrativos, todas as publicações são distribuídas gratuitamente, especialmente para escolas e universidades.

O projeto “Marcas da Memória” reúne depoimentos, sistematiza informações e fomenta iniciativas culturais que permitem a toda sociedade conhecer o passado e dele extrair lições para o futuro. Reitera, portanto, a premissa que apenas conhecendo o passado podemos evitar sua repetição no futuro, fazendo da Anistia um caminho para a reflexão crítica e o aprimoramento das instituições democráticas. Mais ainda: o projeto investe em olhares plurais, selecionando iniciativas por meio de edital público, garantindo igual possibilidade de acesso a todos e evitando que uma única visão de mundo imponha-se como hegemônica ante as demais.

Espera-se, com este projeto, permitir que todos conheçam um passado que temos em comum e que os olhares históricos anteriormente reprimidos adquiram espaço junto ao público para que, assim, o respeito ao livre pensamento e o direito à verdade histórica disseminem-se como valores imprescindíveis para um Estado plural e respeitador dos direitos humanos.



Apresentação

Neste ano, o nefasto golpe militar completa 50 anos. No fatídico 31 de março de 1964, reforçou-se a expansão da cultura autoritária no Brasil. A violência nas ruas, de uma ditadura que assassinou desde o seu primeiro dia de existência, ganhou expressão institucional e simbólica ao se declarar vaga a presidência da República, estando o presidente, democraticamente eleito, dentro do território nacional.

A violência e o medo social se disseminaram. À quebra da Constituição democrática de 1946, seguiu-se a edição do AI-1. As lesões às liberdades públicas e aos direitos políticos, as cassações arbitrárias dos postos de trabalho, as prisões e inquéritos policiais militares instituíram o lastro da “nova legalidade”.

O projeto de país foi interrompido: o entusiasmo dos anos 60 e suas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais inquietavam aos conservadores e ameaçavam as elites nacionais. O apoio internacional ao golpe, no contexto da Guerra Fria, reforçou ainda mais o substrato ideológico que justificou a “manutenção da ordem contra a subversão”.

Ao olhar para trás e resgatar a história de meio século do Brasil, nos vemos, no tempo presente, diante de um processo transicional ainda pendente – de exercício da memória, da reflexão, da justa homenagem às vítimas, das formas de reparação e da busca por justiça.

O Estado brasileiro enquanto responsável direto por graves violações de direitos humanos tem o dever de promover políticas públicas de reparação e de preservação da memória, entre outras obrigações. Pedir desculpas a cada uma das vítimas não é ato de benevolência ou de discricionariedade governamental. É uma obrigação inafastável do Estado democrático de direito.

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça assume esta missão desde 2002, quando, a partir da Lei n.º 10.559, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República de 1988, passou a integrar a estrutura do Estado brasileiro. Trata-se de um espaço institucional para superação da ética do esquecimento e do sigilo por uma cultura que valoriza a transparência e que contribua para efetivação da Justiça de Transição brasileira: o direito à reparação, à memória, à verdade e à justiça.

O exercício da memória nos faz lembrar das graves violações de direitos humanos para não repeti-las. Mas serve também para uma disputa por uma formação política em torno de uma consciência social crítica que condene moralmente a repressão às liberdades. No passado, hoje e sempre. Sem espaço para justificações e negacionismos.

A Comissão tem como dever institucional a promoção da reparação - no seus aspectos financeiro, individual, moral, coletivo e psicológico - e da memória. Ao longo de sua história, reuniu milhares de páginas de documentação oficial sobre a repressão e a resistência no Brasil. São centenas de depoimentos, escritos e orais, documentados. O acervo da Comissão de Anistia é um privilegiado fundo documental sobre a ditadura brasileira (1964-1985), conjugando documentos oficiais com inúmeros depoimentos e acervos agregados pelas vítimas. Essa documentação pouco a pouco é disponibilizado a toda a sociedade por meio do “Memorial da Anistia Política do Brasil”, sítio federal de memória e consciência em homenagem às vítimas, em construção na cidade de Belo Horizonte.

Buscando valorizar a luta daqueles que resistiram, a Comissão de Anistia passou, a partir de 2008, a realizar sessões de apreciação pública dos pedidos de anistia em todo o território nacional, de modo a tornar o passado e o conjunto de violações acessíveis a todos. As “Caravanas da Anistia” romperam com o silêncio e o medo de discutir publicamente o passado, e transferiram o trabalho cotidiano da Comissão de Anistia das quatro paredes de mármore do Palácio da Justiça para a praça pública, para escolas e universidades, associações profissionais e sindicatos, bem como a todo e qualquer local onde as perseguições ocorreram. Assim, passou a ativamente conscientizar as novas gerações, nascidas na democracia, da importância de hoje vivermos em um regime político livre, que deve e precisa ser continuamente aprimorado.

Criou também o projeto “Marcas da Memória” da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, fundo de apoio às iniciativas de memorialização produzidas pela sociedade civil que tem como objetivo transformar a política estatal de reparação em um processo de reflexão e aprendizado coletivo, fomentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitam a emergência de olhares plurais sobre o passado, conectando-os às nossas responsabilidades com as violações do presente e com as tarefas democráticas e de democratização ainda em curso. Em 2013, lançou o inovador projeto “Clínicas do Testemunho”, que tem como objetivo criar núcleos de atenção psicológica às vítimas da violência estatal, conectando as violações do passado, a impunidade, e as violações do presente.

É neste contexto de luta pelo resgate da memória histórica que nasce “Depoimentos para a História - A resistência à ditadura militar no Paraná”, fruto de uma parceria da Comissão de Anistia e a Sociedade Direitos Humanos para a Paz - DHPAZ, no âmbito do Projeto Marcas da Memória. Neste ano do cinquentenário do golpe, a obra cumpre o papel fundamental de contar a história daqueles que resistiram à imposição de um Estado autoritário, dedicando suas vidas à luta pela liberdade e democracia. A esses bravos heróis devemos as nossas homenagens e agradecimentos por permitirem que, hoje, possamos viver em um país livre.

Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.

Paulo Abrão

**Secretário Nacional de Justiça e Presidente da
Comissão de Anistia do Ministério da Justiça**

Manifestação pelas Diretas já (1983 / 1984)





Prefácio

Protagonismo de resistência é o foco de DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – A RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR NO PARANÁ, projeto em áudio, vídeo e livro, que resgata a memória histórica da luta contra o regime civil e militar no Estado do Paraná. É uma proposta de recuperação da memória histórica que remonta ao enfrentamento e à resistência ao regime militar no Estado entre 1964 e 1985 pelo testemunho dos que dela participaram. Tal proposta construída para lembrar os cinquenta anos do golpe de 1964 se insere no contexto da celebração da resistência à tirania do regime militar. Se de um lado conta e relembra a história, de outro anuncia para as atuais gerações e futuras que dura foi a conquista da liberdade de nossos dias e que a Democracia plena e permanente ainda está para ser conquistada. Conquista somente possível em um processo em que o povo, ou é o seu agente principal, ou ela será frustrada, construindo-se em seu lugar um arremedo de Democracia, a exibir instituições frágeis e incapazes de se consolidarem. Instituições prontas para serem colocadas de lado toda vez que as elites econômicas, políticas e sociais se sentirem ameaçadas em seus privilégios. Não se delega a conquista e o aprofundamento das liberdades democráticas enquanto bens tão caros a todos. Não se elege representantes para defender e construir o futuro de uma nação, pois ele deve e tem que ser construído por todos.

O Brasil, portanto, não é gratuitamente um país tão desigual. As desigualdades sociais e econômicas, e por conseguinte todas as demais, vêm a ser o fruto da construção de um Estado, cuja gênese baseia-se no genocídio indígena e na escravidão negra, cuja memória desse processo brutal foi deliberadamente distorcida e até propositalmente esquecida. O Brasil “descoberto”, após quinhentos anos, continua mantendo à margem do pleno acesso aos bens materiais

e imateriais as dezenas de milhões de descendentes dos indígenas, dos negros escravos e de brancos pobres. O Brasil da casa grande e da senzala continua a existir, travestido com roupagens modernas a esconder o longo e duro processo de resistência à exploração, implantada e aprofundada pelas elites econômicas, que aqui se criaram, se impuseram e continuam a se impor a todos como das mais cruéis e socialmente indiferentes de todo o globo.

Sabidamente para se dominar e controlar um povo, a memória histórica é um dos mais importantes elementos a serem manipulados. O processo social é complexo e valores como a liberdade e a Democracia frequentemente não interessam a quem domina e se beneficia de privilégios, sendo esses valores obstáculos constantes à consecução de seus interesses de acumulação de capital. Removê-los, por outro lado, não é uma tarefa simples e normalmente envolve o embuste, construindo-se ardis dos mais variados para iludir a massa ingênua e desinformada. É, portanto, nesse contexto que a memória histórica é um precioso elemento de disputa. Para as elites, é preciso impedir, por exemplo, que o povo tenha a clara noção de que seus direitos sociais, políticos, econômicos, civis, culturais, ambientais e de informação dos dias atuais, foram duramente conquistados, ao longo do tempo histórico, em lutas renhidas e que custaram sempre suor, lágrimas e sangue daqueles que ousaram se insurgir contra o poder dominante e cobrá-los. Quando, na verdade, foram obrigadas a cedê-los em decorrência dessas lutas e tentarão por todos os meios passar historicamente que tais direitos foram graciosamente concedidos por elas em inúmeros “pacotes de bondades”.

Assim é que os depoimentos dos que participaram da luta contra a tirania no Brasil ajudará a contar a verdadeira história da conquista da liberdade. Eles vão lembrar, com o seu testemunho, como as elites conservadoras do país assaltaram, sem nenhum escrúpulo, o poder e construíram o terror de Estado para dominar e aprofundar ainda mais a apropriação das riquezas sociais da nação, tendo os militares e agentes estrangeiros do governo americano como aliados nesse vergonhoso processo de traição ao país e ao seu povo. Acima de tudo vão lembrar como foram as mobilizações e a resistência a esse poder e a essas alianças espúrias e como ao longo dos anos, e de forma insistente foram desconstruindo o discurso ardiloso desse poder. É sintomático, que no Brasil, após

passados vinte e nove anos da redemocratização nenhum golpista, torturador e assassino do regime militar tenha sido julgado, preso e posto atrás das grades por crimes contra a humanidade, o que provoca a indignação da consciência universal. A Organizações das Nações Unidas – ONU e Organização dos Estados Americanos – OEA já se pronunciaram e cobram do Brasil a responsabilização desses criminosos, cujos crimes, em seus entendimentos, transcendem as fronteiras brasileiras por serem considerados crimes contra a humanidade. É igualmente sintomático que o Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte do país, tenha, em julgamento em 2010, se pronunciado pelo reconhecimento da Anistia aos torturadores e assassinos do regime militar, sob o falso argumento de que a Lei de Anistia de 1979 tinha sido um “um grande acordo nacional que promoveu a paz e a reconciliação na sociedade brasileira”. A corte desconheceu, deliberadamente, que a dita Anistia não beneficiou a maioria dos presos políticos de então, que continuaram presos e somente foram libertados por cumprimento, redução ou liberdade condicional da pena. Assim sendo, como poderia beneficiar os torturadores e assassinos do regime, livrando-os do banco dos réus.

É assustador que tenha gente que ainda desacredite no fato de que no Brasil da ditadura militar se prendia, torturava e assassinava opositores políticos, da mesma forma que há quem questione a veracidade do holocausto de judeus, eslavos, ciganos, deficientes físicos e mentais e homossexuais na Segunda Guerra Mundial, promovido pelo nazismo alemão. Joseph Goebbels, ministro da propaganda da Alemanha nazista, afirmava que uma mentira contada mil vezes ganhava ares de verdade. Os seguidores de Goebbels no Brasil tentam por todos os meios disseminar suas mentiras, na esperança de que repetidas milhares de vezes suplantem a verdade do horror e do terror de Estado, implantado pelos militares, apoiados, política e financeiramente, por civis das federações e confederações empresariais da indústria, do comércio e da agricultura, pelos grandes meios de comunicação e pelo governo estadunidense.

Mais assustador ainda é ouvir pessoas afirmarem “que no tempo da ditadura o país vivia melhor”. Muitos, como os militares nos quartéis e como o Banco Itaú referem-se ao 31 de Março como a “revolução de 1964” e não como golpe militar. A Folha de São Paulo, importante jornal que apoiou o golpe, alcunhou a ditadura

militar como “ditabranda”, na tentativa de afirmar que os militares brasileiros durante o período não foram tão duros assim, claramente disputando com os familiares de mortos e desaparecidos políticos, presos políticos, perseguidos e torturados a versão sobre o caráter da ditadura.

É nesse incrível contexto que esse projeto ganha importância, bem como a expressão “PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA, PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA”. O enfrentamento ao regime militar foi um processo de resistência e é dessa forma que deve ser contada a história dos que se insurgiram. Não são vítimas, são integrantes da resistência atingidos pela violência do sistema de opressão da época. É igualmente importante saber que tal violência tinha claramente o objetivo de silenciar as vozes dos que contestavam o sistema de enorme exploração dos trabalhadores do campo e da cidade de um lado. De outro, fortalecer as organizações patronais para que aprofundassem ainda mais a acumulação do capital. O regime militar, portanto, se construiu e se manteve totalmente a serviço dos grandes interesses econômicos nacionais e multinacionais. Para os militares e as elites políticas e econômicas era subversivo trabalhador sonhar e lutar por melhores condições de trabalho e vida. Questionar a exploração das multinacionais, a subserviência do país aos interesses estadunidenses. Os estudantes exigirem melhores escolas e educação comprometida com o povo e não com o mercado. O povo sonhar com as liberdades políticas e democráticas. Essa “subversão” era combatida com o terror de Estado que prendeu, torturou, estuprou e assassinou. Estima-se que quinhentas mil pessoas tenham sido perseguidas durante os vinte e um anos de regime e cinquenta mil tenham sido presas, vinte mil torturadas e assassinadas mais de quatrocentas. Se incluir nessa conta os assassinados no campo e as vítimas indígenas da ocupação forçada do Norte do Brasil, promovida pelo regime militar, o número de mortos chegará aos milhares.

Este livro é o resumo dos depoimentos que se encontram totalmente disponibilizados em áudio e vídeo na internet no portal www.dhpaz.org e no www.youtube.com no canal DHPAZ. Todo o projeto foi o resultado do esforço de muitas pessoas e instituições. Originalmente concebido pelo GRUPO TORTURA NUNCA MAIS DO PARANÁ e pela Sociedade DHPAZ em 1998, somente em 2013 foi possível a sua realização. A lamentar a imensa quantidade de

militantes da resistência que já não se encontram mais entre nós para contar e registrar suas vivências tão caras e importantes. Assim é preciso agradecer ao Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça que acolheu e participou da parceria na execução do projeto. Ao cineasta Beto Carminati e a toda a sua equipe que graciousamente nos orientou na captação das imagens. A APP – SINDICATO, entidade dos trabalhadores em educação pública do Estado do Paraná, na pessoa de sua presidenta, a professora Marlei Fernandes de Carvalho, a Casa do Trabalhador em Educação de Londrina e em especial ao seu Diretor de Administração e Patrimônio - Sidney Paduan da Silva - pela inestimável colaboração ao projeto. Queremos também agradecer a UEM – Universidade Estadual de Maringá, ao Departamento de História na pessoa do professor Reginaldo Benedito Dias, a TV UEM na pessoa de Luiz Claudio da Silva sem os quais seria impossível realizar a contento o projeto na cidade de Maringá. É preciso agradecer aos dirigentes da Sociedade DHPAZ, em especial Carlos Lobo e Regina Riba e a uma imensa quantidade de colaboradores anônimos que souberam entender o alcance desse projeto e que contribuíram das mais variadas maneiras para que ele fosse realizado. Por fim é preciso ressaltar o trabalho da jornalista Sílvia Calciolari e do historiador Fábio Bacila Sald, reconhecendo não apenas a competência desses profissionais, mas também e principalmente seu empenho militante durante toda a sua realização.

Antônio Narciso Pires de Oliveira
Coordenador Geral do Projeto e
Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná

Foto: <http://enceioeca.blogspot.com.br/2012/10/continuaacao-cladadura-no-brasil-resumo.html>



Os Generais ditadores.

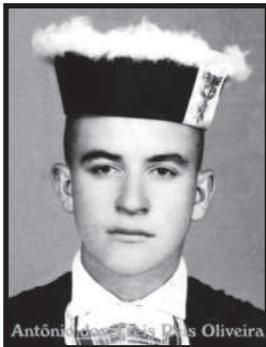
Foto: <http://www.blogdascomunicacao.com.br/wp-content/uploads/2014/03/cladadura-brasil.jpg>



Semana da Pátria.
A Educação no Período da Ditadura Militar.



In Memoriam



ANTONIO DOS TRÊS REIS DE OLIVEIRA
(1948-1970)

Filho de Glaucia Maria de Oliveira
e Argeu de Oliveira

Toninho, como era chamado por sua família e seus amigos, nasceu em Tiros, Minas Gerais, mas criou-se em Apucarana, no Norte do Paraná. Órfão de pai e mãe, ainda quando criança, foi criado pela avó e por um tio, juntamente dois irmãos mais novos. Fez o curso ginasial no Colégio Nilo Cairo, a Escola Técnica de Comércio e estudava Economia na FECEA (Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana). Integrava um grupo de amigos que em 1967 fundou o Clube Cultural de Apucarana, espaço de estudo e debate sobre a realidade brasileira. Desde 1966 participava da UEA – União dos Estudantes de Apucarana, produzindo um programa estudantil na Rádio Cultura da cidade.

Fonte das fotos:
Reprodução da internet



Colégio Antonio dos Três Reis de Oliveira de Apucarana

Em 1968, já na Faculdade, envolveu-se no movimento estudantil, tendo sido preso no Congresso da UNE em Ibiuna/SP. Nesse mesmo ano integrou uma organização de resistência à ditadura militar chamada DI – Dissidência do Partido Comunista Brasileiro. Em abril de 1968, em sua cidade, ajudou a organizar uma passeata em protesto pelo assassinato do estudante de 18 anos, Edson Luis de Lima Souto, assassinado no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro. Com a invasão da UEA em dezembro de 1968 por tropas do Exército, comandada pelo Capitão Aimar, dois dias depois da edição do AI-5, Toninho e José Idésio Brianezi, sem condições de segurança para continuar a viver em Apucarana, nos primeiros meses de 1969, optaram por se transferir para São Paulo e integrar a ALN – Aliança Libertadora Nacional, dissidência do PCB naquele Estado. No dia 17 de maio de 1970, Toninho foi assassinado por uma equipe da OBAN¹ chefiada pelo capitão Mauricio Lopes Lima, numa casa no bairro do Tatuapé em São Paulo, juntamente com uma companheira Alceri Maria Gomes da Silva que se encontrava com ele. A Comissão de Mortos e Desaparecidos do Governo Federal, pela Lei 9.140/95, reconheceu a sua condição de morto e desaparecido político, pois o seu corpo jamais foi encontrado. Decisão publicada no Diário Oficial da União em 04 de dezembro de 1995.



JOSÉ IDÉSIO BRIANEZI (1946-1970)
Filho de América Tomioto Brianezi e José Paulino Brianezi

Zé Idésio nasceu em Londrina, mas criou-se em Apucarana, ambas as cidades do Norte do Paraná. Estudou em São Paulo e em 1966, de volta para Apucarana, disputou a presidência da UEA – União dos Estudantes de Apucarana, tendo sido derrotado.

Nessa época estudava na Escola Técnica de Comércio, quando conviveu com outros rapazes como Antonio dos Três Reis de Oliveira, Geraldo Magela Soares Vermelho, Francisco Dias Vermelho e Narciso Pires. Juntos em 1967 fundaram o Clube

¹ Quadro de Siglas na página 47.

Cultural de Apucarana, espaço de estudo e debate sobre a realidade brasileira. No começo de 1968, Idésio e Narciso Pires participaram do Congresso da UPES – União Paranaense dos Estudantes em Cornélio Procópio/Pr. Nesse congresso ambos os apucaraneses se aliaram com outros estudantes de todo o Paraná que repudiaram a posição governista da UPES, tanto que toda a infraestrutura do congresso era fornecida pelo Exército. Por esse fato, foram fotografados e registrados na DOPS do Paraná como estudantes de esquerda. Voltando para Apucarana organizaram o movimento estudantil contra a cobrança da taxa de matrícula nas escolas. Movimento que custou a Zé Idésio a sua “transferência compulsória” para Jandaia do Sul, cidade vizinha, acompanhado de Geraldo Magela. Esse grupo organizou em Apucarana uma passeata em abril de 1968 em protesto pelo assassinado de Edson Luiz de Lima Souto, no restaurante Calabouço do Rio de Janeiro. Pela manifestação ele foi chamado a dar explicações ao Quartel do Exército, bem como Geraldo Magela e Narciso Pires. O grupo de garotos de Apucarana passou a integrar a DI – Dissidência do Partido Comunista Brasileiro, organização de resistência à Ditadura Militar. Em 15 de dezembro de 1968, dois dias depois da edição do AI-5, uma tropa do exército, comandada pelo Capitão Aimar, invadiu e lacrou a sede da UEA, presidida por Narciso Pires. Tendo ficado impossível permanecer em Apucarana, Idésio e Antonio dos Três Reis de Oliveira se transferiram para São Paulo, aderindo a ALN – Aliança Libertadora Nacional, organização pela qual se tornou sub-comandante de um Grupo Tático Armado, segundo documentos da repressão. Zé Idésio foi assassinado no dia 13 de abril, um mês antes do assassinato de Antonio dos Três Reis de Oliveira, na pensão onde morava, à rua Itatins, 88, Campo Belo, na capital paulista. A versão oficial é de que ele teria morrido em tiroteio com agentes da OBAN (DOI-CODI/SP). Sua fotografia do IML, no entanto, mostra que ele estava com o dorso nu, a barba crescida e com o rosto extremamente sofrido. A barba crescida era algo inaceitável para um militante, conforme as regras de segurança da ALN, além de não ser um hábito seu e tudo indica que ele tenha sido preso e morto sob tortura nos porões da repressão. A Comissão de Mortos e Desaparecidos do governo federal, Lei 9140/95, o reconheceu como morto político em sessão no dia 07 de agosto de 1997.



Foto: Reprodução da internet

JOAQUIM PIRES CERVEIRA (1923 – 1974)
Filho de Auricela Goulart Cerveira e Marcelo Pires Cerveira

O Major do Exército Joaquim Pires Cerveira era gaúcho de Pelotas/RS. Casado com Maria Romanzini Pires Cerveira teve três filhos. Formou-se em odontologia pela Universidade de Coimbra, também foi professor de matemática. Formou-se também pela Academia Militar de Agulhas Negras. Filiou-se ao PCB – Partido Comunista Brasileiro logo após a derrubada da ditadura do Estado Novo em 1945. Engajou-se nas mobilizações nacionalistas da década de 50 e participou da campanha presidencial do Marechal Lott, em 1959. Radicou-se com a família em Curitiba, e já licenciado do Exército foi eleito vereador em Piraquara, cidade da Região Metropolitana de Curitiba. Passou à reserva pelo primeiro Ato Institucional (AI-1), de 09 de abril de 1964, por força de seus vínculos com Leonel Brizola e de seu alinhamento com o chamado nacionalismo revolucionário. Foi preso em 1965 e encaminhado à 5ª CJM (Pr/SC). Em 29 de maio de 1967 foi absolvido pelo Conselho Especial de Justiça da 5ª. CJM. O Major Cerveira liderou um grupo que libertou o Cel Jeferson Cardim Osório, líder da guerrilha de Três Passos em 1965 e que se encontrava preso no Quartel do Exército, no Boqueirão em Curitiba. Foi preso novamente em 1970 no Rio de Janeiro, juntamente com a sua esposa e um filho, tendo sido barbaramente torturado. Nessa época liderava uma organização denominada FLN – Frente de Libertação Nacional, que atuava muito ligada à VPR. Foi um dos presos políticos trocados pelo embaixador alemão, quando este foi sequestrado em 1970. Cerveira, tendo participado do levantamento de informações a respeito do sequestro do Embaixador, nada revelou mesmo sob tortura, acontecendo o sequestro dois meses depois de sua prisão. Cerveira foi trocado pelo Embaixador e banido do Brasil. Segundo informações de seu processo na Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Governo Federal. Ele que se encontrava exilado em Buenos Aires, Argentina, foi sequestrado naquela cidade, juntamente com João Batista Rita entre 05 e 11 de dezembro de 1973, por policiais brasileiros e entre eles o Delegado Sérgio Paranhos Fleury, apoiados por agentes policiais

argentinos. Transferidos para o Brasil por um avião da FAB – Força Aérea Brasileira, ambos foram vistos em 1974 no DOI-CODI do Rio de Janeiro muito machucados pelas torturas. Cerveira e Rita a partir de 12 ou 13 de janeiro de 1974 nunca mais foram vistos, sendo considerados desaparecidos políticos pela Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Governo Federal em 1995. Ambos são vítimas da “Operação Mercúrio” que de certa forma antecipou a “Operação Condor”, um concerto entre as ditaduras militares do Cone Sul, cujo objetivo era trabalhar em sintonia para eliminar todos os opositores políticos que ameaçavam seus regimes.

MASSACRE DE MEDIANEIRA

Em 13 de Julho de 1974, seis militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foram atraídos para uma emboscada e assassinados no município de Medianeira no Paraná, constituindo-se num dos episódios mais nebulosos, até hoje, entre todos os casos de mortes e desaparecimentos políticos ocorridos no Brasil, durante a ditadura militar.

FONTE:

Reprodução do livro “Direito à Memória e à Verdade” editado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos – 2007

	<p>DANIEL JOSÉ DE CARVALHO (1945-1974) Número do processo: 282/96 Filiação: Esther Campos de Carvalho e Ely José de Carvalho Data e local de nascimento: 13/10/1945, Curitiba (MG) Organização política ou atividade: VPR Data e local do desaparecimento: 13/07/1974, Medianeira (PR) Data de publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95</p>
	<p>ENRIQUE ERNESTO RUGGIA (1955-1974) Número do processo: 276/96 Filiação: Ana Violeta Bambula e Attilio Carlos Ruggia Data e local de nascimento: 25/07/1955, Corrientes (Argentina) Organização política ou atividade: VPR Data e local do desaparecimento: 13/07/1974, Medianeira (PR) Data de publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95</p>
	<p>JOEL JOSÉ DE CARVALHO (1948-1974) Número do processo: 140/96 Filiação: Esther Campos de Carvalho e Ely José de Carvalho Data e local de nascimento: 13/07/1948, Curitiba (MG) Organização política ou atividade: VPR Data e local do desaparecimento: 13/07/1974, Medianeira (PR) Data de publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95</p>
	<p>JOSÉ LAVECCHIA (1919-1974) Número do processo: 156/96 Filiação: Felícia de Matheu e Leo Lavecchia Data e local de nascimento: 25/05/1919, São Paulo (SP) Organização política ou atividade: VPR Data e local do desaparecimento: 13/07/1974, Medianeira (PR) Data de publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95</p>
	<p>ONOFRE PINTO (1937-1974) Número do processo: 139/96 Filiação: Maria Pinto do Rosário e Júlio do Rosário Data e local de nascimento: 26/01/1937, Jacupiranga (SP) Organização política ou atividade: VPR Data e local do desaparecimento: 13/07/1974, Medianeira (PR) Data de publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95</p>
	<p>VITOR CARLOS RAMOS (1944-1974) Número do processo: 331/96 Filiação: Santina Silva Ramos e Felício Ramos Data e local de nascimento: 18/01/1944, em Santos (SP) Organização política ou atividade: VPR Data e local do desaparecimento: 13/07/1974, Medianeira (PR) Relator: Nilmário Miranda Deferido em: 30/05/96 por unanimidade Data de publicação no DOU: 03/06/96</p>



Foto: Acervo DHPAZ

ALFREDO JOSÉ GONÇALVES nasceu em Ilhota (SC), em 1939, mas foi criado em Blumenau. Vivendo em um bairro pobre, começou a perceber e a questionar a gritante desigualdade social, buscando respostas. Dando prosseguimento aos estudos enquanto trabalhava, constatou que somente com sua organização como classe os trabalhadores conseguiriam romper seus grilhões. Com esse ideal, somou-se aos esforços para garantir a posse de Jango, em 1961, organizando grupos para auxiliar a resistência formada no Rio Grande do Sul. No ano seguinte liderou uma chapa de oposição concorrendo ao sindicato dos trabalhadores de sua cidade.

Mesmo sem ter uma formação política sólida, passou a ser rotulado de comunista, elemento perigoso de extrema esquerda. Foi então que, já como liderança sindical, começou a estudar e se inteirar do real significado dessas palavras. Nesse processo, acercou-se do PCB e passou a compreender a real necessidade de organização popular. “Na minha consciência, um ex-favelado, um trabalhador explorado, ele sempre está fora da legalidade burguesa”.

Até o golpe, Alfredo foi aprofundando sua participação política em diferentes meios sociais. Auxiliou, inclusive, na formação de “Grupos dos 11”, sendo preso em Blumenau nos primeiros dias do regime de exceção. Junto com dois companheiros foi conduzido a Florianópolis, sendo mantido inicialmente na estrebaria e depois no quartel da polícia militar. “Em outubro de 1964, fomos transferidos para o quartel-general aqui de Curitiba, porque o IPM corria na região militar e a sede era aqui em Curitiba”. Enquanto os diplomados foram para o quartel da PM, os demais foram mantidos no Presídio Provisório do Ahu.

Esse período no cárcere se encerrou no dia dois de abril de 1965, após um ano. O IPM continuou tramitando e, em fevereiro de 1970, Alfredo – que então residia na capital paranaense – foi condenado a dez anos por ser um elemento de “alta periculosidade”, “tendência esquerdista” e que “merecia todo o cuidado da ‘Revolução’”. Com a organização (PCB) desmantelada e três filhos para criar, Alfredo decidiu se entregar em Blumenau. Cumpriu mais oito meses de prisão no Ahu, até que seu recurso foi julgado e a sentença

anulada por unanimidade. “Então eu pude recomeçar minha vida legalmente”. Durante todo o período que passou encarcerado, escreveu dois manuscritos “Em busca da verdade” e “Fui, vi e voltei”, que teriam sido apreendidos e queimados.

Anos mais tarde, Alfredo ajudou ainda na fundação do PT, a fim de organizar a classe trabalhadora e se contrapor aos interesses das classes dominantes.

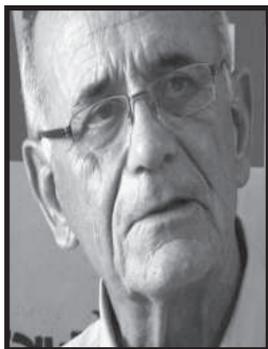


Foto: Acervo DHPAZ

ANTÔNIO DIAS nasceu em 1933, em Arapoti (PR). Em 1955 passou a lecionar na cidade de Mafra (SC), onde casou e teve três filhos. Paralelamente, atuava como jornalista e participava do diretório municipal do PTB, chegando até a presidi-lo.

Sua vida transcorreu normalmente até que veio o Golpe de 1964 e Antônio foi preso, já no dia primeiro de abril. Teria gritado o sargento, na ocasião: “- O senhor está preso em nome da Revolução”. Antes de ser levado à delegacia, ficou exposto por breve tempo algemado na frente do colégio onde era professor, sendo observado pelos alunos que logo teriam aula.

Na delegacia, Antônio encontrou detidas outras lideranças locais do PTB e sindicalistas. Foi transferido para a jurisdição militar, sendo levado primeiro para Joinville e depois para Florianópolis, onde foi alocado com outros três presos políticos – inclusive um presidente de DCE - na penitenciária do estado. Logo, teve que responder a um IPM, que envolveu mais de vinte pessoas. Absolvido em um primeiro momento, a denúncia foi reaberta em 1965, mas logo arquivada. Assim, em agosto, Antônio foi liberado - mas há quase um ano estava exonerado de suas funções por decreto oficial. Testemunham a arbitrariedade dos procedimentos jurídicos adotados o fato de seu advogado ter conseguido acessar os autos do processo somente dias antes do julgamento e mediante o pagamento de uma taxa abusiva, portanto estava incapacitado de realizar uma defesa adequada ao não saber nem qual era a acusação específica contra seu cliente.

Aprovado em concurso público para ser efetivado como professor junto à secretaria de educação do Paraná, não foi nomeado

por ter antecedentes. As dificuldades começaram já no dia da prova, quando Antônio foi intimidado por agentes da DOPS para abandonar seu intento na capital paranaense e retornar a Mafra imediatamente. Conseguiu furar esse cerco inicial e ser aprovado, ainda que sem ser nomeado. No dia dez de novembro de 1966, seus direitos políticos foram suspensos por dez anos, por ordem da presidência nacional, então perdeu qualquer esperança de assumir o cargo.

Perseguido politicamente, não conseguiu arrumar emprego por um longo tempo: “infelizmente todas as portas estavam fechadas para mim”. Então, teve que dar aulas particulares para sobreviver e, gradualmente, vender seus bens. Diante das dificuldades, sua companheira retomou os estudos para começar a trabalhar, mas não pode ser nomeada para o cargo almejado por ser esposa de um cassado político. Antônio decidiu deixar o país e tentar a vida no Canadá, mas antes de se estabilizar, longe da família, decidiu retornar.

Diante da tragédia pessoal e familiar à qual foi submetido, Antônio desenvolveu um quadro de depressão, que posteriormente teve outras consequências para sua saúde. “O estigma da revolução, portanto, me acompanhou por toda a vida”.



Foto: Acervo DHPAZ

CHARLES CHAMPION JR. nasceu em 1946 na cidade de São Paulo e foi criado lá até 1958, quando foi morar em Bragança Paulista. Por meio de colegas, conheceu e começou a participar da JEC. Em 1967, entrou no curso de medicina na UCP, já em Curitiba, e por consequência passou da JEC para a JUC. Essa militância em bases católicas o aproximou da AP e Charles se tornou militante da base universitária da organização. Nesse meio de luta, participou de pichações, comícios relâmpagos e manifestações contra a ditadura, a instituição do ensino pago na UFPR e a guerra do Vietnã. Estudante da católica, solidarizou-se com a greve dos bancários e com a luta de seus colegas da Federal, participando das grandes manifestações de 1968 na capital paranaense, como a batalha campal no Politécnico. Também integrou o protesto do “pendura” em decorrência do corte de verbas

do restaurante universitário (RU) da UFPR. Na ocasião, estudantes fizeram refeições em vários estabelecimentos da cidade, alegando que a conta deveria ser paga pelo governador, Paulo Pimentel. Os discentes venceram nas duas ocasiões, impedindo a instauração do ensino pago e viabilizando novamente o RU.

No calor dessas manifestações, Charles acabou escolhido delegado para representar seus colegas da UCP junto ao XXX Congresso da UNE, em Ibiúna. Lá foi preso e participou da greve de fome, até ser liberado. Após o episódio, de volta à capital, a proposta que Charles encampou de fazer o minicongresso da UNE de forma aberta na CEU foi vencida, e ele participou e acabou novamente preso, agora na Chácara do Alemão. Dessa vez sua detenção não foi esporádica. Condenado, cumpriu pena no Presídio Provisório do Ahú. Recorda dos tempos no cárcere das dificuldades e do sofrimento coletivo e individual, mas também da cela improvisada onde eram mantidos os presos políticos, das partidas de futebol com bola de meia, da ginástica, das faxinas para manter o espaço limpo e do rádio que conseguiram introduzir no recinto, com os grupos ouvindo as estações de suas preferências políticas (“Voz da América”, rádio de Pequim e de Moscou) e discutindo as notícias.

Após cumprir a pena, vigiado e receoso, Charles foi trabalhar para se sustentar e foi readmitido na faculdade. Formado, inicialmente, encontrou dificuldades para conseguir emprego por possuir “antecedentes”. Apesar dos contratemplos sofridos, nunca mudou seus ideais. “Graças a Deus a ditadura ficou para trás e espero que não volte nunca. E se voltar, pode ter certeza, que eu não vou ficar parado, alguma atitude eu vou tomar”.



Durante a realização do Projeto Depoimentos para a História – A Resistência à ditadura militar no Paraná, iniciado em Junho de 2013, tivemos algumas perdas irreparáveis e inesperadas. Todos já estavam na relação de nomes a serem entrevistados pela equipe, por sua militância e importância para a resistência à ditadura militar, bem como a todas as formas de opressão. É nosso dever reconhecer o compromisso destes homens e mulheres na luta pela liberdade de expressão, em defesa da Democracia e em prol da construção de uma sociedade mais justa e fraterna.



ADAIR CHEVONIKA DE SOUZA –
Professora e artista

ADAIR CHEVONIKA DE SOUZA nasceu em 1943 e junto com o companheiro de arte e da vida, Euclides Coelho de Souza, ajudou a fundar o Teatro de Bonecos Dadá na década de 60, um dos mais antigos grupos de teatro para crianças no Brasil. Além de artistas, o casal era filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e lutou junto com outros ativistas contra a ditadura militar. Perseguidos pela repressão, moraram no Chile e Peru e só voltaram com a decretação da Anistia, no fim dos anos 70. Verdadeira inspiradora do marido, Dadá era fascinada pela arte como forma de transformação social e consciência política. Através do teatro de bonecos para crianças, a professora e militante Adair conseguiu ter acesso às famílias que moravam em favelas de Curitiba para desenvolver um projeto de alfabetização de adultos. Essa era a proposta dos Centros Populares de Cultura (CPCs) da UNE, que chegam ao fim com o Golpe Militar em 1964. **Morreu em 11 de Dezembro de 2013 aos 70 anos.**

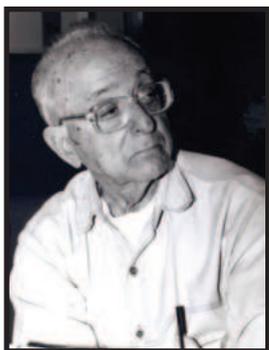


Foto: <http://www.icnews.com.br>

BRIGADEIRO ZOLA FLORENZANO –
Funcionário Público

ZOLA FLORENZANO nasceu em 1912 em Lorena, Estado de São Paulo. Em 1929, ingressa na Escola de Aviação do Campos dos Afonsos, onde teve os seus primeiros contatos com a efervescência revolucionária dos jovens tenentes, líderes do Levante de 1935. Preso pela primeira vez no dia seguinte ao Levante, este episódio marcaria profundamente sua conduta dentro das Forças Armadas. Marxista convicto, Zola Florenzano intensifica a militância na Aliança Nacional Libertadora (ANL) dos anos 30, participando de todos os movimentos de resistência, desde a campanha da legalidade em 61, até o golpe de 64. Em setembro de 69, ficou preso por mais de 30 dias, em regime de solitária, na Base Aérea de São Paulo, sendo arrolado em dois

processos, que buscavam sua desmoralização. Durante 15 anos, foi considerado morto e isolado pela Ditadura, até a Anistia de 1979, quando é reformado como coronel com proventos de Brigadeiro do Ar. **Morreu em 12 de Outubro de 2013 aos 101 anos, coerente com a história de sua vida, tendo um ano antes aos 100 anos publicado seu último livro sobre o marxismo.**



Foto: www.cnv.gov.br

HÉLIO URNAU – Assistente Social

Nascido em Foz do Iguaçu, HÉLIO URNAU era estudante de Assistência Social na Pontifícia Universidade Católica (PUC) quando foi preso no final de 1968 com estudantes na Chácara do Alemão, em Curitiba, uma reunião preparatória para o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Condenado a quatro anos, permaneceu dois anos preso no Presídio Provisório do Ahu, sendo libertado em 17 de junho de 1970. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade que esteve em Curitiba em 12 de Novembro de 2012, Hélio contou como foi difícil retomar a faculdade. Para concluir o curso do qual tinha sido expulso, teve de obedecer determinações do Serviço Nacional de Informações (SNI) de não participar de diretórios, manifestações ou qualquer atividade política. “Não podia falar com ninguém. Na hora de fazer o ‘estágio probatório’, fui encaminhado ao Hospital Psiquiátrico Adalto Botelho, o último lugar para enviar um estudante e onde a vigilância era total”. **Morreu em 30 de Agosto de 2013 aos 69 anos.**



Foto: www.memorial.mp.pr.gov.br

NOEL NASCIMENTO – Promotor Público

Nascido em Ponta Grossa em 1925, NOEL NASCIMENTO formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1949 e foi Promotor de Justiça em várias cidades do interior do Estado. Além de um homem da Justiça, Noel era ensaísta, poeta e romancista, defensor intransigente dos movimentos sociais, especialmente dos camponeses. Em suas obras, posicionava-se

contra a opressão, pela liberdade e defesa dos valores progressistas e democráticos, o que despertou o interesse da repressão. Logo após o golpe de 1964 foi preso por agentes da ditadura e atingido pelo Ato Institucional nº1, que o ‘aposentou’ de suas funções. Em 1975, é preso novamente na Operação Marumbi por sua proximidade com integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de quem era simpatizante, mas não um militante orgânico. Após a decretação da Anistia, Noel retorna ao Ministério Público. **Morreu em 23 de Junho de 2013 aos 88 anos.**



Foto: www.cnv.gov.br

TERESA URBAN – Jornalista

TERESA URBAN nasceu em 1946 e foi da segunda turma do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1965. Foi uma combatente do regime militar, tendo integrado a organização revolucionária marxista POLÍTICA OPERÁRIA. Foi presa diversas vezes e exilou-se no Chile de 1970 a 1972. Teve participações nos jornais “O Estado de S. Paulo” e “O Globo”, e na revista “Veja”, entre outros, tendo sido uma pioneira no jornalismo ambiental. Escreveu diversas obras, contando com mais de vinte títulos. Aderiu aos projetos das ONGs SOS Mata Atlântica e Mater Natura. Contribuiu para o mapeamento dos remanescentes da floresta de araucária no estado do Paraná e ajudou a desenvolver a Rede Verde de Informações Ambientais, além de atuar também no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conam). Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade que esteve em Curitiba em 12 de Dezembro de 2012, Teresa confirmou as sevícias sofridas quando presa, as sequelas, e deixou como alerta a importância de se estabelecer um método para apurar os crimes cometidos durante o regime militar como a perseguição, os sequestros, as torturas, as mortes e os desaparecimentos, “que ainda continuam até hoje”. **Morreu em 26 de Junho de 2013 aos 67 anos.**



Homenagem Especial



Foto: Acervo DHPAZ

ELIZEU FERRAZ FURQUIM

Idade – 74 anos

Profissão – Militar Estadual

O golpe de 64 passou despercebido para o então tenente da cavalaria ELIZEU FERRAZ FURQUIM, aquartelado em Maringá por vinte dias onde sabia das notícias apenas pelo rádio e jornal. Nascido em Siqueira Campos em 1939, aos dezesseis anos decidiu seguir a carreira militar e ingressou no curso de formação de oficiais. Com passagens por Campo Mourão, Londrina e Apucarana, foi transferido para a Curitiba no início da década de 1970 para chefiar os bombeiros, uma espécie de premiação pelos serviços prestados no interior pela cúpula da PM da época.

Na capital, o Coronel Furquim, hoje aposentado, foi então designado em 1975 para a diretoria geral do Presídio Provisório do Ahu. “Não sabia o que me esperava, mas aceitei. Lá encontrei mais de cinquenta presos políticos, alguns conhecidos meus de Apucarana e Londrina, como Arnaldo Leomil, o mais velho de todos, Pedro Preto, entre tantos outros”, lembra. Em sua gestão, o coronel Furquim imprimiu um modelo pessoal de respeito aos Direitos Humanos e à justiça garantindo a visita dos advogados e dos familiares dos presos políticos. Graças a sua articulação junto ao governador Ney Braga e ao secretário de justiça Túlio Vargas, o Presídio do Ahu recebeu os últimos presos das operações Marumbi e Barriga Verde, que estavam na sede da DOPS da rua João Negrão, ainda comandada pelo delegado Ozias Algauer.

O tratamento auspicioso dispensado pelo Coronel é destacado pelos ex-presos políticos até hoje, o que o emociona. “Fiz o que era para ser feito”, enfatiza. Num depoimento corajoso, o coronel Furquim fala da carreira militar permeada por enfrentamentos dentro da corporação, da difícil convivência com os agentes da repressão das várias patentes e como conseguiu assegurar, naquele período de restrição das liberdades individuais, tratamento digno para os que estavam no Presídio do Ahú, tanto os presos comuns quanto os políticos.



PRISÃO DO AHU - da esquerda para a direita: Diogo Afonso Gimenes, Antonio Brito Lopes, Ildeu Marso Vieira, Narciso Pires, Mario Siqueira.



PRISÃO DO AHU - PRESOS E CONDENADOS NA OPERAÇÃO MARUMBI DE DESMORTE DO PCB NO PARANÁ. - FOTO DE 1977

Da esquerda para a direita:
Antonio Brito Lopes (falecido), Diogo Afonso Gimenes (falecido), Osiris Boscardin Pinto,
Ildeu Marso Vieira (falecido), Mario Gonçalves Siqueira, Narciso Pires

Fonte: Fotos do acervo
de Narciso Pires

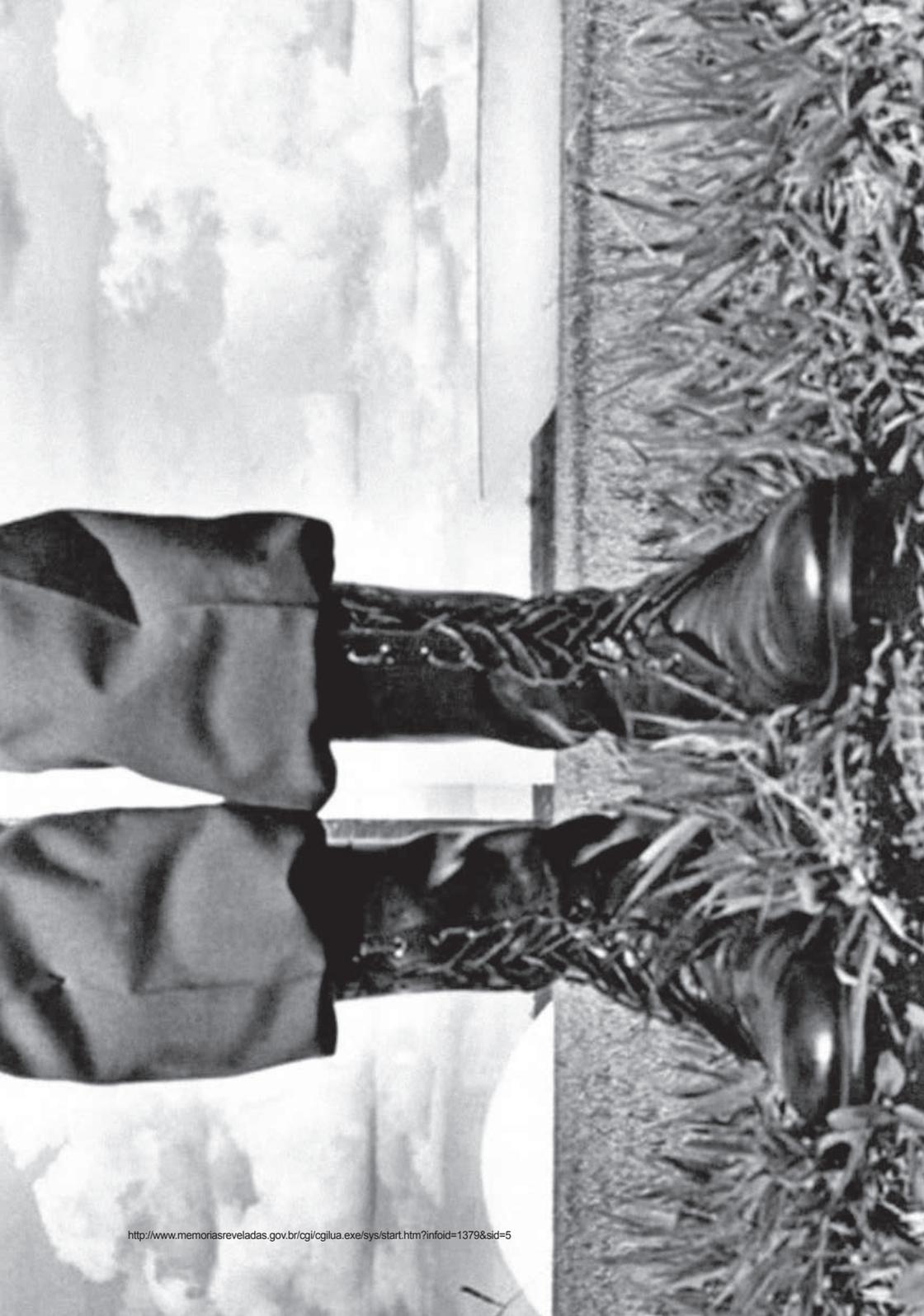


QUADRO DE SIGLAS

- 20° RI – Vigésimo Regimento de Infantaria
5ª. CJM - Circunscrição Judiciária Militar
5ªRM – Quinta Região Militar
30° Batalhão de Infantaria Motorizada de Apucarana
ALN – Aliança Libertadora Nacional
AP – Ação Popular
APP – Associação dos Professores do Paraná
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CA – Centro Acadêmico
CAHS – Centro Acadêmico Hugo Simas (Direito – UFPR)
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia
CDAMA – Comitê de Defesa da Amazônia e Meio-ambiente
CEP – Colégio Estadual do Paraná
CEU – Casa do Estudante Universitário de Curitiba
CEUC – Casa da Estudante Universitária de Curitiba
CLADH – Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos
CPC – Centro Popular de Cultura
COLINA - Comando de Libertação Nacional
DANC – Diretório Acadêmico Nilo Cairo
DARP – Diretório Acadêmico Rocha Pombo
DASCISA - Diretório Acadêmico do Setor das Ciências da Saúde
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEAP – Departamento Estadual do Arquivo Público do Paraná
DHPAZ – Sociedade Direitos Humanos para a Paz
DI – Dissidência do Partido Comunista Brasileiro
DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações do

Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
FAB – Força Aérea Brasileira
FECEA - Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana
FLN – Frente de Libertação Nacional
FOC - Fração Operária Comunista
FUEL – Fundação Universidade Estadual de Londrina
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
JEC – Juventude Estudantil Católica
JOC - Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LIBELU – Liberdade e Luta
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
ME – Movimento Estudantil
MEC-USAID – Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International
MEL – Movimento Estudantil Livre
MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN – Operação Bandeirantes
OSI – Organização Socialista Internacionalista
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCR - Partido Comunista Revolucionário
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista
PE – Polícia do Exército
PF – Polícia Federal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PO – Política Operária
POC – Partido Operário Comunista
POLOP – Política Operária
PSD - Partido Social Democrata
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RM – Região Metropolitana
RU – Restaurante Universitário
SNI – Serviço Nacional de Informação
UCP – Universidade Católica do Paraná
UDN – União Democrática Nacional
UEA – União dos Estudantes de Apucarana
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UFPR – Universidade Federal do Paraná
ULES - União Londrinense de Estudantes Secundaristas
UMES - União Maringaense de Estudantes Secundaristas
UNE – União Nacional dos Estudantes
UPE – União Paranaense dos Estudantes
UPES – União Paranaense dos Estudantes Secundaristas
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária



Sumário

CAPÍTULO 1: A ditadura civil-militar	55
O populismo, o golpe e a fragmentação das esquerdas	55
O AI-5 e a resistência armada	61
A distensão do regime e a resistência democrática	63
A resistência à ditadura no Paraná	67
CAPÍTULO 2: As organizações contrárias ao regime e sua atuação no Paraná	81
Definição das estratégias de luta	81
Partido Comunista Brasileiro	89
Aliança Libertadora Nacional	92
Partido Comunista Brasileiro Revolucionário	94
Os movimentos revolucionários Oito de Outubro	96
Partido Comunista do Brasil	102
Política Operária	105
As vanguardas revolucionárias: VPR e VAR-Palmares	109
Ação Popular	112
Nacionalismo de esquerda e socialistas	117
Oposição democrática: MDB	119
O movimento e a resistência estudantil	125
Trabalhadores em luta	131
CAPÍTULO 3: Da doutrina de Segurança Nacional à abertura política	139
A repressão e as violações de Direitos Humanos no Paraná	139
A reorganização partidária e as eleições de 1982	147
As Diretas Já e o colégio eleitoral	149
Referências bibliográficas	152
Fontes	154

CAPÍTULO 4: Relação e breve resumo dos depoimentos de militantes que atuaram no Paraná contra a Ditadura 157

Acir Macedo	158	David Gongora Junior	195
Adélia Lopes Salamene	159	David Pereira de Vasconcelos	197
Adolpho Mariano da Costa	160	Délio Nunes César	199
Alcidino Bittencourt Pereira	161	Demétria Filippidis	200
Alexandre Zamboni	163	Deni Lineu Schwartz	201
Aluísio Deliga	164	Denise de Camargo	202
Aluizio Ferreira Palmar	164	Dimas Floriani	203
Álvaro Dias	166	Dino Zambenedetti	205
Alzimara Bacellar	167	Diva Ribeiro Lima	206
Amadeu Felipe	168	Dorival Rodrigues	207
Ana Beatriz Fortes	169	Ebrahim Gonçalves D.Oliveira	208
Antonio Acir Breda	170	Edesio Franco Passos	208
Antonio Albino Ramos de Oliveira	171	Edezina de Lima Oliveira	210
Antonio João Manfio	172	Edson Gradia	211
Antônio Narciso Pires de Oliveira	173	Elisabeth Franco Fortes	211
Antonio Pereira de Santana	176	Elza Correia	212
Arno A. Gielsen	177	Euclides Coelho de Souza	214
Cândido Gomes Gaya	178	Euclides Scalco	216
Carlos Frederico Mares	179	Fabio Campana	217
Carlos Molina	181	Francisco Luiz de França	218
Carmen Ribeiro	182	Francisco Timbo de Souza	220
Cesar T. Kohatsu	183	Genesio Natividade	221
Cícero do Amaral Cattani	183	Geraldo Serathiuk	222
Clair da Flora Martins	184	Gernote Kirinus	222
Claudemir Feltrin	186	Gerson Zafalon Martins	224
Claudio Gamas Fajardo	187	Gilberto Martin	224
Claudio Ribeiro	188	Gilberto Silveira	226
Cleto Tamanini	190	Hamilton Faria	226
Clovis Martins	192	Hasiel Pereira	227
Dácio Villar	192	Hélio Duque	228
Daniel Faria	193	Honório Delgado Rúbio	229
Danilo Schuab Mattozo	194	Ildeu Manso Vieira Junior	231

Ivo Pugnaroni	232	Manoel Barbosa	267
Jair Teixeira	234	Manoel de Andrade	269
Jairo de Carvalho	235	Marcelo Jugend	270
João Bonifácio Cabral Junior	236	Marcelo Oikawa	271
João Elias de Oliveira	236	Marco Antonio Fabiani	272
João Olivir Gabardo	238	Maria Aparecida Arruda	273
Jorge Haddad	239	Maria de Fátima Ferreira	274
Jorge Manika	239	Maria Ramos Zimmermann	275
Jorge Modesto	240	Mário Bacellar Filho	276
José Antonio Trindade	241	Mário Luiz Antonello	277
José Carlos Mendes	242	Marlene Zannin	278
José dos Reis Garcia	243	Matsuko Mori Barbosa	278
José Ferreira Lopes	244	Maurício Requião de Mello e Silva	279
José Gil de Almeida	246	Miguel Covello	281
José Kanawate	247	Milton Ivan Heller	282
José Maria Correia	248	Neide de Azevedo Lima	283
José Sforni	249	Nelton Friedrich	283
Judite Barboza Trindade	250	Neusa Pires Cerveira	284
Julio Covello	252	Nilson Monteiro	286
Julio Manso	253	Noemi Osa Carriconde	287
Laércio Souto Maior	253	Olanda Brauzza de Castro Esteves	287
Lauro Consentino Filho	254	Osiris Boscardim Pinto	288
Léo de Almeida Neves	255	Osvaldo Alves	290
Leonardo Henrique dos Santos	257	Osvaldo Macedo	291
Lídia Lucaski	257	Paulo de Tarso Faria	292
Lígia Cardieri	258	Paulo Gustavo de B. Carvalho	292
Luis Cordoni Jr.	260	Paulo Sá Brito	294
Luiz Alberto Manfredini	260	Paulo Salamuni	295
Luiz Carlos da Rocha	262	Paulo Urquiza	296
Luiz Donadon Leal	263	Pe. Orivaldo Robles	297
Luiz Edson Fachin	263	Pedro Agostineti Preto	297
Luiz Fernando Esteche	264	Pedro Paulo Perroni da Silva	298
Luiz Geraldo Mazza	265	Pedro Tonelli	299
Luiz Henrique Bona Turra	266	Ramires Pozza	300
Luiz Salvador	267	Reginaldo Benedito Dias	301

Depoimentos para a História

Reinaldo da Silva Atem	302	Valdir Izidoro Silveira	315
Renê Ariel Dotti	303	Valéria Prochmann	316
Roberto Elias Salomão	304	Valmor Weiss	317
Rodolfo Mongélos	305	Verdi Alves da Silva	318
Romeu Bertol	306	Victor Horácio de Souza Costa	319
Rosi Vilas Boas	307	Vitor Moreschi Filho	320
Sérgio Faria	308	Vitória Faria	320
Silvestre Duarte	309	Vitório Sorotiuik	321
Stenio Jacob	309	Werner Fuchs	322
Sylvio Sebastiani	310	Wilson Previdi	323
Tadeu Felismino	311	Zélia de Oliveira Passos	324
Tarcísio Trindade	313	Zenir Teixeira	325
Tosca Zamboni	314		



1968 - Tomada da reitoria
derrubada busto Suplicy

Fonte: Foto do acervo de Narciso Pires



Capítulo 1: A ditadura civil-militar

O POPULISMO, O GOLPE E A FRAGMENTAÇÃO DAS ESQUERDAS

Entre o final do “Estado Novo” (1945) e o Golpe de 1964, a sociedade brasileira vivenciou um período de modernização e abertura econômica e intensa atividade social e política, expressa em diversas mobilizações que reuniram centenas de milhares de pessoas. Para ilustrar a efervescência deste período, podemos relembrar a Greve dos Setecentos Mil, as greves de estudantes, o incipiente processo de sindicalização rural, a atuação dos centros populares de cultura (CPC) vinculados à União Nacional dos Estudantes (UNE), manifestações de suboficiais das forças armadas, o Comício da Central do Brasil e, por fim, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Ao longo dos anos 1950 e começo dos anos 1960, estudantes e trabalhadores frequentemente tomaram as ruas, para pressionar o atendimento de suas reivindicações.

Duas interpretações podem ser feitas para definir esses anos turbulentos. Enquanto os defensores do *status quo* caracterizam o período como de extrema anarquia, corrupção e perigo comunista, justificando o golpe como restaurador da ordem ameaçada, um olhar mais cuidadoso revela a ativa participação de trabalhadores e estudantes na vida pública, desejosos de determinar os rumos do país. Portanto, seria um período de viva Democracia.

A presidência de João Goulart foi iniciada sob forte oposição de militares e elites civis e teve um golpe como desfecho. Entre 1961 e 1964, grupos à direita e à esquerda do espectro político se articularam e mediram suas forças na esfera pública, pressionando o governo a refrear ou implementar as reformas de base (agrária, urbana, universitária, entre outras) previstas. A cada medida anunciada, Jango

recebia o apoio ou a oposição contundente de diversas entidades, tanto civis quanto militares. Questões polêmicas estavam em pauta, como a reforma agrária, a sindicalização dos trabalhadores rurais, o aumento do mínimo, a instituição do décimo terceiro salário, remessa de lucros para o exterior e a hierarquia e Anistia de revoltosos nas forças armadas. O presidente, enfrentando muitas dificuldades, mantinha um equilíbrio frágil entre radicais de direita e as esquerdas, buscando respaldo nos políticos e posições de centro, o que desagradava a ambos¹.

Dessa forma, nos anos da “República Populista”, as camadas populares se mobilizavam e se articulavam em suas lutas reivindicatórias, os grupos reformistas procuravam sustentar o frágil governo e a partir dele instituir as mudanças desejadas e as vanguardas revolucionárias e reacionárias preparavam o terreno para executar seus projetos políticos contrários ao estado vigente.

Em linhas gerais, opunham-se “nacionais-estatistas” e “liberais-conservadores” (“entreguistas”) em torno da manutenção de políticas estatais intervencionistas, do nacionalismo exacerbado, da industrialização de base, da situação do capital nacional e internacional, da criação de empresas estatais em setores estratégicos, da defesa e valorização do trabalho e da questão agrária². Se para os primeiros, via de regra, o principal inimigo era o imperialismo estadunidense, para os segundos – cujas vanguardas intelectuais e políticas eram financiadas e apoiadas por Washington via instituições como o IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática – o mal a ser debelado era o comunismo internacional e seus agentes nacionais.

Desde o segundo governo de Getúlio Vargas até o golpe que destituiu Jango, em pelo menos três momentos a ordem institucional foi desestabilizada e esteve ameaçada pelas forças de direita. Estas pugnavam pela entrada de capital estrangeiro (ou desnacionalização da economia), preservação do *status quo* com seus privilégios sociais e políticos e desarticulação de trabalhadores e estudantes, apartando-os da vida pública e disciplinando a sociedade. Em um contexto de Guerra Fria, o projeto também era suprimir qualquer possibilidade de revolução comunista, que foi constantemente exagerada para fins de propaganda e desestabilização. As três principais manifestações desse “golpismo” foram: a tentativa de depor Vargas,

que culminou em seu suicídio; a pressão sobre Juscelino Kubitschek e a intervenção do Marechal Henrique Teixeira Lott para garantir sua posse e a renúncia de Jânio Quadros e sua contestada sucessão, em 1961, quando houve nova tentativa de impedir que uma liderança vista com desconfiança pela reação chegasse à presidência (Jango).

Esses três momentos foram de enorme tensão política, quando nacionais-estatistas e liberais-conservadores mediram suas forças, resultando em crises da república brasileira. Nas três ocasiões, houve intensa mobilização popular que assegurou a legalidade, destacando-se as manifestações deflagradas com o suicídio de Vargas, que adiaram o golpe por dez anos, a criação da Liga de Defesa da Legalidade e o alistamento de dezenas de milhares durante a Campanha da Legalidade, em 1961, que inclusive foi acatada oficialmente pelo prefeito de Curitiba à época, Iberê de Mattos

Com suas manobras golpistas, os setores mais à direita e radicalizados da União Democrática Nacional (UDN) e das classes dominantes buscavam, principalmente, desbaratar a participação maciça dos trabalhadores na vida pública, como sujeitos políticos. Queriam coibir a atuação cada vez mais independente do movimento sindical urbano e dos trabalhadores rurais, que não suficiente elegerem quadros de suas próprias fileiras, pressionavam por direitos e por uma representatividade ainda maior. Os ânimos se exaltaram ainda mais quando os trabalhadores passaram a nomear os “amigos” de suas greves, propondo o afastamento de patrões e políticos desfavoráveis aos seus intentos e o apoio àqueles vistos como seus “verdadeiros” representantes. Assim, a principal preocupação do bloco Movimento Sindical Democrático, UDN e militares reacionários seria a crescente demanda dos trabalhadores por participar da vida econômica, política e administrativa da nação. Na ótica dessas elites, o povo fora corrompido pelos direitos sociais outorgados de forma supostamente manipuladora durante o Estado Novo e não saberia exercer seu voto. Destarte, as “crises republicanas” (incluindo a de 1964) resultariam da inconformidade dos conservadores diante dos avanços democráticos conseguidos pelos trabalhadores³.

Diante disso, não só no Brasil, mas em todo o continente, “amplos setores do empresariado moderno encontraram nos militares um esteio para a estabilidade, crescimento e segurança de seus projetos econômicos. O movimento sindical mais à esquerda,

sob forte pressão, foi decapitado já nos primeiros dias do golpe⁴. No campo, as oligarquias tradicionais também se opunham ao governo e às principais propostas progressistas, como a extensão da legislação social e trabalhista aos camponeses, a reforma agrária, a democratização das relações políticas e a sindicalização rural. As elites agrárias, tais quais suas correlatas urbanas, estavam igualmente dispostas a defender seus interesses sociais e econômicos, inclusive passando por cima da ordem institucional e democrática.

No plano internacional, esses setores elitistas e golpistas, rurais e urbanos, contaram com amplo apoio dos EUA, que já vinham maquinando uma intervenção política no Brasil para refrear sua política externa independente e projeto econômico nacionalista – que prejudicavam a livre concorrência e suas empresas – e reforçar os mecanismos repressores de combate ao comunismo no país, evitando uma “nova Cuba”⁵. Portanto, ao invés de ter sido estritamente militar, o golpe foi uma ampla coalizão civil-militar, envolvendo membros do alto-escalão das forças armadas e elites conservadoras brasileiras, apoiadas por forças estrangeiras. Esses setores cerraram fileiras, a fim de “impedir alterações econômicas e sociais, excluindo, se possível, os seus adversários da vida política do país, sem preocupações de respeitar as instituições democráticas. Não havia um projeto a favor de algo, mas contra. A questão imediata era depor Goulart e, depois, fazer uma ‘limpeza política’⁶. Enfim, não está equivocado considerar que se tratou de um “golpe de classe”.

A deflagração do golpe civil-militar, em 1964, praticamente sem resistência das forças progressistas deixou marcas indeléveis nos movimentos e partidos da esquerda brasileira. A crescente eferescência social do país foi reprimida, com a dispersão das forças populares que haviam redescoberto ou recém-descoberto o peso de sua atuação na esfera pública de forma autônoma. O autoritarismo permitiu a modernização conservadora da economia, que acentuou a concentração de riquezas. O trabalho foi submetido aos ditames do capital com a repressão, o arrocho salarial, a ilegalidade das greves e o controle por meio de intervenções ou desmantelamento de organizações de trabalhadores. Quando estes estavam ampliando a percepção de sua força política e avançando na organização e luta por direitos, foram suprimidos pela reação da burguesia e dos estratos conservadores e reacionários. Nessa perspectiva, o golpe veio para “reorganizar” a sociedade, reformulá-la, estancando a emergência

desses novos sujeitos, que passavam a contestar os privilégios sociais das classes dominantes. Ao mesmo tempo, aqueles já dentro do aparelho de Estado que procuravam promover reformas sociais de cima para baixo foram removidos. Assim, abruptamente, aqueles que tinham acreditado na revolução democrática e vinham lutando por ela foram colocados na defensiva pelo golpe e, pasmos, viram seu projeto desmoronar. A “ameaça comunista” serviu de justificativa para operar essas intervenções drásticas no tecido social⁷.

No Paraná, o mesmo ‘fantasma comunista’ também era vislumbrado pelas autoridades que rezavam o catecismo engendrado pelos golpistas de plantão e que encontrou terreno fértil para a repressão de todo e qualquer movimento de resistência democrática.

Na região Norte do Estado, a título de exemplo, se no início da década de 1960 Maringá fora um dos principais pólos da organização dos trabalhadores rurais no estado do Paraná, sob influência do PCB em disputa com a igreja, seu movimento sindical não resistiu ao golpe e à “decapitação” de suas lideranças. Já no dia 18 de maio de 1964, foi aberto um Inquérito Policial Militar (IPM) indiciando os sindicalistas José Lopes dos Santos (presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil) e José Rodrigues dos Santos (primeiro presidente da União Geral dos Trabalhadores e fundador da Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná), juntamente com o vereador do PCB, Bonifácio Martins⁸. O então médico comunista Salim Haddad esteve ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá, até 1964, quando diante do decreto de sua prisão preventiva optou pela clandestinidade. Em Mandaguari, o então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Francisco Conde, foi aprisionado nos primeiros dias do golpe juntamente com mais de sessenta pessoas da cidade. Processo semelhante ocorreu em todo o Paraná⁹.

No litoral, o movimento sindical era forte e representativo. Victor Horácio de Souza Costa, em seu depoimento, recorda como se deu o processo de formação dos sindicatos e posterior repressão e desarticulação no litoral paranaense. Em 1959, ele foi eleito presidente do Sindicato dos Bancários de Paranaguá e, três anos mais tarde, engajou-se na unificação de sindicatos de diferentes categorias, fundando o Fórum Sindical de Debate do Litoral Paranaense. Seguindo suas recordações, até o surgimento desta relevante entidade, o cenário sindical esteve marcado por intensas disputas,

que não raro culminaram em intimidações, homicídios e outras transgressões. Além do papel de organização e regulamentação das querelas, o Fórum protagonizou importantes ações reivindicatórias, a exemplo de audiências denunciando as péssimas condições de trabalho e empresas fantasmas. Já na primeira semana do Golpe de 1964, Victor foi preso juntamente com outras lideranças sindicais e trabalhadores, permanecendo no cárcere por cerca de dois meses e meio e mantido sob estreita vigilância após a liberação. Lembra que, no calor dos eventos, houve reuniões e vários companheiros propuseram resistir para manter o apoio ao governo de Jango e às reformas de base.

A tomada do governo pelos militares e elites civis conservadoras e reacionárias em 1964 não conseguiu refrear por completo as manifestações de massa e a efervescência nas artes e sua guinada crítica, e tampouco impossibilitou a reorganização dos movimentos sociais, inicialmente desbaratados. Se compararmos com o período imediatamente posterior, inaugurado pelo Ato Institucional Número 5 em 1968 (AI-5), os quatro primeiros anos do golpe foram marcados por relativa liberdade. Os aparelhos repressivos estavam se organizando e aperfeiçoando seus métodos, ao passo que ainda havia importantes recursos jurídicos – como o habeas corpus – para se contrapor à perseguição política imposta pelo regime. Essa repressão relativamente mais branda, aliada a um momento de crise econômica e insatisfação, possibilitou o ressurgimento na esfera pública de estudantes e trabalhadores. Eles protagonizaram importantes manifestações de oposição, como greves (mesmo que ilegais), passeatas e diversos outros eventos, destacando-se nacionalmente a Passeata dos Cem Mil em protesto pelo assassinato de Edson Luiz de Lima Souto no restaurante estudantil Calabouço no Rio de Janeiro, que teve repercussão no Paraná, principalmente em Curitiba e até em Apucarana, eventos promovidos por estudantes e que contou com a adesão da sociedade civil. A tomada da Reitoria da UFPR, e as greves dos professores da rede pública estadual e de outros segmentos refletem claramente esse estado de liberdade relativa.

Embora as potenciais forças de oposição tenham se desarticulado logo após o golpe, elas se reorganizaram entre 1965 até o AI-5. Formaram-se núcleos de militância estudantil, como o “embrião de militância de esquerda” entre os estudantes do Colégio Gastão Vidigal em Maringá, Colégio Estadual Nilo Cairo e FECEA – Faculdade

Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, Colégio Estadual do Paraná em Curitiba, na UFPR, na PUC e em diversos outros estabelecimentos de ensino de nível médio e superior. Como resultado desse processo inúmeras organizações de esquerda se formaram ou se fortaleceram no Paraná, principalmente nas cidades de Curitiba, Apucarana, Londrina e Maringá como a Dissidência (DI) do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Ação Popular (AP), a Política Operária (POLOP) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

O AI-5 E A RESISTÊNCIA ARMADA

O decreto do Ato Institucional Número 5 (AI-5), em treze de dezembro de 1968, marcou o refluxo das manifestações de massa críticas, como as greves e os manifestos de estudantes, artistas, bancários, professores e operários, liquidando certa “cultura de esquerda” e impondo um repentino retrocesso da parcela dos movimentos sociais que conseguiu se reconstituir em torno de bandeiras específicas e gerais contra a Ditadura¹⁰. O AI-5 inaugurou o período conhecido como os “Anos de Chumbo” do regime, caracterizados pelo aperfeiçoamento e recrudescimento da repressão e pela maior parte da tortura e dos assassinatos, com o desaparecimento dos seus corpos. Garantias constitucionais como o habeas corpus foram suprimidas e os agentes passaram a empregar a violência de forma sistemática. A repressão foi aprimorada, com o recém-criado DOI-CODI dentro do Exército, centralizando as investigações, prisões, torturas e assassinatos dos adversários políticos.

O AI-5 garantiu ainda mais poderes ao Executivo – concentrando as funções do Legislativo e Judiciário -, permitiu o decreto de recesso do Congresso (que durou quase um ano) e a suspensão de direitos políticos de quaisquer cidadãos por dez anos. Foi também um período de recrudescimento da censura imposta ao teatro, música, imprensa e cinema. Assim entidades estudantis como a UPE, o DCE da UFPR em Curitiba foram fechadas e a UEA de Apucarana foi invadida e lacrada pelo Exército.

As manifestações de massa foram a principal forma de resistência ao regime, entre 1964 e 1968. Contudo, com o AI-5 e o

refluxo generalizado das organizações e movimentos, houve uma reorientação de parte dos grupos então atuantes, que optaram pelas armas e pela revolução imediata. Alguns pensadores creditam essa opção ao endurecimento do regime que, além de reprimir totalmente qualquer manifestação política, passou a perseguir mais duramente a oposição e aprofundar e a generalizar o uso da tortura.

Independentemente das causas do recrudescimento da ditadura, para compreender a reorientação e radicalização das resistências é necessário ter em conta o grande impacto do golpe nas esquerdas, sobretudo a cisão do centro aglutinador de então, o PCB, que optara por manter sua linha pacifista e etapista, defendendo uma aliança de classes para a derrubada do novo regime. Diversas tendências dentro do PCB se consolidaram nos primeiros anos do golpe, logo se transformando em dissidências e novas organizações. Nesse contexto, afora o PSB e os grupos trotskistas, outras três “organizações matrizes” – AP, Partido Comunista do Brasil (PcdoB) e POLOP – também se fragmentaram, gerando novas e reduzidas frações e partidos, que aderiram à luta armada como prática revolucionária¹¹.

Para considerar, adequadamente, os diferentes posicionamentos assumidos pelos agrupamentos brasileiros e essa reorientação radical da forma de luta após o AI-5, é necessário observar também as mudanças que estavam ocorrendo internacionalmente. Havia uma polarização das posições revolucionárias e conservadoras e pipocava em todos os continentes – incluindo a América do Sul e o Brasil – uma “nova esquerda”. O modelo de atuação e organização tradicional dos partidos comunistas passara a ser duramente contestado como insuficiente para solucionar as contradições sociais contemporâneas. Era necessário romper com as amarras teóricas e práticas colocadas pela velha guarda. O ápice desse desgaste fora o ano de 1968, quando no Brasil e no mundo eclodiram grandes manifestações libertárias. Afora os turbulentos Maio de 1968 na França, Primavera de Praga e Revolução Cultural Chinesa, permeavam esse contexto a Revolução Cubana e seus desdobramentos bem como as resistências anticoloniais e revoluções socialistas na África e na Ásia, destacando-se Angola, Moçambique, a luta contra o Apartheid na África do Sul, a Questão Palestina e a Guerra do Vietnã com a grande ofensiva do Tet. As movimentações sociais da época também no Brasil tinham uma marca iconoclasta, antiburocrática e questionadora das instituições¹².

Nesse cenário no qual a violência das superpotências da Guerra Fria fora canalizada para o Terceiro Mundo, a opção pelas armas era um caminho difundido e possível, e não tinha nada de absurdo. Acompanhando os estudantes, os elementos já organizados e mais engajados das camadas médias constituíram a principal base de simpatizantes e militantes das esquerdas armadas, sendo recrutados para suas fileiras à medida que o cerco se fechava e a conexão com as massas era interrompida à força¹³.

É imprescindível observar que a luta das esquerdas em geral não era somente uma resistência contra a ditadura, mas antes uma tentativa radical de rompimento com a sociedade de classes e o capitalismo, dos quais o próprio regime de exceção derivava. Encerrados os longos anos de autoritarismo, em um processo de revisão da memória, alguns militantes de grupos de esquerda do período passaram a enfatizar como objetivo central a redemocratização do país, quando lutavam pela instauração do socialismo. Em verdade, o horizonte era muito mais amplo, tratavam-se de projetos de transformação da sociedade e do mundo.

A DISTENSÃO DO REGIME E A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

Se, de um lado, em 1974 caiu a mais duradoura experiência de luta armada, e quiçá a última significativa, a Guerrilha do Araguaia, de outro a ditadura sofreu nesse mesmo ano um sério revés nas urnas para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, diante de uma sociedade cada vez mais insatisfeita, começou a articular uma “abertura”, conforme o Projeto Geisel-Golbery, de “distensão lenta, gradual e segura”. Nesses anos, as esquerdas outrora engajadas na derrubada imediata do regime empreenderam processos de autocrítica em prol de uma luta política cumulativa e não violenta pela redemocratização, aproximando-se do antes negligenciado MDB e das posições defendidas pelo PCB desde um primeiro momento. Internacionalmente, esse processo foi favorecido pelo governo Carter nos EUA a partir de 1977, que passara a criticar as violações de Direitos Humanos como parte de um novo projeto de hegemonia, contribuindo para a abertura de novos espaços para as oposições

latino-americanas. Além de estratégia para deslegitimar a URSS, em verdade, esse discurso humanitário estadunidense se fundamentava também em interesses escusos que colocavam Washington em conflito com Brasília, como questões econômicas e a política externa independente do Itamaraty, que reconheceu de pronto o governo comunista de Angola e demais ex-colônias portuguesas na África e fora favorável à resolução 3379 da Assembleia Geral da ONU, considerando o sionismo uma forma de racismo.

Corroborando com essas tendências para uma mudança no regime em direção a uma maior abertura, difundiam-se notícias sobre a barbárie da repressão e o regime adotava medidas impopulares – como o arrocho salarial – para lidar com o esgotamento do milagre econômico e a crise galopante. Certamente, esses fatores econômicos contribuíram para o ressurgimento das lutas sociais, e também para a perda de bases que inicialmente apoiaram o regime, sobretudo extratos das classes médias e parte da burguesia.

Estudantes e trabalhadores voltaram a tomar as ruas do país a partir da segunda metade dos anos 1970, protagonizando movimentos de massa similares àqueles realizados em 1968. Como exemplo, após as prisões efetuadas em decorrência das comemorações de Primeiro de Maio em São Paulo, em 1977, conforme reportagem da Folha de São Paulo, cerca de oitenta mil universitários fizeram uma greve em sinal de protesto¹⁴. Um ano depois, os trabalhadores do ABC paulista reiniciavam suas campanhas reivindicatórias, que tomariam corpo e adesão nacional nos anos vindouros. Entidades foram reconstituídas – como a UNE – e outras criadas, como os comitês pela Anistia e a defesa da Amazônia, no mínimo acelerando o retorno dos militares à caserna e a redemocratização.

O próprio governo sinalizava a abertura em um contexto nacional de ressurgimento de atores sociais (sindicatos, associações de moradores, igreja, imprensa, artistas, intelectuais, população em geral) e fortalecimento da oposição consentida (MDB), em uma conjuntura internacional de recessão econômica e realinhamento da política externa estadunidense para deslegitimar a URSS, estimulando, no lugar de ditaduras, a adoção do respeito aos Direitos Humanos e instauração de Democracias. Alas agora hegemônicas do governo militar recuperaram propostas anteriores de redemocratização e acenavam para sua necessidade, conduzindo o processo

nessa direção, a despeito da férrea oposição dos setores “linha dura” agrupados em torno da “comunidade de informações”, que recorreram ao terrorismo na tentativa de desestabilizar a transição “lenta, segura e gradual”, além de protagonizar alguns episódios que lembravam claramente o período dos anos de chumbo. Episódios como o desmonte do PCB em todo o Brasil com o assassinato sob tortura de inúmeros integrantes de seu comitê central e mesmo de militantes. Os casos de Wladimir Herzog e Manuel Fiel Filho nos porões do DOI-CODI e mesmo o cerco da Lapa com o assassinato de parte da cúpula do PCdoB em São Paulo são exemplos desses fatos.

No Paraná, a Operação Marumbi de 1975 e a Operação Barriga Verde em Santa Catarina, no mesmo ano, se traduziram no processo de repressão mais violento vivenciados por esses Estados. Mais de cem pessoas sequestradas, algemadas e de olhos vendados, levadas para um centro clandestino de tortura em Curitiba revelam um procedimento mais compatível com os “anos de chumbo” e não com a proposta governamental de abertura. Tal repressão tinha por objetivo demonstrar de um lado o avanço do comunismo no Brasil e de outro a sua influência sobre importantes lideranças do MDB vencedor das eleições de 1974, justificando assim não abertura política, mas sim o fechamento ainda mais do regime. Também é característica desse período de lenta abertura e redemocratização o relaxamento e a extinção da censura.

É possível afirmar que foi a abertura programada por quem estava no poder – apoiada por setores moderados e conservadores da oposição ao regime – que garantiu a “transição por cima” ou “consentida”, responsável pelo não julgamento de nenhum dos algozes do regime após a entrega do poder aos civis. Enquanto alguns apontam que a “reconstitucionalização” teria sido um projeto de poder, uma decisão interna dos militares, outros – sobretudo os militantes do período final da ditadura – defendem a tese contrária, da conquista da Democracia pela sociedade, ou seja, uma vitória da oposição. Se as duas afirmações fazem sentido, o fato é que, não houve derrubada e sim um retorno negociado, organizado e intacto aos quartéis, sendo cumpridas rigorosamente as salvaguardas colocadas pelos militares¹⁵. Por outro lado, o setor civil do regime ficou absolutamente intacto, não somente se mantendo no poder como até o assumindo, circunstancialmente, como no caso do Presidente José Sarney. Dessa

forma, saíram parcialmente derrotados tanto a oposição radical de direita, que defendia a manutenção e novo endurecimento do regime, quanto os setores aguerridos da sociedade civil organizada, que buscavam uma ruptura ou no mínimo um aceleração do processo (como o nascente Partido dos Trabalhadores). Ainda que a sociedade civil tenha acumulado vitórias – maior liberdade de imprensa e de organização, Lei da Anistia, fim das torturas e assassinatos aos militantes resistentes – e se reconstituído em torno de lutas reivindicatórias e demandas políticas (Anistia, Eleições Diretas para Presidente), a abertura programada ou “transição pactuada” – superando crises institucionais e a pressão cada vez maior da oposição – foi cumprida com o “Acordo de Minas” e a Aliança Democrática do PMDB com os dissidentes liberais do sucedâneo da Arena, o PDS.

Porém, talvez sem a mobilização nas ruas não tivesse se sustentado a prevalência dos partidários da redemocratização dentro do grupo dominante em detrimento da “linha dura”, o que garantiu o alentador desfecho do final da ditadura e início da Nova República. Nesta, muitos que lutaram para enterrar a ordem anterior desempenharam papel político de destaque. Em suma, seguramente, aqueles que se mobilizaram para precipitar o final do regime cumpriram um papel histórico de relevo, ainda que o de garantir o cumprimento da abertura traçada hegemonicamente evitando qualquer retrocesso.

Marcos Napolitano em livro recente argumenta que a abertura traçada pelo regime ainda em meados dos anos 1970 não fora desde sua concepção sinônimo de redemocratização. Inicialmente, significava não exatamente redemocratização, mas uma tentativa de institucionalização do regime ditatorial. Para ele, fora a crescente oposição e politização das ruas as responsáveis pelas transformações nesse contraditório projeto hegemônico, implementada de forma foi tortuosa e marcada por avanços e recuos no sentido do regime sempre manter as rédeas e ditar o ritmo dos acontecimentos. Assim, o projeto incipiente de abertura como institucionalização foi sendo resignificado, até que a partir de 1978 assumiu o caráter de redemocratização, diante da efervescência social incontrolável que tornava iminente uma implosão do regime, acaso o horizonte fosse qualquer outro que não a saída de cena dos milicos. Nessa perspectiva, a mobilização social teria sido imprescindível para a transição democrática, ainda que esta tenha casado em sua forma e conteúdo

com os anseios hegemônicos entre os militares, sobretudo no que coube à realização da sucessão por setores moderados e às garantias de não “revanchismo”, ou seja, não apuração das violações de Direitos Humanos cometidas pela ditadura¹⁶.

A RESISTÊNCIA À DITADURA NO PARANÁ

Não há como compreender a experiência da resistência e da repressão no Paraná descolada dos processos de âmbito nacional. Em grande medida, as fases do regime de exceção no país como um todo correspondem aos acontecimentos no Estado, com exceções municipais. Além da correspondência nas fases da ditadura e em grande medida nas formas de resistência, o Estado também passou por certa efervescência social e política, característica do Brasil no período anterior ao golpe militar.

Ainda que oficialmente na ilegalidade, o PCB estava relativamente organizado no Paraná até o golpe, com militantes e células espalhadas por várias partes do Estado. Para um observador arguto, um olhar rápido na relação nominal das pastas temáticas da DOPS no Arquivo Público do Paraná, revela a existência de diversos arquivos sobre células do PCB, espalhadas pela capital e no interior durante a república populista. Apesar dos frequentes exageros e das várias anotações imprecisas dos agentes dos órgãos de inteligência e informação, a própria existência dessas pastas são um indício de que havia certa difusão do PCB no Paraná.

Inclusive, o partido auxiliou na organização de posseiros no norte do Estado contra latifundiários, jagunços e o aparato policial, destacando-se a figura do militante Manoel Jacinto, no episódio que ficou conhecido como Guerra de Porecatu, entre 1941 e 1951. O jornalista paranaense Marcelo Oikawa, importante liderança estudantil do período e autor de um livro sobre o assunto, coloca a guerrilha de Porecatu como um evento fundador no norte do Paraná que balizou a militância dos comunistas nas décadas seguintes: “O Partido Comunista do Brasil [PCB] aprendeu que a mobilização política, a mobilização de amplas massas, era um caminho mais eficiente para se lutar pela transformação da sociedade brasileira.

Ali nasceu as doze Ligas Camponesas lideradas por Manoel Jacinto Correia”, afirma Oikawa em seu depoimento. Após sua participação decisiva nesse processo, Manoel Jacinto passou dez anos na clandestinidade (nos anos 1950), até retornar a Londrina, já no governo do Jango. Oikawa assegura que nesse período, Jacinto teria trabalhado intensivamente na fundação de sindicatos. “Para se ter uma ideia, no Golpe de 1964, o Norte do Paraná registrava sessenta e sete sindicatos de trabalhadores rurais, a grande maioria deles fundada com o esforço de Manoel Jacinto”.

As fichas da DOPS, aliadas aos depoimentos coletados ao longo do projeto, trazem relevantes informações sobre o movimentado período anterior ao golpe em Curitiba. Pouco antes, quando os Estados Unidos arquitetaram a invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, foi realizado um comício de denúncia na Praça Tiradentes, onde discursaram diversas lideranças políticas simpatizantes da revolução cubana. Mas isso dá uma ideia de como a revolução cubana despertava um sentimento libertário muito grande entre aqueles que sonhavam com a transformação da sociedade brasileira. O PCB, embora ilegal, atuava com relativa desenvoltura, enfatizando a liberdade de discussão e participação política, no governo Kubitschek e de João Goulart. Sem poder lançar candidatos pela legenda clandestina, ele o fazia usando outras legendas como o PSB e o PTB.

Quanto aos trabalhadores, refletindo a agitação nacional em Curitiba nas vésperas e início do golpe teria havido várias demonstrações e greves, como a dos bancários em 1963 e outra de jornalistas e gráficos. Paralelamente a essas manifestações, temos o dever – para não incorrerem em uma imprecisão histórica e parcialidade – de mencionar as mobilizações conservadoras ocorridas em todo o Paraná, na mesma conjuntura. A “ameaça comunista” – muito bem trabalhada pelos meios de comunicação hegemônicos e por setores religiosos – era sentida por boa parte da população, que se manifestava em defesa da família, tradição e propriedade. Próximo do golpe, após o Comício na Central do Brasil, centenas de milhares – senão milhões – de brasileiros e brasileiras tomaram as ruas nas famigeradas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Em Maringá, grande parte da igreja se mobilizou e cerca de quatro mil pessoas participaram dessas manifestações conservadoras¹⁷. Vários depoimentos sobre Curitiba ressaltaram a força dessas manifestações

nas alamedas da capital, onde também atuavam integralistas. Em cidades do interior como Peabiru, Campo Mourão e outras foram palcos de manifestações conservadoras e anticomunistas organizadas pelos párocos locais. Havia certa disputa também nas ruas entre, em linhas gerais, progressistas anti-imperialistas e conservadores ferrenhos anticomunistas, organizados em entidades como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), Liga Anticomunista, entre outras. Em Mandaguari, já nos primeiros dias do golpe, quando se espalhou a notícia de que estavam na delegacia mais de sessenta comunistas presos, cerca de quatro mil pessoas teriam ameaçado queimar o recinto e linchar os presos¹⁸.

No Paraná pré golpe havia grupos atuantes que debatiam e se manifestavam até diante de questões internacionais. Havia o Centro Popular de Cultura (CPC), o jornal “*Última Hora*”, outras manifestações culturais e o PCB, que estava relativamente organizado, como deixam evidentes os documentos da DOPS. Os sindicatos urbanos avançavam em organização e demandas e no meio rural a sindicalização ganhava força. Mas, cabe questionar em que medida havia um engajamento de massas, ou seja, qual a abrangência, o apelo desses grupos, sobretudo urbanos, junto ao povo. O Paraná era um Estado pouco industrializado e o seu interior, notadamente o Norte, o Oeste e o Sudoeste eram de colonização muito recente e de pouca tradição histórica. Em alguns momentos de espasmos sociais, como a Guerra do Pente, houve a presença maciça na esfera pública, mas por questões mais abrangentes e não dos trabalhadores como classe organizada e consciente de sua situação na cadeia produtiva. Já a sindicalização era um processo recente e ainda sem maturidade não conseguia promover mobilizações massivas e significativas. Os chamados Grupo dos Onze, organização proposta por Brizola, de tão recente a sua formação não chegaram sequer a promover qualquer ação significativa e demarcatória da sua importância. Eles vão se organizar mais intensamente no Sudoeste e Oeste onde a colonização era marcadamente gaúcha.

No cenário cultural, destaca-se no início dos anos 1960 a atuação em Curitiba do Teatro do Povo, embrião do CPC do Paraná, que apresentou diversas peças, com marcada orientação de esquerda, capital afora. Participavam do centro de cultura Euclides Coelho de Souza e sua esposa Adair Therezinha Chevonika, Walmor Marcelino e outros militantes, a maioria dos quais construiria o CPC. No Paraná,

o ponta pé inicial desse projeto vinculado à UNE foi a peça “Patria ou muerte”, de Oduvaldo Vianna Filho¹⁹. Um folder da época explicitava os objetivos do CPC paranaense ao descrever o que era e como se propunha a trazer problemas sociais à discussão, compreendendo a arte enquanto reflexo de uma sociedade e seus problemas²⁰.

Uma pasta da DOPS intitulada “Centro Popular de Curitiba” compila alguns materiais interessantes utilizados pelo CPC do Paraná (em alguns há referência direta ao uso em outros não). Entre os documentos figuram um livro de matiz freiriano de alfabetização popular, e os roteiros das peças “O roubo do colar de pérolas” e “O rapto de Maroquinhas Fru-Fru”, do setor “Teatro de títeres” (1963), “Auto dos 99%” (1962), “O rato da cidade e o rato do campo”, “A prostituta respeitosa” (de Jean Paul Sartre), “Glutão” e a “Revolução na América do Sul”, de Augusto Boal, encerrada com a “Canção da Liberdade”. Especificamente sobre o teatro, destaca-se a forte presença do PCB na apresentação de algumas destas peças, todas de cunho político e panfletário, não só político [...]. Esse grupo teve depois uma encenação na periferia de Curitiba adaptada por Walmor Marcelino, chamada ‘Os justos’”.

Na mídia, tinha enorme destaque a equipe de jornalistas do jornal pró-Jango “*Última Hora*”, nascido no Rio de Janeiro, fruto da necessidade do getulismo ter seu próprio veículo para divulgação de seus propósitos. Ao longo de sua existência fez a defesa do trabalhismo e das posições assumidas por Vargas e seus sucessores. Chamava a atenção por sua ousadia gráfica. A redação de Curitiba (havia outra redação em Londrina) chegou a ter, talvez, os vinte e cinco melhores profissionais do jornalismo paranaense, conforme testemunhos de integrantes da equipe. Eram jornalistas dotados de profunda formação política, porque além da formação ideológica de seus profissionais, todos com tendência mais a esquerda do que qualquer outro, era um jornal que tinha uma missão de dar cobertura ao movimento sindical, onde ele era muito forte”. Havia uma coluna sindical e outra só para falar dos problemas dos bairros, daí seu caráter popular e de massa e a animosidade que despertou nas elites locais, embora apoiasse o governo de Ney Braga que financiava parcialmente o veículo por meio de empresas de economia mista.

É importante observar que, muitos depoimentos apontaram a existência de uma percepção generalizada entre as esquerdas de

que alguma coisa ocorreria, alterando a ordem institucional do país. Walmor Weiss, que na época era parte de um grupo de sargentos pró-Jango, comenta que ele e seu grupo haviam elaborado um plano acaso tentassem depor o presidente com um golpe. Iriam tomar o aeroporto antes dos golpistas. Contudo, não tiveram tempo de executá-lo. Militantes e jornalistas da época afirmam que percebiam mais do que ninguém que estava na iminência de acontecer alguma coisa.

Fato é que esse receio generalizado se confirmou no último dia de março de 1964. No Paraná, diante do golpe, o Governador Ney Braga teria inicialmente se mantido neutro, esperando o desenrolar dos acontecimentos, para em um segundo momento aderir ao movimento. Homem de confiança do regime foi posteriormente nomeado Ministro da Agricultura de Castelo Branco e Ministro da Educação de Ernesto Geisel, que também o indicou e o impôs como Governador do Paraná.

Tão logo os militares e as elites civis cúmplices do movimento golpista tomaram o poder, foi realizado um grande esforço de expurgo de pessoas e grupos, que pudessem oferecer alguma resistência ao novo regime. O Inquérito Policial Militar (IPM) realizado para averiguar as atividades do jornal “*Última Hora*” indiciou e provocou constrangimentos para vários funcionários. Foi uma das primeiras operações das autoridades para reprimir possíveis focos de contestação no Paraná.

O CPC também foi quase que imediatamente fechado. Na sequência do golpe, a censura a reportagens, filmes, peças teatrais, músicas, livros, jornais e revistas foi se difundindo. Contudo, o regime não conseguiu desbaratar completamente as produções artísticas engajadas, pois seus protagonistas não se resignaram, encontrando formas de driblar a censura. Acompanhando as anotações feitas em fichas de militantes, percebe-se que embora o CPC tenha sido banido, os jovens continuaram a promover atividades artísticas e poéticas por intermédio do Teatro do Estudante Universitário (TEU), que inclusive fez uma programação passando por todo o Estado. Suas atividades foram acompanhadas pelos agentes da DOPS e submetidas, constantemente, ao crivo da censura, que com certa frequência desautorizou as apresentações. Outra anotação se refere à decisão do departamento de arte e cultura da UPE, agora em mãos da esquerda estudantil, de levar três espetáculos, dirigidos

pelo recém-fundado grupo Decisão, a várias cidades do interior a partir de março, e realizar uma temporada em Curitiba em junho de 1967 – trata-se das peças de Anton Checov “O canto do cisne” e “O urso” e “um espetáculo intermediário com poesias e textos escolhidos versando sobre temas atuais”²¹.

Assim que o primeiro Ato Institucional foi decretado, no dia 9 de abril de 1964, também no Estado como em todo o Brasil, ocorreram expurgos no exército (como dos sargentos Walmor Weiss e Wilson Teixeira) e na vida pública em geral, com cassações políticas de vereadores, prefeitos e deputados. Ao longo de toda ditadura, até pelo menos 1979, vários políticos no Paraná perderam seus mandatos, como Walter Pecoits, José de Alencar Furtado, Halim Maaraoui (Nova Londrina), Luiz Alberto Dalcanale, Waldemar Daros, Amaury de Oliveira e Silva, Constantino João Kotzias, Brasília Abud, Léo de Almeida Neves, Miguel Dinizo, Vieira Netto, Sinval Martins e outros.

Em outubro de 1965, findando as expectativas da sociedade de ter eleições presidenciais, foi outorgado o segundo Ato Institucional. Além das eleições indiretas e do bipartidarismo, o AI-2 tornou os supostos crimes contra a “segurança nacional” competência da Justiça Militar e não mais dos juízes e tribunais civis (transferência que seria completada na íntegra somente com o AI-5). Nas universidades, estudantes foram suspensos e professores demitidos. No Oeste do Paraná, em Capitão Leônidas Marques, foi desbaratada o que, talvez, tenha sido a primeira tentativa de resistência armada ao regime militar: a coluna comandada pelo coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório e pelo sargento Albery Vieira dos Santos. Tudo indica que o Sargento Alberi mudaria de trincheira mais tarde, traíndo os seus companheiros e sendo responsável pela prisão e morte de inúmeros militantes. Da instauração do bipartidarismo até a retomada do multipartidarismo, apesar do crescimento e consideráveis avanços do MDB nos anos 1970, a Arena foi o partido majoritário, agregando não só os udenistas, como a maior parte dos “petebistas” (PTB) e “pessedistas” (PSD).

Após o golpe foram instauradas devassas, como da Assembleia Legislativa do Paraná, os vários IPMs, como do PCB e do ‘Última Hora’ e outros indiciando sindicalistas e estudantes. Envolveram-se nesses processos em Curitiba o procurador da Justiça Militar, Benedito Felipe Rauen, os majores Dalmo Bozon e Haroldo Carvalhido, os

coronéis Carlos Assunção, do Serviço Nacional de Informação (SNI), e Waldemar Oswaldo Bianco, delegado regional da Polícia Federal, o capitão Carlos Alfredo Pellegrino e os generais da 5ª Região Militar, José Campos de Aragão e Samuel Alves Corrêa. Em Apucarana, destaca-se a atuação do major Ricardo Ritter Von Chelita e do capitão Isnar de Moura Romariz, este já na década de 70 e denunciado como torturador. Em Ponta Grossa, havia o capitão Índio do Brasil. Outras pessoas participaram desses processos, como os inspetores Petrônio Fontoura e Heitor Cezário Camargo²². O Delegado Osias Algauer, à frente da DOPS, notabilizou-se como um dos maiores torturadores do Paraná.

Sucedendo Ney Braga, Paulo Pimentel, apoiado por ele, derrotando Bento Munhoz da Rocha, marcou o seu governo como de repressão branda. Em 14 de Maio de 1968, o célebre episódio da tomada da Reitoria pelos estudantes universitários e de seu cerco pela PM acabou numa negociação direta com o governador e a suspensão do cerco pela PM sem repressão. Depois de Paulo Pimentel, Haroldo Leon Peres, no ato de sua posse como governador do Paraná, em março de 1970, afirmou que, finalmente, a “Revolução havia chegado ao Paraná” e que agiria com mão de ferro contra a corrupção e a subversão. Mas, já a partir de dezembro de 1968, o recrudescimento da repressão marcou o estado com o decreto do AI-5 e as primeiras ações nele baseadas. Nos primeiros dias de vigência do AI-5, na Chácara do Alemão, em Curitiba, a tentativa de articular um congresso regional da UNE teve desfecho similar ao que ocorrera em Ibiúna meses antes, culminando na prisão de quarenta e dois jovens e a condenação de quinze por mais de um ano no Presídio Provisório do Ahu.

Como vimos anteriormente, a repressão foi recrudescendo com o passar dos anos e o acúmulo de informações sobre os militantes, sendo o AI-5 o ponto de inflexão do endurecimento do regime. A resistência, da mesma forma, foi mudando suas características, conforme o momento. Também no Paraná, a luta contra o regime foi marcada até o AI-5 pela tentativa de reorganização dos movimentos de massa. Como exemplo, em Curitiba, houve a greve dos bancários e os estudantes, em diversas ocasiões, travaram batalhas campais com a polícia. Em Maringá, Londrina e Apucarana, ocorreram processos semelhantes de greves e manifestações estudantis. Já entre 1969 e meados dos anos 1970 a forma destacada de oposição foram os ensaios de luta armada e as tentativas de implantação da guerrilha rural, com as

organizações isoladas entre si. No processo de distensão, as oposições como um todo recuperaram as propostas de trabalho junto às massas e formação de grandes frentes de ação. Deve-se salientar que o PCB manteve essa política “massista” desde o golpe, apesar de que no Paraná ele tenha se desestrurado ao longo do processo, marcando a sua rearticulação em 1975 e novamente com a Operação Marumbi se desmantelado. Somente a partir de 1979 ele se rearticulava novamente.

Após o esgotamento das experiências armadas nos primeiros anos da década de 1970, também o Paraná – apesar da violenta repressão ao MR-8, VPR, VAR Palmares, AP, PCBR e POLOP, não se destacou por ações concretas nesse sentido, mas por ser o palco de planejamentos frustrados de instalação do foco guerrilheiro – sobreveio um período de relativa calmaria. Relativa, pois fora o momento do processo de autocrítica dos grupos, rearticulação interna e reativação dos trabalhos de massa. Esses esforços, favorecidos por uma aguda crise econômica do regime, renderam seus frutos no final dos anos 1970, quando multidões ocuparam as ruas de diversas cidades.

Se no Brasil inteiro, do final dos anos 1970 em diante, a política do governo de promover uma abertura “lenta, gradual e segura” foi acompanhada de intensa mobilização de estudantes e trabalhadores, no Paraná não foi diferente. Boa parte dos entrevistados ao longo do projeto “Depoimentos para a História” militaram nesse período de lenta redemocratização do país. Enquanto alguns já haviam atuado politicamente na década de 1960 ou mesmo nos “Anos de Chumbo” e continuaram na luta, boa parte começou a ter uma atuação política justamente nesse período, quando o regime estava flexibilizando o controle político e ideológico e já havia maior liberdade de ação e expressão, quando compararmos com os anos anteriores.

Diversas manifestações no Paraná precederam as famigeradas greves do ABC paulista, consideradas um marco nacional nessa inflexão final do regime. Ganhavam as ruas as demandas por Anistia, defesa da Amazônia, manifestações de estudantes, greves e movimentos de solidariedade variados. As entidades e grupos paranaenses estavam articulados com outros Estados, participando com frequência de encontros regionais e nacionais. Os diversos agrupamentos políticos, como PCB, Pcdob, MR-8, LIBILU, MEP descarregando seu voto ou mesmo participando do MDB e depois divididos entre PMDB

e PT, cresciam em número de filiados e coordenavam ações de adesão, reivindicação e denúncia do regime. A síntese feita por Tristão de Athayde é expressiva da postura da sociedade:

Esse ano de 1977, que acaba de findar, movimentou estudantes, cientistas, sacerdotes, memorialistas, empresários, intelectuais, políticos, militares, jornalistas e até mesmo presos e exilados, numa demonstração unânime de revolta da opinião pública nacional contra a marginalização pelo sistema político dominante²³.

Nesse contexto de ressurgimento dos movimentos e manifestações em massa de oposição, a repressão dura dos Anos de Chumbo fora substituída por prisões circunstanciais e por ações terroristas isoladas da “linha dura” e de setores civis de extrema-direita, a fim de intimidar a sociedade e eventualmente provocar um novo endurecimento do regime. Os militantes passaram a receber cartas e telefonemas ameaçadores e algumas bancas de jornal foram incendiadas.

Um dos destaques da resistência democrática nesse período foi a luta pela Anistia. Uma reportagem da Folha de Londrina, publicada no dia 16 de julho de 1978, destaca como o principal acontecimento nacional daquele ano “o recrudescimento da reivindicação de Anistia política no país”. Refletindo sobre a abrangência e representatividade desse processo, apontou que “os movimentos pela Anistia reúnem num coro unísono todas as classes sociais, todos os partidos, facções e grupos políticos, todas as entidades, instituições e personalidades representativas da vida nacional desejosas de pacificação política”. Amplos setores estariam envolvidos nessa luta, especialmente a igreja. Reivindicava-se uma Anistia umbilicalmente vinculada à redemocratização do país, à realização de uma Assembleia Nacional Constituinte livremente eleita, à defesa dos Direitos Humanos e à revogação de todas as leis de exceção. Essas demandas pela Anistia, bem como as lutas por um estado de direito democrático, teriam se difundido a partir da vitória do MDB, nas eleições de 1974²⁴.

Nas manifestações promovidas pelos estudantes e por outros setores sociais em maio de 1978, destacou-se a reivindicação por Anistia ampla, geral e irrestrita. Multiplicaram-se as entidades dedicadas ao tema no Brasil e inclusive na Europa, bem como a promoção de atividades relacionadas, como debates, conferências, semanas pela Anistia e noites pela liberdade. Passaram a ser formuladas propostas concretas e a exigência de Anistia se imiscuiu com a luta democrática mais ampla. O crescimento da luta pela Anistia corresponde ao crescimento da oposição ao regime de exceção e à exigência de um estado de direito democrático. Dessa forma, a base da luta pela Anistia foi, “não só o grande número de brasileiros vitimados direta ou indiretamente pelos atos de exceção do regime, mas o povo, na sua aspiração por liberdade”. Reconhecendo a necessidade de mobilizar o povo, a força motriz para derrubar o regime, os grupos de Anistia passaram a promover uma série de atividades buscando adesão maciça²⁵.

No Norte do Paraná, Apucarana, Londrina e Maringá, especialmente, serão espaços de constituição da resistência de esquerda. Em 1968, a DI – Dissidência do PCB - se instala em Apucarana no meio estudantil. O final daquele ano será marcado por dois importantes fatos para os estudantes de esquerda da cidade: a ruptura do grupo com a DI e a invasão e fechamento da sede da UEA por forças do Exército dois dias depois do AI-5, em 13 de dezembro. Sem clima para permanecer na cidade, dois integrantes - Antonio dos Três Reis de Oliveira e José Idésio Brianezi - aderem à ALN e se transferem para São Paulo no início de 1969, onde serão assassinados pela ditadura no ano seguinte, em 1970. Outros três se transferem para Curitiba, três permanecem na cidade e, juntamente com os que foram para a capital, aderem à POLOP e dois se desligam do movimento. Os que aderiram à POLOP serão presos em 1970 e entre eles está Geraldo Magela, que tentará o suicídio devido à violência das torturas. Libertados, o próprio Geraldo Magela, juntamente com Valdir Feltrim, partirão para o exílio, retornando ao Brasil somente após a aprovação da Anistia de Agosto de 1979.

Quando em 1975 o PCB se reorganiza no Norte do Paraná, novamente uma violenta onda de repressão se abaterá por toda a região, sendo que em Apucarana serão sequestrados, presos e torturados seis integrantes do PCB, mas também do diretório municipal do MDB. Em Londrina serão sequestrados, presos e torturados o

presidente do MDB local, um vereador, o diretor da Faculdade de Medicina da UEL, além de inúmeras outras pessoas. Maringá, Arapongas, Mandaguari, Cianorte e Paranavaí terão destino idêntico para diversas pessoas.

O Oeste e o Sudoeste paranaense, áreas de colonização recente e habitadas há milênios pelos povos indígenas que foram atropelados nesse processo, em alguns momentos foram palcos de importantes eventos da ditadura e da resistência. Os conflitos pela posse da terra, bem como o isolamento da região e a existência de uma vegetação nativa densa (Parque Nacional do Iguaçu) em pelo menos dois momentos atraiu a atenção das resistências armadas. A Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES) tentou instalar um foco guerrilheiro na região de Nova Aurora. Anos antes, entre 1968 e 1969, a primeira geração do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) buscou se instalar no oeste do Estado, chegando a realizar treinamentos de guerrilha e estabelecer uma rede de contatos para apoiar o movimento.

Já no final dos anos 1970, o Oeste paranaense voltaria à cena, agora com a luta travada pelos desapropriados atingidos pelas bargagens e por grupos indígenas, vítimas do mesmo processo. Nessa luta, que seria a gênese do MST, os populares e nativos contaram com a atuação de entidades religiosas, como a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Missionário Indigenista.

Nos Anos de Chumbo, militantes da AP foram integrados à produção, sendo espalhados pela região do Norte do Estado. Os estudantes se articularam por meio de entidades municipais e participaram também das organizações estudantis estaduais, como a UPE e a UPES, e de movimentos autônomos, como o Movimento Estudantil Livre (MEL). Em Maringá e Londrina, o PCBR conseguiu penetrar no movimento estudantil e instalou bases nas duas cidades, sendo desmantelado em 1970 com os seus militantes presos e torturados. Na metade dos anos 70, diversos estudantes de Londrina, integrados no então recém-fundado DCE da UEL, participaram tanto de manifestações locais quanto da própria rearticulação do movimento estudantil, em nível nacional. A cidade também sediou o Círculo Feminista de Londrina (CFML) com pronunciamentos e publicações altamente críticas, e o Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos (CLADH), que teve importante atuação nos

estertores do regime, levando importantes lideranças nacionais de oposição para a cidade, promovendo debates entre candidatos, palestras sobre Direitos Humanos, abaixo-assinados, atos públicos e denúncias da repressão.

Nesse período derradeiro do regime, atendendo a um pedido do CLDAH, o vigário Arnaldo Beltrami e o bispo Romeu Alberti realizaram uma missa na Catedral de Apucarana, em intenção dos dois militantes da cidade mortos pela repressão em 1970, José Idésio Brianesi e Antônio Três Reis de Oliveira. Participaram cerca de duzentas pessoas²⁶. Em Maringá, destacam-se, além da reorganização dos estudantes, mobilizações mais amplas como em 1977 quando ocorreu na cidade um encontro de líderes do MDB para discutir a censura e a repressão e foi prevista uma reunião no Ginásio Filadélfia (“Colossinho”) para debater “Direitos Humanos e Constituinte”, impedida pelo coronel Cesar Tasso Lemos Saldanha.

A capital paranaense foi palco de ação dos mais variados movimentos e organizações, desde os primórdios até o final do regime. Ali os estudantes travaram lutas contra a ditadura que ganharam repercussão nacional, como a tomada da Reitoria, e grupos como AP, PCBR, MR-8, PCB e Pcdob atuaram intensamente. No final da ditadura, Curitiba também sediou um estruturado movimento de associações de bairros e favelas, de Anistia e de defesa da Amazônia e meio-ambiente, além da reorganização dos estudantes. Nos anos 1970, algumas freiras ficaram na memória de presos políticos do Ahu, pela solidariedade prestada. No final da década, a partir de 1978, o Dacisa (antigo e atual Danc) foi um importante centro de reunião, discussão e articulação do movimento social. Se o Movimento Curitibano pela Anistia e o comitê pela libertação de Flávia Schilling nascem dentro do Darp (Diretório Acadêmico Rocha Pombo da UFPR), é no Dacisa (Diretório Acadêmico das Ciências da Saúde da UFPR) que eles se instalam, com o primeiro se transformando em CBA-Curitiba.

As inúmeras e extensas pastas do arquivo da DOPS demonstram a importância dessa organização em Curitiba e no Paraná. O CBA organizará as primeiras manifestações de massa pós-68 na cidade. É de dentro dele que nascerá o CDAMA e os comitês de solidariedade ao povo Nicaraguense e de El Salvador, os comitês de solidariedade aos trabalhadores da construção civil, aos metalúrgicos de São Paulo, aos professores, aos enfermeiros, bem como um

intenso movimento de organização de associações de moradores das favelas e bairros de Curitiba. O CBA-Curitiba integrará o comando nacional da luta pela Anistia. Dentro do DASCISA – Diretório Acadêmico do Setor das Ciências da Saúde – funcionava uma gráfica que seria colocada a serviço dos movimentos sociais em luta. A Igreja de Guadalupe sediará grandes encontros como o congresso de fundação do CBA, além de espaço de construção da solidariedade a inúmeros movimentos operários. O Movimento Feminino pela Anistia também marcará sua presença em Curitiba. Londrina também terá uma entidade do gênero, o Comitê Londrinense pela Anistia, de importante atuação na cidade e na região naquele período.

No meio trabalhista, com os sindicatos ocupados por pelegos impostos pelo regime, organizou-se a partir de 1977/78 as oposições sindicais entre bancários, metalúrgicos, trabalhadores da construção civil, bancários e enfermeiros, com as três últimas categorias protagonizando no período greves por melhores salários e condições de trabalho e vida. A Associação dos Professores do Paraná - APP, mais tarde transformada em sindicato, atuando no meio dos professores da rede pública do Estado foi, talvez, a entidade mais atuante do período protagonizando desde 1968 inúmeras e massivas greves, acampamentos e passeatas.

NOTAS Capítulo 1: A ditadura civil-militar

- ¹ FERREIRA, Jorge (A). *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: _____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- ² FERREIRA, Jorge (B). *Crises da República: 1954, 1955 e 1961*. In: _____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- ³ NEGRO, Antonio Luigi; DA SILVA, Fernando Teixeira. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 85-86.
- ⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 249; 254; 260.
- ⁵ MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 180.

- ⁶ FERREIRA (B), op. cit., p. 401.
- ⁷ RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 27-39.
- ⁸ DIAS, Reginaldo B. Sob o signo da revolução. a experiência da AP no Paraná. 1. ed. Maringá: Eduem, 2003. v. 1. p. 150-160.
- ⁹ ESTADO DO PARANÁ. Comissão Especial de Indenização. Processo nº 209, datado de 10 de fev. de 1998 (p. 3 do arquivo digital).
- ¹⁰ RIDENTI, Marcelo., op. cit., p. 102.
- ¹¹ RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 27-39.
- ¹² RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 102.
- ¹³ RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 27-39.
- ¹⁴ FOLHA DE SÃO PAULO. 80.000 universitários entram em greve. 4 de maio de 1977. In: DEAP. Pasta DOPS: Movimento de Emancipação do Proletariado, nº 1389, Topografia: 165.
- ¹⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: *Crises da República: 1954, 1955 e 1961*. In: _____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- ¹⁶ NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- ¹⁷ HELLER, Milton. op., cit., p. 538.
- ¹⁸ ESTADO DO PARANÁ. Comissão Especial de Indenização. Processo nº 209, datado de 10 de fev. de 1998 (p. 10 do arquivo digital).
- ¹⁹ HELLER, Milton Ivan. Resistência democrática: a repressão no Paraná. Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988. p. 353.
- ²⁰ DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO (DEAP-PR). Pasta DOPS: “Centro Popular de Curitiba” [CPC/PR], nº212, Topografia: 24.
- ²¹ DEAP. Pasta DOPS: ficha individual de Milton Ivan Heller, nº 06.872.
- ²² HELLER, Milton I., op. cit., p. 60-79.
- ²³ Tristão de Athayde. A luta pelo direito. Jornal do Brasil. 5 de janeiro de 1978. *Apud* Roberto Martins. Anistia: tema atual. Folha de Londrina. Caderno 3, 16 de julho de 1978. p. 6.
- ²⁴ Ainda que, inicialmente, a posição oficial de Geisel tenha sido afirmar que o governo não cogitava “distensão”, nem a revogação do AI-5, muito menos a Anistia, a partir de 1975 o movimento pela Anistia paulatinamente se transforma em fator de mobilização popular, deixando de ser uma simples reivindicação. Então, começam a surgir e se organizar nacionalmente as primeiras organizações e movimentos, como o Movimento Feminino pela Anistia, e se difundir jornais ligados ao tema e à defesa dos Direitos Humanos. Não é por acaso que, o primeiro boletim informativo do Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos (CLADH) termina com os seguintes dizeres: “Pela Anistia, pelos Direitos Humanos, pela Democracia”. Mas, é a partir de 1977 que a luta pela Anistia ganha musculatura no Brasil e no exterior e passa a tomar as ruas. Em países como Portugal, França, Suécia e Itália já atuavam comitês de solidariedade às vítimas da violência política e pela Anistia geral no Brasil.
- ²⁵ MARTINS, Roberto. Anistia: tema atual. Folha de Londrina. Caderno 3, 16 de julho de 1978. p. 7.
- ²⁶ Folha de Londrina. Bispo de Apucarana: “Que a morte do estudante seja semente da paz”. 12 de agosto de 1978.



Capítulo 2: As organizações políticas no Paraná

O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE LUTA

Durante a ditadura, entre aqueles que lutaram contra arbitrariedade instaurada se opuseram partidários da resistência não violenta a partir de um trabalho junto às massas e aqueles que, independentemente de seu discurso, optaram por empunhar armas e tentar o caminho mais curto para a revolução. Embora ambas as formas tenham coexistido ao longo de quase todo o período de exceção, é possível diferenciar os momentos em que uma ou outra se sobressaiu. Do golpe de 1964 até o AI-5 (1968) - não obstante a ocorrência dos primeiros ensaios armados, como no Sudoeste do Paraná, na serra de Caparaó e as ações pioneiras de algumas organizações - ainda havia brechas para uma atuação política junto à sociedade em geral, no sentido de mobilizá-la contra o regime. Os grupos de esquerda trabalharam essas possibilidades e 1968 ficou marcado pelas grandes manifestações de massa, como a Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, as greves em diversas cidades e a tomada da Reitoria da UFPR, em Curitiba. Artistas, intelectuais, profissionais liberais, trabalhadores em geral e estudantes tomaram as ruas, manifestando sua repulsa ao que vinha ocorrendo no país.

A imposição do AI-5 e o decorrente recrudescimento do regime caracterizaram o período posterior, não fortuitamente conhecido como “Anos de Chumbo”. Agora, as portas estavam fechadas para qualquer tipo de manifestação pública e não mais havia as salvaguardas legais outrora muito utilizadas para atenuar a perseguição do regime. Os escassos advogados de presos políticos já não tinham

recursos suficientes para tentar explorar as contradições do regime, em prol de seus defendidos. Nesse cenário de refluxo dos movimentos de massa, de pouquíssima possibilidade de rearticulação e endurecimento da repressão, a via armada foi a forma mais visível de ação política contra o *status quo*. Se inicialmente os revolucionários tiveram alguns sucessos, o aprimoramento da repressão com a centralização das informações e operações logo tornaram a “guerra revolucionária” almejada pelas “novas esquerdas” uma luta reativa e desesperada pela sobrevivência. A suposta “guerra contra a subversão e o comunismo” foi uma caçada impetuosa àqueles que ousaram contestar a ordem estabelecida. Estes, cada vez mais enfraquecidos, isolados e fechados em um ciclo vicioso, deixaram de formular estratégias de guerra para delinear ações desesperadas para garantir sua sobrevivência e tentar salvar companheiros presos, como os sequestros de embaixadores e cônsules estrangeiros.

As propostas de luta armada foram esvaziadas à força, até meados dos anos 1970, quando os diferentes grupos fizeram uma autocrítica dos meios empregados, alguns desaparecendo completamente e outros sinalizando para a necessidade do trabalho junto às massas, tal qual tentava fazer o tão criticado PCB, desde os primórdios do regime. À medida que o governo dava os primeiros indícios de abertura, diferentes grupos foram se articulando e logo ganhando uma amplitude nacional. Novos movimentos e entidades foram criados – como de Anistia, feministas e de defesa da Amazônia – ou retomados, todos com suas diretorias sob intensa disputa dos grupos de esquerda, amalgamados inicialmente em torno do MDB e a partir de 1980 das diversas siglas partidárias criadas, sobretudo PMDB, PT e PDT.

Mais especificamente sobre a resistência armada, por um lado há uma parcela de verdade na tese de que se tratou do último recurso para aqueles que ficaram sem espaço de atuação política institucional após o AI-5 e que, inclusive, perderam suas atividades profissionais, foram arrancados de suas bases políticas e sociais e impedidos de se apresentar como oposição. Por outro, deve-se destacar que a via armada foi uma decisão consciente de alguns, tomada em uma sociedade capitalista fundamentada na luta de classes, o que poderia ter sido feito, e de fato o foi, por uma ínfima minoria, enquanto ainda havia espaços de atuação¹. Ademais, as primeiras experiências de resistência armada ocorreram antes mesmo do AI-5, como a guerrilha

do coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório e do sargento Albery Vieira dos Santos, desbaratada em Capitão Leônidas Marques (PR), em abril de 1965. A Guerrilha do Caparaó (MG), suprimida em abril de 1967, e as primeiras ações armadas de grupos dissidentes do PCB.

A saída armada ou o projeto de guerra de guerrilha no Brasil é anterior ao próprio golpe, com antecedentes no levante comunista protagonizado em 1935, na linha adotada pelo PCB nos anos 1950, nos projetos revolucionários de grupos trotskistas e de setores vinculados às Ligas Camponesas e ao PCdoB. No início dos anos 1960, a ideia se difundiu ainda mais, sob influência da Revolução Cubana, mas não deixou de ser a proposta de apenas uma fração muito minoritária dentro da esquerda brasileira. Com a instalação do regime de exceção, a ação dos grupos armados foi precipitada, assumindo a forma da resistência mais extremada e libertária contra a ditadura. Resistência marcada pela crise das esquerdas no período, pela busca de novos paradigmas revolucionários e pela efervescência social e cultural no país e no mundo, era essencialmente subversiva, pois pregando a revolução e não a redemocratização (volta à legalidade interrompida) não poderia ser enquadrada no sistema, em seus mecanismos tradicionais de contestação à ordem, como o MDB².

Face à ascensão desta “nova esquerda”, sobretudo o PCB, então a principal força das fileiras derrotadas, sofrera sangrias irreparáveis. Sua direção não soube lidar com o revés sofrido em 1964, o que intensificou o processo já em curso de fragmentação da esquerda e das forças nacionalistas, opostas ao novo regime instalado. Mesmo antes do golpe – desconsiderando o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e as organizações trotskistas - além do PCB, o Partidão, havia outras três “organizações matrizes” que originaram agrupamentos ainda menores: sua dissidência anterior o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ação Popular (AP) e a Política Operária (POLOP)³.

Quanto ao Partidão, diversos militantes se descolaram de suas fileiras, mais especificamente de suas bases universitárias, originando ou reforçando os agrupamentos que pegaram em armas a partir do AI-5 (ou “golpe dentro do golpe”). Em linhas gerais, das dissidências (DIs) estudantis do Rio de Janeiro e Guanabara surgiu o MR-8. A DI de Minas integrou a Corrente e a DI paulista se dividiu entre a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares) ou Ação Libertadora

Nacional (ALN), esta liderada por Carlos Marighella. Ainda do PCB, surgiu o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A ALN e o PCBR, que tinham suas principais bases de sustentação respectivamente em São Paulo e na Guanabara, conseguiram se organizar nacionalmente, contribuindo significativamente para a redução drástica das fileiras do PCB, entre 1964 e 1968⁴.

Processo análogo ocorreu no interior da POLOP, da AP e com muitos militantes que haviam trocado o PCB pelo PCdoB. Estes acabaram acusando o novo partido de imobilidade e demora na preparação da resistência armada à ditadura, levando a novas cisões. Até o AI-5 o PCdoB perdeu mais da metade de seus membros, que constituíram o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e a Ala Vermelha (ALA) - esta se desdobrando posteriormente no Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), em São Paulo, e no Movimento Revolucionário Marxista, em Minas Gerais. Quanto à AP, ela também foi tocada pelas lutas e transformações dos anos 1960. A adesão ao maoísmo acarretou na perda de muitas bases e influência. Enquanto uma parte dos militantes trocou a AP por grupos engajados na guerrilha urbana, outra optou por uma linha “foquista” e se juntou a outros agrupamentos para formar o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). A POLOP também não resistiu aos efeitos do golpe. No congresso realizado em 1967 perdeu pelo menos metade de seus militantes, que pouco tempo depois formaram três organizações autônomas. No Rio Grande do Sul, seus egressos se uniram à ruptura gaúcha do PCB formando o Partido Operário Comunista (POC). Em Minas Gerais foram criados os Comandos de Libertação Nacional (COLINA). Em São Paulo, da fusão da dissidência da POLOP com o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) surgiu a VPR. As cisões mineira e paulista da POLOP se uniram brevemente em 1969, dando origem à VAR-Palmares, que por sua vez logo sofreria cisões, com uma parte de seus militantes reconstituindo a VPR⁵.

Quanto à primeira cisão, prevalecia ainda em meados dos anos 1960 a tese “etapista” difundida pelo PCB, tributária da análise do VI Congresso da Internacional Comunista, de 1928. A revolução brasileira seria feita em duas fases. A primeira, “democrático-burguesa” ou de “libertação nacional”, seria desencadeada por uma frente das forças progressistas para superar os entraves impostos ao desenvolvimento nacional pelo imperialismo internacional e pelos resquícios feudais

no campo brasileiro. Consumada esta transição agrária, antifeudal, anti-imperialista e “democrático-burguesa”, a segunda etapa seria a da revolução propriamente socialista, encabeçada pelos trabalhadores. Em contraposição a esta análise, outras organizações (VPR, VAR-Palmares, POC, PRT e MR-8) afirmavam o caráter imediatamente socialista do processo revolucionário, haja vista que a primeira etapa já estava superada e que a burguesia era uma classe no poder, que compunha com imperialistas (multinacionais) e latifundiários. Sustentavam teoricamente esse posicionamento os “teóricos da dependência” (destacando-se as teses de Gunder Frank) e um escrito de Caio Prado Jr. de 1966, no qual combatia as teses pecebistas. Malgrado as diferenças pontuais, ambas as correntes de opinião viam no latifúndio e no imperialismo os principais fatores de estagnação ou crise da economia, que bloqueavam o capitalismo brasileiro fadado ao fracasso. Esses entraves garantiam os fatores objetivos para o advento do socialismo, visto como a única via possível para alimentar as forças produtivas e retomar e aprofundar o desenvolvimento do país. Cabe observar que, no seio das organizações poderiam conviver interpretações variadas quanto ao caráter da revolução brasileira⁶.

A mesma divisão em duas correntes interpretativas mais gerais se fez presente quando se tratou da concepção de qual seria a organização necessária para se fazer a revolução. Ou seja, também não houve consenso quanto à natureza organizacional que os grupos se propunham a assumir. Polarizavam-se quanto ao papel atribuído à vanguarda: uns defendiam uma organização militarizada (a exemplo da guerrilha cubana) outros um partido marxista-leninista estruturado. Mas, independentemente do modelo adotado os diferentes grupos representavam a si próprios como a vanguarda revolucionária, já constituída ou em processo de formação a partir da própria luta (que as tornaria capacitadas para exercer o papel). Estava em disputa o papel a ser desempenhado pela guerrilha. Via de regra, as esquerdas armadas, reagindo às longas discussões teóricas do PCB, PCdoB e POLOP, privilegiavam as “ações revolucionárias”, submetendo a teoria à prática. Para uns não havia a necessidade de um partido já estruturado para deflagrar a guerrilha e fazer a revolução. Outros defenderam abertamente a necessidade de um partido de vanguarda para dirigir a guerra revolucionária como um todo, concatenando as ações armadas urbanas e rurais e de massa. Carentes

de uma estrutura com capilaridade social, rigidamente organizada e hierarquizada, acreditavam serem eles próprios o embrião do partido revolucionário ou defendiam que este surgiria naturalmente no decorrer do processo. A organização típica dos grupos guerrilheiros, salvo exceções, era composta da logística, do setor urbano de trabalho de massa e de outro voltado à preparação da guerrilha rural. Na direção estadual ou nacional, que frequentemente eram compostas das mesmas pessoas, estavam os representantes dessas três seções. Orbitavam em torno das organizações os grupos de simpatizantes, que foram se esgotando a partir de 1969.

Por fim, o terceiro nó divisor das esquerdas era a forma da luta revolucionária. Enquanto o PCB manteve a proposição da via pacífica para o socialismo, os agrupamentos que discordavam dessa orientação ao propor a via armada não entravam em consenso quanto à maneira pela qual ela ocorreria. Polarizavam-se maoístas e guevaristas (ou “foquistas”). As organizações pautadas pela guerrilha urbana divergiam sobre o tipo de luta. Os defensores da guerrilha rural se dividiam ao analisar o campo como já subordinado ao capitalismo ou com resquícios feudais, vendo os primeiros as massas do campo como “trabalhadores rurais” e os segundos como “camponeses”. Independentemente da nomenclatura, seriam eles a base da guerrilha rural, devendo ser integrados à organização. Mas, enquanto uns enfatizam a relevância da participação das massas urbanas e rurais no processo, outros subestimavam um grupo, ou outro ou os dois ao mesmo tempo. Dividindo algumas organizações nessas clivagens, abstendo-se de ações urbanas armadas, o PCdoB e a AP propunham a “guerra popular prolongada” “com o cerco das cidades pelo campo”. O MR-8 e Colina eram assumidamente foquistas, defendendo a implantação do foco guerrilheiro dissociado das massas como fator desencadeador do processo revolucionário. Embora sua direção tenha negado essa pecha, as teorizações e a prática da ALN a aproximaram muito dessa linha. Exceto pelo PCdoB, que protagonizou a peculiar experiência no Araguaia, os grupos propositores do “foco” ou guerrilha rural não conseguiram efetivar essa experiência, sendo destruídos ainda enquanto operavam ações urbanas preparatórias.

Nenhuma organização negava, pelo menos em tese, a participação no processo revolucionário dos operários e das massas

urbanas, bem como a necessidade de ações armadas nas cidades. Inicialmente, a guerra urbana prepararia os quadros para a luta no campo, poderia manter a repressão ocupada nas cidades e distante do “foco” e o viabilizaria financeiramente, sendo a guerrilha rural o embrião do exército revolucionário. Depois, já em um momento marcado pelo isolamento, as ações armadas nas cidades também serviriam como propaganda da revolução, meio de comunicação com as massas e forma de sustentar o funcionamento das próprias organizações. Embora o grande objetivo fosse a guerrilha rural, foram as atividades urbanas que notabilizaram os grupos guerrilheiros, exceto pelo Araguaia, e os colocaram mais próximos dos movimentos organizados, como nas manifestações de massa ocorridas em 1968, especialmente o movimento estudantil⁷.

Se por um lado havia inúmeras divergências entre os grupos, o que certamente contribuiu para seu fracionamento, as esquerdas armadas dos anos 1960 atuaram no contexto comum de um regime instaurado por meio de um golpe, que se respaldava na força para operar uma engenharia social em larga escala, reorganizando a sociedade, a política e a economia nacional (“modernização conservadora”). Essa vivência de um mesmo processo histórico e conjuntura específica proporcionava a partilha de pelo menos alguns pressupostos teóricos gerais para além do anticapitalismo e anti-imperialismo e do dogmatismo nas certezas criadas, como a validade da luta armada. Grosso modo, os grupos que pegaram em armas acreditavam que, os pré-requisitos objetivos para a revolução já estavam dados: a economia brasileira vivia um processo irreversível de estagnação sob a ditadura, que assegurava o jugo do imperialismo e a manutenção do decadente capitalismo. Diante disso, era possível uma pequena organização vanguardista suscitar a crise final no sistema⁸.

Como só faltavam as condições subjetivas para a revolução, a tarefa central e inevitável era expulsar os elementos retrógrados por meio da organização da ação da vanguarda revolucionária, que ao deflagrar a guerrilha e organizar as massas romperia com o imobilismo anterior da esquerda, representado sobretudo pelo PCB. A ditadura deveria ser derrubada, seu aparelho burocrático-militar destruído, os imperialistas expulsos e o regime e a estrutura de classes da sociedade transformados. Enquanto uns foram ou sustentaram

propostas mais “militaristas”, com maior volume de guerrilha e com esta ocupando papel fundamental em seu projeto revolucionário (ALN e VPR), outros foram mais “massistas”, insistindo – pelo menos teoricamente - em um trabalho mais profundo com as massas paralelo às ações armadas (MR-8, PCBR, ALA e VAR). Face ao mesmo inimigo e meta, se por um lado uma unificação maior não foi possível dado as divergências teóricas e a truculência da repressão, por outro foram organizadas frentes para ações armadas conjuntas.

A recorrência às armas foi se intensificando a partir da recuperação do capitalismo brasileiro, do refluxo dos movimentos sociais e do fechamento imposto pelo AI-5, que influenciaram na permanência dos agrupamentos nas cidades e em uma reconsideração teórica, enfatizando o papel da guerrilha urbana outrora visto como secundário e suplementar. O crescente isolamento e a clandestinidade forçada obrigaram os militantes a deflagrar ações de “expropriação”. Em pouco tempo todos os agrupamentos passaram para a defensiva, o projeto de derrubada do regime por via das armas como um todo malogrou e logo se transformou em uma luta defensiva encarniçada pela sobrevivência e manutenção da operacionalidade dos grupos, com ações desesperadas e isoladas da sociedade. Essa lógica foi implicando uma dinâmica circular que ia apertando o cerco: ações para sobrevivência ou libertação de companheiros presos, novas prisões e execuções, mais ações armadas, mais repressão. O processo foi ceifando os grupos e os privando do que restava de suas bases sociais⁹.

Se o golpe em 1964 já acabou com as expectativas da maioria dos entusiastas da proximidade da revolução, o decreto do AI-5 a distanciou ainda mais e a derrota dos projetos guerrilheiros nos Anos de Chumbo enterrou de vez essas esperanças. As condições que permitiram uma ebulição política, cultural e social entre o final dos anos 1950 e o final dos anos 1960 foram esgotadas na marra, advindo um período de refluxo das lutas. Porém, este não duraria muito, sendo rompido a partir do final dos anos 1970, com o ressurgimento das organizações e movimentos de massa.

Vejamos na sequência a linha de cada organização e uma síntese de sua atuação no Paraná, que podem ser mais bem compreendidas a partir dos depoimentos disponibilizados na íntegra na internet.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Fundado, basicamente, por anarco-sindicalistas em 1922 e sob influência das leituras e programa da III Internacional Comunista, até o golpe militar de 1964, o PCB predominou no cenário da esquerda, ainda que na ilegalidade na maior parte do tempo. Com militantes atuando no país inteiro, exerceu grande influência em vários setores sociais e nas lutas políticas e sindicais, promovendo o próprio processo de sindicalização e campanhas de abrangência nacional, como “O Petróleo é Nosso” e contra a invasão da Coréia pelos Estados Unidos.

Entre 1945 e 1964, o PCB passou por algumas convulsões internas, cisões e reorientações ideológicas, que o levaram ora a buscar uma frente progressista desenvolvimentista e anti-imperialista, ora a se opor radicalmente ao governo e às forças burguesas, propondo o voto nulo. Às vésperas do fatídico primeiro de abril de 1964 e mesmo depois, prevaleceu no Partidão a primeira vertente, traduzida no apoio ao governo Jango e inspiradora de um programa considerado “pacifista” e “nacional-reformista”¹⁰. Pautava-se o PCB - já então fragilizado pela saída de militantes que fundaram o PCdoB - pela criação de uma frente progressista, que consolidasse a revolução democrático-burguesa no Brasil, superando suas reminiscências “feudais” e os laços desses segmentos retrógrados com o imperialismo, que entravava o desenvolvimento das forças produtivas. Esta etapa era vista como imprescindível para a revolução socialista e emancipação final do proletariado, cabendo ao governo de João Goulart papel central na consumação dessa fase de transição. Tal linha de pensamento está presente na resolução política do V Congresso do PCB, de 1960¹¹.

O PCB antes do golpe era a principal organização de esquerda organizada no Paraná. Quanto a esse período, cabe citar algumas memórias de antigos militantes. Osiris Boscardim Pinto recorda de seus primeiros contatos com o PCB em Curitiba, da segunda metade dos anos 1940 em diante, na célula Leocádia Prestes, na rua Comendador Araújo. Funcionários dos correios, em 1947 ele chegou a atrasar a entrega de mensagem telegrafada vindo do Rio de Janeiro, que comunicava a ilegalidade do Partido Comunista, a fim de alertar seus companheiros previamente garantindo algum tempo para prepararem algo, acaso houvesse necessidade.

Também na região de Maringá, Francisco Conde, de 1963 até o golpe, integrou o quadro de diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mandaguari. Membro do PCB desde 1960, participou de uma célula local, desenvolvendo atividades políticas e sindicais. Conde foi preso já no dia 5 de abril, sendo mantido na delegacia de polícia de Mandaguari, “juntamente com outros sessenta e quatro presos políticos de Mandaguari. A sede do sindicato em que o requerente era diretor foi queimada”¹². Outros militantes do PCB em outras cidades do Estado encontrarão destino semelhante como os casos de Paulino Vieira em Apucarana e que voltaria a ser preso em 1975 na Bahia. Entre tantos, destacamos Manuel Jacinto em Londrina, Moacir Reis Ferraz em Campo Mourão, Espedito Rocha em Curitiba. Este suplente de vereador e integrante do Sindicato dos Químicos foi para a clandestinidade, somente saindo dela em 1979 com a Lei de Anistia, voltando no final desse ano para reorganizar o PCB no Estado.

Há interessante documentação disponível que revela a atuação do Partidão durante os primeiros anos da ditadura em Curitiba¹³. No informe nº 64-E2/65¹⁴, consta que havia um agente da repressão infiltrado no PCB e que militantes do partido visavam realizar um atentado contra o comandante do 3º Exército, e já estavam estudando o itinerário que fazia em seu cotidiano. Cabe notar que tal informação da repressão contrasta com a postura geral assumida pelo PCB, de recusar ações armadas. Essa discrepância entre a documentação oficial e a linha pecebista também é verificada no informe nº 75-E2/66, de abril de 1966, onde aparece que estava previsto que o PCB iria furtar armas de organizações militares para preparar guerrilhas. É difícil de acreditar, pois o PCB do Professor Vieira Neto, de Jorge Kharan, Jacob Schmidt, Berek Kriger, Jodat Nicolas Khouri, Flávio Ribeiro, Moacir Reis Ferraz e tantos outros, adotava uma linha de resistência pacífica, o que acabou por afastar a juventude de dentro do seu seio que exigia uma postura de resistência mais efetiva e menos burocrática do Partido. Essa juventude rompe com o PCB no Paraná e vai compor as dissidências notadamente a DI que se ligará com a DI do Rio de Janeiro e o PCB de Apolônio de Carvalho e Mário Alves da Guanabara.

O Golpe intensificou em todo o Brasil esses debates internos nas fileiras do PCB, com notórios dirigentes defendendo posições contrárias a de Prestes dentro da direção, criticando a linha hegemônica

de política pacifista e a não organização dos militantes para oferecer resistência em 1964. As dissidências, principalmente de suas células universitárias, cortaram o Partido da base aos órgãos máximos dirigentes, privando-o de pelo menos metade de seus integrantes remanescentes até 1968. O afastamento dos militantes devido à repressão ou adesão à resistência armada imediata deixou o PCB relativamente desestruturado e carente de suas bases de sustentação em quase todo o país. Os dirigentes que saíram ou foram expulsos levaram consigo considerável contingente partidário. A oposição à direção ganhou corpo, principalmente, no Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Rio Grande do Sul e Nordeste, e à medida que isso ocorria a comissão executiva nacional buscava manter o controle por meio de intervenções nos diretórios, dissolvendo certas direções e criando outras alinhadas com a política delineada, o que acelerou as rupturas. Essa perda generalizada de influência aliada à proposta de resistência pacífica por meio do projeto de redemocratização do MDB, por outro lado, poupou o Partidão da repressão mais pesada, até pelo menos 1975. Uma notícia publicada pelo jornal “Diário do Paraná”, no dia 28 de novembro de 1967 informa que um grupo de oficiais do exército, liderados pelo coronel Ferdinando de Carvalho e pelo general Clóvis Bandeira Brasil, desarticulou o comitê central do PCB no Estado. Foi o início do IPM instaurado em dezembro de 1967, envolvendo 27 pessoas, das quais 16 foram absolvidas e onze foram condenadas de um a quatro anos de reclusão¹⁵.

Após essa devassa de um lado e as dissidências do outro, o PCB vai se reorganizar no final de 1974 até ser duramente atingido pela repressão, em 1975, com a deflagração da Operação Marumbi, delineada justamente para suprimi-lo no Paraná, após a vitória eleitoral do MDB, no ano anterior. Mais de cem pessoas foram presas no estado. Até esse golpe, o PCB vinha se preocupando com a rearticulação, formação teórica de seus quadros, havia auxiliado nas campanhas emedebistas e realizado uma rifa, a fim de angariar fundos para os presos políticos do Chile¹⁶. As prisões realizadas entre setembro e outubro de 1975 em diferentes cidades do Estado (Londrina, Paranaguá, Curitiba, Mandaguari, Ponta Grossa, Maringá, Arapongas, Apucarana, Rolândia, Guarapuava, Cianorte e Paranavaí) mostram tanto o grau de amadurecimento do serviço de inteligência da repressão, quanto a difusão do PCB no Estado¹⁷. A repressão foi

tão violenta que desestrutura o partido. Somente em 1978 ele vai começar a sua reorganização, destacando-se notadamente um grupo de jovens do curso de arquitetura da UFPR. Para a sua reorganização será decisivo a Anistia, que promoverá o retorno a Curitiba de importantes lideranças, notadamente de Espedito Rocha.

Há vários depoimentos que trazem mais informações sobre a organização e sua atuação no Paraná, como as gravações com Narciso Pires, Francisco Luiz de França, Wilson Previdi, Honório Delgado Rúbio, Osiris Boscardim, Arno Giesen, Vitório Sorothiuk, Carlos Frederico Marés, Euclides Coelho (Dadá). Os depoimentos de Marcelo Jugend e Luiz Carlos da Rocha trazem mais informações sobre o partido no período tardio da ditadura.

ALIANÇA LIBERTADORA NACIONAL

A fundação da Aliança Libertadora Nacional (ALN) remonta à divergência e posterior saída do dirigente Carlos Marighella do PCB, por volta de 1966. Com inserção em vários setores, a principal base de atuação da ALN foi São Paulo. Se no começo, sob influência de Marighella, parte da seção paulista do Partidão o acompanhou na formação da ALN, no decorrer do processo armado as bases se tornaram mais homogêneas, com destaque para estudantes e trabalhadores intelectualizados (mais da metade dos processados da organização).

Em seu projeto antioligárquico, anticapitalista e de libertação nacional buscava a ALN congregar as várias forças progressistas. Portanto, não propunha o advento imediato do socialismo, logo não rompia inteiramente com a tese do PCB da revolução brasileira em duas etapas, embora divergisse quanto ao grupo que lideraria o processo: não a burguesia nacional, mas os grupos guerrilheiros identificados com os camponeses e operários. Apesar dessa composição possível, a ALN era incisiva em suas críticas aos grandes capitalistas e latifundiários brasileiros vistos como umbilicalmente vinculados aos imperialistas.

Para desencadear o processo revolucionário, Marighella negava radicalmente a necessidade de teorizações aprofundadas e da existência prévia de uma estrutura partidária. Aderente do projeto revolucionário continental da OLAS (Organização Latino-Americana

de Solidariedade) e próximo do regime cubano, ele fora um crítico ferrenho do caráter burocratizante e imobilizador da estrutura do PCB. Somente pequenos grupos de homens armados tinham a agilidade necessária para executar as tarefas da luta armada. O partido surgiria naturalmente em um segundo momento e como decorrência da ação das guerrilhas, congregando os diferentes quadros e organizações e polarizando as atividades revolucionárias. Em primeiro lugar, estava o princípio da ação revolucionária. A ALN seria uma espécie de rede ou federação de grupos armados, com autonomia tática e um comando geral delineador do planejamento estratégico, mas que também participava das operações. Embora não tenha se assumido como foquista, a organização também defendia que deveria começar a guerrilha, mesmo que descolada das massas, para principiar o processo revolucionário. Além de sua função logística e tática, as ações de guerrilha cumpriram um papel de propaganda e comunicação com as massas. O setor armado ocupava lugar central na estratégia e organização da ALN (“Democracia revolucionária”).

Na pasta temática do PCdoB da DOPS¹⁸ há a cópia de um inquérito referente à ALN indiciando um sapateiro, cujo nome está quase ilegível (parece ser Artemisio Flôres), natural de Tibagi. Arno André Giesen comenta que um pessoal inicialmente vinculado ao PCBR em Londrina havia se ligado a ALN. “A ALN tinha um projeto mais avançado de preparação de guerrilhas e estava interessada nos contatos que nós tínhamos no Paraná”. Esse excerto retirado do livro de Milton Ivan Heller é procedido da seguinte frase: “Até 1974, tentou-se organizar a ALN no Paraná, quando a organização foi destruída pela repressão”¹⁹.

Narciso Pires detalha melhor esse processo narrado por Giesen. Enfatiza que, em Apucarana havia um movimento estudantil muito ativo até 1968, quando foi abruptamente esvaziado pela repressão, quando alguns jovens optaram pela via armada de enfrentamento com o regime, destacando-se Antônio Três Reis de Oliveira e José Idésio Brianesi. Os demais integrantes dessa “geração de ouro” flertaram com a ALN, porém logo se afastaram por divergirem de sua avaliação teórica e prática da “revolução brasileira”. O grupo cindiu e uma parte engrossou as fileiras da POLOP, a outra parou com a militância. Brianesi e Três Reis acabaram entrando na organização de Marighela e posteriormente assassinados em São Paulo pela repressão (o primeiro em abril de 1970, e o segundo em maio do mesmo ano). Brianesi, nos

documentos da repressão, é classificado como um dos subcomandantes do Grupo Tático Armado da ALN. No IPM aberto para apurar as atividades do POC consta que José Valdir Feltrin de Apucarana teria, antes de entrar no mesmo, aproximado-se de membros da ALN e colaborado com a organização, arrecadando fundos²⁰.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO

Juntamente com a ALN, o PCBR foi o principal racha do PCB nas bases e na cúpula. Antes de se espalhar pelo país, o grosso de seus militantes, composto de profissionais diplomados e estudantes (quase 40%), era do Rio de Janeiro. Seu primeiro Comitê Central (CC) foi escolhido em um sítio perto de Niterói em abril de 1968 e contou com entre 15 e 20 dirigentes - dentre eles alguns ex-membros do CC do PCB -, destacando-se Mário Alves (secretário de organização), Apolônio de Carvalho (secretário político), Jacob Gorender (secretário de agitação e propaganda), Miguel Batista dos Santos, Jover Telles e Bruno Costa de Albuquerque Maranhão.

O PCBR surgiu como tal no primeiro semestre de 1968, tendo suas raízes no PCB e origem imediata na Corrente Revolucionária (tentativa de reorganizar as dissidências do Partidão). Em abril, sua linha política já estava definida estabelecendo como meta central destruir o “aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário” e implantar em seu lugar o “governo popular-revolucionário”. Essa “revolução popular” deveria “seguir o caminho socialista de desenvolvimento e converter-se em revolução socialista”. Se para a ALN e o PCB a principal oposição era entre nação e imperialismo, para o PCBR a contradição primeira era entre o proletariado e a burguesia.

Em sua *praxis*, a opção militarista foi predominante, com a execução de ações armadas que recrudesceram o processo de repressão, isolamento e entropia. Na teoria, optou por uma postura intermediária entre “massistas” e “foquistas”, buscando conciliar a preparação para a luta armada com a continuidade dos trabalhos políticos junto às massas e movimentos sociais. Para integrar as ações de guerrilha e de massa urbanas e rurais, um documento de abril de 1968 colocava como dever imediato e fundamental

“organizar, iniciar, desenvolver e culminar a luta armada, a partir da guerra de guerrilhas”²¹. Esta, dirigida pelo partido, detonaria a insurreição generalizada dos trabalhadores urbanos e rurais, que ganharia corpo abrangendo novas e extensas regiões a partir de uma “luta difícil e prolongada”. O PCBR chegou a organizar treinamento militar em Sergipe, em 1969, e contou com recursos desviados por Jorge Medeiros, o “bom burguês”.

Quanto a sua trajetória, ao passo que atraiu militantes de outras organizações (como da AP do Rio de Janeiro), também houve movimento no sentido inverso (o grupo de Jover Telles para o PCdoB). Seu surgimento ocorreu em um momento de fortes mobilizações estudantis, e quando ainda era possível ter alguma participação política nos movimentos de massa – o que influenciou sua composição de membros. Ademais, a participação no movimento estudantil era parte da política de vincular as lutas de massa e a ação militar. Vários militantes participaram da organização do partido no Paraná, por onde passaram, por volta de 1969, diversas lideranças do comitê central, como Apolônio, Salatiel, Elinor, Seledino, Henrique Roberti e Alberto Vinicius de Mello (“Xanha”), na malfadada tentativa de estruturar a guerrilha rural. Em Curitiba, o PCBR contou, sobretudo, com a participação do bancário José dos Reis Garcia e dos estudantes Vitório Sorotiuk, Maria Joaquina Marques Dias, Romeu Bertol, Suely Penha Rodrigues, Mauro Daisson Otero Goulart e Carlos Frederico Marês. Em Londrina, a organização se estruturou com Manoel Jacinto, liderança histórica do Norte do estado, que havia atuado na Guerrilha de Porecatu, e em Maringá com Laercio Souto Maior, Licínio Lima e Ruth Ribeiro de Lima, Deise Delfune e vários outros nomes²².

Na sua ficha da DOPS, consta que Arno Andreas Giesen foi indiciado no IPM do PCBR. Giesen teria deixado o PCB após militar algum tempo para fundar o PCBR em Rolândia, induzido por Manoel Jacinto. Foi preso e torturado juntamente com os demais militantes do estado, no arrastão de 1970²³. Se as baixas já vinham acontecendo desde 1969, janeiro e fevereiro de 1970 foram os meses fatais para o PCBR, quando em decorrência das quedas de Salatiel e de Jurandir, o motorista do comitê central, ocorreram diversas prisões e assassinatos de militantes e dos principais dirigentes. Caíram vários membros do CC e as células de São Paulo (poucas pessoas e quase

exclusivamente ligadas à classe média), Rio de Janeiro e Paraná. É nesse momento que ocorreram as prisões em Londrina e Maringá.

Embora muito enfraquecido, o PCBR teve um terceiro comitê central, que adotou a política militarista como ponto central em detrimento do trabalho de massas e continuou operando ações armadas nos anos subsequentes, redirecionando o trabalho político para o Nordeste. Contudo, novas prisões em 1972, a falta de quadros e condições, os exílios, a repressão e reconsiderações acerca da linha política adotada levariam ao abandono das ações armadas - ainda que uma operação de expropriação de banco tenha sido realizada de forma isolada nos anos 1980²⁴.

Ao longo do projeto foram ouvidos vários depoimentos de membros do PCBR, de Curitiba, Londrina e Maringá, destacando-se o do próprio Reis Garcia, Romeu Bertol, Vitório Sorothiuk, Elza Correia, Carlos Frederico Marés de Souza, José Aparecido Sforini, Ramires Moacir Pozza, Diva Ribeiro Lima e Tarcísio Trindade.

OS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS OITO DE OUTUBRO

No final dos anos 1960, existiram duas organizações intituladas MR-8: a Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ) e a Dissidência da Guanabara (DI-GB), ambas dissidências do PCB. A primeira era assumidamente foquista e a segunda, com uma prática não muito diferente, defendia uma visão insurrecional, que não prescindia do trabalho de base. Enquanto o DI-RJ se esgotou com o fracasso de sua tentativa de instaurar um foco guerrilheiro no Oeste paranaense, a atuação da DI-GB se divide em dois momentos e em duas formas completamente distintas de atuação. No início, como dissidência universitária do PCB, fora adepta da luta armada conjugada com um trabalho de massas. Na retomada da organização, já no final da ditadura, uma parcela dos militantes revisou suas teses e passou a defender abertamente o movimento de massas e a necessidade de organização de uma frente ampla como meio de derrubada do regime e instauração do socialismo.

A gênese do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) – o nome é uma homenagem a Ernesto Che Guevara, assassina-

do em 08 de outubro de 1967 na Bolívia - está em duas das várias bases universitárias ou “dissidências estudantis” (DIs) do PCB que romperam com ele após o triunfo do golpe civil-militar, em 1964. As querelas internas já vinham da conciliação do Partidão com o governo Goulart e foram se intensificando e polarizando os membros até culminarem nas “dissidências” após o golpe.

Em um primeiro momento, a estratégia fora transformar o PCB por dentro, como ensaiou uma de suas frações universitárias (UFRJ) ainda em 1964. Nos dois anos seguintes, esse agrupamento denominado de *dissidência* foi se expandindo com a criação de células em outras universidades do Rio e o estabelecimento de contatos com jovens de outros estados e organizações (como AP e POLOP). Então, a direção do PCB buscou enquadrar e submeter a fração a rígido controle, o que incendiou e radicalizou ainda mais a luta interna. A gota d’água veio com as eleições parlamentares de 1966, quando as direções do PCB se comprometeram com candidatos do MDB em prol da redemocratização e de seus interesses institucionais e a dissidência, que desprezava essa via e esboçava propostas de confronto armado, propôs o voto nulo. Não houve consenso e a fração “rachou” com o Partidão, antes mesmo de ser expulsa.

Surgia então, formalmente, a Dissidência Universitária Guanabara (DI-GB), sem ser acompanhada das frações dos demais estados, que aguardavam o VI Congresso do PCB, previsto para 1967, buscando reverter o processo por meio da luta interna e não ruptura. Sem consenso interno, a DI-GB se enfraqueceu com a dispersão de seus membros contrários à criação de uma organização nacional, que deveria unificar as demais dissidências. Enquanto uns se integraram na Corrente Revolucionária (que ainda lutava dentro do PCB) outros foram para o PCdoB ou para o PCBR.

No final de 1967, foi organizada uma conferência e os poucos remanescentes, que resistiam em aderir a outras organizações, reiteraram sua postura em defesa da autonomia. Até o fechamento imposto por meio do AI-5, esse segmento soube se aproveitar da agitação social e do crescimento maciço do movimento estudantil (ME) para revigorar e reforçar sua organização, aderindo novos membros e se articulando com a dissidência baiana do PCB. Sua estratégia de respeitar a autonomia das entidades e incentivar o ME a partir de suas próprias reivindicações, sem instrumentalizá-las e utilizá-las

como pretexto para implementar objetivos políticos maiores (como combater a ditadura), mostrou-se bem sucedida e, em 1968, pelo menos no Rio de Janeiro a DI-GB esteve no epicentro da contestação à ditadura. Apesar desse avanço, nacionalmente, ela não conseguiu romper o isolamento e reverter sua pouca expressividade.

As primeiras ações armadas da DI-GB foram executadas diante do recrudescimento do regime. Essa opção pela luta armada, sem abandono das referências proletárias e socialistas, foi assumida oficialmente em uma conferência realizada em abril de 1969. Cinco meses depois, em setembro, foi realizada sua ação de maior repercussão: o sequestro do embaixador americano, Charles Elbrick, em parceria com a ALN. Foi este o momento no qual o grupo (DI-GB) resgatou e assumiu o nome de Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) como estratégia para desmoralizar o regime.

Conforme Daniel Aarão Reis e Marcelo Ayres Camurça, tempos antes desse evento histórico, a repressão havia anunciado ter desbaratado completamente um suposto “MR-8”, referindo-se com essa sigla à DI-RJ como uma jogada de marketing. Essa organização se autodenominaria simplesmente Organização ou O. – nome sem apelo popular para figurar na mídia como “desbaratado”. De repente, por intermédio da DI-GB, essa organização supostamente “ressurgia” aos olhos do grande público, sequestrando o maior representante do imperialismo no Brasil²⁵. Contrariando as afirmações de Reis e de Camurça, o membro da DI-RJ Aluizio Palmar revela em seu depoimento que seu companheiro de organização João Manoel Fernandes teria assumido publicamente o nome de MR-8 em meio a uma ação de expropriação de banco feita no Rio de Janeiro, quando então explicava aos clientes e funcionários quem era o grupo e porque estavam se apropriando do dinheiro. Portanto, o nome havia sido criado e aceito anteriormente pelo próprio grupo ao invés de ser uma mera invenção da ditadura, mesmo porque eles já publicavam uma revista intitulada Oito de Outubro.

O MR-8 de Palmar foi desarticulado completamente no final de 1969. Tinha uma concepção assumidamente foquista e teve repercussão espacial e política limitada, restringindo-se às dissidências do PCB do Paraná e de Niterói. Uma parte de seus membros chegou a treinar táticas de guerrilha por cerca de dez meses no Parque Nacional do Iguaçu, no Oeste paranaense, tutorados por “Aquino”, um paraguaio que fez curso em Cuba. Seus militantes compraram

duas propriedades rurais na região, um jipe e armas com o dinheiro de ações de expropriação. A queda e desarticulação do grupo se deu em decorrência de um acidente de carro (Cascavel) e da prisão de quatro militantes que haviam partido do Rio de Janeiro com a missão de resgatar Palmar, detido em Foz do Iguaçu e preso anteriormente.

O movimento assumido como MR-8 em um segundo momento (DI-GB) foi um pouco mais duradouro e abrangente. O sequestro do embaixador, que foi o ponto alto da organização, também marcou seu declínio, dado ter despertado a fúria da repressão, que desarticulou de forma truculenta e em curto espaço de tempo essa e todas as outras organizações que pegaram em armas. Após várias prisões, que debilitaram sobremaneira a organização, em 1971, a adesão de Carlos Lamarca e de outros militantes da VPR gerou uma breve ilusão de revitalização. Contudo, essa sensação não durou muito, soçobrando com a morte do capitão renegado no interior da Bahia. Em 1972, a situação do MR-8 era crítica, com suas redes de apoio minadas e muitos militantes dispersos, presos, torturados e assassinados.

Na trajetória do segundo MR-8 esteve presente a concepção de que seria necessária a integração junto a uma organização maior e mais representativa, capacitada para o trabalho com as massas e para liderar o processo revolucionário. Contudo, o próprio Oito se organizou de forma semelhante aos grupos propositores da ação revolucionária, independentemente da existência ou não de uma entidade maior prévia. Estava dividido em três seções, sendo a liderança de cada uma delas a direção máxima do grupo: um setor armado, outro de trabalho de massa e um terceiro para atuar junto às camadas médias. No final do processo, a despeito dessa teorização, a DI-GB ou MR-8 acabou também pegando em armas, restringindo-se e isolando-se com as ações armadas. A maior parte de seus membros era de profissionais com formação superior e estudantes – estes somaram 49,3% dos processados com ocupação conhecida.

Em contrapartida, inspirados na experiência e nos escritos de Guevara e Régis Debray, o MR-8 primeiro, oriundo da DI-RJ, assumia ser “foquista”. Essa linha de pensamento inspirou o grupo, que buscou implantar o foco guerrilheiro no sudoeste do Paraná, experiência iniciada com a averiguação das condições locais ainda em 1967 e desbaratada pela repressão dois anos depois. O depoimento prestado por Aluizio Palmar revela a organização de uma ampla base de apoio no

leste paranaense decorrente dos contatos prévios do sargento Bernardino Jorge Velho com os camponeses da região, feitos ainda antes da ditadura quando ele próprio fora recrutado por Gregório Bezerra para integrar o PCB. Embora não pudessem se envolver com os conflitos sociais locais, a fim de garantir a segurança da estrutura organizada, Aluizio Palmar, Nielse Fernandes e Bernardino acabaram intervindo em algumas querelas, envolvendo camponeses e jagunços.

Sem segurança alguma para continuar atuando no Brasil, o então núcleo dirigente do MR-8 optou pelo exílio no Chile, onde já estavam militantes experimentados e redes de apoio. No Chile, a supracitada redefinição ideológica crítica da luta armada não foi consensual. O já quantitativamente insignificante MR-8 rachou em duas alas, ambas propondo a revisão da luta armada. Uma delas se extinguiu com o golpe no Chile, que dispersou seus poucos membros em vários países, e a outra realizou ainda antes da derrubada de Allende uma conferência geral, optando pelo fim da luta armada e pelo início de um trabalho de massas. O trabalho político foi rearticulado com a reativação de contatos e bases pré-existentes no Brasil. Paralelamente às ações na esfera político-institucional e junto às lutas democráticas em ascensão nas grandes cidades, movimentos e organizações sindicais formaram a principal base de atuação do MR-8. Essa opção política levou ao fortalecimento do Movimento na segunda metade dos anos 1970. Em 1974, já participou do processo eleitoral apoiando candidatos progressistas do MDB. Em 1976 elegeu vereador no Rio de Janeiro e em 1978 um deputado estadual. Ao lado do que restara da Ação Popular Marxista Leninista (AP-ML) e da Política Operária (PO), esse MR-8 integrou a “tendência proletária”, congregada em torno da revista *Brasil Socialista* (BS).

Em outubro de 1979, portanto depois da Anistia, o “Oito” realizou seu segundo congresso, definindo com maior precisão os contornos de sua linha política, baseada na constituição de uma “frente popular” contra a ditadura que seria expressa no MDB, que por sua vez seria “popularizado” e dirigido por setores progressistas. O papel do Oito seria fomentar uma revolução nacional, agregando inclusive os setores progressistas e nacionalistas da burguesia e dos militares, para se contrapor ao imperialismo estadunidense. Essa linha mais conciliadora gerou um grande racha durante o III Congresso, levando à saída de expressivos setores e lideranças discordantes.

Concretamente, essa nova geração autointitulada MR-8 construiu uma estrutura de agitação e propaganda para denunciar o regime e conscientizar o povo (baseada no estilo leninista de “denúncia política” e “estigmatização”). O expoente dessa estratégia foi o combativo jornal *Hora do Povo*, que achincalhava a ditadura empregando linguagem popular e era vendido por “brigadas” em locais de concentração de pedestres. A repressão que o regime desencadeou sobre seus veiculadores, prendendo-os em público ou mesmo por meio da explosão de bancas de jornal, só aumentou seu prestígio junto à população. Inclusive, em 1980, um vereador dirigente do MR-8 foi vítima da série de atentados à bomba desfechada contra a oposição e diretores responsáveis pelo referido jornal foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Esse MR-8 teve um crescimento significativo entre 1978 e 1982, expandindo a nível nacional sua atuação e incorporando importantes lideranças e organizações menores. Esse fortalecimento interno possibilitou ao Oito prestar expressiva contribuição à reconstrução de entidades de massa, como a UNE, UBES, Conclat (Confederação das Classes Trabalhadoras) e a Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam).

No Paraná, esse novo MR-8 teve suas primeiras raízes a partir do Darp da UFPR em 1978 e disputaria com o PCdoB a hegemonia do ME a partir de 1978/79. Atuando por dentro do PMDB, participou ativamente da sua fundação em 1980 (continuidade do MDB). Com o seu trabalho político se expandindo para a periferia de Curitiba e interior do Estado, notabilizou-se por um estilo agressivo de formação de oradores com capacidade de a qualquer momento ocupar as ruas. Usando seu agressivo jornal ‘*Hora do Povo*’, fazia comícios relâmpagos nas ruas da capital, denunciando a ditadura militar. Dentro do PMDB lançou em 1982 uma respeitável chapa de candidatos, um deputado federal, dois deputados estaduais (um em Londrina e outro em Curitiba) e quatro candidatos a vereador em Curitiba. Elegeu-se vereadora a militante Marlene Zannin em Curitiba. A postura demasiadamente aventureira de um lado e de outro extremamente conciliadora, como definira seu último Congresso, acabou por afastar a maioria de seus militantes em 1982 e 1983. O MR-8 continuou sua atuação por dentro do PMDB até recentemente, quando fundou o Partido da Pátria Livre (PPL).

Para entender esse processo é importante ouvir os depoimentos de Mauricio Requião de Mello e Silva, Claudio Gamas Fajardo, Antônio Narciso Pires de Oliveira, Marlene Zannin, Ildeu Manso Vieira Junior, Julio Manso Vieira, Alzimara Bacelar e Mário Bacelar.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Apresentando-se como continuidade do Partido Comunista fundado em 1922, o PCdoB tem sua origem imediata em um grupo egresso do PCB cujas articulações iniciais remontam a meados dos anos 1950 e consumação da ruptura ao ano de 1962. Dentro do Partidão, as posições assumidas no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) geraram enorme polêmica e a formação de duas correntes: a primeira defendendo a realização de uma profunda autocrítica e revisão dos fundamentos e estratégias e a segunda propondo mudanças limitadas e a manutenção da ortodoxia partidária. As origens imediatas do PCdoB estão nesta segunda vertente, inicialmente formada por um pequeno grupo que defendia a política soviética e os anos de Stalin e se recusava a reformar o programa do PCB, como pré-requisito para sua legalização. Com a hegemonia da primeira corrente na reunião do Comitê Central de 1957, importantes lideranças da posição contrária (como Diógenes Arruda, Pedro Pomar, João Amazonas, Sérgio Holmos, Maurício Grabois) acabaram sendo responsabilizadas pelos erros anteriores e marginalizadas.

Antes desse grupo fundar o PCdoB alguns anos mais tarde, atuou como oposição interna à nova política do PCB buscando alterá-la por dentro, como fica explícito na “Declaração de março de 1958” e nas duras críticas desferidas contra as teses da direção nos debates preparatórios para o V Congresso, realizado em 1960. A oposição denunciava as diretrizes estabelecidas como leituras inadequadas da realidade brasileira demasiado otimistas e pacifistas. As divergências recrudesceram com a aprovação dessas polêmicas teses e culminaram na cisão, em 1961, quando o estatuto do partido foi alterado para legalizar a legenda junto ao TSE e o grupo opositor publicou a “Carta dos Cem”, denunciando a remoção das referências marxista-leninistas e revolucionárias. Os assinantes do manifesto

foram então expulsos e, em fevereiro de 1962, organizaram uma Conferência Nacional Extraordinária, na qual elegeram um novo Comitê Central, aprovaram alterações estatutárias e declararam a “reorganização” do Partido (e não fundação de um novo). A sigla PCdoB foi recuperada, haja vista remontar aos primórdios do partido nos anos 1920 e ter sido abandonada pelo grupo de Prestes. A despeito das disputas entre PCB e PCdoB, inclusive pela história e por quem seria o epígono do antigo Partido Comunista, os programas políticos defendidos se assemelhavam, apresentando poucas diferenças programáticas e ideológicas.

Foram grandes os percalços enfrentados pelo PCdoB nos primeiros anos de sua existência, como a necessidade de se estruturar organicamente, contando com poucos militantes e com a concorrência de novas organizações de esquerda. Até pelo menos o Golpe de 1964, essas dificuldades limitaram sua atuação ao proselitismo político e ao debate ideológico travado a partir de seu jornal *A Classe Operária*, cujos eixos eram a crítica ao “revisonismo contemporâneo” do PCB e a apresentação do PCdoB como o verdadeiro partido fundado ainda nos anos 1920. Contudo, a teoria defendida se aproximava daquela do PCB, dado não divergir das formulações da III Internacional Comunista para os países latino-americanos (revolução em duas etapas e composição de uma grande frente política, sem apelo imediato pela luta armada e violência revolucionária).

Só a partir da segunda metade dos anos 1960 ganhariam espaço formulações de matiz maoísta, como a guerra popular prolongada, bem como a aproximação com o Partido Comunista Chinês e a crítica ao revisionismo e aos rumos do PCUS após o XX Congresso. No documento intitulado “O golpe de 1964 e seus ensinamentos”, o partido inicia a apologia à luta armada, colocando-a como horizonte de ação dos “verdadeiros revolucionários” pela primeira vez. Mas, de fato, uma nova tática só foi proposta a partir de 1966, quando da realização de sua VI Conferência e da publicação do documento “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”, que enfatizava a necessidade da luta armada sob a forma de ‘guerra popular prolongada’ conciliada com o aproveitamento das remanescentes oportunidades de atuação legal e nos movimentos de massa. Portanto, houve a justaposição intencional de duas táticas divergentes. Essa visão denominada de ‘dua-

lismo tático-estratégico' só foi derrubada em 1969 pelo documento "Guerra Popular – caminho da luta armada no Brasil", que assumiu os preparativos para consolidar a via referida no título e inspirou a instalação da guerrilha na região do Araguaia. Como partido, o PCdoB ganhou sustentação e relevância nos anos 1970, sobretudo com a adesão de membros da AP e com a experiência no Araguaia²⁶.

Após a descoberta do foco no Araguaia e o início dos combates, a repressão deu início a uma implacável caçada ao partido no país inteiro, que quase o extinguiu, desarticulando suas bases e ceifando parte de sua direção mesmo antes da Chacina da Lapa, em 1976. Foi somente neste ano que a derrota no Araguaia foi admitida publicamente como um "temporário" retrocesso na guerrilha, o que desfechou uma desgastante discussão interna interrompida bruscamente com o assassinato de três dirigentes pelo regime. Esse golpe inesperado desestabilizou o PCdoB até o início dos anos 1980, quando o processo foi revertido, sobretudo, pelo acúmulo do processo de reorganização promovido no exterior por João Amazonas.

Na VII Conferência do partido, realizada em 1979, foi referendada - não sem novas dissidências e um processo de crise interna - a visão positiva da experiência no Araguaia e a formação de uma ampla união das forças contrárias à ditadura pela 'abolição total e imediata de todos os atos e leis arbitrárias do regime; Anistia geral e irrestrita e convocação, por um governo provisório democrático, de uma constituinte livremente eleita'. Quatro anos mais tarde, em novo congresso partidário, a opção moderada diante da abertura se refletiu no engajamento no PMDB e no apoio à Nova República, como meio de consolidar a transição democrática e evitar os riscos de uma recaída autoritária. Pelo menos até a segunda metade dos anos 1980, a CUT e o PT foram denunciados como organizações 'falsamente proletárias' e socialdemocratas. De 1987 em diante, um deslocamento à esquerda propiciou a ruptura com o governo de Sarney e a aproximação do PT - postura que caracteriza o PCdoB até os dias de hoje. Apesar dos percalços sofridos durante a ditadura militar, o PCdoB emergiu na década de 1990 como a principal organização comunista atuante no país, participando ativamente dos governos federais de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Ao longo do projeto 'Depoimentos para a História – A resistência à ditadura militar no Paraná' foram ouvidos vários depoimentos de

membros do PCdoB, que começaram a atuar no estado sobretudo a partir do final dos anos 1970. Há várias pastas da DOPS sobre a atuação partidária no Estado, conformando uma ampla relação de nomes²⁷. Essa listagem dos militantes e dos municípios em que atuavam revela que, no início dos anos 1980, o PCdoB tinha membros em várias cidades, empresas e entidades do Paraná, destacando-se a presença maciça em Curitiba, onde tinha atuação muito forte junto ao movimento estudantil. Inclusive, o “Comitê Londrinense pelos Direitos do Povo e pela Assembleia Nacional Constituinte Livre e Soberana” é descrito como “uma entidade de cobertura utilizada pelo PCdoB, através do Diretório Municipal do PMDB e suas tendências, Movimento Estudantil e outras entidades ligadas a movimentos de contestação ao regime político”²⁸.

Se não há registros de luta armada de integrantes do PCdoB no Paraná, há indícios de que pessoas nascidas no Estado teriam se engajado no partido e participado de operações em outras regiões, como Nobue Ishii, vulgo “Marta”, natural de Curitiba, Nair Yumiko Kobashi “Japa”, “Angélica” ou “Cristina Akemi Ueda”, estudante de Uraí²⁹.

Para entender o PC do B é importante ouvir os depoimentos de Fábio Campana, José Ferreira Lopes (Zequinha), Vitor Moreschi, Marcelo Oikawa, Elza Correia, Luiz Henrique Bona Turra e outros.

POLÍTICA OPERÁRIA

A Política Operária (POLOP), depois Organização Revolucionária Marxista – (ORM-POLOP), surgiu oficialmente em 1961, tendo certa força entre a esquerda. Agrupou elementos de diferentes tendências, sobretudo nos meios universitários. Contudo, suas origens mais remotas estão nos círculos intelectuais radicais que, ao longo dos anos 1950, criticaram as posições do PCB, PTB e PSB. Em 1959, surgiu a revista “O Movimento Socialista”, que pretendia dar voz a essas frações críticas e articulá-las, construindo uma alternativa que pudesse fomentar a consciência de classe do operariado e propiciar a tão esperada revolução. A POLOP considerava o Partidão reformista e pacifista, desde um primeiro momento desacreditando o papel da burguesia nacional e pregando a revolução socialista a ser operada

pelas massas urbanas e rurais unidas (insurreição proletária). Ou seja, na teorização da POLOP a revolução brasileira tinha um caráter imediatamente socialista, sem a etapa democrático-burguesa. Portanto, o processo revolucionário só poderia ser socialista e fruto da ação consciente das massas, reunidas em uma frente revolucionária de esquerda³⁰.

Em 1962 e 1963, a ORM-POLOP realizou dois congressos. Nesse intermédio, seu boletim quinzenal *Política Operária* (fundado em 1960) se tornou um jornal, depois revista trimestral (1961) e, por fim, jornal semanal (1963), com publicações sobre a organização do partido, defesa do socialismo, necessidade de libertar os trabalhadores das influências reformistas e inviabilidade das reformas de base fora de um contexto revolucionário. Já nos tempos da ditadura, a POLOP se atribuía um papel imprescindível no desencadear e na condução do processo revolucionário, sendo o despertador das massas. Sua estratégia mesclava guerrilha rural e insurreição urbana. Contudo, a POLOP não chegou a pegar em armas, embora tenha se envolvido em projetos guerrilheiros, que foram desbaratados no nascedouro. Ao passo que enaltecia o exemplo cubano, também formulava críticas às tendências aventureiras que ele gerara. De concreto, manteve nos primeiros anos do regime de exceção seu trabalho de produção intelectual, agitação política e propaganda junto aos setores progressistas para a formação da Frente de Esquerda Revolucionária.

Esses esforços surtiram efeito aparente e, em meados de 1967, mantendo quase a mesma análise conjuntural, a POLOP esteve à frente da formação do Partido Operário Comunista (POC), que agregou a dissidência do PCB do Rio Grande do Sul e alguns secundaristas do Rio de Janeiro. Esse processo de fundação do POC não foi consensual e acarretou em dissidências, como nas bases de Minas Gerais (formaram os Colina) e São Paulo (migraram para a VPR). Comparando as adesões e rupturas em torno da formação do POC, no cômputo final, tratou-se de uma decepção. As críticas sofridas, que impeliram muitos a deixar o partido, estiveram baseadas em sua suposta inércia e teoricismo. Nos anos de Chumbo, o POC se viu paralisado diante das ações das esquerdas armadas, que atraíram alguns de seus militantes. Se o POC foi inicialmente crítico das ações urbanas, algumas parcelas se envolveram em operações, que nem chegaram a sair do papel e ir além das palavras. Essa radicalização

gerou um racha: os que optaram por ela fundaram o POC-Combate, desarticulado pela repressão em 1971. Aqueles que não embarcaram na ‘aventura pequeno-burguesa’ e se mantiveram fieis à ortodoxia partidária reconstruíram ainda em 1970 a POLOP, sob o nome de Organização de Combate Marxista-Leninista/Política-Operária³¹.

Essa vertente massista (PO) – muito enfraquecida diante de um contexto de repressão e exílio dos principais quadros - contou com núcleos inclusive no Paraná, retomou a luta teórica e política e foi responsável pelo relançamento do jornal mensal Política Operária. O fracasso generalizado da luta armada acabou favorecendo a reconstrução da PO, à medida que militantes e organizações repensavam suas concepções e práticas acatando os posicionamentos de se enraizar junto ao operariado, integrando-se a ele, conscientizando-o e definindo uma pauta para apoiar os trabalhos. O horizonte era o mesmo de anos antes: uma aliança de esquerda com aqueles predispostos a organizar um operariado revolucionário, distante da tutela burguesa. Essa diretriz, embora tenha sido criticada por alguns como a retomada de um passado fracassado, possibilitou uma breve articulação com outros grupos reestruturados (como o MR-8 e a APML), denominada de ‘tendência proletária’ e dissolvida no processo de abertura anunciado pelo governo Geisel, desde 1974.

Membros do MR-8 e da AP, pouco mais tarde acrescidos de uma cisão da PO, originaram o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), defendendo participação incondicional nas lutas pelas liberdades democráticas e atuação no jogo político-eleitoral via MDB. Alguns depoimentos do projeto narram a formação de uma célula da POLOP em Curitiba, no final dos anos 1960, e outra da PO, em meados da década de 1970, que promoveu ações no meio estudantil, sobretudo por meio do DARP. Os estudantes teriam protagonizado movimentos no restaurante universitário, além de distribuírem panfletos, estudarem e discutirem textos e realizarem outras atividades relacionadas.

Na pasta temática da DOPS sobre esse grupo (que para a repressão era POC e não POLOP³²), há a cópia de um documento de agosto de 1972, que traz informações importantes, como uma relação de presos acusados de pertencer à organização³³. Embora o documento esteja quase ilegível, com as letras borradas e apagadas, é possível pinçar algumas informações, mesmo que isoladas e ainda sob o risco de cometer falhas interpretativas. Teria havido em 1968 uma união

entre remanescentes da Política Operária, da Dissidência do PCB e de outras “organizações esquerdistas independentes”. Estaria o POC, oriundo dessa fusão, linha política marxista-leninista, sem conotação violenta, procurando desenvolver a consciência de classe através de proselitismo e doutrinação e fomentando o envolvimento político da classe operária. O POC se expandiu para o Paraná, sendo criado um ‘primeiro núcleo’, com a participação de Pedro Ivo Furtado, Jurandir Rios Garçoni, Celso Mauro Paciornik e Gilberto Bueno Coelho. Ao que parece, houve contato ou até assistência vinda de São Paulo para o estabelecimento dessa célula, que foi parcialmente dissolvida em fins de 1968 em consequência de prisões, como na Chácara do Alemão.

É possível supor da sequência do documento que Pedro Ivo, no início de 1969, teria estabelecido contatos com Teresa Urban e formado novo núcleo, envolvendo algumas das pessoas citadas mais acima no processo. Foram feitas reuniões e um “trabalho pacífico de proselitismo e doutrinação” para transformar os operários (ou trabalhadores) em “uma classe política independente, apta à conquista do poder e à consequente transformação da estrutura social”. Diante da cisão do POC com a saída dos militantes favoráveis à luta armada, a base do Paraná teria decidido se manter fiéis à linha “massista” (minoritária). Em junho de 1969 foi realizada uma reunião na praia de Caiobá, resultando, possivelmente, na incorporação de mais membros à organização, na decisão de rejeitar a via armada e de adotar “uma diretriz de atuação para o núcleo regional”, que envolveria trabalhos a serem realizados no Movimento Estudantil e em outros focos. Não está muito claro, mas pode ter sido definida nova direção, contando com Pedro Ivo, Reinoldo da Silva Atem, Gilberto Bueno e Francisco Dias Vermelho. Outras informações apontam ainda que foi vendido o jornal “Política Operária” e formadas células na “filosofia”, “secundarista”, organizativa (“11.0”) e “engenharia”, além de “ativos regionais”. Cristina Maria Sliwiany teria contatado membros da AP, com os quais lançou um jornal de “agitação estudantil”. Os militantes arrecadavam dinheiro para a entidade e realizavam reuniões “para fins de debates políticos, organização partidária e preparação de atividades práticas”. Outro jornal publicado pelo grupo seria “Ação Camponesa” (que contou com o envolvimento de Claudemir Onofre Feltrin, José Valdir Feltrin e Geraldo Magela Soares Vermelho). Alguns membros teriam feito pichação em Apucarana, na madrugada do dia 27 para 28 de janeiro de 1970.

Sobre a atuação dessa primeira célula estão disponíveis os depoimentos de Claudemir Feltrin e Reinoldo Atem. (Sobre o novo grupo, de meados dos anos 1970, é possível recorrer às gravações feitas com Maurício Requião de Mello e Silva, Cláudio Gamas Fajardo e Ivo Pugnaloní). Cabe observar um fato importante. Pouco antes de Teresa Urban morrer, em uma conversa com Narciso Pires, ela teria dito que não se tratava de POC (como registrou a repressão), mas POLOP. Também Reinoldo Atem se refere ao grupo no qual militou como POLOP. Na continuação, o projeto levará em consideração a necessidade de se colher mais depoimentos que possam contribuir com a história da organização no Estado do Paraná.

AS VANGUARDAS REVOLUCIONÁRIAS: VPR E VAR-PALMARES

As raízes da VPR estão no processo de fragmentação da POLOP paulista e na resistência de militares nacionalistas exonerados das forças armadas e agrupados em torno do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Essas vertentes, basicamente militantes do movimento estudantil e dos movimentos de sargentos e marinheiros anteriores ao golpe, estreitaram os contatos a partir do final de 1967 e no início de 1968 se fundiram para formar a “Organização”, posteriormente batizada de VPR. Além desses grupos, houve a adesão de estudantes de outros agrupamentos e tendências, de ex-militantes do PCB e de operários da região metropolitana de São Paulo (Osasco). A integração e identificação se deu, sobretudo, a partir da necessidade sentida de deflagrar a luta armada, o que minimizou a influência de posições teóricas, táticas e estratégicas. A experiência revolucionária cubana (“foquismo”) foi o referencial central para os militares do grupo, ainda mais fortalecido com o retorno de membros que foram realizar treinamento de guerrilha na ilha. Se o modelo foi acatado com entusiasmo pela ala dos militares da VPR, ex-membros da POLOP e outros militantes mantiveram ressalvas, sustentando a necessidade de algum trabalho com as massas para além da “propaganda armada”.

O primeiro congresso da VPR como tal foi realizado em dezembro de 1968, período em que a organização conseguiu a adesão

de operários envolvidos nos movimentos de Osasco, mas ao mesmo tempo se envolveu em diversas ações armadas e sofreu baixas consideráveis em decorrência do recrudescimento da repressão. A partir do fechamento do regime, o único trabalho de massas visto como possível e pertinente passou a ser a “propaganda armada”. Em setembro de 1969 foi realizado novo congresso, no qual ficou decidida a fusão com os Colina e a formação da VAR-Palmares. Alguns militantes rejeitaram a decisão geral e optaram por manter a VPR.

É a partir do final de 1969, com os congressos de setembro e novembro, que há um esforço maior de teorização da VPR, passando por formulações organizacionais, políticas e estratégicas. A base das discussões foram os documentos produzidos por “Jamil Rodrigues” (Ladislau Dowbor), acatados no grosso, porém retificados e ampliados em alguns pontos. A opção foi por um programa pautado por eixos temáticos, justiça social, democratização e pela articulação mais ampla com outros setores. A estrutura organizacional foi baseada em uma vanguarda operacional e militarizada e em pequenos grupos de ação com autonomia para empreender ações armadas em suas áreas de atuação. Ou seja, os combatentes estavam submetidos a uma hierarquização de comandos e se organizavam em unidades de combate com autonomia tática. Cada unidade deveria ter um grupo de fogo, o serviço de inteligência e informação e o setor de imprensa.

A luta era vista como simultaneamente de libertação nacional e socialista, contra a burguesia nacional (inimigo imediato) e o que ela representava em nível local: o imperialismo (inimigo central). A ditadura seria a forma assumida pela burguesia para manter o país submetido aos desígnios do grande capital. Nessa ótica, toda luta anti-imperialista seria, necessariamente, socialista. A aliança de classes, portanto, era um equívoco. Essa leitura da organização era visceralmente tributária da teoria da dependência, segundo a qual não haveria possibilidade de desenvolvimento real da periferia mundial dentro dos marcos do capitalismo. Essa condição do regime de “funcionário que vive para o estrangeiro” seria sua principal fraqueza e o mote a ser utilizado na propaganda revolucionária. O projeto deveria enfatizar como agentes da revolução juntamente ao proletariado que a dirigiria as cada vez maiores camadas sociais marginalizadas do processo produtivo e econômico pela “automatização” e pelo “imperialismo moderno”. O processo revolucionário fora dividido em fases

e os pilares iniciais seriam a propaganda armada, a guerrilha tática regular e irregular e a coluna guerrilheira estratégica. As ações iniciais deveriam possibilitar a conscientização e o engajamento das massas na luta revolucionária, transformando as organizações armadas em vanguardas políticas e formando o exército popular³⁴.

Quanto à VAR-Palmares, ela também manteve a interpretação da revolução brasileira como imediatamente socialista. Seu objetivo era a destruição do poder burguês, “que explora e oprime as massas trabalhadoras”, e a conquista do poder político pelo proletariado. Nesse processo, o campo tinha primazia em relação à cidade, pois era o “elo mais fraco do sistema”. Portanto, a revolução deveria se iniciar pela guerrilha rural. A VAR-Palmares também sofreu cisões, como o grupo que reconstituiu a VPR e outro que organizou a Dissidência da Var-Palmares. Conforme Marcelo Ridenti, a maior parte de seus militantes seria oriunda das “camadas médias intelectualizadas”³⁵.

No Paraná, a VPR teve participação muito esporádica. Quando parte de seus membros estava exilada no Chile, Aluizio Palmar, operando na “clandestinidade” dentro da organização, estabeleceu-se em um sítio na Argentina, próximo do Brasil. De lá, ele e José Carlos Mendes fizeram algumas operações para sondar a viabilidade de estabelecer um foco guerrilheiro no Oeste paranaense e retomar a rede de contatos feita por Palmar antes de sua libertação da prisão e ida para o exílio, ainda como membro do MR-8 (DI-RJ). Em seu depoimento e com ainda mais detalhes no livro que publicou, Palmar conta como, em 1974, Onofre Pinto e mais alguns membros remanescentes da VPR (Vitor Carlos Ramos, José Lavéchia, Daniel Carvalho, Joel José de Carvalho e um jovem argentino Enrique Ernesto Ruggia) – esperançosos com um novo começo da luta revolucionária – foram trazidos para o Paraná pelo sargento Albery (ex-membro do grupo do coronel Cardim) e emboscados e mortos na região de Medianeira. Em meados dos anos 1970, o operário David Gongora Jr – que havia participado ativamente da greve de Osasco e da VPR – se estabeleceu em Londrina, mas sem organizar um grupo ou fazer adesões à VPR. Portanto, a organização não chegou a realizar um trabalho propriamente dito no Estado.

Já a VAR-Palmares foi mais além que a VPR, dando os primeiros passos para a instalação de um foco guerrilheiro no Oeste paranaense. A organização chegou a adquirir propriedade rural

em Nova Aurora para iniciar o processo de treinamento e enraizamento. Porém, logo seus militantes e o sítio foram descobertos e desmantelados. Os membros presos foram submetidos à intensa tortura no Batalhão de Fronteiras do Exército, em Foz do Iguaçu, e posteriormente condenados. A documentação da repressão referente à VAR-Palmares, pasta temática disponível no Arquivo Público do Paraná, vincula o grupo estabelecido no Oeste paranaense à área de atuação do Comando Regional nº1 (CR-1), sediado em Porto Alegre. O comando de Nova Aurora teria iniciado sua organização em dezembro de 1969 e estaria estruturado em quatro setores: Inteligência, Instrução Militar, Organização Camponesa e Armamento e Manutenção. Haveria dois militantes e “doze elementos setorizados”, sendo os responsáveis pela área Luiz André Favero (Cardoso) e sua esposa Isabel Favero (Teresa). Haveria alguns armamentos e munições “possivelmente já estocados na área” e o planejamento previa instalar uma oficina com fachada legal para recuperar, manter e “possivelmente” fabricar armas e artefatos explosivos. Até meados de 1970, essa célula foi completamente desmantelada³⁶.

Para mais relatos dessas experiências, tanto da VPR quanto da VAR-Palmares, ver os depoimentos de Gilberto Silveira, Aluizio Palmar, David Gongora Jr, José Carlos Mendes e Júlio Covello, paranaense que atuou na organização, porém no Rio de Janeiro.

AÇÃO POPULAR

Egressa do seio da igreja, até sua reorientação e incorporação oficial do marxismo, a Ação Popular (AP) ficou marcada pelas tendências progressistas do catolicismo que ganharam força e espaço institucional a partir do final dos anos 1950. Os leigos desempenharam relevante papel nesse processo, sobretudo por meio da Ação Católica Brasileira, que os organizava e da qual surgiu a JUC (Juventude Universitária Católica), que foi a matriz da AP em 1950. Ao longo da década de 1950 a JUC foi, gradativamente, perdendo seu perfil conservador e clerical de origem para ensaiar as primeiras críticas à universidade e ao seu elitismo e se engajar nas lutas pela reforma universitária e por mudanças estruturais mais gerais na sociedade.

Já no final dos anos 1950, a JUC estava plenamente envolvida nos debates nacionais e nas movimentações estudantis, assumindo uma face nitidamente política, ainda que orientada pelo compromisso religioso. Na reunião de seu conselho nacional em 1960, impactada pela recente Revolução Cubana e pela intensificação das movimentações sociais no Brasil, acentuou-se a tendência já existente de guinada a uma posição mais à esquerda. O documento então aprovado, assimilando conceitos e termos marxistas, fez críticas veementes ao capitalismo, condenando-o pelo subdesenvolvimento brasileiro e como adverso ao ideal e à consciência cristã. Portanto, estava proposta sua superação. Mas, ao mesmo tempo, os grupos leninistas e o “socialismo real” não passaram incólumes às críticas. Estava em pauta um socialismo humanista cristão, firmado a partir de ideário e caminhos próprios. Em suma, antes da adesão completa ao marxismo no início dos anos 1970, nessa primeira fase a AP buscava uma síntese daquele com o humanismo cristão.

Cada vez mais autônomas, as posições da JUC passaram a conflitar com a hierarquia da Igreja Católica, à medida que seus membros compunham com jovens comunistas, referiam-se positivamente ao socialismo e à revolução e recrudescia o teor anticapitalista em suas formulações e intervenções. As relações foram se deteriorando até a emissão de um documento oficial da Igreja, que além de admoestar aqueles que consideravam o socialismo a solução para todos os problemas, vetou a participação de membros da JUC em eleições e entidades estudantis. Constrangidos e com sua atuação política institucional inviabilizada, esses jovens que foram hegemonizando a JUC e por meio dela se engajaram no movimento estudantil reconstituíram, ao longo de 1962, seu movimento político cristão, porém de forma independente da Igreja. Batizaram-no, primeiramente, Grupo de Ação Popular (GAP), ficando conhecido como “Grupão”, e logo mudaram o nome e a sigla para Ação Popular (AP).

Sem mais amarras, seu ‘Estatuto Ideológico’ de 1962 já afirmava o compromisso com o socialismo humanista e a revolução brasileira, reafirmado no Documento Base aprovado no ano seguinte. Com o golpe de 1964, o marxismo foi ganhando a passos largos o primeiro plano nas formulações teóricas da AP. A entidade, ao longo desses anos, acabaria por congregiar diversos agrupamentos não católicos, que contribuíram em seu processo de consolidação em nível nacional. Em seu roteiro

para o socialismo mantinha distância do etapismo preconizado pelo PCB bem como da necessidade de instauração da ditadura do proletariado. A aliança com a burguesia nacional era relegada em prol da criação de uma frente classista composta das forças de esquerda. As massas eram fundamentais no processo, devendo tomar consciência de sua condição, despertar e se engajar na deflagração do processo revolucionário, do qual emanaria a “nova sociedade”. À AP cabia o papel de vanguarda na preparação revolucionária. Para isso buscava equilibrar suas bases predominantemente estudantis, buscando a organização e educação política dos trabalhadores.

No período marxista, a AP se inspirou na linha maoísta e adotou a concepção de “guerra popular prolongada” contrária à instauração imediata do foco revolucionário, que seria o “estopim natural” da revolução. Privilegiou a preparação dos quadros junto às massas e a ação contínua e cumulativa, repudiando as ações armadas nas cidades pelo menos naquele momento histórico incipiente da revolução. Contudo, partidária do início da guerrilha pelo campo, em 1972, a maior parte da organização se integrou ao PCdoB, que já havia tentado iniciar a revolução na região do Araguaia.

Oriunda dessa organização de jovens católicos (JUC), foi quase natural que a principal base de sustentação da AP fosse o Movimento Estudantil (ME), o que a possibilitou compor a diretoria de diversas entidades e se tornar hegemônica na própria UNE ao longo de toda a década de 1960. Dessa forma, a entidade compartilhava da tendência nas esquerdas do período, de serem compostas em sua maior parte por estudantes (cerca de 30,1%)³⁷.

No Paraná, inicialmente, a AP tinha uma estrutura muito frágil com pouco mais de uma dezena de militantes concentrados em Curitiba e no ME. O golpe contribuiu para manter a organização relativamente desarticulada, até pelo menos 1967. Seu fortalecimento daí em diante esteve vinculado ao engajamento de seus membros em diferentes mobilizações, ao crescimento do próprio ME e à tomada e reorientação política da UPE. Também contribuiu para esse processo de crescimento da AP no Paraná sua adesão nacional à campanha pelo voto nulo, o que atraiu alguns estudantes e precipitou a aproximação e posterior filiação de um grupo heterogêneo e independente de esquerda, constituído antes mesmo de 1964 e identificado pela defesa do marxismo e rejeição à ditadura, ao PCB, MDB e ao “foquismo”.

A AP atraiu esse grupo, dentre outros fatores, por não se vincular à ortodoxia do PCB e PCdoB, ter tradição de luta de massas e oferecer condições de discutir suas teses. Portanto, sua origem está nos poucos militantes da fase cristã anterior a 1964, acrescido em seguida desse grupo independente e marxista já sob a ditadura. Embora houvesse essa pluralidade em sua gênese, quando a entidade passou a discutir nacionalmente seus rumos a partir de 1967, a totalidade dos militantes aderiu à corrente inspirada no marxismo maoísta, adepto da guerra popular prolongada e da “proletarização” dos quadros, recusando o que rotulavam de “vanguardismo” e “foquismo” da visão concorrente³⁸.

Conforme os dados da repressão, no Paraná (e também em Santa Catarina), a AP se organizou efetivamente a partir de 1967 com a constituição do Comando Regional 2 (CR-2), embora tivesse alguns militantes atuando junto ao movimento estudantil (ME) desde 1963³⁹. Com exceção de Edésio Passos e Walmor Marcelino, anteriormente vinculados ao PSB, a AP foi a primeira atuação partidária de vários jovens militantes, oriundos do ME paranaense.

A incumbência da nova direção do CR-2, composta por Edésio Franco Passos, Walmor Marcelino e Paulo Gustavo de Barros Carvalho, era promover estudos a fim de executar trabalhos em frentes de luta sindicais e estudantis. As áreas de atuação privilegiadas eram a região carbonífera de Criciúma, Curitiba e o Norte do Paraná. Porém, até 1968 o ME curitibano absorveu os membros da AP regional em seus protestos, passeatas, panfletagens, comícios e reuniões. Não que a AP considerasse o ME a vanguarda da revolução. Ocorre que a maioria da militância era oriunda dessa frente. Até diante dessa situação de predomínio no ME, sob influência da Revolução Cultural Chinesa, difundiu-se a tendência de “proletarizar” ou “integrar” seus quadros junto aos trabalhadores urbanos e rurais, especialmente aqueles de camadas “pequeno-burguesas”. Em um primeiro momento seria feita a “aproximação indireta”, colocando as profissões a serviço do movimento operário, e em um segundo a integração direta e total⁴⁰.

A “proletarização” ganhou mesmo ímpeto a partir de 1969, com as tentativas de integração junto aos trabalhadores rurais no Norte do estado e o deslocamento de Edésio para Minas Gerais e Zélia para o Rio de Janeiro. Agora, já não se tratava de “aproximar indiretamente” a militância dos trabalhadores, mas efetivamente “proletarizar”

os quadros, implantar a AP em regiões consideradas estratégicas e também como meio para despistar a repressão, resguardando os membros dos efeitos do AI-5. Walmor Marcelino, em interpretação bem posterior aos fatos que ele também protagonizou, destaca que a “integração”, além das questões securitárias e estratégicas, visava burilar os militantes, transformá-los “objetiva e subjetivamente”, “expatriando - além de pessoas - atitudes, hábitos e costumes no geral de pequena burguesia ou classe média”⁴¹.

Praticamente, até meados de 1969, todos os militantes do CR-2 já haviam sido realocados. Dessa forma, houve uma renovação dos quadros no Paraná e reconstituição da organização, com o deslocamento dos antigos, adesão de novos militantes e a chegadas de outros oriundos dos demais estados⁴². Se nas regiões Sudoeste e Nordeste do Paraná os trabalhos planejados não prosperaram, foram estabelecidos dois comandos seccionais para organizar a AP: Canudos (abrangendo Curitiba e região) e Roseira (Maringá, Londrina e Goioerê, respectivamente, “Ouro”, “Prata” e “Melado”). Em “Canudos”, onde predominava a atuação junto ao ME, “com grande distanciamento das massas”, as atividades foram muito limitadas, restringindo-se à denúncia da ditadura, da tortura e do imperialismo e à propaganda, com a distribuição do jornal *Libertação*. Se em Curitiba foi instaurado um inquérito coletivo⁴³, os militantes da seccional Roseira, inicialmente selecionados para se integrar na produção rural (Goioerê) e depois nas zonas urbanas de Maringá e Londrina, foram processados individualmente e em outros estados.

Com o avanço generalizado da repressão por todo o país, praticamente todos seus militantes no Paraná já estavam foragidos, presos ou respondendo a processos e a organização se encontrava completamente desarticulada. Assim, a incorporação de parte significativa da APML no PCdoB pouco influiu no Paraná, haja vista a ausência no estado de ambos neste momento, exceto pela atuação modesta do segundo na região de Londrina.

Para quem se interessar, foram gravados e estão disponíveis no canal do DHPAZ no Youtube os depoimentos de diversos membros da AP, como Edésio Passos, Zélia Passos, Claudio Ribeiro, Carmem Ribeiro, Luiz Alberto Manfredini, os irmãos Faria (Hamilton, Sérgio, Paulo, Daniel e Vitória), Paulo de Sá Brito, José Ferreira Lopes, Clair da Flora Martins e Paulo Gustavo de Barros Carvalho, Hasiel Pereira e outros.

NACIONALISMO DE ESQUERDA E SOCIALISTAS

Os setores nacionalistas à esquerda do PTB, assim como o PCB, também reivindicavam a libertação do povo do atraso feudal no campo e do imperialismo para a construção de uma nação brasileira forte, desenvolvida e autônoma. O Governador do Rio Grande do Sul e Deputado Federal Leonel Brizola era o expoente desse grupo político e corrente de pensamento, cuja principal base de sustentação estava nos centros urbanos e nas patentes mais baixas das Forças Armadas. Por intermédio de transmissões radiofônicas foram organizados “Grupos dos Onze” por todo o Brasil, a fim de divulgar e defender as propostas de reformas de base (agrária, urbana, universitária, entre outras). O PTB, que ganhara cada vez mais inserção junto à população nos anos imediatamente anteriores ao golpe, concentrava boa parte dessa militância⁴⁴.

No contexto do golpe, Brizola convocou por meio de transmissões radiofônicas a população a se organizar em grupos de onze pessoas, a fim de pressionar pelas reformas de base e resistir em prol da legalidade. Foi aberto um IPM para averiguar atividades relacionadas no Sudoeste do Paraná. Seguem algumas das conclusões: em Francisco Beltrão, Petrônio Rondes de Moraes teria tentado articular um grupo, mas conforme o IPM referido “não era propriamente um líder atuante. Os demais envolvidos, também responsáveis pela formação dos ditos ‘grupos’ são colonos, gente ignorante e politicamente pacífica”. Em Santo Antônio teria havido, conforme o IPM, “uma formação de ‘grupos’ um tanto extensa, sem que houvesse, porém, a penetração de outras ideias subversivas”. O texto é mais incisivo sobre Capanema, onde pesaria a acusação contra o réu confesso Antonio Rosim, sendo “os demais participantes colonos bem explorados pela propaganda comunista” – essa pecha de colonos ignorantes foi inclusive utilizada pela defesa no processo, quando alegou que os réus eram “campônios que desconhecem o significado da palavra subversão”. Enquanto na cidade de Barracão não teria havido formação de grupos dos onze, em Dionizio Cerqueira seriam responsáveis Alcides Tronco, Guido Schereiner Pereira e, possivelmente, Aniceto Frigolin, Inácio Orsi e José Farias. De lá foram remetidas atas a rádio Mayrink Veiga. A assinatura do inquérito é do dia 13 de novembro de 1964⁴⁵.

Em Curitiba, os então sargentos do Exército Valmor Weiss e Wilson Teixeira foram algumas das lideranças do movimento local de suboficiais, simpatizantes do governo Jango. A categoria já vinha se organizando há algum tempo para reivindicar direitos, como o cumprimento da elegibilidade pela Justiça Eleitoral e o direito a ficar em quartos individuais nos hospitais e não na enfermaria, e denunciar maus-tratos. Weiss recorda de um curso que foi fazer no Rio de Janeiro, no começo de 1963, quando sargentos de todo país travaram discussões acaloradas, demonstrando suas insatisfações e demandas. “Entre nós sargentos discutíamos muita política em nível de Brasil [...] havia um sentimento nacionalista”⁴⁶. Ao retornarem desse curso, Weiss e outros sargentos, como Wilson Teixeira e Lúcio Micos (ou Mikos), criaram o Comando Geral dos Sargentos, com o apoio de oficiais solidários às reivindicações. Os mais exaltados propunham até uma rebelião, seguindo os passos da tomada do encouraçado Potenkim e da revolta da Chibata.

Posteriormente aos “Grupos dos Onze”, do meio nacionalista de esquerda e dos militares de baixa patente cassados em 1964 surgiu o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que em 1967 se envolveu na frustrada empreitada conhecida como Guerrilha de Caparaó. Outros pequenos agrupamentos oriundos desses mesmos estratos sociais, que viriam em um segundo momento a integrar as organizações marxistas armadas, foram o Movimento da Ação Revolucionária (MAR), a Resistência Armada Nacionalista (RAN), a Frente de Libertação Nacional (FLN), o Movimento Revolucionário Vinte e Um de Abril (MR-21) e o Movimento Revolucionário Vinte e Seis de Março (MR-26). Diferentemente das demais organizações armadas, esses grupos nacionalistas tinham uma participação ínfima de estudantes e uma média de idade superior.

No final de março, alguns militares comandados pelos Coronel Jefferson Cardim e pelo Sargento Alberi se sublevaram contra a ditadura e iniciaram uma marcha que objetivava chegar a Foz do Iguaçu, no mesmo dia em que o presidente-ditador iria inaugurar a Ponte da Amizade. Vindos do Rio Grande do Sul, eles foram presos em Aparecida do Oeste, no final de março de 1968 e levados ao Primeiro Batalhão de Foz do Iguaçu, sendo interrogados sob pesada tortura.

Embora sem muita representação nacional, cabe destacar a atuação legal durante o populismo do PSB, defensor de um “socialismo

democrático”. No Paraná, teve existência frágil antes de 1964 e não sobreviveu à ditadura, esvaziando-se. Em Curitiba, o PSB contou com a participação de importantes nomes do jornalismo estadual, como Luiz Geraldo Mazza e Milton Ivan Heller e foi responsável pela organização de alguns atos. Além dos jornalistas, participavam militantes que teriam notável representação política nos anos subsequentes, como o advogado trabalhista Edésio Passos e Walmor Marcelino, egressos de suas fileiras e integrados à AP⁴⁷. Riad Salamuni seria outro membro, tornando-se mais tarde o primeiro Reitor eleito da UFPR.

Não foram realizados muitos depoimentos com pessoas vinculadas a esses grupos que tiveram atuação no Paraná da ditadura. Destacam-se as gravações com Walmor Weiss e com os dois membros do PSB mencionados. Dessa forma, recorreremos aos documentos da Comissão de Anistia e da repressão, reunidos no Arquivo Público do Paraná, para suprir essa carência de informações, dando um panorama do que teria sido a participação desses grupos. Há ainda o depoimento de Danilo Schwab Mattozo, que atuou na FLN juntamente com o Major Joaquim Pires Cerveira, executando pelo menos uma tarefa armada – a libertação do Coronel Jeferson Cardim Osório do Quartel do Exército no Boqueirão.

OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA: MDB

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) é fruto da reforma imposta pela ditadura por meio do Ato Institucional Número 2 (AI-2) em 27 de outubro de 1965, após derrotas eleitorais em alguns estados para a coligação PSD-PTB. Nos moldes do sistema estadunidense, foi criado um modelo bipartidário com uma base de sustentação do governo forte, a Arena, contraposta a uma oposição fraca e dócil, MDB, que legitimasse o regime e aglutinasse os descontentes. A proposta era homogeneizar o cenário político, reduzindo-o apenas a “governo” e “oposição”, e conjugar em frentes únicas, passíveis de maior controle, os interesses conservadores de um lado e os reformistas e opositoristas de outro, desde que não fossem além de determinadas linhas vermelhas. Amainando as tensões decorrentes

da junção de grupos rivais em uma mesma sigla foram criadas até três sublegendas por partido. Essas manobras acabaram por sepultar a aliança PSD/PTB e reduzir significativamente sua influência.

Com muita dificuldade, o MDB inicialmente reuniu tanto o que restou de parlamentares dispostos a pertencer a uma organização de oposição ao regime quanto oportunistas, apoiadores ou indiferentes à ditadura que se filiaram à legenda por motivos particulares. Um dos problemas enfrentados fora as cassações de políticos ao longo de todo o período, o que ceifou o MDB dos principais quadros de oposição e constituiu uma espécie de limite para a crítica e adversidade ao regime. Destaca-se na ala “sincera” emedebista, além de democratas radicais e a participação de alguns quadros identificados com um pensamento de esquerda, provenientes do cristianismo progressista, do PCB e dos extintos PTB e PSB, que conseguiram se eleger em alguns pleitos, destacando-se os de 1974 e 1978.

A origem oficial do MDB contribuiu para que fosse visto principalmente por pessoas da esquerda e de oposição como partido artificial, cooptado e desenraizado da sociedade. Salvo exceções, até sua consolidação em meados dos anos 1970 conservou relativo distanciamento dos sindicatos, intelectuais, estudantes e organizações políticas clandestinas que não o PCB, que desacreditavam de sua função oposicionista e até denunciavam o papel que exercia como legitimador do sistema. Ademais, de forma geral, acreditavam as esquerdas e até parlamentares emedebistas que o regime e suas criações, dentre elas o MDB, teriam vida breve por não conseguirem solucionar problemas estruturais, portanto a dedicação à legenda seria infrutífera e desnecessária.

Não obstante as dificuldades enfrentadas no período inicial pelo MDB, como a falta de bases e recursos e a rejeição de amplos setores da esquerda, até o AI-5 ele contou com um grupo aguerrido de parlamentares de oposição à ditadura, alcunhados de “imatuross” pelos setores moderados. Além das ácidas denúncias na tribuna, essa minoria emedebista participou ativamente da efervescência social que caracterizou os anos de 1967 e 1968, tentando aproximar o partido dos estudantes e trabalhadores por meio da Comissão de Mobilização Popular, constituída à revelia da direção partidária. A atuação incisiva dessa “parcela radicalizada” atraiu sobre si e sobre os mais chegados a ira da repressão, que se valeu de cassações (60

dos 139 deputados federais que compunham sua bancada) e do decorrente ostracismo político. Quando o Congresso foi reaberto em 1969, não restara nem a sombra dessa oposição do MDB.

Se desde um primeiro momento o MDB contou com a adesão de membros originários das esquerdas (PCB), houve uma participação ainda maior a partir de 1974, destacando-se o pleito de 1978 quando foram eleitos ainda mais parlamentares de ferrenha oposição à ditadura, em contraposição à linha moderada do MDB, e passou a circular a expressão “tendência popular” ou “tendência socialista” para designar a bancada emedebista identificada com as teses das esquerdas.

Cabe destacar que, dado sua estratégia de construir uma frente democrática contra a ditadura o PCB foi o único grupo organizado que se vinculou como um todo ao MDB e ajudou a construí-lo desde o princípio⁴⁸. De meados dos anos 1970 em diante, outros agrupamentos seguiram a linha do PCB, como o MR-8 e o PCdoB – embora com projetos diferenciados em relação ao próprio MDB. Então, o MDB já havia conseguido resultados positivos no pleito de 1974 e a atuação do grupo dos “autênticos” garantia certa credibilidade, passando a imagem de uma organização oposicionista e democrática.

Em meados dos anos 1970 em diante, o MDB se dedicou ao fortalecimento de suas estruturas orgânicas, aproximando-se da sociedade por meio do Instituto de Estudos Políticos e Sociais e dos departamentos feminino, trabalhista e jovem. A formação deste último coincidiu com o período de rearticulação do ME trazendo resultados expressivos para o partido. Juntamente com o ME, a segunda metade dos anos 1970 testemunhou a articulação ou rearticulação de outros movimentos sociais (como o comunitário, trabalhista, feminista, ambientalista, negro, pela Anistia), o que fortaleceu ainda mais o partido visto como canal institucional para expressar as demandas sociais, além de possibilitar projetos eleitorais.

Porém, esse processo de construção de uma grande frente oposicionista foi interrompido pela reforma eleitoral que extinguiu o bipartidarismo no final da década. Ela, de fato, cumpriu seu objetivo provável de fragmentar os adversários do regime, desacelerando a abertura. Enquanto o PCB, PCdoB e MR-8 permaneceram no partido (agora PMBD) e conferiram legitimidade junto aos movimentos sociais, contingentes significativos abandonaram suas fileiras para

formar o PT, PTB e PDT. Com a saída dos últimos grupos de esquerda já após a ditadura – com exceção do MR-8 -, prevaleceram os emendebistas com tendências moderadas e direitistas. Um balanço final mostra que o MDB, ao longo de sua existência e na falta de outra opção institucional, abrigou e serviu como canal de expressão de diferentes segmentos das esquerdas e de democratas radicais, sendo um laboratório de militantes, organizações políticas e movimentos sociais ciosos por manifestar sua oposição ao regime e popularizar suas propostas e lideranças⁴⁹.

Quanto à atuação do MDB no Paraná, é de extrema valia o depoimento e as obras de Sylvio Sebastiani, que atuou ativamente no partido, em vários momentos como dirigente, desde sua gênese até o final. Lembra ele que, juntamente com o então Deputado Federal Miguel Buffara – ambos vinculados ao extinto PTB - começaram a articular o MDB tão logo o regime anunciou o bipartidarismo. “Uma grande parte dos deputados estaduais e federais que eram do PTB foi para a Arena, foram apoiar a ditadura, e outra parte ficou de fato no MDB, apoiando o MDB, colocando-se como oposição ao governo ditatorial”⁵⁰. Na visão de Sebastiani, no Paraná, enquanto aqueles que mudaram de lado o teriam feito por medo ou por “interesses financeiros e gosto pelo poder”, a minoria que integrou o MDB fora motivada pela “recondução do país aos trilhos da Democracia”. Além de uma parcela do PTB um grupo do PDC – no qual se destaca José Richa que viria a ser governador do Estado, eleito em 1982.

A fragmentação de trabalhistas e democratas entre a Arena e o MDB debilitou sobremaneira o partido nas primeiras eleições estaduais e municipais. Mas, se eleitoralmente esses resultados foram insatisfatórios, politicamente foram passos iniciais fundamentais para sedimentar o partido no Estado, sobretudo a partir da bancada de deputados estaduais e dos esforços de Buffara, Sylvio Sebastiani, Sebastião Rodrigues (Pato Branco) e Olivir Gabardo (Londrina). No pleito municipal de 1968, “houve um leve crescimento do MDB”, inclusive com a eleição de alguns prefeitos, quando foram superadas várias dificuldades. Entre elas, a indisponibilidade de candidatos para concorrer na legenda contrária à ditadura e as pressões do regime que levavam a desistências e impedimentos de candidaturas ou a intervenções duvidosas nos resultados, como nas eleições municipais de Curitiba, em 1968, e nas estaduais de 1974.

Ao que indicam alguns depoimentos, o MDB estadual cumpriu a função de oposição ao regime. Esse fator é perceptível tanto nas cassações que atingiram os políticos com o AI-5, ‘golpe dentro do golpe’, quanto nos textos dos materiais de campanha e na postura de seu diretório regional, presidido pelo Deputado Federal Renato Celidônio, que apoiou oficialmente a Frente Ampla, inclusive com a realização de um comício em Maringá. Nesta cidade, assim como no restante do Estado, o partido foi organizado sobretudo a partir das bases do extinto PTB. O AI-5 atingiu de forma fulminante essa oposição emedebista que começava a ganhar força. A Frente Ampla foi colocada na ilegalidade, desarticulando as mobilizações estaduais, e vários políticos paranaenses do MDB foram cassados e privados de seus direitos políticos. Para Léo de Almeida Neves, “a grande verdade histórica é que, tolerado pelo regime militar para compor o bipartidarismo e dar à opinião pública mundial a impressão de que vivíamos em uma Democracia, o MDB superou suas próprias deficiências e tornou-se o fiel intérprete das aspirações populares na bem sucedida luta pela restauração do estado de direito”⁵¹.

Ainda vivendo os efeitos do AI-5 - não só as cassações, mas também as desistências da via institucional que caíra em descrédito - os emedebistas remanescentes juntaram os cacos e começaram a reestruturar o partido. Mesmo enfraquecidos, logo os emedebistas iniciaram os trabalhos para o pleito de 1970, “catando” gente para se candidatar a deputado estadual e federal, porque ninguém queria. O pessoal estava com muito medo. Era logo em seguida ao AI-5 e muitos integrantes do partido foram embora depois dessas cassações todas. Então, todos quanto puderam do MDB saíram candidatos para atingir o coeficiente eleitoral. Mesmo assim, o partido fora tão atingido e era tão perigoso ser oposição que o número de candidatos do MDB, nas eleições de 1970, ficou aquém do número de vagas. Aqueles que embarcaram em um projeto eleitoral tiveram que enfrentar a falta de capital para investir nas campanhas, bem como o reduzido apoio aberto manifestado por segmentos da sociedade, temerosos de se comprometerem diante do regime, sem contar os que foram eleitos pelo MDB, isto é na oposição, e se passaram para a Arena, partido da ditadura, como Valmor Giavarina de Apucarana, Dalton Paranaguá de Londrina e Adriano Valente de Maringá.

Não obstante as perseguições e as disputas internas envolvendo ex-partidários do PTB e PDC, em 1974 o partido já estava mais fortalecido, porém continuava pequena a quantidade de pessoas predispostas a enfrentar candidaturas pelo MDB – a chapa completa comportava 60 pessoas, porém o MDB só lançou 16. Mesmo assim, naquele pleito o povo decidiu votar na oposição, no MDB. A ditadura já estava perdendo a sua força. Em todo o país houve um grande avanço, foram significativas as conquistas do partido que fazia oposição à ditadura⁵². Em 16 estados, incluindo o Paraná, fora o MDB que elegeu Senador. No Paraná, dos 16 componentes de sua chapa foram eleitos 15.

Após 1974, seguindo o padrão do MDB nacional, também no Paraná houve a tentativa de estruturar o partido aproximando-o da sociedade e formar lideranças. Tratava-se de um novo e alvissareiro momento. Em Brasília, o recém-eleito Senador Leite Chaves fez um discurso conclamando o exército a se afastar das arbitrariedades e perseguições políticas: “Se o desejo é apenas continuar indefinidamente no poder, que usem outros meios, mas não este, de destruir, inopinadamente, vida de inocentes, ou, se são culpados, que as pessoas tenham o direito de ser julgadas de acordo com a lei⁵³”.

Malgrado esses percalços, de 1974 em diante a trajetória foi ascendente. Em 1978, o MDB elegeu seu segundo Senador para a única vaga pleiteada (José Richa), ficando com dois emedebistas e um arenista biônico no Senado, Afonso Camargo. Porém, nem tudo eram flores nos primeiros anos da “abertura lenta, gradual e segura”: os candidatos do partido continuavam a ser perseguidos sob a pecha de comunistas. Em 1977 o Deputado Federal Alencar Furtado, líder da oposição na Câmara dos Deputados, teve seu mandato cassado e, no ano seguinte, foi instaurada a figura do “senador biônico” indicado pelo governo federal para conter os avanços emedebistas. Para dividir e enfraquecer a oposição, aglutinada em torno do MDB, a Lei nº 5.682/79 extinguiu o bipartidarismo, dividindo os emedebistas entre aquele que deveria ser seu sucessor natural (PMDB), o PTB, PDT e PT. Essa fragmentação também atingiu os filiados no Paraná.

Para acompanhar em detalhes essa trajetória do MDB no Paraná é possível ver os depoimentos de vários de seus membros prestados à Sociedade DHPAZ como Sylvio Sebastiani, Euclides Scalco, Deni Shwartz, Nilton Friedrich, Léo de Almeida Neves. A atuação do partido pode ser analisada tanto a partir das memórias

de seus maiores expoentes quanto daqueles membros de grupos de esquerda que se aproximaram do MDB para divulgar suas propostas e fazer oposição ao regime.

O MOVIMENTO E A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL

Até o começo dos anos 1960, a participação dos estudantes nas mobilizações populares e grupos de esquerda não se destacou fortemente. Organizações como o PCB arregimentaram em sua maioria pessoas mais velhas e se caracterizaram por uma participação política e social mais diversificada, envolvendo vários setores e faixas etárias.

Não havia um esforço exclusivo junto à juventude da parte das organizações clandestinas. Foi o contexto do pós-golpe que favoreceu a mobilização dos mais jovens. O ME conseguiu se manter ativo após o golpe apesar das intervenções do regime, apresentando grande atuação entre 1966 e 1968 e do final dos anos 1970 em diante. Após um período inicial de refluxo, nos dois anos que antecederam o AI-5 a sociedade brasileira testemunhou a intensa participação dos jovens, especialmente estudantes, nos movimentos sociais e partidos de esquerda, em parte estimulada pelo clima de efervescência política e cultural que já vinha desde o final dos anos 1950.

Mas, o regime não deixava os estudantes agirem livremente. Até 1968, várias entidades estudantis sofreram intervenção governamental, com a instauração de IPMs e execução de ações extraoficiais, que atingiram desde centros acadêmicos na base até as universidades como um todo (caso da UnB – Universidade de Brasília) e a própria UNE, que teve sua sede no Rio de Janeiro incendiada já no dia primeiro de abril de 1964. O peso da repressão foi sentido logo após o golpe, principalmente com a perseguição das lideranças. A Lei Suplicy ou 4.464 foi outorgada em 9 de novembro de 1964, reformulando o funcionamento das entidades estudantis, atrelando-as às administrações das universidades e ao próprio MEC. A ideia era retirar a autonomia das entidades dos estudantes. No lugar dos Centros Acadêmicos (CAs), Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), Uniões Estaduais (UEEs) e da própria UNE seriam implantados os Diretórios Acadêmicos (DAs), os Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs) e um Diretório Nacional Estudantil (DNE).

A luta contra as medidas autoritárias dentro das universidades unificou não só alas diferentes do ME, mas também incitou a participação massiva dos universitários. Passado o trauma inicial do golpe, o combate à Lei Suplicy em 1965 propiciou a rearticulação dos estudantes de esquerda, substituindo os liberais na direção das entidades e retomando a hegemonia, que já vinha desde o final dos anos 1950. Se no 27º Congresso da UNE, realizado clandestinamente no ano de 1965 em São Paulo, as esquerdas ainda estavam enfraquecidas, no 28º (1966 em Belo Horizonte) compuseram a diretoria da UNE, com primazia dos estudantes vinculados à AP. Situação semelhante ocorreu no ano seguinte, no Congresso de Vinhedo (SP).

A diminuição dos recursos governamentais para o ensino superior foi um dos fermentos da crescente insatisfação, traduzida em diferentes intervenções no espaço público. Faltavam verbas para a Educação o que, dentre outras coisas, deteriorava a qualidade das instituições e limitava a oferta de vagas nas universidades, gerando o problema dos “excedentes” – aprovados no vestibular, porém sem acesso ao curso pretendido por falta de vaga. A cada ano esse problema se agravava. Destarte, até 1968, a insatisfação e a intensa movimentação estudantil estiveram vinculadas à repressão, à precarização do ensino, à falta de vagas e aos acordos MEC-USAID. Estes últimos seguiam na contramão da reforma universitária desejada (extensão do ensino público e gratuito e democratização), que unia os diferentes setores do ME e instigava a participação massiva das bases.

A atuação dos estudantes era ampla, transcendendo os muros das escolas e universidades. Eles cerravam fileiras e emparelhavam ombros com operários e outros estratos da sociedade, nas lutas que consideravam legítimas. Já com certa tradição na defesa das liberdades democráticas e reformas de base, o ME também era instigado pela insatisfação com a ditadura e pelas lutas contra a repressão exercida nas ruas e dentro nas instituições de ensino. O ME estava dividido entre aqueles que enfatizavam as lutas de rua contra a ditadura (com a AP à frente) e aqueles que buscavam conciliar este enfrentamento com as reivindicações específicas dos estudantes (basicamente, dissidências do PCB e POLOP). Exemplifica essa atuação ampla dos estudantes o apoio à greve dos bancários, deflagrada no início de outubro de 1968 em Curitiba. Em 1968, onde havia movimentos secundaristas e universitários no Brasil, proliferaram

greves, passeatas e atos públicos, apoiados não só pelas bases do movimento, mas também por outros estratos das populações urbanas. O estopim das manifestações foi a morte do estudante Edson Luís, culminando na “Passeata dos Cem Mil” (RJ).

Em meio a esse processo de reorganização e fortalecimento do ME, estreitaram-se os laços de suas lideranças com as organizações da “nova esquerda”, o que foi fundamental para a radicalização nas formas de luta, sobretudo após o AI-5 quando as massas deixaram ou foram expulsas das ruas e o horizonte se tornou as ações armadas de pequenos grupos urbanos. Pelo menos até o AI-5, a repressão não fora capaz de privar o ME de sua atuação e vida própria, levantando bandeiras políticas e reivindicatórias e com ampla participação de suas bases, até de forma autônoma das instituições oficiais e dos representantes – o que, inclusive, dificultou o trabalho de coerção. Ao que parece, mesmo antes dos acontecimentos do fatídico mês de dezembro de 1968, em meados do ano, o regime já havia optado pelo endurecimento da repressão aos estudantes e a qualquer manifestação de dissenso. Recrudesciam as ações governamentais, como demonstra a invasão da UnB em agosto e o desbaratamento do XXX Congresso da UNE em Ibiúna, com a prisão de centenas de estudantes. O AI-5 consumaria essa diretiva, alavancando de vez o refluxo do ME e precipitando os setores mais politizados às ações armadas. Portanto, enorme refluxo e imobilidade caracterizou o ME de 1969 até a segunda metade da década de 1970⁵⁴.

Em um cenário extremamente opressor, e no qual a economia dava sinais de revitalização, a maior parte abandonou o movimento. A parcela que pegou em armas foi gradativamente desarticulada, com as prisões, condenações e assassinatos. Por um lado, os guerrilheiros negligenciaram e se distanciaram das massas estudantis na articulação de suas ações, recrutando aqueles que já estavam em seus círculos de contato. Por outro, a nova diretoria da UNE – vinculada à AP e ao PCdoB e constituída em um congresso pouco expressivo realizado em um sítio do Rio de Janeiro –, sem muita representatividade junto às bases, na clandestinidade, cercada e caçada pela repressão, foi se dando conta da nova realidade.

Esta contração e fechamento caracterizaram o ME até os anos finais da década de 1970, quando, do acúmulo das lutas e da insatisfação de diversos setores com o regime, despontou no espaço público

uma nova geração predisposta a enfrentar e derrotar a ditadura, que já dava evidentes sinais de desgaste. Essa nova geração, em um contexto de nova efervescência social, optou por se aproximar e se articular com as massas urbanas, promovendo novo enfrentamento.

Em nível nacional, e em grande medida estadual também, podemos recortar cronologicamente o ME – incorrendo em uma generalização grosseira, porém didaticamente útil – da seguinte forma: 1964 a 1966 os anos de choque e rearticulação inicial; de 1966 a 1968 a revivescência e a tomada massiva das ruas; 1968 a 1974, período plúmbeo do “golpe dentro do golpe”, a via armada e o refluxo; 1974 a 1976 relativa imobilidade ou lenta rearticulação⁵⁵; e 1977-1984 o raiar de uma nova geração.

Especificamente sobre o ME no Paraná, em um artigo publicado em novembro de 2012 pelo então líder estudantil e membro do PCBR Vitório Sorotiuk, este aliando memória e pesquisa histórica destaca que o golpe foi repudiado desde seus primeiros suspiros pelos estudantes do Estado, que se reuniram no DCE da UFPR para discutir e esboçar a resistência, manifestando sua insatisfação. Logo, vários professores e alunos se tornaram perseguidos políticos, sendo afastados de seus cursos e expulsos das instituições universitárias. Dentro dos mesmos contornos da atuação da repressão e do próprio ME no restante do país, também no Paraná a despeito das perseguições o movimento foi se rearticulando gradativamente. Em 1965 e 1966, começaram as manifestações e os protestos estudantis contra o regime e a repressão efetuada sobre o ME em outros estados. Em 1966 os estudantes mais a esquerda assumem a direção da UPE – União Paranaense dos Estudantes – na gestão de Luiz Amaral (IE - Independente de Esquerda). Em 1967 manterão a frente de esquerda na gestão de Stenio Sales Jacob não coincidentemente de esquerda, porém independente. Já em 1968 com a direita estudantil completamente sufocada a disputa em torno da UPE se dará entre a DI – Dissidência do Partido Comunista Brasileiro e a AP, com a vitória da primeira com a chapa presidida por Berto Luiz Curvo, derrotando a chapa de José Carlos Zanetti. No DCE da Federal o PCBR elegerá o seu presidente com Vitório Sorotiuk à frente. Em 1968, inúmeros DAs da UFPR como DARP, CAHs, DANC estarão com a esquerda, bem como diversos DAs da PUC e protagonizarão nesse ano inúmeras manifestações contra a PEG – política educacional do governo e a ditadura militar.

Em 1967, conforme o texto de Sorotiuk, “o Movimento Estudantil paranaense começou a tomar corpo”. Reflexo disto foi o envio de delegados para o 27º Congresso da UNE em Belo Horizonte, para o 29º em Valinhos (SP) e para o 30º em Ibiúna, quando 42 estudantes do Estado se fizeram presentes e foram presos, com a UPE auxiliando na infraestrutura do evento com recursos financeiros e alimentação.

A resistência à repressão da ditadura e às investidas para implantar os acordos MEC-USAID na UFPR foi o ápice do ME paranaense. Diferentes correntes se unificaram e os jovens passaram a estudar e denunciar a situação de 1967 em diante. Uma campanha bem orquestrada fez com que, no começo de 1968, cerca de 90% dos estudantes pedissem a isenção de pagamento das taxas universitárias da UFPR. Em maio, logo após as passeatas de protesto contra a morte de Edson Luís de Lima Souto no Rio de Janeiro, realizadas no dia 30 de março e três de abril, os estudantes da capital protagonizaram dois eventos de grande repercussão: a batalha campal contra o contingente policial com a sua policia montada estacionada no Centro Politécnico e a tomada da Reitoria da UFPR, logo depois. Esta ação inusitada garantiu importante vitória: o fim da cobrança que instituiria o ensino pago na universidade. Vitório Sorotiuk destaca a importância para esse processo de uma palestra proferida pelo jornalista e Deputado Federal pelo MDB do Estado da Guanabara, Márcio Moreira Alves, que subsidiou as ações e reflexões dos estudantes paranaenses.

Foi somente no período da distensão “lenta, gradual e segura”, com a redemocratização avançando no final dos anos 1970, que o DCE, a UPE e as demais entidades estudantis voltaram a funcionar efetivamente em Curitiba e no Paraná. Na capital e em Londrina atuaram, em meados dos anos 1970, grupos de estudantes que, inclusive, participaram da reorganização nacional do ME, transcendendo portanto as fronteiras do Estado. Foi o caso tanto dos jovens agrupados em torno do jornal “Poeira” do DCE da UEL, quanto de estudantes vinculados ao Darp da UFPR.

No Paraná inteiro, vários jovens militaram nesse momento do ME, envolvendo-se com questões específicas (como o preço das refeições nos restaurantes universitários) e gerais, como a redemocratização, Constituinte, eleições diretas para presidente e Anistia. Essa atuação nos últimos anos da ditadura fora marcada

pela relativa liberdade de ação dos jovens, se compararmos com os momentos anteriores. Em Londrina, nos anos 1970 em diante, com a instalação da UEL, a organização do DCE e sua tomada por grupos mais à esquerda, o ME londrinense foi ganhando corpo e, inclusive, projeção nacional. Nessa cidade hegemonzada pelo MDB, os estudantes tiveram relativa autonomia e conseguiram se manter mobilizados. Destaca-se a atuação do grupo heterogêneo, mas contrário ao regime, aglutinado em torno do jornal “Poeira” (“Levanta, sacode a Poeira e dá volta por cima”), que promoveu greves, abaixo-assinados, atos pela democratização da universidade, debates polêmicos sobre a Constituinte e Anistia e “Semanas de Atualidades” (trazendo importantes ícones da MPB, como Chico Buarque, Milton Nascimento, Gonzaguinha, Elis Regina, João Bosco, entre outros). Inclusive, no ato de posse do presidente eleito para o DCE em 1975, Nilson Monteiro, esse proferiu um discurso apaixonado, denunciando a Operação Marumbi, que no dia anterior havia sequestrado várias pessoas, dentre elas o professor “Nelsão” da UEL, Nelson Rodrigues dos Santos, diretor da Faculdade de Medicina. Essa geração londrinense participou ativamente da reestruturação do movimento nacional, inclusive dos esforços iniciais para reavivar as entidades nacionais, como a UNE, colhendo frutos no final da década de 1970.

O ME secundarista ganhará corpo a partir do Congresso da UPES em janeiro de 1968 em Cornélio Procópio. Embora a direção da entidade estadual fosse ocupada pela direita, tanto que a infraestrutura do congresso foi fornecida pelo exército, a sua oposição se organizará em torno do MEL – Movimento Estudantil Livre. Em Curitiba, o ME secundarista se articulará com o apoio da UPE universitária, destacando-se os estudantes do Colégio Estadual do Paraná, Colégio Estadual Hildebrando de Araujo e do Colégio Militar. Tanto a DI, como a AP e o PCBR atuarão decisivamente no ME secundarista e interiorizando a sua atuação no Estado.

Quanto a Maringá, destaca-se a massiva atuação do movimento estudantil secundarista, sobretudo em 1968, oriundos do Colégio Estadual Gastão Vidigal. Os estudantes formaram boa parte da massa de dezenas de milhares de pessoas que participaram do comício da Frente Ampla, protagonizado por Carlos Lacerda. Nas eleições de 1968, os estudantes maringenses promoveram atos públicos, como a invasão do comício eleitoral de João Paulino, que contava com a

presença do então governador Paulo Pimentel que teve os carros de sua comitiva apedrejados.

Também em Apucarana o ME se mostrará bastante expressivo em torno da União dos Estudantes de Apucarana (UEA), do Centro Estudantil Nilo Cairo (CENC), do Grêmio do Colégio São José e do Centro Acadêmico da FECEA – Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana. O núcleo central dos estudantes, organizados na DI (Dissidência do PCB) liderará as ações políticas como a passeata de protesto pelo assassinato de Edson Luiz no Rio de Janeiro que reunirá cerca de duas a três mil pessoas. Considerando o tamanho da cidade que contava com cerca de cinquenta mil habitantes, provavelmente foi a maior manifestação, proporcionalmente, de estudantes do Estado naquele ano de 1968. Em um primeiro momento, nos primeiros meses deste ano, oficiais da 4ª Companhia do Exército tentarão organizar um ME de direita para combater a UEA e os grêmios que estão com a esquerda, além de usar recrutas do Exército para seguir e vigiar a liderança do ME de esquerda. Não foi gratuito, portanto, que após a decretação do AI-5 em dezembro, foi a UEA a primeira entidade estudantil paranaense invadida e lacrada pelo Exército. Tão pouco é gratuito que dessas lideranças de Apucarana, dois seriam assassinados, Antonio dos Três Reis de Oliveira e José Idésio Brianezi em 1970, e os demais presos e torturados como Geraldo Magela Soares Vermelho, tentando o suicídio na prisão, no mesmo ano, bem como, partindo para o exílio com Valdir Feltrim em 1971.

TRABALHADORES EM LUTA

Os anos da chamada 'República Populista' (1945-1964), caracterizaram-se por intensa atividade dos trabalhadores e sindicalização. Pode-se dizer sem incorrer em erro que foi uma época de ouro tanto para o trabalhismo, representado então pelo PTB, quanto para os movimentos de trabalhadores mais autônomos, que avançavam em suas demandas e organização como classe. Foram deflagradas importantes greves nesse período, envolvendo centenas de milhares de pessoas em várias ocasiões (como na Greve dos Trezentos Mil e dos Setecentos Mil). Se nas cidades a articulação e representação dos

trabalhadores, bem como seus direitos, estavam mais consolidadas, no campo tanto a sindicalização quanto os direitos trabalhistas eram conquistas ainda em disputa, envolvendo as Ligas Camponesas e outras entidades. Ainda que a organização como classe estivesse incipiente, a bandeira da reforma agrária estava amplamente difundida e tinha considerável aceitação pela sociedade.

Refreando bruscamente esses avanços do trabalho contra o capital, o golpe foi dado no dia primeiro de abril de 1964. Em pouco tempo sindicatos foram colocados sob intervenção, diretorias destituídas e lideranças de todo o país detidas e mantidas na prisão para desarticular as bases e evitar qualquer tentativa de resistência. É lugar comum na bibliografia crítica caracterizar o golpe como desmantelador do movimento sindical, que inclusive recorreu a esta artimanha para sustentar o “milagre econômico” e as margens de lucro estratosféricas para o empresariado.

Cabe notar que, as atividades sindicais só foram imediatamente atingidas, pois já estavam bem mapeadas quando veio o golpe, afinal a polícia política, por intermédio da DOPS, colheu informações durante toda a República Populista. As memórias de Alcidino Bittencourt Pereira – que fora advogado sindical em Cubatão-SP - nos remetem tanto à ebulição social e política dos anos do governo Jango quanto à desarticulação brusca dos trabalhadores, imposta pela ditadura.

Situação muito semelhante viveu Victor Horácio de Souza Costa, que quando veio o Golpe estava presidindo um sindicato em Paranaguá. Ele foi preso já na primeira semana, juntamente com outras lideranças e trabalhadores, permanecendo por mais de dois meses detido. O sindicato que dirigia foi colocado sob intervenção. Vale mencionar também a situação vivenciada por Francisco Conde, mais um exemplo dessa desarticulação sindical. Quando veio o golpe ele era parte do quadro de diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mandaguari e foi preso já no dia 5 de abril, sendo mantido na delegacia de polícia de seu município, “juntamente com outros 64 presos políticos de Mandaguari. A sede do sindicato em que o requerente era diretor foi queimada”⁵⁶. Conforme as memórias de René Ariel Dotti, situação semelhante viveu Mario Pan, então presidente do Sindicato dos Ferroviários de Curitiba, detido no Presídio Provisório do Ahu. Espedito Rocha, do Sindicato dos Químicos, somente não foi preso porque fugiu e foi para a clandestinidade.

Paralelamente a essa atuação combativa de algumas entidades e categorias de trabalhadores, cabe destacar as ações menores e mais discretas de alguns profissionais, porém não menos revestidas de um significado de solidariedade e rejeição à ordem imposta. Foi o caso dos advogados de presos políticos – como o próprio Renê Dotti, Otto Sponholz, Luiz Salvador, Acir Breda, Élio Narezi, Lamartine Correia de Oliveira, Oldemar Teixeira entre outros - que enfrentaram a justiça militar por idealismo e senso de justiça, sujeitando-se eles próprios aos arbítrios da repressão. Ana Beatriz Fortes lembra com gratidão da atuação do médico Régines Prochmann, que a atendeu em 1970, ele mesmo um preso político em 1964, quando ela apresentava, em decorrência das torturas, “um quadro agudo psicossomático, depressivo intenso”.

Apesar dessa repressão inicial, assim como o movimento estudantil trabalhadores de diversas categorias conseguiram se rearticular até 1968, deflagrando greves e retomando seus sindicatos. Esse ano foi marcado por intensa atividade sindical de diversas categorias, prontamente esvaziada com a outorga do AI-5. Os casos nacionais paradigmáticos são as greves envolvendo metalúrgicos paulistas e mineiros. Em Curitiba os bancários de diferentes tendências das esquerdas montaram uma chapa de composição e conseguiram tomar seu sindicato, que estava sob intervenção, no primeiro semestre de 1967. No ano seguinte, participaram das mobilizações nacionais da categoria, que se refletiram na deflagração de uma greve também na capital paranaense. Em Maringá, os trabalhadores da “Norpa Industrial” entraram em greve, mas ao contrário das expectativas iniciais não contaram com a adesão de operários de outras empresas ou categorias. Os professores da rede pública estadual protagonizaram uma paralisação de alcance estadual em 1968.

De forma geral, o “golpe dentro do golpe” impôs nova paralisia nas atividades dos sindicatos, associações e demais organizações de trabalhadores com direção crítica, mantendo-os silentes por quase uma década. Ainda que tenham conseguido eleger nova chapa combativa, em breve o Sindicato dos Bancários de Curitiba foi colocado sob nova intervenção. Essa situação específica foi a regra para os demais sindicatos espalhados pelo Paraná e pelo Brasil. Em todo esse momento de “calmaria” forçada, a repressão foi acompanhada pela imposição ideológica da propaganda oficial, que ressaltava o

crescimento exorbitante do país, prometendo ganhos aos trabalhadores em um futuro que nunca chegou (a filosofia do “fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”).

Com exceção dos poucos que se engajaram na luta armada, a imobilidade se prolongou até 1978, quando o processo grevista deflagrado no ABC paulista ganhou repercussão nacional e deu novo ímpeto aos movimentos reivindicatórios e políticos de trabalhadores, que retomaram as ruas ao lado dos estudantes. Nesse período, no Paraná inteiro pipocaram greves e os sindicatos passaram a ser novamente disputados por chapas com posicionamentos progressistas, como as greves e as disputas sindicais envolvendo professores, enfermeiros, metalúrgicos, vigilantes e trabalhadores da construção civil.

NOTAS Capítulo 2: As organizações políticas no Paraná

¹ RIDENTI, Marcelo. op. cit., p. 63-65.

² RIDENTI, Marcelo. op. cit., 27-39; 63-65.

³ RIDENTI, Marcelo. op. cit., 27-39.

⁴ RIDENTI, Marcelo. op. cit., 39-49.

⁵ RIDENTI, Marcelo. op. cit., 39-49.

⁶ RIDENTI, Marcelo. op. cit., 39-49.

⁷ RIDENTI, Marcelo. op. cit., 39-49.

⁸ RIDENTI, Marcelo. op. cit., 50-59.

⁹ RIDENTI, Marcelo., op. cit., 50-59.

¹⁰ RIDENTI, Marcelo., op. cit., 27; 46.

¹¹ RIDENTI, Marcelo., op. cit., 28-29.

¹² ESTADO DO PARANÁ. Comissão Especial. Processo nº 209, 10 de fev. de 1998 (p. 3 do arquivo digital).

¹³ Quem quiser levantar mais informações sobre o PCB, há uma listagem extensa dos membros do partido no período populista e começo da ditadura, na pasta 1505b, número de tomo 181, referente ao PCdoB. Constam ainda nessa pasta informações sobre a possível estada de Ernesto Che Guevara no Paraná (p. 143).

¹⁴ DEAP. Arquivo DOPS/PR. Pasta nº 1.465. apud: BRUNELO, Leandro. Universos opostos: o embate político entre os militantes do PCB e a DOPS/PR durante o regime militar. *Histórica* – revista eletrônica. Edição 34, janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia04/>>. Acesso em 8 jan. de 2014.

¹⁵ DEAP. Pasta DOPS: “Partido Comunista Brasileiro”, nº1490a. Os seguintes nomes foram associados ao partido pela repressão: Aparecido Moralejo, Hiram Ramos de Oliveira, João

Batista Tezza, Dilma Maria Pereira Lara, Marilda Kobachuk, Laélio de Andrade, Edgard Schatzmann, Bruno, Jafet, Sobrinho e Serrano, “Carlinhos” (codinome), “Paulo”, “Lucas”, o ex-combatente da república espanhola contra Franco “Nogueira” (Luis Lopez Rey) e “Jacob (israelita), que tinha gráfica”, afora certa “gente operária das bases de Vila Guairá, Wenceslau Brás, Portão, Vila Hauer, Vila Pinto, Fazendinha, Vila São Paulo, Santos Andrade, etc.”.

- ¹⁶ DEAP. DOPS: Informe 60/73, pasta 1.466a.
- ¹⁷ Dentre os vários presos na referida operação estavam Osiris Boscardim e Pedro Agostinetto Preto, ambos de Apucarana, Francisco Luiz de França, Narciso Pires, Honório Delgado Rúbio, Luís Gonzaga Ferreira (presidente do MDB de Londrina), João Alberto Einecke, Mário Gonçalves Siqueira, Eujácio de Almeida e Paulo Simeão (sindicalistas em Paranaguá), Osvaldo Alves (Mandaguari), Ildeu Manso Vieira, Nilton Abel de Lima (vereador do MDB em Paranaguá), Genecy de Souza Guimarães (Vereador do MDB em Londrina), Lenine Passos (vereador em Guarapuava).
- ¹⁸ DEAP. Pasta DOPS: “Partido Comunista do Brasil”, nº 1507, número de tombo, 181, p. 24-26.
- ¹⁹ HELLER, Milton I. op., cit., p. 523.
- ²⁰ HELLER, Milton I. op., cit., p. 549-555.
- ²¹ RIDENTI, Marcelo. op., cit., p. 48.
- ²² Foram presos no Paraná como membros da organização (não que todos tivessem vinculação orgânica com ela): Olien Lustoza de Moraes, Arno André Glesen, Letímio Vieira, Galdino Moisés de Oliveira, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Rosa Maria Viana de Castro, Déa Sílvia Pereira, Alberto Gentili Filhos, Miriam de Carvalho, Pedro Amâncio Silva, Deisi Deffune, Licínio Lima, Tadeu Moacir Lima, Nésio Jaques Pereira, Beluce Belucci, Geraldo Majella Soares Vermelho, José Aparecido Sforni, Juvêncio Batista dos Santos, Ramires Moacir Pozza, Cetímio Vieira Zagabria, Pedro da Silva Polon, Sirley Batista, Diva Ribeiro Lima, Nelson Sorotiuk, Deonisia Zimowski, Norival Trautwein, Hilária Zimowski, Elizabete Suga, José Tarcisio Pires Trindade e Edmilson Correa.
- ²³ HELLER, Milton I. op., cit.
- ²⁴ VECHIA, Renato da Silva Della. Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973). Dissertação de mestrado defendida, junto ao programa de pós-graduação em Ciências Políticas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: agosto de 2005.
- ²⁵ CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS, Daniel Aarão. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da Luta Armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Revolução e Democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 135-137.
- ²⁶ RIDENTI, Marcelo. op., cit.
- ²⁷ Em uma dessas pastas sobre o PCdoB nos anos 1980, consta a composição do Comitê Regional, destacando-se: Campana (contatos políticos), Télia Negrão Simon (propaganda e responsável pelo Movimento Contra a Carestia), Vitor Moreschi (movimento estudantil), Zenir Teixeira (setor sudoeste), Denise Camargo e Vicente de Paulo Palhares. Em Curitiba, o Comitê Municipal contaria com José Benedito Pires Trindade, Marco Antônio Socorro Marques Bessa, Antônio Benedito Siqueira, Mário Pereira Leal, Silvestre Aparecido Duarte e Hélio Gonçalves Cajé. José Carlos da Silva, Mário Donizete Rocon e Manoel Valdemar Barbosa Filho seriam responsáveis pelo jornal “Tribuna da Luta Operária”. Assistindo Moreschi no setor estudantil estariam Munir (letra ilegível) Teixeira de Almeida, Walter Flele

Cavallini Menechino, Luiz Henrique Bona Turra, Alexandre Zamboni, Pedro Luiz Longo, Geraldo Serathiuk e Tosca Zamboni. João Muniz dos Santos e Hélio Gonçalves Cajé seriam responsáveis pelas associações de bairros. Por terem participado de cursos ou sido convocados para congressos e encontros, em 1982, figuram ainda na ficha do DOPS os seguintes nomes: Jussara Regina Branco, Jorge Modesto de Assis Pereira da Silva, Zenair Maria Costa, Sandra Berenice Ferrari, Joseli Maria Araujo, Denilton Carlos Gaio, Aurora Gonçalves Laroça, Eunice Col, Angelo Col, Irani e Gladis “de tal”, Alceu Sperança, Demócrito P. Morgado, Beatriz “de tal”, Carlos Roberto Santos, Carlos Campana, Vera Lúcia dos Santos, Rodrigo Dias, Vanda Santos, Antônio Cesar, Roberto Carlos e Isabel Cristina Prazeres de Andrade Silva, Marco e Fernando Bitencourt do Amaral, Antônio Guerra Costa, Carlos Roberto e Celso Augusto Bittencourt, Goretti Brito Simoneti, Paulo Adolfo Matoso Nitsche, Fábio Caldas e Auda de Mesquita, Márcio José de Almeida, Jorge Grerory, Maria Aparecida Arruda Vencia, Márcia Regina Andrade, Maria Cristina Marco Colonezi, Michel Deolindo, Maria Auxiliadora Zanin, Matsuko Mori, Jairo “de tal” e Silmara “de tal”. Outros nomes e apelidos aparecem em um informe do dia dezoito de maio de 1982, como “Fusca” (Donizete), Rosilei (Rosi) Vilas Boas Duarte, Marta Duarte, Carlos Molina, Luiz Leme, e tantos outros. DEAP. Pasta DOPS: “Partido Comunista do Brasil”, nº1505c, Topografia: 181.

- ²⁸ Em vários informes da mesma pasta (nº1505c, Topografia: 181), aparecem de forma discriminada as cidades dos militantes, como Maringá, Adrianópolis, Toledo, Guarapuava, Prudentópolis, Cascavel, Céu Azul, Cambé, Palmas, Ponta Grossa, Jacarezinho, Pato Branco, Paranavaí, Umuarama, Campo Mourão, Foz do Iguaçu e Londrina. Quanto às entidades e empresas citadas, destacam-se o DCE da UFPR e UCP (ou PUC), APP, CEU, CEUC, Banco do Brasil, secretaria de educação, sindicatos, associações de bairro, diretórios acadêmicos, grêmios estudantis e a UPE. São registrados médicos, professores, operários, mas na maior parte estudantes.
- ²⁹ DEAP. Pasta DOPS: “Partido Comunista do Brasil”, nº1507, Topografia: 181. Sobre a atuação do PCdoB no Paraná a partir do final dos anos 1970, ver entre outros os depoimentos de Fábio Campana, Denise de Camargo, Carlos Molina, Manoel Barbosa, Matsuko Mori e Silvestre Duarte.
- ³⁰ RIDENTI, Marcelo. op., cit.
- ³¹ Fichas individuais da DOPS apontam que, um grupo formado em Maringá teria se alinhado ao POC. Contudo, depoimentos colhidos ao longo do projeto (Laércio Souto Maior, José Sforini) negam essa questão, apontando que a vinculação foi como PCBR e não POC. Já membros de Apucarana, que transitaram por Maringá, uniram-se ao POC ou a POLOP. Conclui-se que, apesar de alguns terem essa participação também no POC, a organização autônoma de Maringá se fundiu com o PCBR, o que pode ter gerado imprecisões nos apontamentos da repressão.
- ³² DEAP. Pasta DOPS: “Partido Operário Comunista - POC”, nº 1521, número de tomo 184. p. 16 (arquivo digital).
- ³³ Antônio Edson Urban, Claudemir Onofre Feltrin, Cristina Maria Sliwiani, Edson José Feltrin, Gilberto Bueno Coelho, Josué de Godoi, Manoel César Motta, Nelson Pietrobom de Souza Gomes, Regina Maria Sliwiani, Reinoldo da Silva Atem, Suely Muniz e Valdeci Pedro Feltrin. Foram condenados a dois anos de prisão Elisa Tielo Yonezo, Geraldo Majela Soares Vermelho, José Valdir Feltrin, o casal que estava no exílio Pedro Ivo Furtado e Teresa Daise Urban (ou Furtado) e Regina da Graça Simbalista Gonçalves. O encarregado do IPM do POC foi o major Francisco de Assis Pinheiro Dias, comandante da 5ª Companhia da Polícia do Exército.

- ³⁴ CHAGAS, Fábio André G. das. As teses de “Jamil” e a luta armada dos anos 1960-70 no Brasil. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Vol. 1, nº 2. Dez. de 2009. Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/Teses_de_Jamil.pdf>. Acesso em 19 dez. 2013.
- ³⁵ RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- ³⁶ DEAP. Pasta DOPS: “V.A.R.-Palmares”, nº 2361, topografia: 269. p. 82-84.
- ³⁷ RIDENTI, Marcelo. op., cit.
- ³⁸ DIAS, Reginaldo B. Sob o signo da revolução. a experiência da AP no Paraná. 1. ed. Maringá: Eduem, 2003. v. 1. p. 128-130.
- ³⁹ Os membros da AP envolvidos nos esforços para reorganizar o ME e a própria AP, mencionados no Inquérito Policial 12/71, foram além dos dirigentes Clair da Flora Martins, Bernadete Zanetti Sá Brito e Paulo de Albuquerque de Sá Brito, Celerino Carriconde, Derlei Catarina de Luca, Elba Gilda Ravaglio, Isamu Ito (“China”), José Carlos Zanetti, José Ferreira Lopes, Luiz Alberto Amaral Manfredini, Vera Regina Weisheimer Manfredini, Zélia de Oliveira Passos e Divo Guizoni.
- ⁴⁰ Sobre a política de integração da AP no Paraná, em Maringá, esse processo gerou importante fruto com a deflagração de uma greve em outubro de 1968, com repercussão nacional. Para lá, no final de 1967, foram deslocados Edésio e Zélia Passos para se integrarem junto os trabalhadores e organizá-los. No mesmo ano, Divo Guizoni e Celerino Carriconde foram trasladados para Santa Catarina, seguidos de Paulo Gustavo, que em meados de 1968 foi novamente removido para desempenhar tarefas organizativas junto à direção nacional da AP. “Zequinha” (José Ferreira Lopes), inicialmente, desempenhou função próxima a de Paulo Gustavo, sendo retirado de Curitiba e realocado em São Paulo para reorganizar a AP, depois seguindo para Minas e Bahia. José Carlos Zanetti, Luiz Manfredini e sua esposa Vera Regina tiveram itinerário semelhante, indo da capital do estado para o Norte, São Paulo e Bahia.
- ⁴¹ MARCELINO, Walmor. Contribuição à história da Ação Popular no Paraná. Curitiba: Quem de Direito, 2005. p. 43.
- ⁴² DIAS, Reginaldo B. op., cit. A coordenação do CR-2, que passou a abranger todos os estados do sul, foi reestruturada, contando com Rubens Leal Ivo (este por pouco tempo), José Fidelis Augusto Sarno e Catarina Meloni.
- ⁴³ O Inquérito Policial 11/71 indiciou Afonso Noimam, Arnon Holanda Cavalcante, Carmem Regina Bot, Catarina Meloni, Delci Gonçalves Paula, Eliani de Araújo, Geraldo R. C. Vaz Silva, Gildo Macedo Lacerda, Gildo Scalco, Ivo Tonet, Maria das Graças Ferreira, Osvaldo Calzavara, Paulo de Souza, Paulo Tarso B. Faria e seu irmão Sérgio Barreto Faria, Pedro Airtton Zimmermann, Roberto Ribas Lange, Ruy João Staub e Yurico Tatamiya.
- ⁴⁴ RIDENTI, Marcelo. op., cit.
- ⁴⁵ JUSTIÇAMILITAR. Anexo III – sentença processonº 226. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/165581591/a%E2%82%AC%C5%93GRUPO-DE-ONZEA%E2%82%AC%C2%9D-NO-SUDOESTE-PR>>. Acesso em 28 jan. 2014.
- ⁴⁶ Mais informações sobre essa atuação dos sargentos podem ser encontradas no livro: HELLER, Milton Ivan. Walmor Weiss: o prisioneiro da cela 310. Curitiba: Instituto Memória Editora, 2011.
- ⁴⁷ RIDENTI, Marcelo. op., cit.; DIAS, Reginaldo B. op. cit., p. 130.
- ⁴⁸ Mesmo assim essa atuação e contribuição do PCB ao MDB foi bastante débil, haja vista

o Partidão estar bastante enfraquecido devido às dissidências formadas a partir de 1964 e que seus melhores quadros estavam “queimados” e não poderiam ingressar no partido, por serem facilmente identificados pela repressão. Entre 1966 e 1978 dezenas de pecebistas e políticos acusados de vinculação com o PCB foram cassados ou tiveram suas candidaturas impugnadas. No entanto, a própria presença dos comunistas do MDB – muito criticada pelas esquerdas revolucionárias - contribuiu para garantir alguma respeitabilidade e mesmo apoio de setores mais politizados e intelectualizados. Por outro lado, essa atuação incomodou setores emedebistas moderados, receosos da intervenção estatal, da reação do eleitorado conservador ou por serem eles próprios anticomunistas.

- ⁴⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). As esquerdas no Brasil. Volume 3. Revolução e Democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ⁵⁰ KLIPPEL, Sandra Regina; SEBASTIANI, Sylvio. Sylvio Sebastiani: um nome, muitas histórias. Curitiba: Ed. do Autor, 2012. p. 61.
- ⁵¹ KLIPPEL, Sandra Regina; SEBASTIANI, Sylvio., op. cit., p. 65.
- ⁵² KLIPPEL, Sandra Regina; SEBASTIANI, Sylvio., op. cit., p. 81.
- ⁵³ KLIPPEL, Sandra Regina; SEBASTIANI, Sylvio., op. cit., p. 95.
- ⁵⁴ Apesar da imposição do AI-5 e das prisões efetuadas na Chácara do Alemão, alguns estudantes ainda tentaram se manifestar contra o regime. Indignados com a situação política do país, consta na ficha de Sérgio Antônio Barreto de Faria na DOPS que, durante as férias de verão no início de 1969, um grupo de estudantes promoveu manifestações e invadiu o DCE da UFPR, que fora fechado, recolhendo equipamentos e pichando o estabelecimento em sinal de protesto. Curioso observar outra notificação na ficha de Sérgio Faria referente à suposta participação, em fevereiro de 1970, no “Movimento Estudantil Secundarista (MES)”, portanto no período plúmbeo da repressão.
- ⁵⁵ Marcos Napolitano historia brevemente a trajetória do ME nesse período intermediário, destacando atos públicos (como o velório de um estudante paulista, em 1974) que poderiam ser considerados marcos em uma retomada no ME, muito antes do final da década. Contudo, essas mobilizações se caracterizaram, sobretudo, pelo seu caráter intramuros, que foi revertido ao passo que avançava a abertura lenta, gradual e segura (sob intensa pressão da sociedade).
- ⁵⁶ ESTADO DO PARANÁ. Comissão Especial. Processo nº 209, datado de 10 de fev. de 1998 (p. 3 do arquivo digital).



Capítulo 3

Da doutrina de Segurança Nacional à abertura política

A REPRESSÃO E AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO PARANÁ

Após a Segunda Guerra Mundial, com a derrota de seu inimigo comum, a Alemanha nazista, recrudesceram as tensões entre URSS e EUA. As duas superpotências disputavam agora a hegemonia mundial. No Brasil, boa parte das elites civis e militares estava alinhada com o mundo “cristão e ocidental” contra o socialismo soviético. O clima da Guerra Fria acirrou o anticomunismo no país, ainda mais a partir da Revolução Cubana. De Washington vinha a mensagem que encontrava eco em amplos setores: era preciso conter o avanço vermelho no continente. Isso significava que o inimigo era também interno. Fazia-se necessário combater os elementos subversivos infiltrados nos territórios nacionais. “A fronteira a ser defendida passaria a ser ideológica (e não mais geográfica) e o inimigo seria, primordialmente, um ‘inimigo interno’, que poderia ser qualquer cidadão simpatizante ou militante do comunismo”¹. Eis as linhas gerais da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), oriunda da França e aplicada e desenvolvida pelos EUA e propagada no Brasil pela Escola Superior de Guerra, fundada em 1949.

Os militares brasileiros seriam ainda influenciados pela Doutrina de Contrainsurgência, elaborada pelos militares franceses em seus esforços para suprimir as guerrilhas nacionalistas em suas colônias, como Argélia e Indochina. Além dos mecanismos tradicionais,

os insurgentes deveriam ser combatidos empregando-se métodos policiais, inclusive interrogatórios à base de torturas, com a vigilância e o cerco estratégico de suas bases sociais e geográficas. Para essa visão de mundo visceralmente anticomunista, que foi se condensando nas elites civis e militares brasileiras ao longo da Guerra Fria, qualquer esforço de mobilização das massas trabalhadoras deveria ser contido, pois abria uma possível brecha para a penetração da “subversão”. “Ao mesmo tempo, a Doutrina de Segurança Nacional deu novo *élan* ao velho conservadorismo local, permitindo e justificando, em nome da DSN, a manutenção de velhos privilégios econômicos e hierarquias sociais”. Com as armas apontadas para os comunistas, o reformismo trabalhista foi extirpado da agenda política nacional².

Dessa forma, do final dos anos 1940 até o retorno dos militares aos quartéis em meados dos anos 1980, suprimir a “subversão”, combater a “guerra revolucionária” e defender a “civilização cristã” foram expressões correntes no léxico das elites civis e militares e na legislação do regime de exceção. Também integraram e legitimaram o discurso e a prática nos porões da repressão, inclusive durante os processos de tortura e nos tribunais. As fontes dessa forma de ver o mundo: a Doutrina de Segurança Nacional e da “Contrainurgência” ou “*guerre révolutionnaire*”. O agente catalisador: o anticomunismo.

Foi esse o referencial que fundamentou a repressão também no Paraná, cujas ações variaram conforme o momento vivido pela ditadura. Assim como no país, a repressão exercida pela ditadura variou muito em suas formas e intensidade conforme o período e o lugar. Devemos ter o cuidado de considerar a especificidade da repressão em cada fase do regime, além das diferenças entre os Estados brasileiros. Ainda, não podemos ignorar que, não obstante o início e o final da ditadura terem sido momentos de maior abertura e arrefecimento da repressão, mesmo neles houve registros de atos de tortura. Exemplos da fragilidade desse recorte temporal são as mortes de Vladimir Herzog (1975) e Manuel Fiel Filho (1976), a Chacina da Lapa (1976), as cassações de mandatos na segunda metade dos anos 1970 (caso do Deputado Federal Alencar Furtado e tantos outros) e as operações Marumbi e Barriga Verde, deflagradas no final de 1975 no Paraná e Santa Catarina, que culminaram no sequestro, prisão e tortura de vários militantes do PCB, em um momento onde já se planejava a abertura. As denúncias das torturas praticadas pelo DOI-CODI do

Rio de Janeiro contra supostos integrantes do Movimento de Emancipação do Proletariado, sequestrados em 1977, revelam por um lado a maior abertura da imprensa, o desmantelamento da censura, mas por outro a continuidade de suplicios nos porões da ditadura – ainda que não com a mesma difusão dos Anos de Chumbo³.

Para facilitar a compreensão do processo, é possível traçar uma divisão nacional grosseira em três grandes períodos. O primeiro vai do golpe em 1964 até o AI-5, quando a repressão estava se organizando e não havia suprimido completamente a estrutura legal de defesa dos cidadãos, dispondo estes de recursos jurídicos para se contrapor ao arbítrio do Estado, como o *habeas corpus* e outras garantias constitucionais. O segundo e mais sufocante, repressivo e mortífero, os “Anos de Chumbo”, situa-se entre o AI-5, dezembro de 1968 a 1973, e o início da abertura, em meados dos anos 1970. O terceiro compreende o momento de incorporação da política governamental de “abertura lenta, gradual e segura”, a partir de 1974, com a posse do general Ernesto Geisel, quando o estado de exceção foi gradativamente perdendo seus instrumentos de ação, com a revogação do AI-5 e da censura e a promulgação da Lei da Anistia, ainda que tenha sido parcial, cumpriu importante papel à época. Não é fruto do acaso que em cada uma dessas fases da repressão tenha havido formas diferenciadas de resistência, localizando-se o grosso das tentativas de luta armada justamente no período mais duro (salvo aventuras esporádicas anteriores) e os trabalhos de massa e atos públicos nos momentos iniciais e finais, de maior liberdade de ação e organização.

Entre 1964 e 1969 foram editados cinco atos institucionais que, “juntamente com os atos complementares, as sucessivas emendas constitucionais, a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional e outras, formaram o elenco das leis de exceção” ou o edifício jurídico que regulamentou e consolidou o golpe e a repressão decorrente. Quanto aos braços oficiais do regime, estes eram as forças armadas e seus serviços de inteligência, o Sistema Nacional de Informação (SNI), o Centro de Inforações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), o Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) -, a Delegacia de Ordem Política e social (DOPS)⁴, a Polícia Federal, as secretarias de Segurança Pública dos estados e as polícias Civil, Militares e do Exército. Fechando

esta arquitetura legal estava a Justiça Militar e as auditorias nos estados, que tiveram suas atribuições acrescidas a partir dos atos institucionais. Operando junto a essas instituições, prestando ‘relevantes serviços’, estavam os informantes e grupos legalizados ou clandestinos, como os esquadrões da morte, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), o movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP), o Movimento de Arregimentação Feminina, a Campanha da Mulher Democrática, e os movimentos e frentes anticomunistas⁵.

Já durante a ditadura, foi criado o Serviço Nacional de Inteligência, buscando sistematizar os dados recolhidos, e diversos outros órgãos de informação e repressão passaram a atuar ativamente, destacando-se os serviços de inteligência das forças armadas (Cenimar, CISA, CIE - DOI-CODI), as regiões militares e as corporações policiais. Esse complexo repressivo se tornou implacável a partir do AI-5, salvo exceções pontuais que conseguiram se beneficiar das esporádicas rixas entre instituições ou do desencontro de informações.

Até o AI-5, ao passo que as resistências buscavam reconstituir os movimentos de massa inicialmente desarticulados e promover atos públicos, a ditadura se valeu, sobretudo, de processos judiciais para exercer a repressão, destacando-se a instauração dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs)⁶. Estudantes foram suspensos e professores demitidos sumariamente ainda que a repressão universitária tenha tido sua forma jurídica específica com o Decreto-Lei 477, de fevereiro de 1969. O primeiro Ato Institucional, já instaurando o estado de exceção, fundamentou centenas de cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos, atingindo civis e militares de forma sumária e sem direito à defesa. Os arquivos acumulados pela DOPS sustentavam os processos e as punições⁷.

Em 1964, foram realizadas centenas de prisões em todo o Paraná, sobretudo de dirigentes sindicais, militantes e cidadãos que pudessem contestar a nova ordem instalada. Iniciou-se com o golpe um período dos “expurgos” e processos, que continuaram até o final dos anos 1980. O jornalista e pesquisador Milton Ivan Heller menciona um levantamento do Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos, segundo o qual entre 1964 e 1969 ocorreram 2.726 prisões no Paraná de suspeitos de fazerem oposição ao regime. Até março de 1974 teriam ocorrido outras 975 e mais 97 até o final do regime⁸.

Após o AI-5, o DOI-CODI, vinculado ao exército, tomou a frente na repressão extrajudicial, com sequestros, torturas e assassinatos. No Paraná, papel central coube à 5ª Região Militar, com jurisdição também sobre Santa Catarina. A repressão era exercida em consonância e com a contribuição das autoridades estaduais estabelecidas, com contatos, trocas de informação e ações conjuntas das diferentes instituições, muitas vezes sem qualquer conhecimento do secretário estadual de Segurança Pública. Em consonância com a bibliografia especializada, a partir de suas leituras e experiência pessoal, o advogado de presos políticos Antônio Acir Breda faz um recorte preciso das etapas da repressão no Paraná, colocando o AI-5 e a instalação do DOI-CODI no Estado como os marcos da transição entre a fase mais branda e o período mais duro. “O detido perante o DOI-CODI era submetido a toda a sorte de sevícias. Até que se obtivesse dele uma confissão, feita por escrito. Depois de assinar, o preso ficava numa quarentena para que desaparecesse qualquer vestígio de violência física a que fora submetido”, afirmou Breda em seu depoimento.

Outro destacado advogado de presos políticos, Renê Ariel Dotti, corrobora esse entendimento ressaltando a relevância do AI-5 nessa nova fase da repressão, como instrumento que possibilitou a sistematização da tortura como política de Estado. Em suas palavras, “o processo de tortura se fazia de uma maneira absolutamente sigilosa, onde não havia possibilidade de *habeas corpus*, porque já era a época maior de tortura”.

Vamos ao exemplo dos estudantes presos em massa na Chácara do Alemão, quatro dias após a edição do AI-5. Ainda que nenhum tenha sido torturado fisicamente, a forma como o processo dos estudantes presos em dezembro de 1968 foi conduzido e seu desfecho são paradigmáticos do recrudescimento da repressão após o AI-5, também por via judicial. Dos 42 detidos, 27 foram liberados e 15 condenados à prisão (dentre estes duas mulheres: Judite Trindade e Elizabeth Franco Fortes), sem que fosse prestado esclarecimento convincente dos critérios utilizados. Formalmente, foi aberto um Inquérito Policial Militar na Auditoria da 5ª Região Militar e os 15 foram condenados por contrariar o Decreto-Lei nº314, de 14 de março de 1967, em seus artigos 23, 36 e/ou 38º.

Conforme já mencionado, a repressão aos estudantes do Paraná ocorreu quatro dias após o decreto do AI-5. Daí em diante,

iniciou-se também o processo de desmantelamento das esquerdas armadas, que recrudescer e multiplicou as violações de Direitos Humanos. Inclusive, a população de presos políticos no Presídio Provisório do Ahu cresceu, e a partir de então se tornou comum detidos serem sujeitados a retiradas da prisão para novos interrogatórios e tortura. Em decorrência, o período de cumprimento das penas foi de extrema tensão, ameaça, insegurança em relação ao futuro e forte sentimento de vulnerabilidade.

Nesse processo notabilizaram-se alguns locais como os maiores centros de tortura no Paraná. A sede da DOPS foi, talvez, o primeiro espaço de tortura no Estado, chamando atenção também o Quartel do Exército em Foz do Iguaçu e o Quartel do Exército em Apucarana, encarregando-se ambos de promover a repressão nas regiões onde estavam inseridos. Em Curitiba vai se projetar como um grande centro de repressão e tortura o Quartel da Polícia do Exército na Praça Rui Barbosa, na região central, até 1975, quando cede lugar neste ano para um local clandestino de tortura onde os presos políticos eram levados com os olhos vendados. Mais de 130 pessoas passaram por esse local nas Operações Marumbi e Barriga Verde.

Entre setembro e outubro de 1975 ocorreu a última grande ação da repressão no Paraná da Ditadura envolvendo tortura coletiva, quando houve uma nova leva de presos políticos decorrente da operação Marumbi (processo político nº 745). Milton Ivan Heller se refere em seu livro a um comunicado divulgado no dia 14 de novembro de 1975, pelo general Samuel Alves Corrêa, então comandante da 5ª RM, no qual o objetivo oficial da operação é colocado como neutralizar a atuação do PCB no Estado. Diz o comunicado que, a ação “desarticulou completamente o dispositivo subversivo-comunista no Paraná, reconfortando a família paranaense de que os órgãos de segurança continuarão vigilantes na sua missão de garantir a tranquilidade e a ordem indispensáveis ao trabalho profícuo”¹⁰. As prisões foram efetuadas pela DOPS e DOI-CODI, com o amparo da PM. Segundo depoimentos de presos políticos, teriam operado duas equipes de torturadores, uma local e outra proveniente da OBAN de São Paulo¹¹. Elas passaram a ter um padrão semelhante ao adotado nos anos de chumbo em outros Estados, que era sequestrar e levar algemado e com os olhos vendados para um local clandestino de tortura.

É importante lembrar que tais prisões e as suas características violentas de sequestro e venda nos olhos, um tanto que fora do tempo, estavam relacionadas com a linha dura do regime contrária à proposta de abertura lenta, gradual e segura de Geisel/Golbery. O Comandante da 5ª. Região Militar, o Gal. Samuel Guimarães alinhava-se a esse segmento, comandado pelo General Silvio Frota, Ministro do Exército no período. Também o Comandante da 2ª. Região Militar de São Paulo, o General Ednardo D'Avila lia pela mesma cartilha. As prisões tiveram o claro objetivo de demonstrar, de um lado a ligação do PCB com expressivas lideranças do MDB recém-eleitas, e de outro o avanço dos comunistas no Brasil, o que demandava a manutenção do fechamento do regime e não a sua abertura como propunha o governo do General Geisel. A demissão do comandante do 2º. Exército de São Paulo em 1976, logo após o assassinato do operário Manuel Fiel Filho, sob tortura, revelou uma queda de braço entre as duas correntes, que culminou com a demissão do Ministério do Exército do General Silvio Frota.

Ao cumprirem suas penas, os presos políticos, estigmatizados, terminavam um flagelo para iniciar outro: a perseguição do regime, geradora de imensa dificuldade de adaptação, danos psicológicos (insegurança, forte tensão, depressão, pesadelos frequentes, distúrbio de sono) e prejuízos morais e materiais. Em “liberdade”, eram monitorados em seus passos e mantidos à margem da sociedade, tachados de “subversivos e terroristas” e ignorados pelas pessoas, ou evitando-as para não prejudicá-las. Eram vítimas de ameaças constantes por órgãos da repressão e da sociedade (como o Comando de Caça aos Comunistas), sujeitados à demissão do emprego anterior, à imposição de uma situação de desemprego e ao impedimento de retomarem os estudos. Importante mecanismo dessa perseguição e marginalização operada pela repressão era a exigência de certidão de antecedentes criminais e boa conduta para admissão em trabalhos e faculdades.

Junto às prisões políticas, torturas e perseguições pós-cárcere, após o AI-5 continuaram as suspensões de direitos políticos, cassações de mandatos e exonerações. Poucos meses após o “golpe dentro do golpe”, vários parlamentares foram cassados em todo o Brasil, caso do então Deputado Federal e importante liderança emedebista paranaense Léo de Almeida Neves. Juizes que se posicionavam

absolvendo “elementos subversivos” e militares – caso do coronel Francisco Boaventura Cavalcanti – também foram afastados, pela falta de subserviência aos arbítrios do regime.

No longo período de “abertura lenta, gradual e segura”, que vai de 1974 até o final do regime, as divergências dentro do grupo dirigente estavam ainda mais marcadas. Com a hegemonia das alas “brandas”, favoráveis ao processo de abertura, os políticos e militares da “linha dura” passaram a um segundo plano, agindo clandestinamente. Afinal, diferentemente dos Anos de Chumbo, quando a tortura e o assassinato de militantes eram políticas de Estado, a linha majoritária do governo era mais branda. Destaca-se nesse momento, além de ações esporádicas arbitrárias do regime, a ação de grupos para-oficiais, outrora tolerados e incentivados, como o Comando de Caça aos Comunistas. Foi um período coalhado de contradições, sendo a principal delas, e talvez o motor das demais, o próprio processo de abertura que se arrastou por dez longos anos. Nacionalmente, caracterizam o início dessa inflexão do regime as mortes de Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e a do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976.

No Paraná, no início desse período, que deveria ser de distensão, ocorrerão as maiores violações de Direitos Humanos em grande escala que o Estado conheceria com as Operações Marumbi e Barriga Verde. Com a queda do comandante da linha dura, o General Silvio Frota, a partir de 1977 as violações terão menor intensidade. Algumas prisões e sequestros acontecerão, mas sem o peso e a envergadura de anos anteriores. É possível destacar no período o sequestro da professora Juracilda Veiga, mas que com a pronta mobilização da sociedade, principalmente da igreja católica, seu desfecho foi bastante rápido. Também as prisões do professor universitário da Faculdade Estadual de Apucarana, Paulo Antonio de Oliveira Gomes, e do pessoal das escolas maternais Oca e Oficina em 1978 (os 11 de Curitiba) terão uma reação muito grande da sociedade civil. O aparato repressivo não mais podia agir à vontade, pois suas ações eram prontamente respondidas com denúncias da sociedade civil e os jornais começavam a divulgá-las.

É nesse contexto em que o aparato repressivo perde força e a sociedade civil se mobiliza que se intensificam as ações clandestinas de terrorismo e ameaças por parte da “comunidade de informações”

agrupadas ou não nos CCCs, ou simplesmente de dentro dos DOI-CODI. Atentados à bomba a bancas de jornal que vendiam periódicos alternativos como o *Pasquim*, o *Movimento*, *Em Tempo*, o *Hora do Povo* e outros. O atentado à sede da OAB no Rio de Janeiro, com a morte de sua Secretária e mesmo o frustrado atentado ao Riocentro com uma bomba explodindo no colo de um sargento e de um capitão do Exército, ambos do DOI-CODI do Rio de Janeiro, são reveladores da conjuntura do período.

Em Curitiba, se os atentados a bomba não se confirmaram, é preciso lembrar as ameaça das cartas do CCC a bancas de jornais e a pessoas que se expunham ao militar em nos movimentos de oposição ao regime como a Professora Neide de Azevedo Lima, presidente do Movimento pela Anistia, ao Narciso Pires, presidente do CBA-Curitiba, Luiz Alberto Manfredini, Edésio Passos e outros. A professora Neide chegou a ter o seu carro depredado e Narciso teve o freio de seu carro sabotado, tendo sido trocado o fluido de freio por água e sabão.

Estudantes foram presos em 1977 como Claudio Fajardo e Ivo Pugnaroni e ainda que ameaçados não sofreram torturas físicas. Inúmeras prisões aconteciam, mas a reação mobilizadora da sociedade civil não mais permitia que ficassem presos mais do que algumas horas. Muitas serão as prisões entre 1978 e 1982. O próprio Narciso Pires será preso mais quatro vezes entre 1981 e 1982, permanecendo nessa condição por apenas algumas horas, lembrando que ele já tinha sido preso em 1970 por 15 dias e em 1975, na Operação Marumbi, por dois anos. O regime definitivamente perdia força.

A REORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E AS ELEIÇÕES DE 1982

O grupo político militar em volta de Geisel/Golbery, considerado mais brando e que tinha garantido a sucessão de Medici, percebeu que o regime estava com os seus dias contados. A vitória eleitoral do MDB, partido criado pelo AI-2 de 1965 para funcionar como oposição consentida e que se tornara o desaguadouro de toda insatisfação do país, não deixava dúvidas. Para esse grupo, a “abertura política” era inevitável e era preciso adotar medidas para

administrá-la, tornando-a “lenta, gradual e segura”. De cara os meios de comunicação, nos horários eleitorais, foram engessados com a Lei Falcão de 1º de julho de 1976, que permitia aos candidatos apenas exibir o seu retrato, o seu currículo e o seu número de registro eleitoral. Desta forma impedia que ela fosse usada pela oposição para criticar o regime.

Em 1977 veio o pacote de abril, uma mini reforma constitucional que além de introduzir a figura do “senador biônico”, eleito indiretamente por um colégio eleitoral e que garantia para 1978 a renovação de um terço do Senado, também mudava a representação política na Câmara dos Deputados, fazendo com que os pequenos Estados aumentassem a sua representação em detrimento dos Estados mais populosos, onde a oposição tinha sido amplamente vitoriosa em 1974. A eleição deste ano demonstrava claramente o avanço da oposição nos Estados mais populosos do país. Também mudava o “quórum” para aprovação de emendas constitucionais que deixava de ser de dois terços para maioria absoluta e ampliava o mandato presidencial de cinco para seis anos. Com essas medidas o regime mantinha o absoluto controle do Congresso Nacional, mesmo que a oposição fizesse a maioria dos votos, além de ganhar mais fôlego na presidência da República.

Mesmo com as limitações do pacote de abril impostas à oposição, tudo indicava que o seu avanço era inevitável e assim outras medidas e estratégias foram tomadas e construídas. A Anistia restrita e a reformulação partidária faziam parte da estratégia de conter o avanço da esquerda brasileira que aos olhos do regime, estava renascendo. Com a reformulação partidária o regime acreditava no esfacelamento da frente de oposições que se construía no MDB e com a Anistia, além de assegurar a impunidade dos golpistas de 1964, ela permitia o retorno à cena política de expressivas figuras que disputariam o espaço da oposição, dividindo-a. Assim em 1980, a Arena se transforma no PDS e o MDB em PMDB, mas também surgem o Partido dos Trabalhadores (PT) de Luiz Inácio Lula da Silva, o PP de Tancredo Neves, o PDT de Brizola e o PTB de Ivete Vargas. Este último controlado por Golbery, através da sobrinha de Getúlio Vargas, artifício usado para impedir que Leonel Brizola tivesse acesso à legenda histórica do qual fora um dos grandes caciques antes do golpe militar.

Com o adiamento das eleições municipais de 1980 (parte da estratégia da ditadura), para 1982 a eleição seria de vereador, prefeito (com exceção das capitais e dos municípios de fronteira e estâncias hidrominerais, considerados áreas de segurança nacional), governador, deputado estadual, deputado federal e senador (um terço). Nos primeiros meses de 1982, o regime militar impõe a vinculação total dos votos e o impedimento de coligação partidária. Os estrategistas do regime acreditavam que o eleitor iria escolher primeiramente o prefeito e a partir dessa escolha definiria os demais votos. Era sabido que ele controlava a maioria dos municípios brasileiros e assim esperava vencer as eleições de 1982. Diante desse novo quadro o PP de Tancredo Neves se considera inviável e funde-se com o PMDB. De qualquer forma, o regime militar garantirá a maioria na Câmara dos Deputados e no Senado. Ainda que a diferença na Câmara não fosse tão grande, no Senado ela era bem significativa em razão dos senadores biônicos de 1978.

AS DIRETAS JÁ E O COLÉGIO ELEITORAL

Nas eleições de 1982 seria eleito um jovem deputado federal por Mato Grosso, Dante de Oliveira, que imediatamente a sua posse protocolaria uma emenda à Constituição Federal propondo eleições diretas para presidente da República. Seria em torno dessa emenda que o Brasil inteiro iria se mobilizar no maior movimento cívico de sua história. O primeiro grande comício do que ficaria sendo convenionado chamar-se “Diretas Já” foi em Curitiba, na Boca Maldita, centro da cidade. Na noite de 12 de janeiro de 1984, 50 mil pessoas gritariam em uníssono pelas diretas para presidente da República. No Rio, em seguida, foram mais de um milhão de pessoas na Cinelândia, e em São Paulo um milhão e 700 mil no Vale do Anhangabau. O amarelo, cor da campanha, espalhava-se por todo o Brasil. Apesar da gigantesca mobilização, em seus primórdios a mobilização foi ignorada pela Rede Globo, maior rede de emissoras de televisão da época e que apoiava o regime militar. De tal forma que ela começou a ser hostilizada com o povo cantando nas ruas e praças: “O povo não é bobo. Abaixo a Rede Globo”.

Para frustração de todos, a emenda Dante de Oliveira, apesar dos 298 votos favoráveis e apenas 25 contrários, não conseguiu o quórum necessário para ser aprovada e seguir para o Senado em razão da ausência de 112 deputados do PDS, sendo, portanto, rejeitada em abril de 1984. Diante das primárias do PDS que indicaram Paulo Maluf candidato a presidente para o Colégio Eleitoral de 1985, derrotando o Coronel Mario Andreazza, um grupo forte do partido governista com Antonio Carlos Magalhães e José Sarney à frente racha e este último é indicado vice-presidente para compor a chapa com Tancredo Neves. Como parte da negociação e viabilizar a chapa, Sarney, que já tinha presidido a Arena em 1979, filia-se ao partido de Tancredo, o PP. A vitória no Colégio Eleitoral é arrasadora e a chapa oposicionista garante 480 votos contra 180 dados a Maluf. Tancredo morre antes de assumir e Sarney, o ex-presidente da Arena e que tinha apoiado o regime militar durante os mais de 20 anos de sua existência, torna-se o primeiro presidente civil desde 1964, permanecendo no poder até 1989. Os militares voltam para os quartéis, porém os civis golpistas continuarão exercendo o poder.

O último ditador, General João Baptista Figueiredo, recusa-se a passar a faixa presidencial para Sarney e se retira do Palácio do Planalto pelas portas dos fundos. Os militares deixam o governo, mas não se afastam do poder, permanecendo como uma sombra a ameaçar a nação. A transição brasileira revela-se mais como uma transação e os golpistas de 1964, incluindo os torturadores e assassinos do regime, jamais seriam responsabilizados pelos seus crimes de violação dos Direitos Humanos. O país se abre politicamente, mas toda a conformação sócio e econômica construída no período será mantida, sendo incapaz de reduzir significativamente as desigualdades sociais.

NOTAS Capítulo 3: Da doutrina de Segurança Nacional à abertura política

- ¹ NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 10.
- ² NAPOLITANO, Marcos., op. cit., p. 11.
- ³ DEAP. Pasta DOPS: Movimento de Emancipação do Proletariado, nº 1389, Topografia: 165.
- ⁴ Em todo o período da ditadura, as delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) exerceram destacado papel de acúmulo e processamento das informações e repressão,

possibilitando a onda de prisões tão logo o golpe civil-militar foi desfechado. Atuando desde a “Era Vargas”, a instituição cresceu durante o período populista, diversificando sua atuação e iniciando cooperações internacionais. Mesmo antes do golpe, já desempenhava suas atividades com desenvoltura e autonomia nos estados, acompanhando os passos e fichando elementos nacionalistas, democratas convictos e as esquerdas. Desde seus primeiros anos, a DOPS concentrou suas atenções nas atividades do PCB, debruçando-se posteriormente sobre – além do partidão - os vários partidos e movimentos de esquerda, surgidos durante a ditadura. Vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública, sua função era localizar e prender pessoas consideradas perigosas pelo governo.

⁵ HELLER, Milton Ivan. op.cit., p. 48; 55.

⁶ Os IPMs – utilizados durante toda a ditadura - encontravam respaldo “legal” no artigo oitavo do primeiro ato institucional, que estabelecia que inquéritos e processos seriam instaurados para apurar a responsabilidade dos cidadãos em crimes contra o Estado, seu patrimônio e a ordem política e social, como a promoção de distúrbio da ordem, subversão e guerra revolucionária. Os IPMs foram utilizados para casos individuais e coletivos, e atingiram milhares de cidadãos.

⁷ Para citar alguns casos, o juiz Aldo Fernandes teve seus direitos políticos cassados já nos primeiros dias da ditadura, sendo logo aposentado compulsoriamente. Outro que perdeu seus direitos políticos foi Walter Alberto Pécoits, importante figura política do sudoeste do Paraná, envolvido na Revolta dos Posseiros (lutas entre posseiros, companhias de terra e o governo). O ex-deputado constituinte, José Rodrigues Vieira Netto, também foi afastado de sua cátedra de direito civil na UFPR, ainda em 1964. Régines Prochmann também foi desligado de sua função de médico residente da UFPR, em 1964. Amílcar Gigante foi outra pessoa vítima de expurgos, mas em um período posterior. Foi proibido de lecionar em 1969, já na vigência do AI-5. FÓRUM PARANAENSE DE RESGATE DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA. Disponível em: <<http://www.forumverdade.ufpr.br/?p=3484>>. Acesso em 31 jan. 2014.

⁸ HELLER, Milton., op., cit., p. 370.

⁹ MACHADO, Angela Alves. Minicongresso de Curitiba: da prisão à liberdade. Comunicação individual realizada no IX Encontro Regional de História da ANPUH-PR, junho de 2004. Disponível em: <<http://www.pr.anpuh.org/resources/anpuhpr/anais/ixencontro/comunicacao-individual/AngelaAMachado.htm>>. Acesso em 8 jan. 2014. Junto com as duas estudantes mencionadas, foram condenados: Antônio João Manfio, Vítório Sorotiuk, Charles Chaption Jr., Mauro Daisson Otero Goulart, Dacio Villar, Celso Mauro Paciornik, Berto Luiz Curvo, Helio Urnau, Marco Apolo dos Santos Silva, João Bonifácio Cabral Jr., “Iran Vieira Dias” (nome fictício), Marco Antônio Nascimento Pereira e Mario Oba. Quanto aos artigos do decreto-lei nº314 nos quais esses estudantes foram enquadrados:

Art. 23. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva:

Art. 36. Fundar ou manter, sem permissão legal, organizações de tipo militar, seja qual for o motivo ou pretexto, assim como tentar reorganizar partido político cujo registro tenha sido cassado ou fazer funcionar partido sem o respectivo registro ou, ainda associação dissolvida legalmente, ou cujo funcionamento tenha sido suspenso [UNE]:

Art. 38. Constitui, também, propaganda subversiva, quando importe em ameaça ou atentado à segurança nacional:

I - a publicação ou divulgação de notícias ou declaração;

II - a distribuição de jornal, boletim ou panfleto;

III - o aliciamento de pessoas nos locais de trabalho ou de ensino. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL. Casa civil, subchefia para assuntos jurídicos. Decreto-Lei nº314, de 14 de março de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10314.htm. Acesso em 8 jan. 2014.

¹⁰ HELLER, Milton Ivan. Resistência democrática: a repressão no Paraná., op. cit., p. 369.

¹¹ HELLER, Milton Ivan. Resistência democrática: a repressão no Paraná., op. cit., p. 382. Conforme René Ariel Dotti, foram mais de cem detidos, em pelo menos doze cidades do Paraná, com vários submetidos à tortura e mantidos em condições insalubres e incomunicáveis. Ivan Heller aponta para cento e seis presos, com sessenta e cinco deles denunciados e processados pela auditoria militar. Dentre os vários militantes presos na referida operação estavam Osiris Boscardim, Honório Rúbio Delgado, Luís Gonzaga Ferreira (presidente do MDB de Londrina), Paulo Simeão, Nilton Abel de Lima (vereador em Paranaguá), Jorge Karam, Salim Haddad, Manoel Urquiza, Jacó Schmidt e Berek Krieger. Foram condenados a quatro anos Francisco Luiz de França e Newton Cândido; a três anos Ildeu Manso Vieira, Diogo Gimenez, João Alberto Einecke, Antônio Lima Sobrinho, Flávio Ribeiro, Ubirajara Moreira, Mário Gonçalves Siqueira e Moacyr Reis Ferraz; e a dois anos, Wladimir Salomão do Amarantes, Eujácio de Almeida, Antoniel de Souza e Silva, Nicanor Gonçalves da Silva, Osvaldo Alves, Antônio Narciso Pires de Oliveira e Genecy Guim arães (vereador em Paranaguá).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Roldão. Em Londrina, ditadura militar mobilizou tropa para silenciar ex-presidente do STF. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/roldao-arruda/exercito-mobilizou-tropa-para-impedir-palestra-de-ex-ministro-do-stf-em-londrina/>>. Acesso em 24 de fev. 2014.

BRUNELO, Leandro. Universos opostos: o embate político entre os militantes do PCB e a DOPS/PR durante o regime militar. *Histórica* – revista eletrônica. Edição 34, janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia04/>>.

CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS, Daniel Aarão. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da Luta Armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHAGAS, Fábio André G. das. As teses de “Jamil” e a luta armada dos anos 1960-70 no Brasil. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 1, nº 2. Dez. de 2009. Disponível em: <http://www.cedema.org/uploads/Teses_de_Jamil.pdf>. Acesso em 19 dez. 2013.

DIAS, Reginaldo B. Sob o signo da revolução. a experiência da AP no Paraná. 1. ed. Maringá: Eduem, 2003. v. 1.

- FERREIRA, Jorge (A). *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: _____; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge (B). *Crises da República: 1954, 1955 e 1961*. In: _____; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HELLER, Milton Ivan. *Resistência democrática: a repressão no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.
- _____. *Walmor Weiss: o prisioneiro da cela 310*. Curitiba: Instituto Memória Editora, 2011.
- KLIPPEL, Sandra Regina; SEBASTIANI, Sylvio. Sylvio Sebastiani: um nome, muitas histórias. Curitiba: Ed. do Autor, 2012. p. 61.
- MACHADO, Angela Alves. *Minicongresso de Curitiba: da prisão à liberdade*. Comunicação individual realizada no IX Encontro Regional de História da ANPUH-PR, junho de 2004. Disponível em: <<http://www.pr.anpuh.org/resources/anpuhpr/anais/ixencontro/comunicacao-individual/AngelaAMachado.htm>>.
- MANFREDINI, Luiz. *Luiz Manfredini: o coronel, os intelectuais e a cadeia*. Publicado no Portal Vermelho, dia 11 de março de 2013. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=1&id_noticia=207824>.
- MARCELINO, Walmor. *Contribuição à história da Ação Popular no Paraná*. Curitiba: Quem de Direito, 2005.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O MDB e as esquerdas*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil*. Volume 3. *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NEGRO, Antonio Luigi; DA SILVA, Fernando Teixeira. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- REIS, Daniel Aarão. *Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – POLOP (1961-1986)*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquer-*

das no Brasil. Volume 3. Revolução e Democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VECHIA, Renato da Silva Della. Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973). Dissertação de mestrado defendida, junto ao programa de pós-graduação em Ciências Políticas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: agosto de 2005.

FONTES

BRITO, Paulo de Albuquerque Sá. Como quem risca a pedra. Florianópolis: Editora Garapuvu, 2004.

DEAP. Pasta DOPS: “Centro Popular de Curitiba” [CPC/PR], nº212, Topografia: 24.

DEAP. DOPS: “Círculo Feminista de Londrina”, nº 0220, número de tombo 25.

DEAP. DOPS: “Comitê de Solidariedade”, nº 0290, número de tombo 32 (1979, 1980).

DEAP. DOPS: “Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos”, nº 0288, número de tombo 31 (1978, 1980).

DEAP. Pasta DOPS, ficha individual Antônio de Pereira Santana.

DEAP. Pasta DOPS, ficha individual Claudio Gamas Fajardo, nº 12.812.

DEAP. Pasta DOPS, ficha individual Ivo Augusto de Abreu Pugnaroni.

DEAP. Pasta DOPS, ficha individual Luiz Fábio Campana, nº 06872.

DEAP. Pasta DOPS: ficha individual de Milton Ivan Heller, nº 18.231.

DEAP. Pasta DOPS: ficha individual de Orivaldo Robles.

DEAP. Pasta DOPS: ficha individual de Wilson Previdi.

DEAP. Pasta DOPS: “Greve dos professores (1982)”, nº 93, Topografia: 11.

DEAP. DOPS: Informe 60/73, pasta 1.466a.

DEAP. Pasta DOPS: Movimento de Emancipação do Proletariado, nº 1389, Topografia: 165.

DEAP. Pasta DOPS: “Partido Comunista Brasileiro”, nº 1490a.

DEAP. Pasta DOPS: “Partido Comunista do Brasil”, nº 1505a, Topografia: 181.

DEAP. Pasta DOPS: “Partido Comunista do Brasil”, nº 1505b, Topografia: 181.

DEAP. Pasta DOPS: “Partido Comunista do Brasil”, nº 1505c, Topografia: 181.

DEAP. Pasta DOPS: “Partido Comunista do Brasil”, nº 1507, número de tombo, 181.

DEAP. Pasta DOPS: “Partido Operário Comunista - POC”, nº 1521, número de tombo 184.

DIÁRIO DA TARDE. Encarte: “saída” diplomática do governo: aumento. 26 de agosto de 1982.

ESTADO DO PARANÁ. Comissão Especial de Indenização. Processo nº 138, datado de 9 de fev. de 1998

ESTADO DO PARANÁ. Comissão Especial de Indenização. Processo nº 209, datado de 10 de fev. de 1998.

Folha de Londrina. Histórico. Anistia fará culto na Concha Acústica. 21 de janeiro de 1978.

Folha de Londrina. Bispo de Apucarana: “Que a morte do estudante seja semente da paz”. 12 de agosto de 1978.

Folha de Londrina. De Vargas ao regime militar atual. 1 de agosto de 1978.

FÓRUM PARANAENSE DE RESGATE DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA. Disponível em: <<http://www.forumverdade.ufpr.br/?p=3484>>. Acesso em 31 jan. 2014.

JUSTIÇA MILITAR. Anexo III – sentença processo nº 226. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/165581591/a%E2%82%AC%C5%93GRUPO-DE-ONZEa%E2%82%AC%C2%9D-NO-SUDOESTE-PR>>. Acesso em 28 jan. 2014.

MARTINS, Roberto. Anistia: tema atual. Folha de Londrina. Caderno 3, 16 de julho de 1978.

PALMAR, Aluizio. Onde foi que vocês enterraram nossos mortos? 2ª edição. Curitiba: Travessa dos editores, 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL. Casa civil, subchefia para assuntos jurídicos. Decreto-Lei nº 314, de 14 de março de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0314.htm.

Quem faz o movimento? Entrevista com Zola Florenzano. Disponível no site “Inverta – voz operária digital”, do PCML: <<http://inverta.org/jornal/edicao-impressa/55/movimento>>. Acesso 17 jan. 2014.

Tristão de Athayde. A luta pelo direito. Jornal do Brasil. 5 de janeiro de 1978. *Apud* Roberto Martins. Anistia: tema atual. Folha de Londrina. Caderno 3, 16 de julho de 1978. p. 6.



Passeata pela ANISTIA CURITIBA 1979

Foto: http://blogdoeduardobomfim.blogspot.com.br/2010_06_01_archive.html



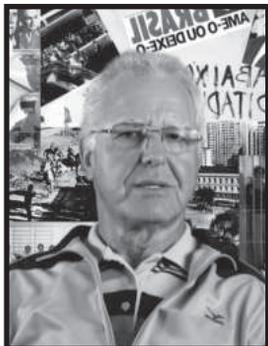
Capítulo 4: Depoimentos de militantes que atuaram no Paraná contra a Ditadura

Ao longo do projeto “Depoimentos para a História - A Resistência à ditadura militar no Paraná” foram feitas gravações com cento e cinquenta e nove pessoas, que tiveram alguma participação política no período da ditadura civil-militar (1964-1985). Os depoimentos começaram a ser gravados no final de junho de 2013 e foram até o começo de 2014. A esse montante, acrescentamos cinco depoimentos realizados anteriormente pela Sociedade Direitos Humanos para a Paz e pelo Grupo Tortura Nunca Mais.

Ainda que as expectativas iniciais de cem depoentes tenham sido superadas, de forma alguma a presente compilação esgota o tema da resistência e da repressão no Paraná. Afora as pessoas que já faleceram, e aquelas que não conseguimos identificar ou acessar, algumas se negaram a gravar suas lembranças do período, o que em partes indica que esse passado ainda não foi, e talvez não possa ser, de todo superado.

A seguir o leitor encontrará um breve resumo de cada um dos depoimentos realizados, que foram escritos a partir do que os próprios depoentes afirmaram. Os vídeos com as gravações completas estão disponíveis no site da organização (www.dhpaz.org) e podem também ser localizados no www.youtube.com, bastando o interessado colocar na barra de buscas desse site o nome do depoente que desejar e da entidade (DHPAZ).

Todas as imagens pertencem ao Acervo da Sociedade DHPAZ.



ACIR MACEDO

Idade – 69 anos

Profissão –Aposentado

ACIR MACEDO, sétimo de dez irmãos, nasceu em Jaguariaíva, interior do Paraná, em 1944. Com doze anos se mudou para Ponta Grossa e começou a trabalhar em uma loja de confecções. Lembra tanto das lágrimas vertidas quando da morte de Vargas quanto de seus primeiros passos na política estudantil, dados durante o ginásio, quando “trepava nas cadeiras e dava discursos”.

Acir chegou a ganhar a presidência de um grêmio estudantil, mas não pode exercê-la na época por não estar no científico, passando-a então a um colega e acompanhando a gestão. Participou de congressos da UPES e da UPE em algumas cidades do estado e presidiu uma seção regional por meio da qual ajudou na formação de vários grêmios estudantis em Ponta Grossa e região.

Junto à oposição aos acordos MEC-USAID, Acir se recorda dos boicotes que fizeram à Coca-Cola, à Colgate e a outras marcas estrangeiras. Em 1968, deixou a União Estudantil Secundarista de Ponta Grossa e para fazer cursinho e tentar ingressar na universidade. Nessa época, viajou várias vezes sozinho a Curitiba para participar de assembleias e movimentos, como na tomada da reitoria. Com alguns colegas, chegou a articular um cursinho voluntário para estudantes que pretendessem ingressar na universidade, organizar alguns manifestos na faculdade contra professores e a roubar um jipe e iniciar uma viagem malograda até a Bolívia para tentar se unir à guerrilha do Che – porém, desistiram no caminho. Sua atuação política se esgotara no início dos anos 1970, embora tenha mantido uma quitinete por mais algum tempo a fim de abrigar pessoas na clandestinidade e em trânsito.

Outras memórias de Acir nos levam por caminhos tortuosos de ações anárquicas e simbólicas de oposição ao regime, como a destruição de um busto de Duque de Caxias na véspera do dia do soldado, a denúncia aos maus-tratos infligidos a um sargento contrário ao golpe e aos roubos de carros da elite pontagrossense, como aviso.

Contraditoriamente, ainda sob a ditadura chegou a se eleger vereador pela ARENA, embora fosse alinhado com os colegas locais do MDB. A imagem que Acir tem de Ponta Grossa é a de uma cidade tradicionalista e medrosa, onde era difícil fazer oposição à ditadura e, inclusive, os grêmios estudantis ficavam calados. Não havia um movimento organizado de oposição, somente figuras carimbadas como as que tacha de “comunistas bem sucedidos”, como Dino Coli e Felipe Chedde, e os “comunistas das esquinas”, do “cafezinho”, que só discutiam. De forma geral, “Ponta Grossa era um pessoal conservador, qualquer pessoa que saísse do normal era identificada e cortada daqui e dali”.



ADÉLIA LOPES SALAMENE

Idade – 63 anos

Profissão – Jornalista

ADÉLIA LOPES SALAMENE nasceu em 1950, na “boca do Pantanal” sul-matogrossense. De Campo Grande testemunhou o golpe militar, com um tanque estacionado defronte de sua casa. Lembra que chegou em Curitiba no dia do AI-5 e, tendo alguns conhecidos no Movimento Estudantil, acompanhou o julgamento dos jovens detidos na Chácara do Alemão, indo visitar os condenados no presídio do Ahú. Sua turma de jornalismo, no ato de formatura no início dos anos 1970, como sinal de protesto, recusou-se a fazer solenidade de entrega dos diplomas, indo buscá-los na sala do reitor e, ao final, disseram timidamente “viva a liberdade de imprensa”.

Anos mais tarde, envolveu-se com a ANAI – Associação Nacional de Ação Indigenista, por meio da qual participou das lutas dos indígenas por suas terras no Paraná, e integrou o CBA-Curitiba em seu processo de fundação, auxiliando na condição de jornalista, inclusive chegou a publicar um jornal do grupo.

Adélia lembra ainda das atuações teatrais do grupo “XPTO”, das prisões da Escola Oficina, onde estudava seu filho, das campanhas políticas nas quais se envolveu auxiliando candidatos do MDB, de sua casa que servira de aparelho e biblioteca para grupos que nem sabia quem eram, e de algumas reportagens ousadas que fez, como os presos políticos de 1975, os militares contrários à Ditadura e a tortura de presos comuns.

Interpelada sobre sua fonte de inspiração confessou que “era idealista, muito romântica” e “é o idealismo que te permite ser corajosa”. Ela homenageia com seu depoimento tantos outros brasileiros e brasileiras que tiveram uma atuação modesta ou ficaram nos bastidores na expectativa da redemocratização.



ADOLPHO MARIANO DA COSTA

Idade – 77 anos

Profissão – Advogado

Mineiro de Paranaíba, nascido em 1936, ADOLPHO MARIANO DA COSTA mudou-se para Juiz de Fora onde fez parte de seus estudos, concluídos na capital paulista em meados dos anos 1950. Em São Paulo iniciou suas atividades políticas, fazendo o curso de dramaturgia do Teatro Arena e direito na USP, onde se formou em 1965. Durante a faculdade, escreveu para alguns jornais, como “O Grasnó” e participou das atividades estudantis e culturais na universidade, aproximando-se do PCB.

Fugindo da repressão, mudou-se para Medianeira, Paraná, em 1966, onde instalou um escritório de advocacia por meio do qual prestava assistência jurídica gratuita à população carente, como posseiros, trabalhadores rurais e sem-terras. Atuava também como correspondente jornalístico e fundador e mantenedor do jornal “O Encontro”. Mais tarde, esses trabalhos possibilitaram sua eleição a vereador. Nessa condição, participou da Associação de Vereadores de Faixa de Fronteira, que reivindicavam liberdades institucionais e o direito de eleger prefeitos.

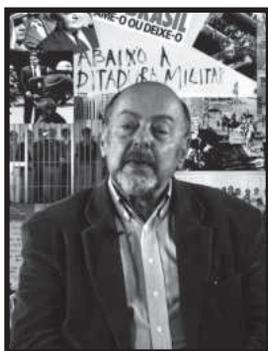
Sua atuação social e o exercício crítico de seu mandato, em meados dos anos 1970, renderam-lhe monitoramento constante, perseguição e perda da legislatura. Os anunciantes de seu jornal foram pressionados a abandonar a publicidade no veículo, foi feita uma marcha de protesto contra sua obra “O donatário”, foi afastado da docência, seu escritório foi invadido, o carro multado na própria garagem e, por fim, foi intimado a renunciar ou ser cassado,

o que veio a ocorrer. “Uma vez cassado procuravam dizer que eu era um proscrito da sociedade, um morto civil”. Contudo, já com a redemocratização, nos anos 1980, seu jornal voltou a circular e ele foi eleito prefeito de Medianeira.

Sua militância, sempre pautada pelas brechas legais que lhe permitiam atuar, abrangeu ainda a fundação da comissão provisória e depois diretório municipal do MDB – não obstante a oposição dentro do próprio partido que considerava suas posições demasiado radicais -, a luta em prol dos trabalhadores rurais (por meio da Comissão Pastoral da Terra) e das populações indígenas, ambos atingidos pela construção de barragens e alagamentos. Mariano chegou a escrever um relatório para a OAB sobre a situação dos índios na região e, inclusive, presidiu a subseção da ordem dos advogados, de Foz do Iguaçu.

No período final da ditadura, sagrou-se no teatro paranaense com uma peça sobre os problemas gerados pelas barragens na região, chamada “Canal de Desvio”. Integrou o governo de José Richa, apurando os casos de violação de Direitos Humanos nos presídios e atuando para salvaguardar os direitos dos internos.

Seu extenso campo de ação abrangeria, ainda, a lei de execução penal, a Constituição do Paraná, na condição de parecerista, e a presidência do Arquivo Público do Paraná, por meio do qual pressionou pela abertura dos arquivos da repressão. Em decorrência dessa ousada bandeira para liberação dos documentos da DOPS, mais uma vez, agora em pleno regime democrático, sofreria ameaças e perseguição. Um depoimento preciosíssimo, imperdível, que cobre mais de cinquenta anos de luta travada nas brechas da lei por uma sociedade mais justa.



ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA

Idade – 75 anos

Profissão – Advogado e Urbanista

“Minha vida toda foi marcada por atividades políticas”. A afirmação de Alcidino Bitencourt Pereira, nascido em Curitiba em 1937, traz à tona a trajetória de um militante que resistiu à perseguição, à prisão, às torturas

e ao exílio. Filho do Deputado Estadual Alcides Pereira Junior, Alcidino lembra que o final da década de 1950, quando terminava o curso de Direito na UFPR, foi um período rico de discussões das possibilidades para o Brasil. No meio estudantil, a polarização entre nacionalistas e imperialistas monopolizava o cenário político.

Pela via do teatro engajado, Alcidino e um grupo de amigos como Edésio Passos e Walmor Marcelino organizaram o Teatro Popular de Curitiba, encenando para trabalhadores peças e esquetes que apresentavam novas teses para melhorar a vida das pessoas. Já graduado, Alcidino deixa Curitiba para trabalhar no Sindicato dos Metalúrgicos de Cubatão, no litoral paulista, onde leva a experiência do teatro.

“Os meses que antecederam o golpe de 1964 foram intensos e ricos para o debate”, destaca. Alcidino lembra que na véspera do trinta e um de março convocou os trabalhadores para uma vigília no sindicato. Ao chegar já encontrou os agentes do Dops e foi ‘convidado’, junto com mais de cem trabalhadores, a ir para sede da delegacia. “Lá eu tive a dimensão da tragédia”, conta. Foram vários dias presos sem quaisquer condições, incomunicáveis e submetidos a intermináveis interrogatórios.

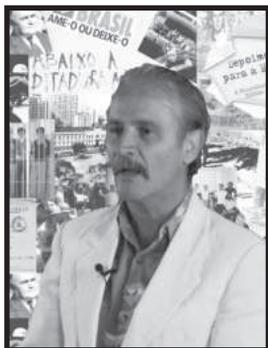
Mas o pior ainda estava por vir: Alcidino foi levado pela Polícia Marítima para o navio Raul Soares, embarcação que serviu de cárcere para os presos políticos de 1964. Foram oito meses de completa segregação, isolamento total, interrogatórios durante a madrugada, sem acusação formal, sem julgamento.

Graças a um habeas corpus obtido pelo jurista Sobral Pinto, Alcidino foi liberado e temendo nova prisão vai para a clandestinidade e parte para o exílio no Uruguai e Chile. Em 1967, chega à França na mesma época em que é condenado à revelia no Brasil.

No exílio, intensifica seus estudos em Planejamento Urbano e de Paris vai para Argélia e Alemanha. Volta ao Brasil depois da Anistia e em 1981 é convidado para presidir o IPPUC – Instituto de Pesquisa Planejamento Urbano de Curitiba pelo então prefeito Mauricio Fruet, depois em Brasília no Ministério dos Transportes Urbano com Afonso Camargo, até chegar à COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba na gestão do Governador Roberto Requião.

Atualmente, mora em Paranaguá onde reside e trabalha no Departamento de Desenvolvimento. Em seu depoimento, Alcidino

ainda se define como um marxista, que acredita na utopia realista do desenvolvimento da ciência e das tecnologias para garantir ao homem condições de igualdade numa sociedade mais justa e fraterna.



ALEXANDRE ZAMBONI

Idade – 52 anos

Profissão – Engenheiro Agrônomo

ALEXANDRE ZAMBONI é filho de Moacir Zamboni, militante do PCB preso nos primeiros momentos do golpe de 64 em Londrina, onde nasceu no ano de 1961. Embora ainda muito criança nos anos 1960, suas memórias infantis sublinham com perspicácia a repressão do período: “Era um período muito complicado. A gente não tem muita memória desses dias porque éramos crianças. Mas, a gente percebia que tinha alguma coisa.

Alexandre começou sua atuação política muito jovem, antes mesmo de entrar na universidade. Envolveu-se ativamente com a política no final da década de 1970 em diante. A família se muda para Curitiba em 1968, mas Alexandre volta para Londrina dez anos depois, cursando o primeiro ano de agronomia na UEL e tendo os primeiros contatos com o Movimento Estudantil.

Então, faz vestibular em 1979 para a UFPR e volta a Curitiba. Na capital, antes mesmo de ter passado um ano em Londrina, já havia se aproximado do CDAMA e do CBA-Curitiba e atuado no ME do CEP, onde havia estudado. Na UFPR, sua atuação política estudantil se intensificou com panfletagens, pichações e manifestações, sendo preso várias vezes.

Nesse período, Alexandre já estava filiado ao PCdoB, que guiava sua militância. Inclusive, suas lembranças reconstroem o processo de armazenamento e distribuição clandestina do jornal partidário, o que lhe rendeu uma prisão e algumas pancadas, quando do caso da bomba no Riocentro. Até hoje segue filiado ao PCdoB, inclusive, recentemente foi candidato a vice-prefeitura. Por essas veredas, suas memórias joviais de um tempo de luta aguerrida progresso seguem reconstruindo com clareza e brilho esse período final de combate à Ditadura.



ALUÍSIO DELIGA

Idade – 67 anos

Profissão – Aposentado

Desde muito jovem, ALUÍSIO DELIGA se interessou pela política muito influenciado pelo pai que integrava a União dos Ferroviários do Brasil. Em 1961 aos 15 anos, participou do movimento da legalidade que começou no Rio Grande do Sul pela posse do vice-presidente eleito João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. Nascido e criado em Ponta Grossa, chegou a integrar o Grupo dos 11 da cidade em 1964, mas divergências de ideias entre os participantes fez com que não prosperasse.

Engajado no Partido Comunista Brasileiro (PCB), passou a ser perseguido na cidade, o que o fez se mudar para Marechal Mallet, primeiro, e depois Ibaiti. A missão era organizar o movimento dos trabalhadores no campo. Após muitas dificuldades para sobreviver, em agosto de 1968 foi contratado pelo Ministério da Agricultura e passou a morar em Curitiba.



ALUÍSIO FERREIRA PALMAR

Idade – 70 anos

Profissão- Jornalista

Nascido em São Fidélis, Rio de Janeiro, no ano de 1943, ALUÍSIO FERREIRA PALMAR quando jovem estudou ciências sociais na Universidade Federal Fluminense. No processo de esfacelamento do PCB após o golpe, Aluísio, juntamente com outros jovens, formou a Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), mais tarde batizada de MR-8. Seguindo a orientação foquista (guevarista) dessa primeira organização chamada de MR-8, Palmar se deslocou para o oeste paranaense a fim de averiguar o terreno e instaurar

o foco guerrilheiro. Após a definição de um local e meses de trabalho, inclusive com treinamento de guerrilha, Palmar caiu nas garras da repressão, após um acidente de trânsito.

Sobre a formação e atuação desse MR-8 no Paraná, Palmar recorda que por meio de Berto Curvo estabeleceu contatos com dissidentes do PCB paranaense, como o próprio Berto, Fábio Campana, Lauro Consentino e também um pessoal da POLOP, que “tentava puxar para o nosso lado” (Jurandir), e da AP, “companheira Teresa Urban, e o pessoal da Teresa”.

Na prisão, Palmar tentou o suicídio temendo não resistir às torturas e entregar seus companheiros. Antes que abrisse qualquer nome, um grupo de quatro membros do MR-8 foi deslocado do Rio de Janeiro para tentar libertá-lo da prisão, contudo todos acabaram presos. Com a presença de um infiltrado nas fileiras do MR-8, toda a organização caiu, inclusive no Paraná, e seus quadros foram levados para a Ilha das Flores, sendo lá submetidos a novas torturas.

Respondendo a dois processos, um no Rio (marinha) e outro no Paraná (exército), constantemente Aluizio foi trazido ao estado, ficando no presídio provisório do Ahú. Passou por novas sevícias na DOPS, enquanto os agentes da repressão buscavam uma metralhadora vinda do Paraguai. Condenado, cumpriu parte da pena em Ilha Grande, juntamente com outros presos políticos. Lá organizaram uma rebelião por melhores condições. Antes do tempo previsto, Palmar deixou o cárcere como um dos libertados em troca do embaixador suíço, Giovanni Bucher, em janeiro de 1971.

Exilado no Chile, sem pertencer a nenhuma organização visto que o primeiro MR-8 acabou com as prisões efetuadas ainda em 1969, adentrou na VPR realizando novos treinamentos, agora na Cordilheira dos Andes. “Nossa única vontade era voltar para o Brasil e continuar a luta”. No exílio, além dos exercícios de guerrilha, Palmar participou da organização de uma estrutura para receber militantes que estavam no exterior, firmando parceria com guerrilheiros paraguaios e argentinos.

Aluizio ficou alocado, à revelia da própria organização, em uma fazenda na região fronteira do Brasil com a Argentina, disfarçado de camponês. O envolvimento em questões locais e a recepção de pessoas suspeitas o deixaram inseguro e o obrigaram a abandonar a estrutura e se afastar da organização. Pouco antes dessa decisão de abandonar a luta armada, Palmar havia

se encontrado ao acaso com Onofre Pinto em Buenos Aires, e por pouco não embarcou na emboscada que culminou em sua morte e na de todos os membros de seu grupo, no episódio conhecido como Massacre de Medianeira.

Por alguns anos, em meados dos anos 1970, ficou vendendo soda no interior da Argentina sem um trabalho político, exceto colaborações esporádicas com a esquerda local. Com o recrudescimento da ditadura argentina, optou por retornar ao Brasil, reorganizando sua vida como jornalista. Em 1980, criou o semanário “Nosso Tempo”, de linha editorial crítica.

Tendo trocado as armas pela pena há muito tempo, Palmar se dedica até os dias de hoje a levantar informações e disponibilizar documentos referentes à ditadura militar. Esse trabalho de relevância incomensurável tem como frutos a criação e manutenção do site <http://www.documentosrevelados.com.br/> e a publicação do livro “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?”.



ÁLVARO DIAS

Idade – 69 anos

Profissão - Professor

ÁLVARO DIAS começa ‘oficialmente’ sua trajetória política em 1968 quando é eleito vereador em Londrina pelo MDB. Reconhecido como importante liderança do movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina (UEL), a partir de 1964, chegou a presidir o Diretório Acadêmico Rocha Pombo. Ingressando nas fileiras de oposição ao regime militar, Álvaro entra no MDB pelas mãos de João Olivir Gabardo, que foi até seus pais que moravam em Maringá pedir permissão para o jovem se candidatar a um cargo eletivo.

Com a aprovação paterna, Álvaro começa sua vida pública que o leva à Assembleia Legislativa (1970), à Câmara Federal para dois mandatos (1974 e 1978) e ao Senado (1982) e o consolida como liderança de oposição à ditadura dentro e fora do estado do Paraná. “O MDB reunia as forças de oposição que lutavam

contra as prisões arbitrárias, a prática da tortura e a censura à imprensa, entre outras arbitrariedades. No começo, o que era um movimento isolado, transformou-se numa grande indignação popular que alimentava a participação política”, lembra.

Tal desejo e necessidade de mudanças, fez com que Álvaro fosse o principal articulador e organizador do grande comício das Diretas Já, realizado em Curitiba na noite de 12 de Janeiro de 1984 na Boca Maldita. “Foram 12 dias de preparação, apenas. Mas foi uma convocação feita por Ulysses Guimarães e eu não podia falhar. Foi minha a ideia de trazer Osmar Santos como locutor do comício, mobilizando lideranças políticas, sindicalistas, professores, estudantes e muitos artistas paranaenses e nacionais. Depois de Curitiba, corri o Brasil todo. Foi emocionante”, rememora.

Em 1986, Álvaro Dias é eleito Governador do Paraná, sucedendo José Richa. Em seu depoimento, Álvaro faz um balanço de sua passagem pelo Palácio Iguazu, abordando inclusive o confronto com os professores que marcou a sua gestão. Em 1989, disputa a indicação do candidato do PMDB à presidência da República com Ulysses Guimarães, Waldyr Pires e Íris Rezende. Logo depois deixou o partido e filiou-se ao PST. Em 1998, agora já pelo PSDB, é novamente eleito para o Senado.

“Ao me preparar para este depoimento e rever minha ficha do Dops, com anotações de 1975-82, confirmo minha vocação para ser ‘oposição’ e resistir sempre”, ressalta Álvaro, que atualmente cumpre o terceiro mandato no Senado Federal.



ALZIMARA BACELLAR

Idade – 56 anos

Profissão – Servidora Pública

ALZIMARA CABREIRA FRAGA BACELLAR passou a militar já na segunda metade dos anos 1970, na retomada do Diretório Central dos Estudantes da UFPR. Logo se envolveu com a CBA-Curitiba e com o movimento de mulheres, reivindicando a volta dos exilados, a igualdade de gênero e a expansão da licença maternidade.

No final da década ingressou no Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), quando este já passara do foquismo ao trabalho de massas e integrava o PMDB.

As memórias de Alzimara constituem um panorama relevante para compreender a reconstrução do movimento feminista, no final da década de 1970, tanto no Paraná quanto no Brasil. Possibilitam também vislumbrar as eleições de 1982 no sentido que estas adquiriram como um grito pela Democracia.



AMADEU FELIPE

Idade – 78 anos

Profissão – Miliar Reformado

Poucos dias depois do golpe de 1964, AMADEU FELIPE DA LUZ FERREIRA sentiria o peso da mão dos militares sobre a sua carreira de nove anos como oficial do Exército. Com a publicação do Ato Institucional Número 1 em 9 de abril de 1964, Amadeu Felipe é expulso do Exército brasileiro por seu envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro. Amadeu Felipe integrava a organização dos sargentos, grupo independente em que a maioria dos seus membros tinha uma ação política muito forte dentro do Exército.

“Durante o golpe, eu estava servindo no Rio de Janeiro e organizava um levante dos sargentos. Como represália, minha casa na vila militar foi cercada na madrugada de seis de abril por mais de 100 oficiais, que cercaram a casa e aterrorizaram minha família até eu me entregar”, conta. Após cinco meses de prisão, o jurista Sobral Pinto consegue um *habeas corpus* e Amadeu Felipe, seguindo o ideal de Ernesto Che Guevara, parte para organizar a guerrilha urbana.

Expulso do Exército, numa vida de clandestinidade extrema, Amadeu Felipe ou ‘Altair’ parte para Montevidéu com três amigos e são recebidos por Leonel Brizola, que está exilado e organizando um levante em Porto Alegre. “Foram três tentativas de levante com o apoio político e financeiro de Brizola com a Polop. O combinado é que se não desse certo, Brizola ia nos ajudar com a guerrilha”, afirma Amadeu.

Assim, após as tentativas frustradas do levante, em julho de 1966 – até abril de 1967 – um grupo de 17 pessoas parte para Caparaó, próximo ao Pico da Bandeira, na divisa entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, para preparar a primeira guerrilha contra a ditadura que se tem notícia no país. No comando do grupo de dissidentes da Marinha, Aeronáutica e Exército, o ex-sargento Amadeu Felipe, nascido em Blumenau, Santa Catarina, filho de militar e pai de família.

Após um ano de intensa dificuldade de sobrevivência na mata, o grupo, reduzido a oito companheiros, foi preso pela polícia mineira. Como decorrência do processo, foram condenados, em média, a 13 anos de prisão, dos quais Amadeu Felipe cumpriu quatro sendo colocado em liberdade em 1971.

“Não tinha condições de permanecer no Rio de Janeiro, pois tinha absoluta certeza que seria assassinado. Para preservar a família, decidi recomeçar a vida bem longe daquele lugar”. Então, Amadeu Felipe que tinha familiares morando em Londrina, no Norte do Paraná, conhece a cidade e a primeira observação a favor é que ali não havia um quartel do Exército. “Isso era fundamental para a minha permanência, pois tinha que trabalhar e militar, claro”.

Filia-se ao MDB e começa a participar do grupo que elege José Richa governador em 1982, chegando a participar de seu governo. Foi candidato a deputado federal nas eleições de 1986 pelo PMDB. Atualmente, integra a direção estadual do PCB, partido ao qual nunca se desligou.



ANA BEATRIZ FORTES

Profissão - Comerciante

Idade – 62 anos

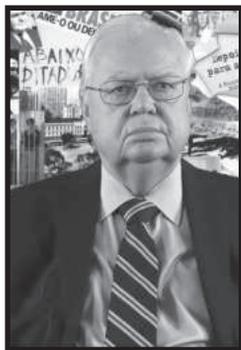
Em 11 de maio de 1970, ANA BEATRIZ FORTES foi presa em Curitiba e levada para o Quartel do Exército da Praça Rui Barbosa, onde foi torturada por agentes do Dops e por policiais do Rio de Janeiro.

A acusação, ela até hoje não sabe. Irmã de Elizabeth Fortes, que estava presa em Curitiba por ter participado do Congresso de Ubiúna e da Chácara do Alemão, Ana Beatriz chegou a ir a algumas reuniões com estudantes, mas não era uma militante ativa.

Após três dias presa no quartel da PE – Polícia do Exército na Rui Barbosa sem que seus pais soubessem, foi levada de avião para o Quartel do 34 ° Batalhão do Exército, em Foz do Iguaçu. No voo, agentes ameaçaram jogá-la nas Cataratas do Iguaçu, junto com outro rapaz que também estava no avião. Lá permaneceu com outros militantes presos e foi submetida a novos interrogatórios.

Em Foz, foram dez dias de terror. Presa na mesma cela que outra militante Izabel Fávero, que pertencia a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR,) e tinha sido presa em Nova Aurora. As duas, que não se conheciam, foram vítimas de choque elétrico, agressões físicas e todo tipo de crueldade. Izabel, inclusive, sofreu um aborto em decorrência das torturas. No retorno a Curitiba, acompanhada pelo sargento Balbinotti, Ana Beatriz é levada para casa. A seu pai, o sargento disse apenas: “Foi um engano”.

Em seu depoimento, Ana Beatriz relata o emocionante encontro com Izabel Fávero em Foz do Iguaçu, em 27 de Junho de 2013, durante uma audiência pública da Comissão Estadual da Verdade. Durante anos, as duas mulheres ficaram sem saber do nome e do paradeiro de cada uma. Somente após a publicação dos relatos é que as duas se aproximaram e o reencontro aconteceu décadas depois.



ANTONIO ACIR BREDA

Idade – 72 anos

Profissão - Advogado

ANTONIO ACIR BREDA se formou no curso de Direito da UFPR, em 1964, e foi um dos intrépidos e abnegados advogados que, sem cobrar honorários, enfrentaram a Justiça Militar em defesa dos presos políticos.

Trabalhando sob pressão e intimidação, sua casa foi revirada e foi impedido pelo Serviço Nacional de Informação de assumir a cátedra em sua antiga universidade, não obstante ter sido aprovado em concurso. Seu relato sobre as prisões e os procedimentos (i)legais do período é inolvidável.

Sintetiza o processo e a trajetória dos presos que defendeu na justiça, iniciando do sequestro pelos agentes da repressão, passando

pelos interrogatórios e confissões sob tortura até chegar ao julgamento parcial e à condenação nas Auditorias Militares.

É um relato imprescindível para a história política brasileira, especialmente para quem quer conhecer melhor as contradições da Justiça no período de exceção. Seu depoimento é também um monumento que condena as arbitrariedades cometidas no período e faz uma defesa irretorquível da necessidade de manutenção do estado democrático de direito.



ANTONIO ALBINO RAMOS DE OLIVEIRA

Idade – 68 anos

Profissão – Advogado

ANTONIO ALBINO RAMOS DE OLIVEIRA cursava Direito e Filosofia na Universidade Federal do Paraná quando foi atingido pela avalanche da “Revolução Salvadora” de 1964. Recordou de sua primeira aula de Direito Constitucional, em que o Professor Munhoz de Mello (Constituinte em 1946) pediu desculpas, disse que não poderia prosseguir porque a Constituição fora rasgada, fechou a porta e foi embora. “Foi meu primeiro contato com a política”, lembra.

Irmão de Hiran Ramos de Oliveira, militante preso e condenado pela atuação no Partido Comunista (PCB), Antonio respondeu em 1967 a Inquérito Policial Militar (IPM) por seu envolvimento no PCB o obrigando a fugir com a mulher grávida para o interior do Estado antes de ser preso. A sorte, segundo ele, é ter sido processado antes do AI-5, de dezembro de 1968. Processo que acabou o inocentando por falta de provas.

Permanece com a família em Bela Vista do Paraíso até 1975, afastado da política e qualquer tipo de militância. Antonio lembra de apenas um episódio nesse período que foi abrigar por meses uma militante do PCB de Maringá, chamada Maria Alice, indicada por Manoel Jacinto, de Londrina. “Soube que ela foi presa e torturada barbaramente. Depois disso não tive notícia dela, desde 75”, afirma.

Apesar das dificuldades financeiras quando retorna a Curitiba, com o apoio da família retoma os cursos de Direito e Filosofia, e a única opção é priorizar sua esposa e filhos. Segue carreira de Juiz Federal no Tribunal Regional Federal da 4º Região, da qual está aposentado.



ANTONIO JOÃO MANFIO

Idade – 69 anos

Profissão - Professor

Ligado à Ação Popular, AP, com rápida passagem pelo PCdoB, ANTONIO JOÃO MANFIO foi eleito em 1968 presidente do Diretório Acadêmico de Filosofia da Universidade Federal do Paraná.

Participou ativamente das manifestações estudantis daquele ano, inclusive a tomada da Reitoria. Estava entre os estudantes que arrastaram o busto do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda pelas ruas da capital.

Foi preso em Ibiúna, interior de São Paulo, durante o Congresso da UNE. Em Dezembro de 1968, foi preso novamente na Chácara do Alemão, em Curitiba, sendo condenado a quatro anos de prisão. Com a pena reduzida para dois anos, saiu da prisão e passou a fazer parte da lista de 'Procurados' do Esquadrão da Morte.

Em Dezembro de 71, véspera da formatura do Curso de Filosofia, foi para a clandestinidade e passou por grandes dificuldades no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, contando com a solidariedade dos companheiros de militância.

Retorna a Curitiba em 1982 para atuar na Secretaria de Estado de Assuntos Comunitários no Governo José Richa.



ANTÔNIO NARCISO PIRES DE OLIVEIRA

Idade – 64 anos

Profissão – Professor

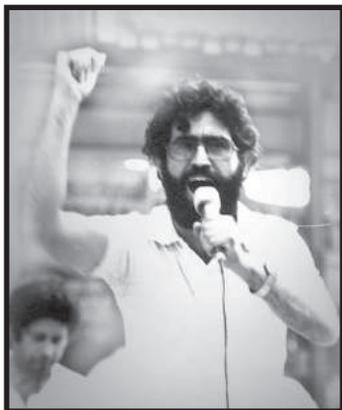
ANTÔNIO NARCISO PIRES DE OLIVEIRA, mais conhecido como NARCISO PIRES, filho de um funcionário público federal e uma dona de casa, tem a sua vida política marcada pelas amizades de adolescência em

Apucarana, Norte do Paraná, alguns entre os quais construirão com ele, nos anos 60 e 70, a resistência ao Regime Militar. José Idésio Brianezi, Antonio dos Três Reis de Oliveira, Geraldo Magela Soares Vermelho, Francisco Dias Vermelho, Manuel Cesar Mota, Valdir Feltrim, Valdecir Feltrim formarão o principal time da resistência na cidade. São meninos cuja idade variava de 15 a 20 anos. Idésio e Três Reis seriam assassinados pela ditadura militar em abril e maio de 1970. Francisco morreria acidentalmente uma semana antes de seu apartamento ser invadido pela polícia política e Geraldo, Valdir, Valdecir e o próprio Narciso seriam presos nesse mesmo ano. Manuel conheceria a clandestinidade por alguns anos.

Em 1966 Narciso, Três Reis e José Idésio se envolveram com a UEA – União dos Estudantes de Apucarana. Em 1967 construirão todos juntos o Clube Cultural de Apucarana, o início da tomada de consciência sobre a ditadura militar e as desigualdades econômicas e sociais em Apucarana, no Brasil e no mundo. Ainda nesse ano Narciso conquista a presidência do CENC, Centro Estudantil Nilo Cairo do Colégio de mesmo nome, que será o principal espaço de atuação e resistência desses meninos na cidade. Em 1968, é a partir do Congresso da UPES (secundarista) em Cornélio Procópio, onde Narciso e Idésio serão fotografados e fichados pela primeira vez pela DOPS, que se intensifica esse processo de consciência política. Todos, no começo desse mesmo ano, irão compor uma célula da DI (Dissidência do PCB) na cidade de Apucarana, organizada por Berto Curvo, então vice-presidente da UPE (universitária).

“Nesse momento a gente já percebia as profundas desigualdades sócio-econômicas no país e no mundo, as suas causas e sabíamos

das implicações do golpe militar, uma clara renúncia à soberania nacional e contra o povo brasileiro”, afirma. E das questões locais, os ‘meninos’ partem para ações mais abrangentes como a luta contra o acordo MEC-USAID e contra a violenta repressão ao ME em todo o país. Os meninos de Apucarana já não sonham apenas com uma educação de qualidade, mas com um país e um mundo mais justo e igualitário, o socialismo. O assassinato de Edson Luiz de Lima Souto, no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, faz com que em abril de 1968 organizem uma passeata de estudantes em Apucarana que contou com cerca de 3 mil jovens. Passeata que terminou com a palavra de ordem puxada por Idésio: “Viva o Brasil!”, lembra Narciso. Tal evento fez com que o grupo fosse chamado no quartel do Exército para dar explicações.



1979 – NARCISO PIRES
BOCA MALDITA CAMPANHA PELA ANISTIA
ACERVO: Narciso Pires

Narciso assume em 1968 também a presidência da UEA- União dos Estudantes de Apucarana, entidade que seria nesse mesmo ano, em 15 de dezembro, dois dias após a promulgação do AI-5, invadida, fechada e lacrada por uma tropa do exército comandada pelo capitão Aimar. Impossibilitados de continuar a atividade política em Apucarana

e já rompidos com a DI, os meninos de Apucarana vão se dividir. Idésio e Três Reis aderem a ALN do Marighela e partem para São Paulo nos primeiros meses de 1969. Narciso, Francisco e Manuel para Curitiba. Os demais, impossibilitados pelas condições econômicas, permanecem em Apucarana. Com exceção de Idésio e Três Reis todos os demais se integram a POLOP. Narciso em Curitiba, em 1970, entra na UFPr para fazer Jornalismo. É na condição de vice-presidente do DARP que nesse mesmo ano parte para a clandestinidade, sendo preso no final do ano. Depois da prisão, impossibilitado de permanecer em Curitiba, volta para o interior e vai ser professor suplementarista em Mamborê, cidade próxima a Campo Mourão, no Norte do Estado de 1971 a 1973. Em 1974 a DOPS lhe

nega o atestado para fins de magistério e se encerra a sua condição de professor. Novamente em Apucarana, em 1975, ajuda a reorganizar o PCB. Com o desmonte do PCB no Paraná nesse mesmo ano pela “Operação Marumbi”, comandada pelo exército e já foragido, seu irmão Lauro Narciso é preso e torturado pela repressão, mesmo ela sabendo que ele não era ativista. Lauro é torturado uma noite inteira e libertado com o recado de que todos os demais familiares seriam presos e torturados até que Narciso se entregasse. Diante de tudo isso Narciso se entrega e mesmo assim é sequestrado, preso e torturado no Quartel do Exército em Apucarana pelo capitão Isnard de Moura Romariz. Em seguida é transferido de Apucarana para Curitiba, algemado, com os olhos vendados e levado para um centro clandestino de tortura do exército, ironicamente chamado pelos torturadores de “Clínica Marumbi”.

Preso em 16 de outubro de 1975, é libertado dois anos depois, em 16 de outubro de 1977, após ter sido condenado e passado pelos centros de tortura, pela DOPS, pelo Quartel da PM da Marechal Floriano, pelo Regimento Cel. Dulcídio e finalmente pela penitenciária do Ahu, todos em Curitiba. No início de 1978, casado e com uma filha a caminho, engaja-se na luta pela Anistia sendo eleito presidente do CBA- Curitiba, organizando reuniões, passeatas e protestos, mobilizando estudantes, sindicalistas e trabalhadores contra a ditadura ao lado de Claudio Fajardo, Moacir Reis Ferraz, Otávio Barbosa, Valmor Marcelino, Sônia Kessel, Leo Kessel, Elba Ravaglio, Edésio Passos, Zélia Passos, Claudio Ribeiro e centenas de outros companheiros e companheiras igualmente importantes. Militante quase em tempo integral, Narciso continua a ser vigiado pela repressão e ameaçado pelo CCC. “A decretação da Anistia não é ampla, nem geral e nem irrestrita, bem ao contrário do que queríamos, trouxe, mesmo assim, de volta os companheiros exilados e foi um recomeço para todos”, destaca. Mas muitos militantes continuavam presos, e ainda

**PREÇOS POLÍTICOS NA PRISÃO PROVISÓRIA
DE CURITIBA EM 1977**

Em pé: Osiris Boscardim Pinto, Mário Gonçalves Siqueira, Diogo Afonso Gimenes, Antonio Brito.
Sentados: Ildeu Manso Vieira e Narciso Pires.
ACERVO: Narciso Pires.



havia muito por lutar fosse pela libertação dos presos políticos, pelas Diretas para presidente, a Constituinte ou em apoio aos movimentos sociais que se intensificavam. Depois dessa prisão de dois anos, Narciso chegou a ser detido mais quatro vezes. No final dos anos 70 e início dos 80 se integra ao MR-8 com atuação dentro do PMDB, junto com Fajardo, Alzimara Bacellar, Gilberto Fonseca, os irmãos Ildeu e Julio Manso Vieira, Marlene Zannin, Luiz Gonzaga e outros.

Em 1985 cria a Sociedade de Direitos Humanos para a Paz e dez anos depois, em 1995, funda o Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná, nos quais milita até os dias de hoje. Coerente com os seus sonhos de juventude, continua, após 46 anos de luta a ser um militante dos Direitos Humanos, comprometido com a construção de um mundo mais justo, igualitário e fraterno.



ANTONIO PEREIRA DE SANTANA

Profissão – Aposentado

Idade – 73 anos

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil em Curitiba, ANTONIO PEREIRA DE SANTANA esteve à frente da entidade durante a greve geral realizada em novembro de 1979, que contou com a adesão de aproximadamente 10 mil trabalhadores e paralisou o setor.

Após a greve, chegou a ser eleito três vezes presidente do Sindicato de 80 a 92, mas teve as posses impedidas pelo então Delegado do Trabalho, General Adalberto Massa. Em 1986, foi eleito secretário da Federação dos Trabalhadores na Construção e o Mobiliário.

Em seu depoimento, Santana narra uma trajetória de superação para alguém que aos 19 anos ainda não sabia ler e escrever e que aos 70 consegue o diploma de bacharel em Direito.

Mesmo sem uma educação formal, ele se mostrou durante a vida ser uma liderança nata, participando do movimento sindical na defesa dos direitos dos trabalhadores da construção civil, na organização de associações de bairros em Curitiba e no trabalho da pastoral operária.



ARNO A. GIELSEN

Idade – 68 anos

Profissão – Advogado

Aos 18 anos, o golpe militar de 1964 teve um grande impacto na vida de ARNO A. GIELSEN, que vivia em Rolândia, sua cidade natal, já demonstrando simpatia pelo Movimento da Legalidade pela posse de João Goulart e com uma forte ligação com o PTB local. Mas foi pelas mãos e influência de Manoel Jacinto Correia, em 1967, que Arno conhece o PCB e passa a militar efetivamente. Antes de 64, o PCB tinha um grande trabalho de campo no Paraná, lembra Arno, “com a organização de mais de 60 sindicatos de trabalhadores rurais”.

Com a ofensiva contra o PCB entre 1968 e 1969, a base do partidão em Rolândia foi desmantelada, com doze militantes presos. A partir daí, parte do grupo opta pela luta armada e Arno ingressa no PCBR e vive na clandestinidade total. “Para minha família, eu continuava estudando em Londrina”, afirma.

Apesar do medo, da insegurança, o grupo permaneceu na luta até que em 1970, devido a quedas de membros do comitê central houve o desmantelamento do PCBR no Paraná, com a prisão da maioria dos seus integrantes. Preso pela primeira vez, Arno foi um dos militantes levados ao Quartel do Exército em Apucarana, onde permaneceu dois meses. Nas mãos do famigerado torturador sargento Balbinotti, foi submetido a todas as técnicas de tortura, como pau-de-arara, choques e afogamento. “Sobrevivi às sessões de tortura e saí incólume, sem falar nada e entregar ninguém”, ressalta.

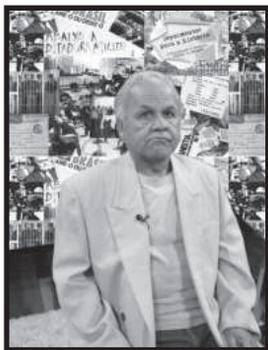
Depois da prisão, Arno Gielsen retoma os estudos no curso de Direito na Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL). Recém formado, e já com escritório de advocacia própria, Arno é preso em 1974, ao mesmo tempo que Manoel Jacinto também era detido. Foram mais dois meses de suplício, agora em São Paulo nas mãos do Dops paulista e o Delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Em 1975, o PCB volta a se organizar no Paraná com o vereador londrinense Geneci Souza Guimarães, fazendo reuniões no escritório de Arno que seria de apoio ao grupo, sem uma militância efetiva.

“No Paraná foram mais de cem prisões na Operação Marumbi e eu, mesmo sendo apenas um simpatizante, acabei preso”, lembra. Arno e outros militantes foram levados a Curitiba, onde foram torturados no local clandestino, que até hoje eles não conseguem precisar.

Absolvido do processo, Arno retoma novamente a vida de militante após deixar o MDB e se filiar ao PT, onde permanece até 1988. Chega a ser candidato pelo PT a vereador de Rolândia, mas não se elege por causa da legenda. Somente em 1992 consegue chegar à Câmara de Vereadores de Rolândia pelo PSB, sendo reeleito três vezes.

Mas os rumos do PSB fizeram com que Arno retomasse sua antiga ligação com o PCB autêntico de Francisco Luiz de França, Wilson Previdi e Espedito Rocha, este falecido em 2010. Atualmente, Arno é Secretário de Organização e continua sua militância junto com Amadeu Felipe, também de Londrina, na direção estadual do partido.



CÂNDIDO GOMES GAYA

Idade – 68 anos

Profissão – Aposentado

Paulista de Itararé, CÂNDIDO GOMES GAYA chegou ao norte do Paraná, em Mandaguari, na década de 1950. Sua vida política começa quando parte para estudar em Curitiba, primeiro no Colégio Estadual do Paraná e depois na Universidade Federal do Paraná, onde ingressou no curso de Direito em 1965.

E foi na UFPR, em meio à agitação do movimento estudantil que lutava contra a ditadura e o modelo MEC-USAID de reforma universitária proposta pelos militares, que Cândido se aproximou do Partido Comunista Brasileiro e da célula de quinze componentes da Federal. “Fui indicado como elemento do PCB para participar do encontro em Petrópolis, no Rio de Janeiro”, lembra.

Com uma militância intensa e com dificuldades para se manter na capital, trancou o curso no segundo ano e passou a trabalhar para sobreviver. Junto com Fábio Campana, o ‘Zapatão’, Cândido, o ‘Zapatinha’, toca um projeto de cinema experimental. Em 1968, am-

bos partem para o sudoeste paranaense, orientados por integrantes do MR-8, para organizar a luta armada na tríplice fronteira. Após o fracasso da empreitada, que culminou com a prisão dos guerrilheiros, Cândido foge para o Rio de Janeiro e o grupo cessa suas atividades.

Ignorando os perigos, Zapatinha retorna clandestinamente a Curitiba para visitar uma namorada e acaba preso. Foram dois dias na sede da DOPS na Rua João Negrão e mais trinta dias sob a custódia da Polícia Militar. Barbaramente torturado, com afogamento e choque elétrico, Cândido foi internado numa clínica psiquiátrica devido à síndrome de pânico. Ainda se recuperando, após um surto, foi preso pela segunda vez e levado para o Quartel do Exército na Praça Rui Barbosa, onde foi novamente submetido a novas atrocidades. Depois de um longo período internado num hospital psiquiátrico em São Paulo, em 1978 se mudou para Maringá e nos primeiros anos ainda tentou retomar as atividades profissionais como entregador e revisor de jornais e revistas da cidade.

Mesmo absolvido dos processos, Cândido passou a carregar as sequelas que o acompanham até hoje. Em seu depoimento, conta que de 1978 a 1995 permaneceu em silêncio total por medo de revelar segredos que pudessem comprometer os companheiros. Atualmente, medicado e em tratamento, já consegue falar sobre os suplícios sofridos e afirma estar pronto para registrar suas memórias.



CARLOS FREDERICO MARÉS

Idade – 63 anos

Profissão – Procurador do Estado

CARLOS FREDERICO MARÉS DE SOUZA FILHO teve o primeiro contato com integrantes do Partido Comunista Brasileiro ainda no secundarista, mais especificamente no último ano no Colégio Estadual do Paraná, em 1964. Um dos seis filhos de promotor público em Palmas, Carlos Marés trouxe de casa o interesse pelos livros, especialmente os de sociologia e filosofia. Quando em 1965 começou a cursar Direito na Universidade Federal do Paraná, ele já conhecia o grupo que iria resistir e combater a ditadura dentro da universidade.

“O golpe de 1964 não afetou o nosso grupo e quando entramos na universidade já nos reorganizamos, pois já tínhamos experiência de mobilização”, afirma. Ao lado de José ‘Cela’ (sic), Marcos Machado, Berto Curvo, Vitório Sorotiuk, Roberto Requião e Aluísio Albino Ramos, este já falecido, Marés faz parte da chapa que disputou o DCE em 1966 e é escolhido presidente. “A ditadura desarticulou os movimentos camponês, operário, sindical e os partidos políticos e a última resistência era a dos estudantes. A universidade passou a ser o palco da resistência”, analisa.

A mobilização dos estudantes chamou a atenção dos militares a partir de 1968: Tomada da Reitoria, Congresso da UNE em Ibiúna e Minicongresso da UNE na Chácara do Alemão são alguns dos eventos que marcaram o ano que terminou com a edição do Ato Institucional nº 5 e legitimou a violência contra os opositores ao regime. “No episódio da Chácara do Alemão, cheguei tarde e todos já tinham sido presos. E como estava no quinto ano do Direito, com a carteira da OAB pude visitar meus companheiros na prisão”.

Depois desse episódio, Carlos Marés foi acusado de escrever um manifesto, julgado num processo fraudulento e condenado a três anos de prisão, enquanto quem assinou recebeu a pena de seis meses de detenção. “Eu já militava no PCBR, embora tivesse uma vida legal, e quando veio a ordem de prisão eu cai na clandestinidade. Isso foi em 1970. Fui para Santos e com o apoio da minha família e amigos, eu e Maria Dirce, minha companheira, partimos para o Uruguai”, relembra.

E aqui começa a odisseia de resistência à ditadura no exílio. Recebidos por Leonel Brizola no Hotel de propriedade de João Goulart em Montevideo, Marés recebeu o mesmo apoio e estrutura que centenas de refugiados do regime militar brasileiro. Do Uruguai, em 1971 o casal vai para o Chile. “No Chile, até o golpe de derrubou Salvador Allende, tive que me virar para sobreviver, fazendo trabalhos de tradução, linotipista e até de engraxate”.

Em Dezembro de 1973, partimos para a Dinamarca como refugiados políticos e com um passaporte que nos proibia de voltar ao Brasil. “Podíamos ir a qualquer lugar, menos ao Brasil. Recebíamos notícias do nosso país pelas rádios, revistas mexicanas e jornais clandestinos, sempre com quinze dias de atraso”. Em 1977, Marés, sua esposa e dois filhos pequenos, vão para São Tomé e Príncipe, na África portuguesa, e lá permanecem até o retorno ao Brasil em 1979, um mês antes da decretação da Anistia.

No retorno, apesar das agruras do exílio, Carlos Marés retoma a vida, filia-se no MDB e faz concurso para a Procuradoria do Estado do Paraná. “Passo a me dedicar à militância social, defendendo os povos indígenas e contribuindo teórica e juridicamente com o MST”.



CARLOS MOLINA

Idade – 54 anos

Profissão – Servidor Público

Sob influência de seu pai partidário do PTB e de professores vinculados ao MDB, ANTONIO CARLOS DA SILVA MOLINA começou a militar muito jovem em sua cidade natal, Tupã. Lá atuou com outros jovens no grêmio estudantil, organizando cineclubes, jornal estudantil, rádio amadora, grupo de discussão e teatro, vivendo suas primeiras experiências com a repressão, que coibiu essas atividades.

Molina se mudou para São Paulo em 1975, onde passou a fazer panfletagem relâmpago e se envolver nos debates pela Anistia, Constituinte e fim da ditadura. Ingressou no MR-8, onde permaneceu por dois anos até entrar no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), já no final da década.

Em 1978, envolveu-se no Movimento Negro, na oposição dos bancários (SP) e na Greve do ABC, pichando e distribuindo o jornal Movimento. Após confrontos com a polícia nessa e em outras circunstâncias, teve a casa invadida e vandalizada pelo movimento anticomunista. Então, mudou-se para Curitiba, permanecendo no PCdoB e se engajando em várias greves, movimentos e grupos, como a luta dos moradores da periferia, a questão indígena (ANAI), o Comitê em Defesa dos Povos da América Latina e Caribe, CDAMA e o CBA-CURITIBA.

Participou ativamente das eleições de 1982, apoiando a candidatura de José Richa como meio de acelerar o final da ditadura.



CARMEN RIBEIRO

Idade – 63 anos

Profissão – Socióloga

CARMEN REGINA RIBEIRO passou a se engajar politicamente tão logo entrou no curso de serviço social, aos dezessete anos de idade. Sensibilizada com a situação dos presos políticos, envolveu-se na organização de diversas atividades para apoiá-los. A influência cristã da família e de padres progressistas a aproximou da Ação Popular (AP). Nessa organização executou várias tarefas políticas, como panfletagens, distribuição do Jornal Libertação e organização de uma estrutura de apoio para angariar recursos, criar uma rede de simpatizantes e ocultar pessoas vivendo na clandestinidade.

Devido a circunstâncias próprias e seguindo orientação da AP, abandonou o curso de serviço social e passou em ciências sociais na UFPR, acreditando que lá poderia realizar um trabalho político mais efetivo. Sabendo da prisão de seus companheiros, e temendo destino semelhante, fugiu para o interior de São Paulo e Minas Gerais onde passou alguns meses refugiada com seu marido, Claudio Ribeiro. Porém, decidiu retornar a Curitiba para se apresentar na Auditoria Militar e responder dois processos embasados na Lei de Segurança Nacional.

Passados os Anos de Chumbo, Carmen voltou a participar ativamente da vida política, envolvendo-se na Escola Oficina, no MDB, no movimento dos moradores de periferia e na fundação e legalização do Partido dos Trabalhadores. Embora perseguida e tendo que enfrentar momentos de desemprego e desespero, seu trabalho engajado junto à Prefeitura de Curitiba, ao IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e ao IPPUC – Instituto de Pesquisa Planejamento Urbano de Curitiba, também foi importante meio de intervenção social.

O relato de Carmem é uma fonte valiosíssima sobre os efeitos deletérios da ditadura civil-militar brasileira, como insegurança constante, ameaças, desemprego, pesadelos e momentos de pânico e terror. Ela expõe com clareza e muita sensibilidade as diversas facetas de seu drama pessoal, como mãe e militante.



CESAR T. KOHATSU

Idade – 58 anos

Profissão – Médico

Filho de Médico, CÉSAR TOSHIYUKI KOHATSU ingressa na Universidade Estadual de Londrina em 1973 para cursar Medicina. Sem amigos na cidade, a universidade passou a ser sua única referência social. Imediatamente conhece os integrantes do DCE que o ajudam a fazer o jornal da Medicina, ‘O Saco’. Entre eles estavam Marcelo Oikawa e Célia Regina de Souza, diretamente ligados ao Jornal do DCE, o ‘Poeira’.

A deflagração da Operação Marumbi no Paraná, uma ofensiva do governo militar contra integrantes do PCB, fez que com que o clima ficasse tenso na UEL, uma vez que um professor tinha sido preso, além do vereador londrinense Genecy Souza Guimarães e outras lideranças do partidão na região. Mas o movimento continuava coeso e resistente, realizando a Semana de Atualidades, série de eventos culturais que mobilizavam os estudantes. César continuou a participar, até que em 1979, pouco antes da formatura, ingressou nas fileiras do PCdoB, que já contava com Marcelo Oikawa, Gilberto Martin e Marco Antonio Fabiani, todos contemporâneos do movimento estudantil.



CÍCERO DO AMARAL CATTANI

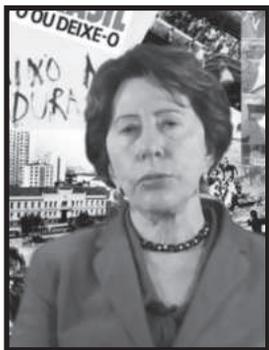
Idade – 73 anos

Profissão - Jornalista

CÍCERO DO AMARAL CATTANI nasceu na região das missões jesuíticas, em 1940. Suas recordações trafegam pelos diferentes acontecimentos do período por intermédio da história do periódico trabalhista “Última Hora”, no qual esteve envolvido. A proximidade familiar do mundo político e das letras talvez tenha influenciado Cícero a ingressar no universo jornalístico com apenas dezessete anos.

Em 1961, já com alguma experiência profissional foi selecionado pelo “Última Hora”, que então iniciava a publicação de sua edição paranaense, a qual estavam vinculadas importantes autoridades políticas da época, como Nei Braga e Iberê de Matos. Além das reportagens, também fazia o plantão noturno nesse jornal adepto do getulismo e trabalhismo. Com o jornal dando cobertura ao movimento sindical e inclusive fomentando sua unificação e organização, Cícero se envolveu na instalação de sua sucursal no Paraná e passou a dirigir a edição. Lembra como sua sede congregava diferentes setores, inclusive a ala legalista do exército.

O jornalista, argutamente, faz um contraponto entre a repercussão positiva da Campanha da Legalidade no Paraná, em 1961, e o silêncio diante do Golpe, três anos mais tarde. Já nos primeiros suspiros da Ditadura foi aberto um Inquérito Policial Militar, indiciando os jornalistas do “Última Hora”, dentre os quais esteve Cícero. Fortalecendo o regime recém-instaurado, além da repressão ao jornal o sindicato dos jornalistas foi aparelhado pela direita. Ele lembra bem da pressão psicológica exercida sobre eles, bem como da conivência com a depreciação da sede do jornal em Curitiba, ainda antes do Golpe. Esse fato foi para ele um forte indício das pretensões golpistas, e inclusive alertou pessoalmente Jango do ocorrido, quando este fez escala no aeroporto de Curitiba, dias antes da fatídica e duradoura quartelada. Antes de conseguir recomeçar sua vida profissional nos anos 1970, perseguido politicamente foi mantido longe das salas de redação por anos a fio, sendo impedido de exercer sua profissão e tendo que se virar com bicos.



CLAIR DA FLORA MARTINS

Idade – 68 anos

Profissão - Advogada

CLAIR DA FLORA MARTINS integrou a Ação Popular em sua juventude. Quanto a essa militância, destaca que “em 1966 eu me filiei à Ação Popular, que era um partido de massa, que não só tinha uma interseção no movimento estudantil, mas em diversos outros segmentos da sociedade, por exemplo bancários, meio operário.

Eu, então, não só comecei a participar do movimento estudantil, mas também tinha ligações estreitas com esses outros movimentos bancário e operário. As mobilizações cresceram e logicamente, em contrapartida, também o movimento de repressão em todo o país. Foi quando nossa luta também se dirigiu não só para questões vinculadas ao movimento estudantil, mas também em relação à luta contra a ditadura e pelas liberdades democráticas”.

Com o endurecimento do regime após o AI-5, Clair entrou na clandestinidade, indo para São Paulo “assumir a coordenação do diretório da ação popular nessa cidade, juntamente com outros dois companheiros. Fiquei vinculada mais ao movimento operário, e lá então pretendíamos não só organizar o movimento operário juntamente com outros segmentos da sociedade, mas também o partido tinha uma visão de que nós tínhamos que ter uma dedicação relacionada também ao movimento agrário, movimento camponês”.

Em decorrência dessa atuação, Clair acabou presa em São Paulo, em 1971. Lá, sofreu todo tipo de tortura, física e psicológica, praticada pela equipe do Delegado Fleury na sede da DOPS paulista. Em suas palavras, “já a partir do ato da prisão nós já fomos agredidos, fomos presos pela equipe do famoso delegado Fleury. A partir de então já sofremos todo tipo de tortura. Fomos presos eu e meu companheiro nesse dia, Hasiel da Silva Pereira. Já fomos levados para a DOPS, e lá nos interrogatórios sofremos espancamentos, choque elétrico, pau-de-arara e outros tipos de tortura, como permanecer numa cela isolada por quarenta dias”.

Após permanecer oito meses presa em São Paulo, Clair foi trazida de carro para Curitiba e ficou ainda uns dias presa na sede da PE na praça Rui Barbosa. Depois, viveu na clandestinidade no Rio Grande do Sul até ser absolvida pela Justiça Militar, quando retornou para Curitiba.

Filiou-se ao PMDB, atuou junto aos movimentos feministas e em 2000, já no PT, foi eleita para a Câmara de Vereadores de Curitiba e dois anos depois em 2002 se elegeu Deputada Federal sendo a primeira mulher a conquistar um mandato federal na história política do Paraná. “Mantenho os mesmos ideias progressistas e a convicção que me fizeram lutar para mudar o país e a ordem mundial”.



CLAUDEMIR FELTRIN

Idade – 67 anos

Profissão - Professor

A vida simples na lavoura no distrito de Floriano em Maringá, Norte do Paraná, não impediu que CLAUDEMIR ONOFRE FELTRIN e seu irmão Edson tomassem gosto pela política. Junto com os primos Feltrin que moravam em Apucarana, Claudemir integrou a célula da Política Operária.

Entre panfletagens e pichações, reuniões e contatos com militantes da capital, o grupo caiu em 1970, com Claudemir sendo preso em casa. “Minha mãe ficou desesperada, pois ninguém sabia da nossa militância”, lembra emocionado. O irmão Edson, falecido em 2013, foi preso no banco em Itambé. “Ficamos de três a quatro dias no Quartel do Exército em Apucarana á base de banho gelado de mangueira e muita tortura psicológica”.

Quando eram trazidos para Curitiba, Claudemir, Edson e o primo Valdecir, “os milicos ameaçaram nos jogar no rio no viaduto da curva da Santa. Mandaram a gente ajoelhar e rezar. Foi um terror”. Em Curitiba, foram trinta dias de isolamento total, até que o pai dos irmãos Feltrin viesse visitá-los. No retorno ao pequeno distrito de Floriano, Claudemir lembra que “nenhum dos amigos vieram saber notícias, nos evitavam na rua. Somente meu barbeiro teve uma palavra de conforto”.

Depois da prisão, Claudemir retomou os estudos de Matemática, começou a dar aulas na Universidade Estadual de Maringá e iniciou sua militância na Associação dos Professores do Paraná – APP. Em 1986 foi eleito vice-presidente da APP e assumiu a presidência em função da renúncia do titular, participando de ações e mobilizações como greves e outros embates na defesa dos direitos da categoria. Filiado ao PT há 10 anos, continua a sua militância política até os dias de hoje.



CLAUDIO GAMAS FAJARDO

Idade – 62 anos

Profissão - Advogado

Em 1973 quando ingressou no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, CLAUDIO GAMAS FAJARDO imediatamente se ligou ao movimento estudantil e à luta contra o Decreto- Lei 477/69, conhecido como o AI-5 das universidades, que proibia manifestações políticas de professores, servidores e de estudantes na universidade. O DARPP – Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná, das ciências humanas, era, nessa época, um dos poucos diretórios da UFPr de oposição – enquanto os demais flertavam com a Reitoria e se transformou em reduto da esquerda.

“Éramos vanguarda na luta contra a ditadura”, define Fajardo, que participou da criação de vários centros acadêmicos, agora por curso, entre eles o de jornalismo. No final de 1976, começo de 1977, vários estudantes em São Paulo foram presos durante uma panfletagem, o que mobilizou os alunos da UFPR a chamar uma assembleia para exigir a imediata libertação dos jovens. As notícias sobre a ação da repressão chegavam com muita rapidez e já se sabia no âmbito da universidade sobre sequestros, torturas e o desaparecimento de militantes que se opunham ao regime militar. Nesse momento, “despertamos para a importância da luta” e a única saída era o enfrentamento através das organizações clandestinas.

Fajardo passou a atuar na Política Operária, a Polop [POLOP é do final dos anos 1960, acho que aqui a sigla correta é PO], e junto com outros companheiros manteve um grupo de estudos sobre marxismo e intensificou as ações para a organização da massa trabalhadora. Em maio de 1977, foi detido com outros oito estudantes numa panfletagem de convocação de uma assembleia, entre eles Ivo Augusto de Abreu Pugnaloní. O grupo foi levado para a sede da DOPS e lá foram ameaçados e sofreram tortura psicológica praticada pelos agentes públicos.

Mesmo depois desse episódio, Fajardo continuou sua militância política, seja no clandestino MR-8 em Campinas, seja no MDB – e

depois no PMDB - em Curitiba na organização de associações de bairros. Passou a fazer parte do CBA - CURITIBA e foi eleito vice-presidente, com Narciso Pires na presidência do CBA. Junto com a Anistia, em 1979, conseguiu terminar a graduação em Ciências Sociais e mais tarde faz mestrado em Sociologia na UNICAMP. Hoje, Fajardo continua sua militância política partidária, sendo um dos fundadores do Partido da Pátria Livre, o PPL.



CLAUDIO RIBEIRO

Idade - 70 anos

Profissão - Advogado

CLAUDIO ANTÔNIO RIBEIRO nasceu em Nova Rezende, em 1943. Sua família logo se deslocou para uma região de ocupação de terras próxima de Londrina, mais especificamente Centenário do Sul. Lembra Ribeiro que, o interventor Manoel Ribas e o governador Moyses Lupion distribuíram títulos naquela região, levando à grilagem de terras e expulsão dos colonos. Ocorreu então um longo processo de resistência armada. Claudio recorda de algumas cenas, como cinco assassinatos que testemunhou quando era criança, mas admite sua incapacidade para compreender seu sentido naquela época. De família católica, julga ter herdado alguns valores dessa tradição, como solidariedade e percepção de justiça. Estudou em Porecatu, nos anos 1950, presidindo o Centro Estudantil Castro Alves, nutrindo forte gosto pela leitura e acompanhando os noticiários por intermédio do rádio.

Mudou-se para Curitiba, no começo dos anos 1960, aprovado em concurso público para o banco (1963). “Passando no vestibular da faculdade federal de direito, ali com as conversações e as conversas daqui e de acolá, acabei de certa forma tomando conhecimento de várias formas e quando veio o Golpe de 1964 eu já sabia de que lado ficar. Fui em seguida escolhido para presidir o Partido Acadêmico Renovador [PAR] da UFPR, exatamente porque eu tinha um discurso muito claro do que achava que deveria ser feito” e por não ter uma lealdade organizacional definida, o que lhe possibilitava unificar as

diferentes correntes. O PAR, que disputava as eleições para o CAHS, aglomerava estudantes com pensamentos de esquerda e foi, paulatinamente, assumindo um caráter de resistência.

Ribeiro lembra que, ao mesmo tempo em que eles tentavam organizar os jovens na universidade (da qual saiu formado em 1967/1968), a Ditadura reprimia os sindicatos, especialmente o dos bancários. Então, foi formado um grupo para retirar o sindicato da categoria da intervenção sofrida, o que conseguiram no primeiro semestre de 1967 com uma votação esmagadora que elegeu Ribeiro secretário-geral, assumindo a condição de dirigente de uma chapa de composição com pessoas de diferentes tendências políticas (PCB, PCBR, entre outros). Sua falta de vínculos orgânicos com algum grupo específico o possibilitou exercer seu cargo com desenvoltura, conduzindo o sindicato em um momento de claro favorecimento do capital em detrimento do trabalho. Participou do primeiro encontro nacional dos bancários, no Rio de Janeiro, logo após a posse da chapa, começando ali as discussões sobre a necessidade de uma greve geral contra a política macroeconômica e o arrocho salarial imposto pelo regime.

Relembrando a aguerrida resistência interposta por diversos setores sociais contra a Ditadura em 1968, recorda que foi ao Rio de Janeiro mobilizar os bancários para os protestos ocasionados pela morte do estudante Edson Luís de Lima Souto (Passeata dos Cem Mil). Ainda nesse ano, ocorreu outro encontro nacional dos bancários, agora em São Paulo, e Ribeiro foi para defender a necessidade iminente de realização de uma greve geral. Com ampla articulação nacional favorável a essa tese, saíram do encontro com a deliberação de realizar a greve, acaso as negociações não avançassem no sentido do governo atender às exigências de restituir os salários defasados.

Além dessa questão, Ribeiro lembra que por meio do sindicato também atuavam em outras frentes como forma de mobilizar os bancários e a população, a exemplo da construção de cerca de quatro mil unidades residenciais em um projeto firmado em parceria com o recém-criado Banco Nacional de Habitação. Também promoviam jogos, campeonatos e outras ações para agregar os sindicalizados.

Próximo da greve dos bancários em Curitiba, em 1968, foi recrutado por Edésio Passos para integrar a Ação Popular Marxista Leninista (AP-ML), participando de reuniões em Curitiba e em outras cidades, onde eram discutidas questões internas, documentos, sobre-

tudo de teor maoísta, e dado cursos de sindicalismo. Mas, admite que sua formação se deu muito mais por meio da poesia engajada que de leituras teóricas. Foi um relacionamento esporádico com a organização, uma vez que divergia de algumas diretrizes, como a fusão com o PCdoB.

O endurecimento do regime atingiu Ribeiro, que foi preso no dia quatro de novembro de 1970 “já de uma forma mais dura” no quartel da polícia do exército. Lá foi torturado e testemunhou as sevícias impostas a dois presos políticos do PCBR: “Xanha” e Elinor Mendes Brito. Ribeiro lembra que foi preso e interrogado, como se fosse da ala do Marighella. Ficou nessa condição de sequestrado pelo regime por cerca de sessenta dias, sendo transferido para outros locais para ser interrogado. Como não foi processado, ao final desse processo foi libertado. Voltou a exercer atividades sindicais, reassumindo suas funções. Porém, logo foi cassado e o sindicato colocado sob intervenção. Algum tempo depois, pressionada a direção do banco o demite e é avisado que iriam prender sua companheira e então decidem fugir, passando um tempo escondidos em uma fazenda de sua família em Minas Gerais.

O casal retornou ao Paraná, entre 1971 e 1972, e enfrentou sérias dificuldades, até que Ribeiro recomeçou sua vida profissional, advogando em Pato Branco. Após esse período, já no final dos anos 1970, retornou a Curitiba e fundou um escritório de advocacia trabalhista para reconstruir as atividades sindicais e auxiliar os movimentos populares nos bairros. Envolveu-se também com a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita e no processo de fundação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores.



CLETO TAMANINI

Idade – 65 anos

Profissão - Professor

Em 1968, o seminarista CLETO TAMANINI chega a Curitiba para cursar Filosofia na Pontifícia Universidade Católica (PUC) vindo de Brusque, Santa Catarina, onde morava desde a adolescência. Lá, sempre ouvia

dos padres de que o ‘comunismo ia tomar o Brasil’, ideia que não concordava desde aquela época. Ao lado de Antonio João Manfio, também seminarista da PUC, Cleto participava das reuniões, das passeatas e dos eventos mais radicais como a tomada da reitoria da UFPR em maio de 1968.

“Das passeatas, me lembro de uma que ia em direção à Boca Maldita e houve um confronto pesado com a polícia. Eu me assustei e fui me esconder no prédio da Biblioteca Pública do Paraná”, conta. Junto com outros seminaristas, Cleto trabalhou na campanha de Dom Camilo de reciclagem em 1968.

No ano seguinte, com dúvidas sobre o seminário, mudou para Letras e continuava a militar dentro do movimento estudantil contra a ditadura. “A ditadura amordaçou o movimento estudantil”. Vários companheiros foram presos, mas Cleto não, pois não era uma liderança.

Para sobreviver, Cleto Tamanini lecionava à noite. Em 1970, integrou a oposição da APP e em 1972 seu grupo venceu em função da APLP, que tinha um trabalho de base e proporcionou a vitória. “Começamos uma luta muito grande pela aprovação do estatuto do magistério, que finalmente foi aprovado em 1975”. Chegou a ser detido uma vez por fechar uma escola em Paranacity, “mas nada de grave”.

Até 1979, Cleto permanece na direção da APP e nesse período a entidade se abre para os movimentos sociais. “O salão estava sempre disponível para os representantes dos movimentos populares, era mais seguro e um ambiente de muito respeito”, conta. Foram realizados inúmeros eventos organizados pelos integrantes do PCB e PCdoB, “contribuindo com os primeiros passos no Paraná no sentido da abertura democrática”. Além das questões regionais, a APP também apoiou campanhas nacionais como da Anistia, Diretas Já e Constituinte. Cleto Tamanini se transferiu para Guarapuava após assumir cargo de auditor fiscal e no magistério continua sua militância. Foi filiado ao MDB no princípio, optou pelo PDT por sempre ser brizolista, partido pelo qual foi eleito vereador em Guarapuava em 2012.



CLÓVIS MARTINS

Idade – 52 anos

Profissão - Advogado

CLÓVIS APARECIDO MARTINS foi criado em Ivaiporã, mudou-se sozinho e ainda muito jovem para Curitiba, em 1977, onde começou a trabalhar e cursar o ensino médio no Colégio Estadual do Paraná. Nesta instituição, cuja direção ainda hesitava em permitir a mobilização dos estudantes, envolveu-se no processo de reconstrução do grêmio, que estava inoperante há alguns anos.

Participou das eleições, durante as quais denunciou a ditadura e defendeu a redemocratização de sala em sala, e depois compôs a gestão da entidade. Esta passagem foi a porta de entrada para a atuação mais ampla junto ao movimento estudantil do Paraná, sendo secretário de cultura da reconstruída União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, em 1979, e participando do congresso de retomada da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Nesses anos finais da Ditadura, Clóvis participou ainda do movimento pela Anistia e, pouco mais tarde, integrou o MR-8, auxiliando na venda do jornal Hora do Povo. Concurso na Caixa Econômica Federal e aprovado em Direito no vestibular da PUC, passou a atuar no movimento sindical dos bancários. Este depoimento é um precioso relato de alguém que, ainda muito jovem, passou a militar nos estertores da Ditadura.



DÁCIO VILLAR

Idade – 69 anos

Profissão - Economista

DÁCIO VILLAR nasceu em Mandaguari e foi criado em Porecatu. Neto de um operário anarquista assassinado no Braz, começou a trabalhar com doze anos. Após alguns anos, mudou-se para Londrina onde aprofundou

seus conhecimentos em contabilidade e passou a trabalhar como classificador de produtos agrícolas.

Transferiu-se para Curitiba para fazer a universidade, quando em setembro de 1968 participou como delegado no malfadado Congresso da UNE em Ibiúna. Foi mantido no presídio Tiradentes por alguns dias junto aos demais representantes, até ser trazido e liberado em Curitiba. Em dezembro desse mesmo ano novamente foi preso por participar do Congresso regional da UNE na Chácara do Alemão, vindo a ser condenado no processo dos estudantes em 1969. Libertado após cumprir pena de dezoito meses no presídio do Ahú (de dezembro de 1968 a julho de 1970) ficou marcado pela repressão, perdendo seu emprego e curso e sendo coagido a sair do Paraná e se estabelecer em São Paulo, capital. Lá, após seu passado ser descoberto, sua casa foi invadida e se viu mais uma vez obrigado a fugir, primeiro para Campinas, refugiando-se em uma igreja, depois Belo Horizonte e por fim Ilhéus, na Bahia, onde havia um grupo da Ação Popular (AP), entidade à qual Villar estava ligado como simpatizante.

Porém, devido à atuação da repressão na cidade, teve que deixá-la no mesmo dia em que chegou, partindo para Salvador, onde também foi aconselhado a não permanecer. Seguindo a sugestão recebida, foi para o Rio de Janeiro, em janeiro de 1972, onde com sua esposa fez nova carteira de trabalho e passou a trabalhar com representação comercial, hospedando e prestando apoio a clandestinos da AP. Voltou ao Paraná somente com o processo da Anistia. Suas lembranças reconstituem em detalhes os melancólicos anos passados no presídio do Ahú.



DANIEL FARIA

Idade – 59 anos

Profissão – Professor, Compositor e Poeta

RÔMULO DANIEL BARRETO DE FARIA é o mais novo de quatro irmãos perseguidos e presos pela Ditadura. Influenciado pelas concepções e experiências de seus irmãos mais velhos, participou do Movimento Estudantil

no começo dos Anos de Chumbo. Essas atividades culminaram, inicialmente, em pressão para que sua mãe retirasse os três filhos do colégio militar, caso contrário seriam expulsos.

Mais tarde, quando Daniel e seus irmãos aderiram à Ação Popular, seguindo os passos de Hamilton, o mais velho, acabaram presos e interrogados. Enquanto Paulo foi torturado, talvez tenha sido a minoridade penal de Daniel à época que lhe salvou dos suplícios maiores do cárcere – ainda que haja vários registros de menores torturados pela repressão.

Embora sua trajetória nos porões da Ditadura tenha sido breve, é um testemunho fidedigno da prisão e do sofrimento de amigos e familiares, bem como da trajetória de uma mãe simples, que se viu obrigada a deixar seu “pequeno mundo doméstico” para enfrentar o regime em busca de seu primogênito sequestrado pelos militares.

Belíssimo depoimento, regado com poesia e música dedicada à bravura dos que lutaram e a essa mãe, digna da obra de Máximo Gorki.



DANILO SCHUAB MATTOZO

Idade - 75 anos

Profissão - Aposentado

DANILO SCHWAB MATTOZO nasceu (1938) e foi criado em Ponta Grossa. Ainda jovem, começou a trabalhar em uma farmácia e se sensibilizar com a situação política e social de seu entorno, contestando a desigualdade social. A partir dos quinze, dezesseis anos, passou a ler sobre e se envolver nos movimentos de sua época, como a campanha “O petróleo é nosso”. Servindo o exército, passou dois anos no Rio de Janeiro, onde fez um curso de cartografia militar.

Por seus posicionamentos nacionalistas e críticos, Danilo se tornou visado pelos setores mais conservadores da instituição. Recordar-se da oposição gerada já com seu apoio à candidatura do Marechal Lott, contrapondo-se com isso ao posicionamento de seu superior em favor de Jânio Quadros. Já de volta a Ponta Grossa, aproximou-se de um major também nacionalista em 1963, integrando uma frente.

Quando veio o Golpe de 1964, Danilo foi preso, processado junto com outras vinte e três pessoas de Ponta Grossa e reformado do exército enquanto fazia um tratamento de saúde. Lembra que nesse período inicial foi preso e interrogado “umas três vezes”, mas logo liberado sem maiores violências. Então, devido à perseguição sofrida, mudou-se para Curitiba onde se engajou nas trincheiras da oposição, aproximando-se do major Joaquim Pires Cerveira e da Frente de Libertação Nacional (FLN). Participou da arriscada operação de resgate do coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, que em 1965 havia liderado uma coluna contra a ditadura e se encontrava detido em um quartel no boqueirão, em Curitiba.

Anos mais tarde, no final de 1975, Danilo voltou a ser preso, agora em decorrência da operação Marumbi. Sequestrado pelo DOI-CODI e mantido isolado e em condições degradantes, sofreu diversas ameaças. Porém, confidencialmente, o carcereiro – tratando-o como “tenente” - já havia lhe advertido que isso ocorreria, o que lhe tranquilizou. Mais tarde, sua prisão foi oficializada e ele liberado.

Seu depoimento é de extrema relevância, haja vista que além de narrar sua importante trajetória de resistência também conta algumas passagens da vida e luta do desaparecido político Joaquim Pires Cerveira, executado pela repressão entre o final de 1973 e o começo de 1974.



DAVID GONGORA JUNIOR

Idade – 65 anos

Profissão – Advogado

Nascido em 1948 na cidade de Campinas DAVID GONGORA JUNIOR se mudou ainda jovem para Osasco onde terminou o primário, fez cursos profissionalizantes e começou a trabalhar na COBRASMA. Seguindo o exemplo paterno, também se sindicaliza. Compondo a comissão de sua fábrica, Gongora participou ativamente da greve de Osasco, em 1968. Em decorrência de sua atuação nas movimentações, foi demitido e seus pais presos, na tentativa

da repressão de rastreá-lo. Identificado como parte do comando da greve, foi “guardado” ou “protegido” pela VPR, entrando na organização e na clandestinidade.

Com a fusão da VPR e da COLINA, que resultou na formação da VAR-Palmares, Gongora aderiu a esta organização atuando em seu setor de operações. Foi deslocado para o Recife, onde estruturou uma oficina de montagem de armas para a organização. Chegaram a elaborar um protótipo, contudo tiveram que abandonar os trabalhos em razão das inúmeras quedas na VAR-Palmares. Nesse processo de desestruturação da VAR-Palmares, David rompeu com a organização por se contrapor ao julgamento de um desertor. Contudo, antes de partir para o Chile com um documento falso e se aproximar novamente de membros da VPR no exílio e do pessoal que havia regressado de Cuba e lá se encontrava, limpou alguns pontos que sobraram para não caírem na malha da repressão.

No exílio, labutou em uma cooperativa de trabalhadores da construção como técnico industrial e passou a atuar como falsificador de documentos, para facilitar o trânsito de pessoas. Integrado na sociedade local, com a derrubada de Allende, participou por cerca de um mês e meio da resistência ao golpe. David atribui essa sua atuação na resistência chilena à influência exercida sobre ele por Tiago de Melo e por outros intelectuais, que ampliaram sua visão sobre a América Latina e suas lutas.

A supressão violenta das oposições à recém-instalada ditadura chilena obrigou Gongora a retronar ao Brasil, estabelecendo-se em Londrina com identidade falsa, onde já havia vivido em 1956. Logo encontrou emprego e voltou a atuar na organização dos trabalhadores, via sindicato dos metalúrgicos.

Após uma rápida estada na Argentina e na Europa retornou a Londrina e à vida sindical, mas com a operação Marumbi em curso partiu para São Paulo, onde ficou trabalhando em um bar. Mais uma vez, para rastreá-lo com celeridade, seus pais foram presos, até chegar a vez de David, que foi parar nas instalações do DOI-CODI. Identificado como membro da VPR, passou por interrogatórios objetivando a localização de uma arma, ainda do tempo de Lamarca. Ficou mais de dois meses incomunicável, alternando entre a DOPS, o DOI-CODI e o presídio de Barro Branco. As convulsões que passou a ter após o acidente de carro na Serra do Cadeado o livraram de sofrer torturas mais pesadas.

Fazendo um balanço do período, destaca que “nós fomos realmente uma juventude extraordinária [...] Na época éramos solidários aos movimentos de libertação africanos, ao Vietnã”. O próprio David tinha como codinome “Habib”, nome alusivo aos povos árabes que se opunham ao domínio imperialista no Egito e Palestina.

Em 1979 foi Anistiado e voltou para Londrina, onde já tinha uma base de atuação, mas desta vez com seu nome verdadeiro. Monitorado pela repressão, galgou cargos políticos e sindicais, participando inclusive do ENCLAT, na Praia Grande. Gongora, em Londrina, fez o curso de direito e mestrado, estabelecendo-se com o advogado e professor.



DAVID PEREIRA DE VASCONCELOS

Idade – 70 anos

Profissão – Sindicalista Aposentado

O mineiro de nascimento DAVID PEREIRA DE VASCONCELOS chegou ao Paraná na década de 1960 para trabalhar na lavoura. Fixou residência em Terra Roxa onde casou e teve dois filhos. Por volta de 1975, “a crise econômica atingiu em cheio os agricultores com a proposta do governo do estado de mecanizar todas as terras. Assim, fomos todos tocados da lavoura rumo às cidades”, afirma David.

Dotado de uma memória privilegiada, David lembra do dia em que chegou a Curitiba: “Era 17 de maio de 1975, chego na capital com mulher, quatro filhos e duas malas, sem ter onde morar”. Instalado na casa de um cunhado, David arrumou serviço na construção civil. Congregado mariano, ele conseguiu apoio da igreja para construir um barraco e lutar pela sobrevivência, como milhares de outros homens e mulheres expulsos do campo.

Em final de 1978, o então prefeito Jaime Lerner ameaçou acabar com as favelas da capital, especialmente a Vila Pinto e Parolim. Foi aí que um grupo de intelectuais propôs a organização de associações de moradores na Vila São Carlos, e David se engajou

no movimento. Entre os ‘intelectuais’ citados estão Edésio Franco Passos, Claudio Ribeiro, Geraldo Correia Vaz, Zélia Passos, Dr. Teixeira, Dr. Luiz Salvador, Roberto Requião, Carminha Ribeiro, Narciso Pires, Fábio Campana e José Gomes.

Foi com a ajuda deles que David relembra que, em 1º de maio de 1979 foi fundada a Associação de Moradores da Vila Nossa Senhora da Luz. “Neste ano fundamos quarenta e três associações e eu fui o primeiro dirigente da Associação da Vila Nossa Senhora das Graças”.

Em 1979, David não parava em emprego “porque não aguentava a injustiça. Os trabalhadores da construção civil estavam passando fome”. A situação era tão desesperadora, que em novembro daquele ano, os trabalhadores se mobilizaram e realizaram uma greve que paralisou o setor durante vinte e três dias em plena ditadura militar. “Participaram mais de sessenta mil operários, sendo trinta e cinco mil da base. Foi um movimento tão importante que fez com que ganhássemos a direção do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil (SINTRACON)”, avalia. Com Antônio Pereira de Santana na presidência e David na vice, os operários tinham que enfrentar também o Delegado Regional do Trabalho, General Adalberto Massa, que “era quem mandava no sindicato antes de nós”, completa.

O grupo de David conseguiu cumprir os três anos de mandato e se reeleger em 83, assumindo somente por força de um mandato de segurança que anulava a decisão do General Massa que cassou o novo mandato. Em 1986, David foi eleito presidente e a direção do SINTRACON continuou nas lutas em defesa dos direitos dos operários da construção civil.

Além das lutas em defesa da categoria, como diretor do SINTRACON David também participou das campanhas pela Anistia, Diretas Já e Constituinte, sempre ao lado dos ‘intelectuais’ das diversas correntes ideológicas que conheceu ainda nos anos de chumbo. Foi filiado ao MDB e ajudou a fundar o PT, partido ao qual está ligado até hoje.



DÉLIO NUNES CÉSAR

Idade – 74 anos

Profissão - Jornalista

DÉLIO NUNES CÉSAR mora em Londrina, Norte do Paraná, desde os quinze anos, e só deixou a cidade para estudar Jornalismo na Clásper Líbero, em São Paulo. Mas a ligação com a academia durou pouco: “Abandonei o curso e cai na vida. Era muita boemia, muita política e militância estudantil”. Antes de 1964, Délio César já tinha passagem na polícia, pelo menos três detenções, por pichações e panfletagem. “Uma vez fui em cana por pichar no consulado americano ‘Yankees go home’. Em outra vez, foi ‘Cuba livre’”.

Ao retornar a Londrina, Délio trouxe a ideologia do Partido Comunista Brasileiro (PCB) já assimilada em São Paulo e se entregou ao Jornalismo de vez. Em 1961 começou a trabalhar na sucursal de Londrina do Última Hora. Atuando como jornalista, paralelamente iniciou em 1964 o curso de Direito na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Em Primeiro de Abril de 1964, os militares fecharam a redação do Última Hora em São Paulo, e conseqüentemente, todas as sucursais deixaram de funcionar. Não bastasse o fechamento do jornal, todos considerados ‘comunistas’ ou ‘esquerdinhas’ foram processados no IPM dos Jornalistas.

Em 1968, último ano da faculdade, Délio estava filiado ao MDB, agitando no movimento estudantil e criando o Festival de Cultura de Londrina com a proposta de movimentar a cidade com diversas atividades culturais como música, teatro, artes plásticas e concurso literário. “Foi tamanho o sucesso do festival que acabei sendo eleito vereador pelo MBD junto com Álvaro Dias, Antonio Belinatti, Romeu Curi, José Alencar Guimarães, Genecy Souza Guimarães, entre outros. Eu não queria ser candidato, entrei apenas para ajudar na chapa”, afirma.

Em suas memórias, Délio recorda o ano de 1975, quando a ditadura endureceu no Paraná, prendendo comunistas históricos de Londrina e região “e a tortura veio pesada”, constata. Ele se lembra dos relatos das barbaridades infringidas a Genecy Souza Guimarães,

João Eineck e Luiz Gonzaga Ferreira, entre tantos presos e torturados pela Operação Marumbi que foram vítimas da violência perpetrada pelo Estado brasileiro.

Mas sua vocação não era para a política, muito menos para a vida de vereador, embora tenha cumprido o mandato até o fim. O jornalismo era a sua verdadeira aptidão, tanto que foi diretor de jornalismo da TV Tibagi/SBT e da TV Coroados/Globo, ambas concorrentes, mas pertencentes ao Grupo Paulo Pimentel. Délio montou o Jornal Panorama e em Maio 1989 o Jornal de Londrina, o segundo da cidade com circulação diária.



DEMÉTRIA FILIPPIDIS

Idade – 59 anos

Profissão – Produtora Cultural

DEMÉTRIA FILIPPIDIS tem a vida marcada pela forte herança das lutas travadas por seu pai, que vão da resistência à ocupação nazista na Grécia à participação no PCB. Ela passou parte de sua infância entre a escola e o armazém da família, que também funcionava como açougue e confeitaria, recebendo diferentes influências de esquerda por meio de reuniões do Partidão às quais era levada por seu pai, conversas dele com seus amigos, filmes e palestras.

Demétria lembra da segregação de sua família no seio da comunidade helênica de Curitiba, dado as divergências ideológicas. Junto a essa exclusão, outros estigmas gerados pelo anticomunismo marcaram a vida de Demétria, como a violência sofrida por sua mãe, o agravamento de seu quadro de esquizofrenia, a destruição do comércio familiar, os anos de penúria e os sumiços, prisões e espancamentos aos quais seu pai fora submetido.

Já durante a Ditadura, além da desagregação familiar, outros problemas surgiram em suas vidas, como a nova prisão e tortura do pai e a discriminação sofrida na escola. Foi nesse período, que Demétria começou a dar seus primeiros passos como militante, participando do movimento estudantil secundarista e

universitário e da organizaçãoi Liberdade e Luta (LIBELU). Atuou dentro da Universidade Católica do Paraná, como no movimento de boicote às mensalidades, o que lhe acarretou a expulsão do curso. Paralelamente, começou sua atuação dentro do PT.

Em suma, o depoimento é um relato sobre o drama de toda uma família perseguida e aterrorizada, que nos coloca a terrível questão: Qual a dimensão dessa tragédia? Qual o peso da repressão da ditadura na desintegração pessoal e familiar, nessa sucessão de catástrofes narrada por Demétria? São os pequenos e sufocantes acontecimentos de um cotidiano opressivo e desesperador.



DENI LINEU SCHWARTZ

Idade – 75 anos

Profissão – Engenheiro Civil

O engenheiro civil DENI LINEU SCHWARTZ não chegou a se envolver em política na época da faculdade, embora entidades como a UNE e UPE, esta presidida pelo grande amigo e companheiro José Richa, tivessem uma movimentação intensa. Mas nem por isso ele ficou afastado da política. Já em 1961, como funcionário público estadual aos vinte e dois anos, foi designado pelo Governador Ney Braga para trabalhar no campo e acompanhar a questão agrária que registrava grandes conflitos. Chefiado por Deni, o Grupo Executivo das Terras do Sudoeste do Paraná (*GETSOP*), subordinado ao gabinete militar da Presidência da República, regularizou as posses de terras no município de Francisco Beltrão e acalmou os ânimos dos pequenos agricultores.

Instalado na região visada pelas autoridades pela suposta influência de Brizola, Deni acompanhou os acontecimentos gerados pelo golpe de 1964 e já estava de ‘namoro’ com o PTB, que o queria candidato a prefeito pela sua popularidade e respeito. Ele não aceitou a incumbência e o PTB elegeu Euclides Scalco prefeito, sucedendo o médico Walter Pecoits que seria preso e torturado pela polícia política. Deni foi eleito prefeito em 1969, numa aliança entre Arena

e MDB, coisa rara para a época. Filiado ao MDB, mas inscrito para disputar pela Arena, Deni conseguiu cumprir o mandato sem ser incomodado pelos militares.

A carreira política de Deni continuou com: a eleição para dois mandatos de deputado estadual (1974 a 1982) e um para deputado federal (1993) e a nomeação para secretário dos transportes no governo José Richa (1983 a 1986) e, novamente, entre 1995 e 1996, e secretário da agricultura nos governos Jaime Lerner (2002), além de ministro do desenvolvimento urbano e meio-ambiente do presidente José Sarney (1986 e 1987) e diretor de assuntos institucionais da Copel (de 1996 a 2002).

Em seu depoimento, Deni destaca que no exercício de suas funções públicas sempre apoiou os perseguidos e cassados pela ditadura, como Hermógenes Lavoisier e o próprio Walter Pecoits. “Fazíamos uma oposição moderada, pacífica à ditadura, e muitas vezes fomos criticados pela esquerda”, ressalta.

Embora tenha pertencido ao grupo fundador do MDB, chamado de autêntico, Deni seguiu Euclides Scalco, Terezinha Scalco, José Richa e Nelton Friedrich e participou da fundação do PSDB, em 1988. “Era uma proposta viável para o país, com bandeiras legítimas como a reforma política, a reforma tributária. Mas a aprovação da reeleição foi uma maldição para o PSDB e para o país, elegendo sempre o mais ruim”, lamenta. Para ele, que abandonou a política e vive um autoexílio, “a elite política não sabia das necessidades do povo e fracassou”.



DENISE DE CAMARGO

Idade – 62 anos

Profissão – Professora

Enquanto cursou a universidade de psicologia entre 1969 e 1974, portanto nos Anos de Chumbo, DENISE DE CAMARGO não se envolveu com nenhuma forma de militância. Foi a partir de seu relacionamento com Fábio Campana que passou a ter uma ação política direta, participando da escola alternativa OCA, do sindicato dos

professores da UFPR - onde passou a trabalhar a partir de 1977 – e dos psicólogos, do CBA-CURITIBA, do Centro Brasileiro de Estudo da Saúde, do CDAMA e do PCdoB.

Já no final da década de 1970, início dos anos 1980, presidindo o sindicato dos psicólogos participou dos encontros das classes trabalhadoras (ENCLAT, CONCLAT). Membro da primeira diretoria da associação dos professores da UFPR se envolveu na organização de uma greve nacional. Também acompanhou as lutas pelas associações de moradores na periferia e associações de mulheres. Tomou parte no diretório municipal do PCdoB, vivendo intensamente a experiência partidária. Moviam Denise “os sonhos de um mundo sem classes sociais, onde todos fossem iguais”.

Integrante do departamento de psicologia da UFPR, em seu depoimento Denise Camargo faz uma análise psicologizante tanto de sua própria militância quanto da luta mais geral e de seus protagonistas. “Necessidade de ser atuante, de transformar a sociedade, era o sonho da minha geração”. Acompanhar essa reflexão sobre a militância e a subjetividade dos militantes é tarefa obrigatória para quem realmente deseja compreender de forma mais profunda as gerações que lutaram contra a ditadura.



DIMAS FLORIANI

Idade – 63 anos

Profissão - Professor

DIMAS FLORIANI nasceu em Rio dos Cedros, Santa Catarina, uma típica cidade dividida politicamente em torno da igreja e do futebol, sendo um time da UDN e outro do PSD. O caminho do seminário era natural, já que garantia uma forma de ascensão social para o filho de agricultores sem muitas posses. “Os salesianos eram um pouco mais liberais, tinham obras sociais, eram uma ordem muito mais secular com projetos sociais”, analisa.

Em 1966, Dimas se mudou para Curitiba, onde já tinha dois irmãos vivendo para tentar um emprego melhor e conseguir ter mais

tempo e condições para estudar. Depois de seis meses conseguiu trabalho em uma imobiliária, como auxiliar e datilógrafo. Passou a estudar à noite no CEP, onde adquiriu certa consciência social. “Encontrei pessoas que já tinham uma visão crítica da realidade. Pessoas que posteriormente foram perseguidas. Elas me ensinaram a ler Antonio Gramsci com dezesseis, dezessete anos de idade. Essa curiosidade pelo conhecimento foi fundamental”.

Na capital, integrou o movimento estudantil de 1966 a 1968 ainda no CEP. Já sob o AI-5, Floriani passou no vestibular de direito da UFPR e começou a atuar no CAHS. “Eu comecei a participar do centro acadêmico onde havia ainda um grupo de resistentes, pois aqueles que eram líderes da resistência começaram a ser perseguidos como o Vitório Sorotiuk, o Carlos Frederico Marés”, relembra. No Hugo Simas, formou-se um grupo de pessoas que começaram a oferecer gratuitamente aulas para pessoas que não tinham condições de entrar na Universidade. “Nós criamos um cursinho voluntário”.

Dimas lembra ainda que a Polícia Federal infiltrou um informante no curso de direito, o ‘Natanael’, que tinha a missão de localizar pessoas que eram críticas ou tentavam organizar alguma forma de resistência. “Era comum eu receber ameaças do Natanel de que se eu me pronunciasse em sala poderia ser preso. Foi um momento em que o sistema começou a sofisticar a repressão para identificar alguns surtos de resistência ou possíveis pessoas que pudessem estar organizando uma maneira de resistência crítica ao regime militar”.

Por conta dessa vigilância, Dimas resolveu abandonar o Direito e retornou tempos depois para estudar filosofia, na mesma UFPR. Conseguiu um emprego para lecionar filosofia. Bem remunerado, alugou uma casa na Rua Santo Antônio, perto da Rua Chile. “Fizemos a mudança com um grupo político que nós tínhamos, que eu chamaria assim de resistência. Cada um tinha assim alguns vínculos políticos, mas por questões de segurança nós não dizíamos que grupos políticos eram esses”, conta. Muito tempo depois, ele descobriu que um era do MR-8, outro da POLOP, outro da VPR, que eram organizações clandestinas, algumas inclusive armadas.

Porém, o cerco ia se fechando e muitos dos que viviam na casa ou a frequentavam foram sendo presos como Claudio Ribeiro, os ir-

mãos Faria, Nelson Seratiuk, entre tantos outros. “No fim, o Eduardo Stots, que era da POLOP, acabou entrando na clandestinidade. Aí eu fiquei sozinho”. Isolado, em Janeiro de 1972, Dimas decidiu se exilar no Chile, passando antes pela Argentina. “No Chile, fomos morar em uma pensão onde havia morado o Geraldo Vandré, um ano antes”. Mas a situação no exílio era tensa e no dia do golpe contra Allende, Dimas e sua esposa conseguiram abrigo na casa de um boliviano. Após permanecer semanas na Embaixada do Panamá, com mais de trezentas pessoas de toda a América Latina, tendo que muitas vezes dormir em pé, o casal seguiu para a Bélgica, onde permaneceu exilado por sete anos.



DINO ZAMBENEDETTI

Idade – 85

Profissão – professor e sindicalista

Nascido no Rio Grande do Sul, em 1928, morou algum tempo em Curitiba antes de se estabelecer em Londrina, em 1959, onde logo passou a desenvolver importante atividade sindical como professor. Em 1968, juntamente com outros companheiros, Dino protagonizou um movimento de professores, que terminou com o atendimento das demandas pelo então governador Paulo Pimentel. Nesse mesmo ano, Zambenedetti foi eleito presidente da APLP, passando a visitar diferentes cidades do estado para fundar sub-sedes.

Em seu depoimento, Dino recorda das pressões exercidas para que os docentes permanecessem afastados da entidade, bem como da perseguição sofrida por ele para cercar seu trabalho sindical. Na pauta de reivindicações estava a realização de concursos, a regulamentação dos professores suplementaristas e mais garantias no emprego. Nesse trabalho, acabava por criticar e se chocar com o governo. Zambenedetti acabou exonerado da UEL, em 1978.



DIVA RIBEIRO LIMA

Idade – 62 anos

Profissão – Advogada

Aos dezoito anos, a secretária do escritório da Acarpa Emater em Maringá, DIVA RIBEIRO LIMA, foi presa no trabalho por agentes da polícia política. Era 1970. Sem um histórico de atuação que justificasse a prisão, Diva só tinha o parentesco com Ruth Ribeiro Lima, sua irmã, e Licínio Lima, o primo, e a proximidade com o namorado Vitório Sorotiuk, os três militantes ativos do PCBR. Ruth estudava em Curitiba e conheceu Vitório na UFPR e ele regularmente ia a Maringá pela organização clandestina, e acabou se aproximando da família de Diva.

No trabalho, a ‘prisão de uma subversiva’ gerou um constrangimento geral e uma preocupação para a família. Diva foi levada para o quartel do exército, em Apucarana e lá encontrou presas diversas jovens também de Maringá, entre elas Deise Deffune, Elizabete Suga e as irmãs Deonisia e Hilária Zimowski. O grupo sofreu diversas ameaças, fazendo com que os trinta e seis dias de prisão fossem repletos de medo e terror, quase sempre protagonizados pelo sargento Balbinotti, “o mais sádico de todos”.

“Depois da minha prisão é que tive uma participação maior na organização”, afirma Diva, que ainda acredita que a sua prisão se deu “porque os agentes tinham que justificar os gastos do aparato repressivo para continuarem a fazer as barbaridades com o aval da ditadura”. Logo após a soltura, Diva foi avisada de que iriam continuar a vigiá-la. Apesar das ameaças, nas viagens que fazia a Curitiba para responder ao processo na justiça militar, ia visitar a irmã Ruth e o namorado Vitório no Presídio do Ahu, além de outros companheiros presos. Passou a morar em Curitiba, onde iniciou a faculdade de Direito, deixando os contatos e a militância.

Em seu depoimento, Diva conta um pouco da trajetória de sua irmã Ruth Ribeiro de Lima, militante do PCBR que viveu na clandestinidade até ser presa no Rio de Janeiro. Barbaramente torturada nos porões da ditadura, foi libertada em Curitiba pelo Juiz Auditor Ramiro Costa, onde cumpriu parte da condenação em 1970. Ruth vive atualmente, vive em Maringá. Diva é advogada em Curitiba.



DORIVAL RODRIGUES

Idade – 60 anos

Profissão – Médico Veterinário

Ao chegar à Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 1976 para cursar Medicina Veterinária, DORIVAL RODRIGUES, filho de cafeicultores, encontrou um grupo de jovens universitários ligados ao DCE que tinham um grande trunfo nas mãos: o jornal Poeira. Imediatamente, Dorival engajou-se no movimento de resistência à ditadura, contra ao acordo MEC-Usaid e o Decreto 477 e pelas liberdades democráticas. “Meu envolvimento foi tamanho com o jornal que passei a ser chamado de ‘Poerinha’. Eu fazia de tudo, ajudava na produção das matérias, varava a noite imprimindo o jornal e depois ia distribuir nas salas, minha tarefa preferida”, recorda.

Pra ele, o Poeira era uma trincheira da resistência, “uma arma poderosa para divulgar tudo que era importante para o país”. Em edições especiais, como de protestos dos estudantes, passeatas pelo centro da cidade e até a que tratava da Anistia, o número de exemplares chegava a dez mil, sendo distribuídos inclusive em outras universidades.

Em seu depoimento, Dorival fala com saudade dos tempos em que ao lado de Marcelo Oikawa, Roldão Arruda, Tadeu Felismino, Roberto de Souza, “todos grandes militantes e jornalistas”, viveu os grandes momentos de sua vida, da UEL e do país. A primeira greve dos estudantes, a passeata até a concha acústica, a invasão do DCE e o roubo da máquina de impressão do jornal foram eventos emblemáticos. “Sabemos que ainda há muitos resquícios da ditadura e que há muito a se fazer”.



EBRAHIM GONÇALVES D'OLIVEIRA

Idade – 81 anos

Profissão – Aposentado

Ebrahim é portador de uma história singular. Agricultor como seus familiares, ele acabou desapropriado de suas terras na região de divisa entre o Paraná e Santa Catarina (famigerado imbróglio do campo de Marechal Hermes) e jamais foi indenizado adequadamente pelo governo brasileiro.

Seu depoimento é uma exposição detalhada das arbitrariedades do governo brasileiro, sobretudo durante o regime civil-militar, que o privaram juntamente com sua família da fonte de sustento. Nem após a redemocratização, mesmo após intensa luta e mobilização coletiva, inclusive com longo acampamento protagonizado em Florianópolis, Ebrahim conseguiu reaver suas propriedades.



EDÉSIO FRANCO PASSOS

Idade – 74 anos

Profissão – Advogado

Se a disposição para enfrentar conflitos ele herdou do pai, como afirma EDÉSIO FRANCO PASSOS, foi a vida quem lhe deu mecanismos e estratégias para ser o protagonista da sua própria história de resistência à ditadura militar. Nascido em 1939 em Tomazina,

Edésio deixou Londrina em 1957 e foi para Curitiba cursar Direito.

Vivendo o que ele define como um “período altamente positivo e de ampla liberdade” até o início dos anos 1960, os estudantes tinham uma inserção social que os mantinha ativos, com entidades respeitadas e intensa atividade política. “O caráter ideológico daquela geração foi definido nesse momento. E para mim, foi a descoberta do marxismo”, afirma Edésio.

Ao optar pelo viés do socialismo independente, sem atrelamento à União Soviética, Edésio se filiou ao PSB em 1962, mesmo ano que se formou em Direito. Já trilhando o jornalismo, definiu o caminho a ser seguido: sindicalismo e justiça do trabalho. Enredado pela militância, optou por se mudar, juntamente com sua esposa Zélia e a pequena filha Ana Beatriz, para Maringá, estando o casal já inserido na AP, organização em que tiveram proeminente papel. Nessa cidade, exerceram importante atividade política junto aos trabalhadores, em um modelo de integração indireta, ela na docência e ele na advocacia. Inclusive, Edésio teve relevante participação na greve dos trabalhadores de Maringá, em 1968, ano em que com o AI-5, o terror e o medo se instituíram no Brasil e a vigilância se intensificou. “Não havia outra saída que a clandestinidade”, relembra. Então, Zélia e a filha vão para o Rio de Janeiro, Edésio para Minas Gerais.

Em 1971, ele voltou para Curitiba, quando a AP já tinha sido praticamente eliminada pela força do regime. Edésio foi preso na capital do Paraná e levado para o Rio de Janeiro para o CENIMAR, onde foi submetido a interrogatórios a base de muita tortura psicológica, especialmente em relação à Zélia, presa em Curitiba grávida do segundo filho. Em Minas, respondeu a processo da auditoria militar e foi condenado a um ano e meio, sendo solto em 1975. Três anos depois de retomada a vida em Curitiba na advocacia, Edésio foi preso novamente uma semana por integrar a Escola Oficina - a cooperativa de pais para educação infantil orientada por linhas pedagógicas progressistas.

Edésio continuou sua militância com a Anistia, exercendo a advocacia trabalhista e integrando o movimento pelas Diretas Já, a formação de associações de moradores na periferia de Curitiba, o processo da constituinte de 1988 e a criação da CUT e do PT. Participou da fundação do PT e colocou seu nome para disputar o governo do Estado e o Senado (recebeu mais de um milhão de votos), até que em 1990 foi eleito deputado federal. Em seu depoimento, Edésio desfia sua trajetória de luta e diz entender que “a política é o exercício da realidade”.



EDEZINA DE LIMA OLIVEIRA

Idade – 71 anos

Profissão – Professora

Nascida no antigo distrito de Tamarana, hoje cidade emancipada vizinha de Londrina, no Norte do Paraná, EDEZINA DE LIMA OLIVEIRA, mais conhecida na época como ‘Deço’, teve uma educação rígida, criada numa família religiosa em que o pai era um ‘integralista de direita’, da UDN, e o debate político era intenso. “Comecei a questionar a realidade que vivíamos a partir dos primeiros contatos com a célula do PCB que havia em Tamarana já na minha juventude”, enfatiza Edezina, que em 1963 foi cursar História na Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL), “por si só uma excrescência, por ser estadual e ter o ensino pago”.

Edezina salienta que toda a formação da esquerda daquela época vinha do PCB e o golpe de 1964, que colocou os partidos de esquerda na clandestinidade, “foi um golpe no coração”. Era tanto envolvimento, que mesmo depois da formatura em 1967, ela continuou no movimento estudantil, com forte aproximação da AP e da POLOP, mas sem pertencer formalmente a nenhuma delas.

O casamento com o jornalista Edilson Leal, a proximidade com a também jornalista Teresa Urban de Curitiba, falecida em 2013, fez com que a casa de Edezina, de 1968 a 1970, se transformasse em referência para quem estivesse precisando de apoio, cobertura para escapar da repressão ou apenas uma noite tranquila nas insondáveis rotas de fuga. “Fizemos parte desta rede de apoio e em nossa casa recebemos vários militantes, como Teresa que praticamente morava conosco, o Narciso Pires e algumas pessoas que até hoje não sei o nome e nem de onde são”, conta emocionada. A casa era vigiada, o telefone grampeado, sabia das prisões e torturas, mas nada a amedrontava.

Em 1976, dez anos após ter começado a atuar no magistério, Edezinha assumiu a presidência da APLP, muito estimulada pelo grupo de jovens que fazia o Jornal Poeira na UEL. “Em 1978, os professores deflagram uma greve de quarenta dias e a APLP de Curitiba adere. Foi emocionante”, recorda.



EDSON GRADIA

Idade – 73 anos

Profissão – Dentista

“Londrina era a capital política do Sul do Brasil. Londrina era rebelde. Foi o berço de um grupo de que pensava politicamente e agia politicamente”. A declaração apaixonada a esta cidade da região norte do Paraná é de EDSON GRADIA, que em 1962 entra na Fundação Universidade Estadual de Londrina (a atual UEL) par cursar Odontologia e agitar no movimento estudantil. Pelas mãos do Professor Olivir Gabardo, filia-se ao MDB e passa fazer parte da história da sigla de oposição no Paraná.

“Eu ia de sala em sala, pelos corredores, filiar os jovens ao partido que organizava atividades culturais pela cidade, promovia discussões sobre as questões nacionais e iria produzir grandes líderes, futuros governantes e nos levar rumo à liberdade”, aponta. Visado pela repressão, Gradia lembra que a liderança, a exposição que a militância estudantil e política proporcionava, de certa forma o protegia dos perigos e violências da ditadura. “Antes do golpe de 64, eu estive no Congresso da UNE que elegeu José Serra presidente da entidade e que tanto desagradou os militares. Mesmo assim, eu continuei a militar, no MDB, depois no PSDB, e estou há quarenta anos ao lado de Álvaro Dias, ainda na política”.



ELISABETH FRANCO FORTES

Idade – 68 anos

Profissão – Jornalista

Vinda do interior do Paraná, chegou em Curitiba em 1964 e ingressou na Pontificia Universidade Católica, em 1966, para cursar Jornalismo. ELISABETH FORTES, hoje jornalista aposentada, participou ativamente de 1966 a 1968 do movimento estudantil. “Vivíamos um período de

intensa ebulição, com acesso à leitura, cinema, teatros e grande agitação na faculdade”, lembra Elizabeth, que até hoje entende que “o medo não pode fazer com que a gente fique quieta”.

Tudo muda quando em maio de 1968, Elizabeth é presa em São Paulo por participar do Congresso da UNE em Ibiúna. Dezenas de estudantes do Paraná foram presos. “Foi desesperador. Da sede do Dops, fomos levados para o presídio, tivemos que fazer uma greve de fome para ter melhor tratamento”. Após uma semana presa na capital paulista, Elizabeth foi ‘solta’ em frente ao prédio da UPE em Curitiba.

“Era uma insegurança total e a vida estava sempre por um fio”. Dois meses depois, em dezessete de dezembro daquele ano, Elizabeth foi presa novamente na Chácara do Alemão, onde seria realizado um minicongresso regional da UNE em Curitiba. Dos mais de quarenta presos na operação, apenas quinze foram “selecionados” para o processo.

Condenada a um ano e meio, Elizabeth dividiu a cela com Judite Barbosa Trindade, as únicas mulheres do processo da Chácara do Alemão. Enquanto cumpria a pena, sua irmã, Ana Beatriz Fortes, foi presa pela polícia política em Curitiba, levada para Foz do Iguaçu e barbaramente torturada no Batalhão do Exército da Fronteira, sendo solta após dez dias de terror. Após o cumprimento da pena, Elizabeth retomou a faculdade de Jornalismo e foi trabalhar no Jornal “O Estado do Paraná”.



ELZA CORREIA

Idade – 66 anos

Profissão – Professora

ELZA PEREIRA CORREIA se define como “filha de comunista”, criada numa “família comunista” onde a generosidade, a solidariedade e a ética foram os valores que forjaram o seu caráter. É inegável a influência do pai, Manoel Jacinto Correia, vereador eleito, liderança do PCB e um dos artífices da Guerrilha de Porecatu. Mas a coragem e a determinação da mãe, Anita, e da avó, Maria César,

também permeiam as memórias de Elza, filha, mãe, avó, comunista, cidadã e vereadora eleita em Londrina, norte do Paraná.

Das lembranças do pai, Elza destaca em seu depoimento as dezessete vezes que ele foi preso pela militância política, dos meses sem poder vê-lo, pois foi mantido incomunicável, das visitas na cadeia, das fugas na calada da noite e do preconceito sofrido pela família de comunistas. “Passamos por muitas necessidades econômicas, vivemos na clandestinidade, meus irmãos – eram onze filhos, sendo oito legítimos – e eu sofremos “*bullying*” na escola. Devido à militância do meu pai, nós nunca baixávamos a guarda. Estávamos sempre alerta, prontos para esconder e destruir livros, documentos ou mudar de nome e cidade”, recorda.

A participação de Manoel Jacinto na Guerrilha de Porecatu se deu em meados de 1940, quando o PCB resolveu somar força com os posseiros que lutavam contra grileiros da região. Do conflito, surgiu a primeira liga camponesa e os primeiros sindicatos rurais que rendeu a Manoel Jacinto e a sua família uma implacável perseguição das forças repressivas, especialmente no pós-1964. “Meu pai era o primeiro a ser preso e o último a ser libertado. Nesses momentos de ausência, minha casa era mantida pela força da minha mãe e avó, contra tudo e todos”. E mesmo com grandes dificuldades, a casa de Manoel Jacinto sempre tinha uma cama, uma refeição para os militantes que precisavam de apoio. Quando estava com a família, “a presença forte e alegre de meu pai compensava todos os contratempos”.

Elza Correia afirma que não gosta de falar desse período e que tem pesadelos ainda hoje da sua prisão em 1970, quando foi levada para o quartel do exército de Apucarana onde seu pai também estava preso. Mas o faz por obrigação com o resgate da memória. “Quando se é presa nestas circunstâncias, aos vinte e dois anos, pode ser um dia, um mês ou prisão perpétua, as marcas são profundas e permanecem por toda a vida”, acredita.

Neste processo, Elza ressalta ainda que a questão de gênero está presente e pesa ainda hoje, pois a ditadura foi impiedosa com as mulheres, muitas delas vítimas de assédio, abusos sexuais e estupros por parte dos agentes públicos. A defesa dos direitos da mulher é uma das prioridades na carreira política de Elza, que chegou a presidir o Conselho Estadual da Condição Feminina no governo Roberto Requião.

Apesar dos traumas e perigos iminentes, e dos avisos da família para não radicalizar, Elza entra de cabeça no movimento cultural de Londrina junto com Nitis Jacon e Abelardo Moreira, este já falecido, entre outros militantes de esquerda. Para militar em prol dos movimentos sociais foi um pulo, estando entre as fundadoras do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Eleita vereadora de Londrina pelo PCdoB em 1994, a filha de Manoel Jacinto foi reeleita e em 2002 chegou à Assembleia Legislativa pelo PMDB. Hoje cumpre o terceiro mandato como vereadora em Londrina, ainda pelo PMDB.



EUCLIDES COELHO DE SOUZA

Idade – 77 anos

Profissão – Artista

EUCLIDES COELHO DE SOUZA ou “Dadá” nasceu em Roraima e jovem foi estudar no Amazonas, participando de movimentos nacionalistas, como “O petróleo é nosso”. Ouvindo enorme propaganda sobre Curitiba, mudou-se para a capital paranaense a fim de estudar. Ao chegar já se envolveu com o movimento estudantil local e passou a frequentar certa banca na Rua XV, cujo proprietário fazia circular literatura marxista. Mais militando do que estudando, aproximou-se do PCB, assumindo a secretaria da juventude. Nesse contexto, lembra-se do ato que organizaram denunciando a invasão de Cuba pelos EUA, no episódio da Baía dos Porcos.

Artista por talento e convicção, ao longo de toda a trajetória de Dadá arte e militância se imbricam e ressignificam. Concomitantemente à atuação estudantil, Dadá passou a organizar peças teatrais, como “Patria ou muerte” que originou o Teatro Popular, em parceria com Walmor Marcelino. Lembra de terem adaptado peças de Sartre, Camus e Brecht e realizado as primeiras apresentações com bonecos no começo dos anos 1960, o que se tornaria seu ofício, meio de luta e paixão. A pedagogia freiriana exercia forte influência nas reflexões desses jovens, que buscavam qualificar sua linguagem para se aproximar do tão idealizado povo. Ora atuavam em centros

universitários ora se deslocavam para a periferia, buscando estreitar os contatos e despertar a consciência dos trabalhadores.

Parte da atuação do Centro Popular de Cultura (CPC) do Paraná se explica a partir da ida de Dadá ao Rio de Janeiro a fim de discutir os rumos da entidade com membros de outras seções estaduais do órgão cultural da UNE. A diretriz foi que, cada estudante retornaria para seu estado, promovendo cultura popular no lugar da imposição de temas exógenos, além da alfabetização de adultos, conforme o método freiriano. Dadá enfatiza os corriqueiros conflitos entre o CPC e o PCB.

Muito visado, com o golpe e a desarticulação do CPC Dadá passou um período foragido, transitando entre o norte do país e o Rio de Janeiro, até que optou por retornar a Curitiba e tentar rearticular o movimento cultural e estudantil, mesmo respondendo a dois IPMs. Com o apoio de mães que levavam seus filhos assistir a apresentações de teatro de bonecos na praça da Espanha, organizaram então o jardim Pequeno Príncipe, mais tarde fechado pela polícia. Ainda antes do AI-5, Euclides e sua companheira Adair iriam e retornariam de Moscou, onde fizeram curso político e de teatro. Passaram um tempo em Brasília e com a condenação no IPM aberto para apurar as atividades do CPC se refugiaram no Chile e no Peru, onde também promovem teatro popular, fundindo-se com grupo local.

O casal retornou ao solo pátrio anos mais tarde, já após a Anistia. Mais uma vez, o intrépido par recomeçaria suas atividades culturais e políticas, não só mantendo o Teatro de Bonecos Dadá, como atuando em importantes manifestações do período, como a campanha pelas Diretas Já. “Eu tinha que ser político para ser artista”.

Euclides conheceu sua companheira Adair (a verdadeira “Dadá”, cujo apelido mais tarde passaria para o próprio Euclides) já nos primórdios dos anos 1960. Ela o acompanhou na vida, arte e luta, sendo sua parceira em todas essas frentes e a inspiradora do nome “Teatro de Bonecos Dadá”. Pesarosamente, esteve muito doente durante a realização do projeto, vindo a falecer antes de dar seu depoimento. Contudo, durante as gravações Euclides fez questão de registrar parte de sua vida e personalidade.



EUCLIDES SCALCO

Idade – 81 anos

Profissão – Farmacêutico

Gaúcho de nascimento, EUCLIDES GIROLAMO SCALCO chegou ao Paraná em Janeiro de 1959, recém-formado em Farmácia e casado com Terezinha, para se instalar em Francisco Beltrão e começar a vida profissional. A paixão pela política veio do pai, fundador do PTB no Rio Grande do Sul e de quem herdou os valores de esquerda para a defesa das causas sociais. “Em Beltrão havia um colosso de concentração, com o Governo Lupion expulsando os donos de terra”, relembra.

Desde o início, a simpatia mútua entre Scalco e o médico Walter Pecoits rendeu uma parceria e amizade que já em 1960, fez de Pecoits o prefeito da cidade pelo PTB e Scalco, vereador. A afinidade entre eles e as ideias progressistas que defendiam aglutinaram um grupo forte na cidade, do qual fazia parte também Deni Schwartz, e que irradiaria para o Paraná e Brasil importantes lideranças políticas.

Vereador em 1960, Scalco sucedeu Pecoits na prefeitura em 1964, ano do golpe militar, e se revoltou contra as cassações dos mandatos de seu amigo, eleito deputado federal, de Leon Naves Barcellos e de Alberto Dalcanalle, os mais próximos.

A luta pela Democracia e liberdades individuais fez com que Scalco se aliasse ao grupo que fundaria o MDB, chamado ‘os autênticos’, e seguisse uma sólida carreira política. Suplente de senador de 1974 a 1982, deputado federal de 1978 a 1990, candidato a vice-governador em 1990 (na chapa de José Richa) e presidente da Itaipu Binacional e ministro do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002). Seja no legislativo seja no executivo, Scalco afirma ter sempre pautado sua vida pública pelo diálogo, ética na política e coerência nas escolhas, o que o fez ter o respeito dos correligionários e também dos adversários.

A importância de sua atuação nos momentos mais emblemáticos para o país rumo à Democracia, especialmente durante a campanha das Diretas Já e a Assembleia Nacional Constituinte, pode ser conferida em seu depoimento, repleto de detalhes e análise crítica, às vezes até ácidas, dos acontecimentos políticos das últimas cinco décadas.



FÁBIO CAMPANA

Idade – 66 anos

Profissão – Jornalista

LUIZ FABIO CAMPANA tem uma longa trajetória de militância. Campana ou “Zapatão” começou a atuar politicamente já aos doze anos de idade, na Juventude do Partido Comunista, em Foz do Iguaçu. Chegando a Curitiba em 1960, envolveu-se com o movimento de estudantes secundarista, dirigindo entidades municipais e estaduais - como a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas - e participando do Teatro do Estudante Universitário.

Campana foi um dos jovens que rompeu com o partidão e formou a dissidência do Paraná. Após algumas discussões e a ramificação dentro da própria dissidência, em 1967, Zapatão aderiu à teoria “foquista” e, na clandestinidade, retornou a Foz do Iguaçu para organizar a luta armada. Acabaram somando forças com o MR-8 e foi deslocado para Curitiba, a fim de organizar a logística de sustentação do foco guerrilheiro. Contudo, não vendo possibilidades concretas de cumprir a tarefa designada, acabou rompendo com o grupo, afastando-se.

Preso por várias vezes entre 1964 e 1968, Campana foi mesmo marcado pelo novo cárcere que enfrentou já nos “Anos de Chumbo”, quando foi transferido para o Rio de Janeiro, sendo lá mantido em condições abjetas e duramente torturado. Em seu depoimento, compartilha das angustiantes e fragmentadas memórias que tem desse processo abominável, bem como dos traumas adquiridos.

Apesar da dureza da tortura infligida a Campana, após o cárcere ele recobrou suas forças e retomou a militância, nos anos 1970, agora obtendo maior sucesso em seus objetivos. A partir de alguns contatos aderiu ao PCdoB, desempenhando a tarefa de organizar o partido no Paraná. Para cumprir a incumbência, percorreu o estado, contatando diferentes pessoas e grupos, sem ser rastreado pela repressão. Ao final dos anos 1970 início dos anos 1980, muito em decorrência do esforço e da capacidade de

Campana, o PCdoB já estava relativamente bem organizado no estado, com militantes e células em suas principais cidades. Anos mais tarde Zapatão deixou o partido, dedicando-se ao mercado editorial e ao jornalismo político.



FRANCISCO LUIZ DE FRANÇA

Idade – 92 anos

Profissão - Aposentado

FRANCISCO LUIZ DE FRANÇA, nascido no Rio Grande do Norte em 1922, recorda que já sua mãe era “prestista”. Ele, primeiro como simpatizante e depois como membro, começou a desempenhar tarefas pelo PCB nos anos 1940, ao passo que integrava como funcionário os esforços governamentais de combate à malária. Recorda-se de uma de suas primeiras ações na esfera pública, que foi um movimento que fizeram para que fossem cedidos gratuitamente pelo menos os uniformes de trabalho. Encaminharam um abaixo-assinado reivindicatório para o Ministério da Educação e Saúde, o que rendeu a França e a alguns de seus companheiros vigilância, perseguição e demissão. Dessa conjuntura, lembra também das manifestações de entusiasmo decorrentes da legalização do PCB, após o final do Estado Novo, que entretanto durou pouco sendo revogada ainda sob a presidência de Eurico Gaspar Dutra. Com base nessa medida, França foi pressionado para se desligar oficialmente do PCB, acaso quisesse continuar a trabalhar na área de saúde para o governo. Como recusou, foi demitido.

Os despedidos organizaram um protesto de repúdio à medida, mobilizando várias pessoas, mas ninguém foi readmitido. Nesse interlúdio, França passou pelo Rio de Janeiro e São Paulo. Neste estado, mantendo-se no partido, aproximou-se do sindicato dos trabalhadores da Pireli, onde arrumou emprego e integrou movimentos reivindicatórios, além de escrever e distribuir um jornal. Foi novamente demitido, em decorrência de suas convicções e ações políticas em prol dos trabalhadores. Chegou a ser preso várias vezes, em plena república populista, “de quinze em quinze dias”. Como consequên-

cia da perseguição, entrou na clandestinidade e foi deslocado pelo PCB para o interior paulista, próximo de Araçatuba, onde auxiliou na organização de um movimento de posseiros, que foi reprimido pela polícia. O jornal “Terra Livre” noticiou esses acontecimentos.

Após o desmantelamento do movimento, continuando na militância a serviço do PCB, França foi deslocado primeiro para Ourinhos e depois para o nordeste do país, para compor o secretariado do partido com sede em Recife, sendo sua família deixada em São Paulo. Nessa condição, auxiliava na organização interna e na distribuição das tarefas delegadas pelo Comitê Central.

Em meados dos anos 1950, procurado pelos agentes de “ordem política e social”, foi enviado para Maceió, também com o objetivo de organizar as bases locais para participarem do quarto congresso do PCB. Na clandestinidade, impedido de voltar a Pernambuco, foi trabalhar na Bahia, já por volta de 1958, participando do comitê estadual do PCB, até retornar ao Recife anos mais tarde. Nesse período participou do quinto congresso do partidão. Sendo processado e com prisão preventiva decretada no Recife, mudou-se novamente. Na clandestinidade, participou, em 1966, do sexto congresso.

Sem poder retornar ao nordeste, passou algum tempo no Rio de Janeiro, até ser transferido para o Paraná, em 1968, onde o presidente era Aparecido Moralejo. França recorda desses primeiros momentos no estado, apontando que o partido estava desarticulado e os militantes e simpatizantes assustados com a onda de prisões no ano anterior. Sua missão era, justamente, operar a reestruturação do PCB, de seus comitês e organizações de base. Cumpre-a com relativo sucesso até 1975, quando o partidão sofreu novo e duro golpe com a operação Marumbi, iniciada a partir da queda de um membro no Rio de Janeiro, que havia passado pelo Paraná e Santa Catarina em missão.

França foi sequestrado pelo DOI-CODI, na noite do dia vinte de setembro, e mantido preso na clandestinidade e em condições deletérias, sendo interrogado sob tortura física e psicológica por cerca de vinte dias, após os quais foi transferido para a DOPS. No final de outubro, a delação de um colega fez com que França voltasse a ser barbaramente torturado, até o final do ano, quando foi transferido para o Presídio Provisório do Ahú, onde cumpriu pena. Após ser solto, continuou militando no PCB, ocupando importantes cargos. Lembra

de ter participado de movimentos de bairros e de ter montado dois times de futebol de areia, um deles “O Partidão”.

Depoimento imperdível, que retrata um período crucial da história do PCB no país e no Paraná.



FRANCISCO TIMBÓ DE SOUZA

Idade – 70 anos

Profissão Advogado e Jornalista

FRANCISCO TIMBÓ DE SOUZA começou sua militância política em Fortaleza, envolvido com o grêmio estudantil. Com notas baixas por causa da agitação política, deixa o Ceará em 1959 rumo a Brasília. Um ano depois, segue para Maringá, interior do Paraná, onde se matricula no Colégio Gastão Vidigal e novamente participa das agitações promovidas pela União Municipal de Estudantes Secundaristas (UMES), além dos movimentos sociais.

Para sobreviver, começa sua atuação em jornais vendendo assinatura e também escrevendo notícias. “A partir daí, eu passei a desempenhar uma liderança ativa, sendo eleito representante do colégio no Congresso da UPES em 68”, relembra. Desde então, começou a ser perseguido e passou a ser chamado para fazer esclarecimentos na Polícia Federal, “sempre na gritaria: Você é comunista? Você é subversivo?”.

Em 1968, estava entre os estudantes que fizeram um protesto na visita do então governador Paulo Pimentel à cidade, em frente ao Hotel Bandeirantes. “Botamos ele para correr”, diz Timbó, que a essa altura já era filiado ao MDB. Eleito vereador em 1972, ele lembra que era o único a fazer oposição a Silvío Barros, “prefeito que tinha ódio mortal de mim por causa do movimento estudantil”.

Em 1980, Timbó obtém o diploma de Direito após sete anos de curso. “Demorei porque estava sempre agitando”. Hoje Timbó é diretor da Tribuna de Paiçandu.



GENESIO NATIVIDADE

Idade – 56 anos

Profissão - Advogado

GENÉSIO NATIVIDADE chega a Curitiba para cursar Direito na PUC, em 1978, vindo de Mamborê, localizada na região centro-oeste do estado do Paraná. Integrado ao movimento estudantil na defesa da ‘Anistia ampla, geral e irrestrita’, Genésio participa do CBA-CURITIBA, onde reencontra o professor de português ‘Toni’ de Mamborê, na verdade Narciso Pires, presidente do CBA. “O ‘Professor Toni’ era muito adorado pelos estudantes por utilizar o teatro e a música como didática”, lembra.

Nessa luta, foi detido com Narciso e os defensores da Anistia, permanecendo na DOPS até a visita de Dom Ladislau Biernaski. Também era atuante no Departamento Cultural da Casa do Estudante onde morou até 1982, além de participar de panfletagens, confecção de jornais e todas as atividades políticas dos estudantes. Com a Anistia, esteve com o grupo que foi até o Aeroporto Afonso Pena receber Vitório Sorotiuk, que voltava do exílio e se emociona: “Reencontrar os brasileiros que estavam fora foi um dos momentos mais marcantes desse período”.

Filiado ao MDB, ‘apaixonado’ pelo PCdoB e flertando com a LIBELU, ele intensifica sua militância na resistência democrática, dia e noite incansavelmente. Em 1982 se forma Bacharel em Direito e vai para o interior do Paraná participar do programa de regularização fundiária. A experiência o leva ao Acre onde conhece Chico Mendes e a sua luta contra os posseiros, onde continua sua militância social na defesa dos brasileiros excluídos.



GERALDO SERATHIUK

Idade – 57 anos

Profissão - Advogado

“A ditadura viverá na minha família até o fim dos meus dias”. A afirmação contundente está no depoimento de GERALDO SERATHIUK, nascido em 1956 e um dos oito filhos do farmacêutico João Seratiuk, eleito vereador de Mamborê em 1974 pelo PTB.

Militar com nove anos de serviço prestado ao exército, entre 1936 e 1945, o patriarca da família Seratiuk era um homem de posições políticas progressistas e que vivia os conflitos agrários da região.

Enquanto os irmãos mais velhos já estavam no exílio ou a caminho dele, Geraldo em 1972 ingressou no curso de Direito na PUC, integrando todas as lutas que mobilizaram os estudantes universitários pelas liberdades individuais, Anistia e o fim da ditadura. Sempre próximo ao PCB e MR-8, filiou-se ao PMDB e passou a fazer parte da política partidária.

“Éramos poucos e fomos detidos diversas vezes em função das nossas ações”, lembra ele, que foi vigiado pelos órgãos de repressão até depois da redemocratização. Em seu depoimento, Geraldo analisa ainda o contexto político, social e econômico do Brasil e do mundo na década de 1970, período de grandes transformações políticas e profunda recessão econômica para os brasileiros, que até hoje lutam pela consolidação da Democracia.



GERNOTE KIRINUS

Idade – 65 anos

Profissão – Teólogo

GERNOTE KIRINUS nasceu 1948 em Não Me Toque, no Rio Grande do Sul, e seguindo a tradição familiar, estudou numa escola mantida pela Igreja Luterana, onde começou a despertar uma consciência crítica.

Os anos eram de dificuldades tanto política quanto econômica e o acirramento da repressão após o golpe de 1964 fez com que Gernote intensificasse sua militância política, sempre orientado pelos valores da igreja evangélica. Em 1969 conheceu Frei Beto, frade dominicano que teve destaque na luta contra a ditadura e na Teologia da Libertação.

Gernote optou por participar do movimento de apoio aos foragidos, auxiliando-os a atravessarem a fronteira. Diante da truculência do Governo Médici e da perseguição implacável do regime contra seus opositores, Gernote, já casado com Glória sua companheira até os dias de hoje, foi transferido em 1975 para o oeste do Paraná, onde assumiu como pastor luterano a paróquia de Marechal Candido Rondon, no distrito de Entre Rios.

Ali, Gernote mesclou os afazeres espirituais da paróquia com a militância política no MDB, experiência que resultaria anos mais tarde no livro 'Entre a cruz e a política'. Em 1978, o envolvimento com a Pastoral da Terra na defesa dos direitos dos expropriados pela Usina de Itaipu possibilitou a Gernote a conquista do mandato de deputado estadual pelo MBD. "A região não tinha representação política e com o apoio da Igreja Luterana fiz uma votação expressiva, em mais DE duzentos municípios", relembra.

E foi na Assembleia Legislativa do Paraná que Gernote travou sua luta mais dura. "Para resolver o conflito dos expropriados de Itaipu, defendíamos a proposta de 'terra por terra' como modelo de reforma agrária para a região. Infelizmente, nossa bandeira foi suplantada pelo 'preço justo', o que gerou muita injustiça". Em 1982, foi reeleito, através do PMDB, desta vez ocupando o cargo de Primeiro Secretário e "numa nova luta para moralizar o Legislativo paranaense". Depois de conquistar o terceiro mandato em 1986, Gernote tentou uma vaga na Câmara Federal no pleito seguinte, mas não se elegeu.

Hoje, Kirinus se dedica à formação política, em cursos desenvolvidos pelo PPS: "A Democracia foi conquistada a duras penas para jogarmos tudo fora agora?".



GERSON ZAFALON MARTINS

Idade – 68 anos

Profissão - Médico

Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Federal do Paraná em 1965, GERSON ZAFALON MATINS foi eleito em 1967 presidente do DANC. Esteve entre os líderes da tomada da Reitoria em Maio de 1968, quando os estudantes derrubaram o busto do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda e o arrastaram pelas ruas em uma marcha contra a Universidade paga.

Em Outubro de 68, Gerson não foi ao Congresso da UNE em Ibiúna, interior de São Paulo, porque estava de plantão. Mas não escaparia da prisão, tempos depois. Junto com outros estudantes que enfrentaram a cavalaria no Centro Politécnico, foi detido, julgado e condenado a um ano, em março de 1970. Cumpriu pena no Presídio Provisório do Ahú em Curitiba. Passou por profundas dificuldades para trabalhar, pois lhe era negado o atestado de antecedentes criminais.

Em 1980, participou da fundação do PT em Campo Largo. Por sua atuação na defesa dos valores democráticos, integrou todas as Comissões de Indenização aos Presos Políticos do Paraná. Hoje, faz parte do Conselho Federal de Medicina.



GILBERTO MARTIN

Idade – 55 anos

Profissão - Médico

GILBERTO BERGUIO MARTIN, ainda criança, mudou-se com sua família do interior de São Paulo, inicialmente, para Jardim Alegre e depois Londrina, onde cursou o segundo e o terceiro grau. No Colégio Universitário, paralelamente aos anos finais do

secundário, fez um curso especial de jornalismo estudantil, sendo premiado nacionalmente por uma matéria, o que lhe incentivou a posteriormente, como estudante de Medicina, fazer parte do grupo que produzia o jornal Poeira e dirigia o DCE da UEL.

Gilberto integrou ativamente este coletivo. Compôs a gestão do DCE, que organizava, além do referido jornal, greves, abaixo-assinados e atos contra a repressão na UEL e a Ditadura e reivindicava a redemocratização, melhorias nos cursos e direitos para os estudantes, como passe e restaurante universitários. À frente do DCE, Gilberto Martin e seu grupo organizaram importantes eventos políticos-culturais, como as semanas de atualidades para receber os calouros, durante as quais se apresentaram artistas renomados como Chico Buarque, Elis Regina, João Bosco, Milton Nascimento e Gonzaguinha, e personalidades intelectuais e políticas para debater temas como constituinte e redemocratização.

A combativa atuação do grupo, que endurecia as críticas ao reitor e à Ditadura, rendeu a invasão do DCE pela repressão, já no final do regime civil-militar. A militância de Gilberto transcendeu os limites da UEL, participando do processo de reorganização da UNE, compondo a sua diretoria em sua reorganização. A partir de 1982, já formado, foi se envolvendo cada vez mais na luta pela saúde pública em paralelo ao processo político partidário, tornando-se secretário de saúde, prefeito de Cambé e deputado estadual.

Essa trajetória no movimento estudantil, rememorada de forma detalhada e brilhante, não passou incólume às ameaças e à repressão da Ditadura. O depoimento, que entrelaça sua vida pessoal e política com a história da cidade e da universidade, ilumina os anos vibrantes de Londrina, ao final do regime civil-militar.



GILBERTO SILVEIRA

Idade – 66 anos

Profissão - Aposentado

GILBERTO SILVEIRA fez parte da organização VAR-Palmares no Paraná, junto com o casal Izabel e Luiz André Fávero, que tentou implementar um foco guerrilheiro na região de Nova Aurora.

Gilberto teve uma atuação mais centrada em Curitiba. Em 1970, ele foi preso na capital e levado de avião para Foz do Iguaçu onde foi mantido por seis meses no Batalhão de Fronteira do Exército. Lá foi submetido a torturas físicas e psicológicas e sistemática vigilância e perseguição mesmo depois de ter cumprido a pena de um ano e meio, sentenciada pela Justiça Militar.

Após as sevícias sofridas, que lhe marcaram profundamente, Gilberto não voltou a militar. Inclusive, ele deixou claro em seu depoimento que não tornaria a falar das torturas, o que por si só é um indício do fardo que isto lhe representa até os dias de hoje.



HAMILTON FARIA

Idade – 65 anos

Profissão – Poeta e Professor Universitário

Já nos tempos de secundarista no Colégio Militar de Curitiba, HAMILTON JOSÉ BARRETO DE FARIA passou a ter contato com pensamentos e certa militância de esquerda, logo transformada em participação ativa no movimento estudantil e na AP. Foi, portanto, um dos integrantes da célula do “Colégio Militar” da AP. Não só viveu como protagonizou os importantes acontecimentos do “Ano que não terminou”, como a tomada da Reitoria e as manifestações de outubro de 1968. Em seu depoimento, descreve em detalhes o quebra-quebra nas ruas centrais de Curitiba, dois meses antes do AI-5.

Hamilton foi o único estudante que conseguiu driblar a repressão e não ser preso na Chácara do Alemão, escondendo-se no alto de um pequeno paiol abandonado. Contudo, sua destacada atuação já havia lhe rendido algumas prisões pela DOPS, antes da truculência institucionalizada pelo AI-5 ganhar terreno. Diante desse novo cenário, atuou ainda por pouco tempo no movimento estudantil, sendo deslocado para São Paulo de onde partiu para cumprir rápidas missões no norte do país até se refugiar no Rio de Janeiro, na completa clandestinidade e desamparo.

Conseguiu se manter intocado, embora perseguido, até o final de outubro de 1970, quando foi sequestrado pelo DOI-CODI e submetido a diversas formas de tortura, que descreveu como “o inferno de Dante”: “não tinha forças nem para levantar uma colher”. Após algum tempo sendo seviciado, foi transferido para o presídio da Ilha das Flores. Nesse momento, sua história se entrelaça com a de sua mãe, dona Julíbia, que empreendeu uma longa campanha, superando todo tipo de adversidade e ameaças, até conseguir localizar e depois visitar seu filho e ver que ele estava, de fato, vivo.

Hamilton é portador de uma memória e dono de uma narrativa sobre a infância e juventude plenas de detalhes e sentidos. Propicia-nos um olhar que consegue recobrar parte do imenso lirismo da época, bem como de seu sofrimento. Seu depoimento, tomado conjuntamente com o de seus irmãos e irmã, ilumina parcialmente e nos permite remontar algumas cenas da trajetória de uma mãe desesperada, porém resoluta a ir até o fim para encontrar seu filho desaparecido. Emocionante, comovente, imperdível.



HASIEL PEREIRA

Idade – 65 anos

Profissão – Assessor Parlamentar

Aos dezesseis anos, HASIEL PEREIRA despertou para a luta política em Salvador na Bahia. Em 1967, começou sua militância estudantil e no início de 1969, sob o efeito do AI-5 partiu para São Paulo. Já filiado à Ação Popular

(AP), Hasiel estudava e trabalhava numa fábrica, mantendo uma vida legal como operário e o codinome ‘Amilton’ para a organização.

Em vinte e um de novembro de 1971 foi preso no Largo do Paissandu pela equipe do Delegado Sérgio Paranhos Fleury, junto com sua companheira Clair da Flora Martins. Foram trinta dias de torturas físicas como pau de arara, choques elétricos, corredor polonês, em sessões que chegavam a durar mais de seis horas, verdadeiro campo de tortura. Como consequência da violência teve o cotovelo deslocado e todas as obturações caíram por causa do choque, o que lhe causou dores terríveis. Permaneceu um ano encarcerado no Presídio Tiradentes, sendo libertado foi preso novamente um mês depois. Foi para a clandestinidade após a prisão e com a Anistia de 1979 veio para Curitiba, militando nos movimentos sociais contra a ditadura, sendo eleito vereador em 1982 pelo PMDB.

O depoimento de Hasiel Pereira reforça a tese de que as sequelas permanecem nas gerações pós-ditadura, mas que a solidariedade, o companheirismo continuam vivos e mantêm acesa a chama da luta pela liberdade. “O resgate da memória é fundamental para que a sociedade não permita que se repitam as prisões políticas, os campos de tortura e o enfraquecimento da nossa Democracia”.



HÉLIO DUQUE

Idade – 71 anos

Profissão - Economista

A militância política de HÉLIO DUQUE começa no movimento estudantil na Bahia, em Salvador, onde mantém os primeiros contatos com a juventude católica engajada na Ação Popular (AP) da qual foi um dos dirigentes. Em 1964, por ocasião do golpe militar, estava no Rio de Janeiro trabalhando na Petrobrás quando toda a diretoria foi presa. “Também eu recebi a marca de uma demissão sumária e a formação de um inquérito militar”, recorda.

Impossibilitado de permanecer na Bahia após a demissão da Petrobrás, Duque se instala em São Paulo e permanece dois anos trabalhando

como jornalista na Folha de São Paulo. Com formação em Economia, adquire conhecimento sobre a indústria cafeeira e conhece em 1966 o empresário Horácio Sabino Coimbra, que monta a Cacique Café Solúvel em Londrina e convida Duque para ali se estabelecer.

“Mesmo atuando profissionalmente, nunca abandonei a militância política, embora de forma discreta”, afirma. Duque retoma os estudos universitários e lá conhece o grupo dos autênticos que funda o MDB no Paraná e participa desse movimento de resistência à ditadura militar junto com o professor e vereador de Londrina Olivir Gabardo, Álvaro Dias, Alencar Furtado, entre outros dessa geração.

Em 1978 se lança candidato a deputado federal e se elege. Em Brasília, Hélio Duque coloca em prática a oratória que lhe é peculiar e a experiência anterior para articulações políticas que o destacam entre seus pares. Desse período, a luta pela Anistia guarda lugar especial em suas memórias, especialmente na companhia de Terezinha Zerbini a quem devota grande admiração.

Duque mantém a mesma determinação com a eleição dos governadores do PMDB em 1982 e com a Campanha das Diretas Já em 1984. Nessa altura, o antigo MDB, agora PMDB, mantinha certa unidade no parlamento brasileiro, “mas não tínhamos condições de legislar pela diversidade de seus componentes já que era formado por gregos, troianos, fenícios, turcos e otomanos”.

Para Hélio Duque, “a História não tem ideologia. A ideologia da História é a verdade”. Com esse espírito, combate ainda hoje setores resistentes a mudanças e à apuração das responsabilidades pelas violações de Direitos Humanos praticadas no período.



HONÓRIO DELGADO RÚBIO

Idade – 88 anos

Profissão - Aposentado

HONÓRIO DELGADO RÚBIO, espanhol de nascimento, chega ao Brasil em 1955 aos trinta anos, “desembarcando no Rio de Janeiro exatamente no dia em que Juscelino Kubistchek toma posse como presidente do

Brasil”. Em sua terra natal, frequentava o Partido Comunista Espanhol. No início de sua vida no Brasil, Honório ainda não conhecia a realidade dos partidos brasileiros, mas não precisou de muito tempo para se somar às fileiras do PCB.

Instalado no Paraná, primeiro em Cascavel, depois em Guaruapuava, Honório foi para Curitiba trabalhar na Confeitaria das Famílias. Quando o golpe de 1964 aconteceu, ele já estava casado, mantinha uma livraria na Avenida República Argentina e fazia um programa musical na Rádio Marumbi. E foi graças a um comentário em seu programa contra a proposta de mudar o nome da República Argentina para Avenida Presidente Kennedy, que Honório teve a atenção da polícia política. “O Delegado Zacarias, da DOPS, foi a minha casa apreender livros e conseguiu que eu deixasse o programa”, relembra.

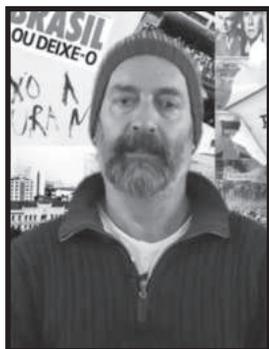
Apesar da perseguição e ameaças, Honório continuou resistente. Não chegou a ser preso, mas constantemente ‘visitavam’ sua livraria e vigiavam seus passos. Junto com Enio Monzón Pires e Hiram Ramos, organizaram bases do PCB em diversos bairros de Curitiba. “Mesmo na clandestinidade, tínhamos mais discussão e atividades que hoje. O Partido Comunista Brasileiro era maior que agora”, lamenta.

Em 1968, a militância se intensifica, a medida que a repressão aumenta: “Não me deixavam em paz e tínhamos sempre que armar estratégias para nos encontrarmos”. Em 1975, durante a Operação Marumbi, Honório soube da prisão dos companheiros do partido. Tinha sido avisado por um soldado fardado que foi na sua casa: “- Espanhol, toma cuidado porque você está sendo vigiado”. Numa tarde, estava na Rua Dr. Muricy, centro da capital, e viu um carro com gente com olhos vendados.

Não tardou e ele foi capturado e levado pelo DOI-CODI a um local clandestino de tortura do exército, no qual foram reunidos os militantes do PCB do Paraná e Santa Catarina. Foram vários dias incomunicáveis, vítima de choque elétrico, afogamento, camisa de força e roleta russa, até ser levado para a sede da DOPS, na Rua João Negrão, onde as torturas recomeçaram. “Vi companheiros desfigurados pela tortura e também fui torturado”, confirma.

Somente quando foi para o Presídio Provisório do Ahú é que os maus-tratos terminaram. “O Coronel Furquim (Diretor da prisão) foi correto conosco. Foi sim”, atesta.

Depois de um longo processo, deixou a prisão e retomou os contatos com o Partido Comunista Brasileiro. “Nunca deixei o PCB e continuei mais ativo que muitos jovens hoje em dia”. Participou do CBA – Curitiba e da Campanha das Diretas Já. Honório mantém o mesmo espírito combativo e crítico de outrora: “Agente lutou pelo povo brasileiro, que ainda sofre tanto pela ação de pessoas desonestas. Amo o Brasil”.



ILDEU MANSO VIEIRA JUNIOR

Idade – 55 anos

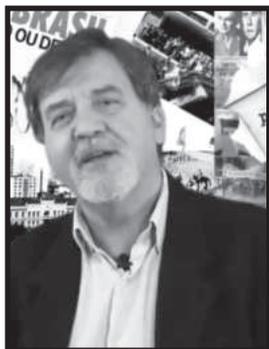
Profissão - Professor

ILDEU MANSO VIEIRA JUNIOR tinha dezessete anos quando foi preso junto com seu pai, Ildeu Manso Vieira, em 14 de Setembro de 1975 e levado para um centro clandestino de tortura do exército em Curitiba. As prisões faziam parte da Operação Marumbi que desmantelou o PCB no Paraná e promoveu sequestros e as mais bárbaras formas de tortura, deixando um rastro de destruição física e emocional.

“Aquele foi o dia mais longo da minha vida e que ainda não acabou”, afirma Ildeu. Para ele, aquele dia representou um rito de passagem para a construção da sua própria história de militância e resistência à ditadura militar. Estão vivos na memória de Ildeu os momentos no cárcere em que presenciou pessoas conhecidas que estavam sendo vítimas de tortura. “Vi as pessoas sendo levadas para a sala de interrogatórios e pude ouvir os gritos de meu pai. Muito triste tudo aquilo”. Depois de várias horas preso no Quartel do Exército, ele foi solto.

Ao chegar em casa, Ildeu se deparou com a família mantida refém por agentes à paisana, que depois de muita truculência e ameaças partem levando livros e outros objetos. “Fomos procurar ajuda na OAB e ninguém sabia nada, pois era uma operação clandestina. Foram muitos dias de incertezas e incomunicabilidade”, relembra. Quando puderam visitar o pai na prisão, encontraram um homem magro e psicologicamente abatido.

A partir deste momento, Ildeu deixou os estudos para trabalhar. “Mudei toda a minha vida. E nessa mudança, a ditadura conseguiu calar a voz do meu pai, mas despertou quatro vozes, a minha e de meus irmãos”, afirma. Ildeu engajou-se no MR-8, na campanha pela Anistia no CBA - CURITIBA, no movimento estudantil, na venda de jornais alternativos, nos comícios relâmpagos e pixações contra a ditadura militar. Coerente continua ainda hoje com os mesmos sonhos da juventude por um mundo mais justo e melhor.



IVO PUGNARONI

Idade – 60 anos

Profissão – Engenheiro Elétrico

IVO AUGUSTO DE ABREU PUGNARONI nasceu no Rio de Janeiro, mas passou parte de sua infância em Brasília. Em suas lembranças, refere-se à forte influência “getulista” e nacional-estatista de seu pai, em oposição aos “entreguistas” e “lacerdistas”.

Em 1967, Ivo então com quatorze anos se mudou com sua família para Curitiba. O rádio amador fez parte de sua adolescência, e por meio dele ouvia transmissões internacionais, destacando-se as lutas anticoloniais na África e Ásia. Pugnaroni iniciou sua militância política quando passou no vestibular, em 1972, sendo influenciado por seu amigo “Antão”, da POLOP. Até 1974, junto a uma pequena célula da PO, dedicou-se basicamente a estudar e discutir a realidade socioeconômica do Brasil, sem promover atos públicos.

A palavra de ordem da organização “economicista” era contra a ditadura e a exploração capitalista, e não pela liberdade como um fim em si mesmo. Ou seja, defendiam não só a liberdade democrática, mas o socialismo. Defrontando-se com um ensino sucateado, aproximou-se de um dos poucos grêmios ainda atuantes, o de Arquitetura e Urbanismo, onde havia um cineclube com uma conotação mais política. Inspirado nessa experiência, participou da organização da assembleia de fundação do centro de Engenharia Elétrica separado do diretório de Engenharia Civil, que se resumia a “cervejada e jogos de futebol”.

Com a nova entidade acadêmica promoveram eventos sociais e abaixo-assinados para contratar professores. Uniram-se ao grêmio de Arquitetura e Geologia e organizaram uma chapa, vencendo as eleições para o diretório estudantil, que passou a ser presidido por Samuel Bracarense Costa, filho do comunista histórico Oto Bracarense Costa. Entre 1976 e 1977, promoveram movimentos para melhorar as condições de permanência dos estudantes na Universidade.

Em decorrência dessa atuação, Ivo foi preso e mantido várias horas na DOPS com alguns companheiros e companheiras, onde foram agredidos pelos agentes públicos. Algumas horas depois, foram transferidos para a polícia federal onde passaram a noite e foram interrogados ao amanhecer. Na saída, foram novamente capturados pelas famigeradas “veraneios”, nas próprias escadarias da Polícia Federal, sendo levados mais uma vez à DOPS para registrar suas digitais. Imediatamente após esse episódio, foi demitido do cargo de professor na escola técnica por ordem do superintendente da PF e passou a ser seguido por alguns meses.

Em 1978, passou a atuar no movimento de moradores de periferia, organizando as associações e prestando apoio topográfico nas invasões para drenagem da água das chuvas e arruamento, o que garantia loteamento, saneamento e eletricidade aos moradores. Buscou filia-los em massa no MDB, porém a presidência regional não aceitou as fichas. Ainda no final dos anos 1970, participou da organização da greve dos metalúrgicos, perdendo mais uma vez seu emprego (agora na SIEMENS) e ficando nessa condição por seis meses.

Desiludido com o PMDB, Ivo aderiu ao projeto de fundação e expansão do PT no Paraná, o que lhe custou outra vez o emprego. Embora sustente algumas críticas, Ivo continua militando até os dias de hoje no partido. Além dessa luta político-partidária, seu relato remete ao início do período de transição oficial, agregando importantes elementos para compreendermos melhor a ótica dos estudantes de então.



JAIR TEIXEIRA

Idade – 58 anos

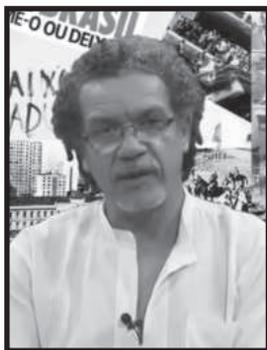
Profissão – Promotor de Eventos

No começo da década de 70, JAIR TEIXEIRA deixa Lages em Santa Catarina para viver no Paraná. Criado numa família de agricultores rurais em que os nove irmãos mantinham diferentes tipos de militância política, o envolvimento com integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era natural.

A partir de 1973, Jair se instala definitivamente em Curitiba após rápida passagem por Guarapuava. Aos 16 anos já era casado. “Deixei mulher e filho pequeno para militar e participar ativamente da organização dos movimentos sociais, comícios e greves para lutar por um mundo melhor”.

Em 1975, testemunha as torturas sofridas pelos presos políticos na Operação Marumbi, que desmantelou o PCB no Paraná. “Fui visitar os companheiros no Quartel da Polícia Militar e vi as barbaridades a que todos foram submetidos pelo Dops”, lembra. Apesar dos horrores produzidos pela tortura no Paraná, Jair e tantos outros resistiram. “Eu ainda era muito jovem, mas tinha clareza que somente com o apoio da população poderíamos conquistar a liberdade e construir a Democracia”. Ingressa no Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8, e intensifica sua militância.

Sabia que a proximidade com as lideranças de oposição ao regime militar representava uma ameaça real. Apesar dos riscos e das dificuldades, Mesmo sendo preso diversas vezes, Jair integrou o grupo que apoiava os presos e as suas famílias: “Faria tudo de novo”, afirma. Em 1979, Jair atua no Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) no Paraná. Mesmo com a repressão ainda impedindo a livre manifestação, foi um dos que participou da instalação na Rua XV da Barraca da Democracia no movimento pelas Diretas Já, motivo de uma de suas prisões.



JAIRO DE CARVALHO

Idade – 54 anos

Profissão - Professor

JAIRO DE CARVALHO gosta de lembrar que nasceu no ano da revolução cubana, em 1959. O pai, Adenias Raimundo de Carvalho (Seu Deco), era presidente do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores do Paraná em 1964, o que já dava mostra de que toda a família era de oposição ao regime militar e todas as formas de opressão. Mesmo criança, Jairo se lembra de ter presenciado a prisão de uma pessoa por conta da oposição ao golpe.

Filiado ao MDB, Seu Deco abriu as portas para a militância política de Jairo que integrou a Organização Socialista Internacionalista (OSI), participou da Liberdade e Luta (Libelu) e em 1984 chega à presidência do DCE da Universidade Estadual de Maringá (UEM) com a vitória da chapa ‘Próximos passos’. A principal bandeira do grupo era luta pela gratuidade do ensino e pela democratização da universidade. Em meados de agosto de 84, o clímax do movimento contestatório aconteceu com a tomada da reitoria ocupada por oito dias e que ganhou grande repercussão no Estado, mostrando que os estudantes estavam determinados a lutar por suas crenças.

Além da pauta estudantil, Jairo também incentiva e participa de discussões e mobilizações na campanha das Diretas Já, especialmente um ato no Jardim Alvorada, noticiado com destaque no jornal do DCE. Embalado pela abrangência da mobilização na universidade e ciente da responsabilidade, ele participa da fundação do PT na cidade e integra o primeiro diretório ocupando o cargo de tesoureiro.



JOÃO BONIFÁCIO CABRAL JUNIOR

Idade – 68 anos

Profissão - Advogado

JOÃO BONIFÁCIO CABRAL presidiu o grêmio estudantil do internato paranaense antes de ingressar no curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em 1964. Engajou-se no movimento estudantil, primeiro vice-presidente e depois presidindo o Centro Acadêmico de Direito, em nome do qual participou de diversas reuniões, congressos e manifestações contra a ditadura e os acordos MEC-USAID.

Paralelamente ao curso, era funcionário da Secretaria de Educação do Estado do Paraná e repórter do jornal “Tribuna da Imprensa”. Participou do malfadado Congresso da UNE de Ibiúna e da minicongresso na Chácara do Alemão, sendo preso em ambas as ocasiões. Processado e condenado cumpriu pena de um ano e meio no Presídio Provisório do Ahu.

Voltaria a militar no começo dos anos 80 integrando o MDB e se envolvendo na luta contra a grilagem de terras, primeiro no Paraná, depois no país inteiro. Casado com Beatriz com quem teve cinco filhos, o depoimento de Cabral é um valioso relato tanto das experiências do movimento estudantil quanto do processo de reconstitucionalização do país, destacando-se sua atuação no movimento pela terra e reforma agrária, inclusive na Constituinte de 1988.



JOÃO ELIAS DE OLIVEIRA

Idade – 70 anos

Profissão - Advogado

Em 1965, JOÃO ELIAS DE OLIEIRA ingressa no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná junto com grande parte do grupo de amigos do Colégio Estadual, entre eles Luiz Felipe Haji Mussi e Carlos Frederico

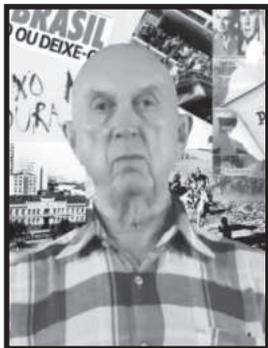
Marés. Diferente da movimentação política no clássico, a orientação muda na universidade em função do início da ditadura. “Tínhamos um grupo que organizava o Teatro de Estudos Universitários, que promovia noites de discussões de peças políticas”, conta João Elias, que destaca a participação do curso de Jornalismo dos estudantes Fabio Campana e Walmor Marcelino.

Embora houvesse muitos estudantes que não estavam vinculados a organizações políticas, chamados de independentes, outros sentiam necessidade de pertencer a alguma célula da Ação Popular (AP) ou Política Operária Comunista (Polop), as mais atuantes neste momento. João Elias faz parte da AP e participa de reuniões, passeatas e ações promovidas durante a resistência à ditadura.

Com o AI-5 em 13 de Dezembro de 1968, João Elias deixa Curitiba e vai para Londrina trabalhar na Cacique Café Solúvel, mesma empresa que abrigou Leo de Almeida Neves e Hélio Duque, todos com ficha no Dops e que teriam dificuldades para encontrar trabalho na grande maioria das empresas. Após 12 anos na empresa, com uma temporada em São Paulo, João Elias, já casado e com o curso de Direito concluído, retorna a Curitiba em 80 e participa da campanha ao governo de José Richa em 82.

Mas foi a partir de 1994 com a eleição de Jaime Lerner ao Governo do Paraná, que João Elias considera o ápice de sua militância política. “Foi nomeado Ouvidor Geral do Estado do Paraná e permaneci no cargo sete anos. Criamos um modelo de *ombudsman* que serve de modelo para o Brasil”, afirma.

E foi na condição de Ouvidor que João Elias presidiu em 1998 a primeira Comissão de indenização aos ex-presos políticos instituída pela Lei 11.255/95 de autoria do então deputado estadual Beto Richa, que em 2010 é eleito Governador do Paraná. “Foi a primeira lei no país aprovada num Legislativo a reconhecer a luta e o sofrimento daqueles que participaram da resistência à ditadura”.



JOÃO OLIVIR GABARDO

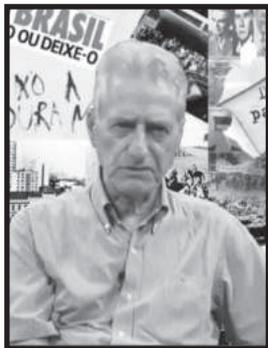
Idade – 82 anos

Profissão – Funcionário Público Aposentado

JOÃO OLIVIR GABARDO nasceu em União da Vitória, em 1931. Trabalhou como telegrafista ferroviário até 1952, quando se mudou para Curitiba a fim de concluir os estudos. Na capital, foi eleito presidente do grêmio estudantil do Colégio Estadual do Paraná e começou a participar da UPE e, posteriormente, presidiu o centro acadêmico de filosofia da Universidade Católica do Paraná. Durante sua vida estudantil, chegou a participar ainda de pelo menos três congressos da UNE, além de encontros da Juventude Democrática Católica do Paraná, vinculada ao Partido Democrata Cristão.

Concluído o curso de Direito na UFPR foi morar em Londrina, onde foi eleito vereador em 1962. Com o AI-2 e a criação do bipartidarismo integrou o MDB, juntamente com uma ala do PDC capitaneada por José Richa, que ele intitula de “esquerda” em oposição à direita cristã representada pelo ex-governador Ney Braga. Participando ativamente da vida político-partidária, em 1966 se candidatou a deputado estadual, ficando na suplência, e em 1968 concorreu à prefeitura de Londrina, auxiliando na vitória do outro candidato do MDB, Dalton Paranaguá. De 1970 a 1982 registrou candidaturas bem-sucedidas para a Câmara Federal, tornando-se deputado emedebista do Paraná em Brasília.

Paralelamente a essas batalhas eleitorais, Gabardo auxiliou na fundação de diretórios do MDB na região, sobretudo com o auxílio de políticos antes vinculados ao PTB. Participou ainda da consolidação da Frente Ampla, em Londrina e Maringá, até sua extinção em 1968. Já no final da Ditadura, não se furtou da luta democrática, participando das campanhas pelas Diretas Já e presidindo o diretório estadual do PMDB.



JORGE HADDAD

Idade – 85 anos

Profissão - Advogado

JORGE HADDAD era advogado de sindicatos de trabalhadores quando em 1964 veio o golpe militar. “Aquela ‘revolução’ foi um episódio triste para nós”, lamenta Jorge, que advertido por um delegado amigo da família Haddad, vai para Curitiba passar uma temporada e não é preso. Mas é processado, junto com outros advogados, num longo inquérito que após oito anos lhe garantiu a absolvição.

“Só não fui preso durante o processo devido ao apoio do Delegado Miguel Zacarias, do Dops de Curitiba, conhecido do delegado maringense”, acredita. Após as prisões de 64, os militantes da esquerda começaram a se reorganizar na região. Jorge enfrenta dificuldades para atuar como advogado, mas como a família era pioneira na cidade, pode trabalhar para sobreviver.

Os irmãos Haddad, estabelecidos em Maringá desde 1947, eram homens engajados. César Haddad foi vereador da primeira legislatura da cidade. Salim Haddad, médico e dirigente do Partido Comunista Brasileiro, é preso em 1975 na Operação Marumbi e passa dez meses na Prisão Provisória do Ahu. Um dos episódios mais violentos da repressão do Paraná, com perseguições, sequestros e bárbaras torturas, fez com que o médico deixasse a atividade política após a prisão.



JORGE MANIKA

Idade – 53 anos

Profissão - Professor

JORGE SAMY MANIKA faz parte de uma geração que não passou incólume aos acontecimentos políticos do final dos anos 1970 a meados dos 80. Estudante secundarista no Colégio Estadual do Paraná, Jorge ingressa na Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 78

para cursar Engenharia Civil e em 79, Matemática, quando ainda era possível fazer dois cursos na mesma instituição de ensino. “Foram anos que mararam minha trajetória de militante, aos quais me doeie ao máximo e vivi momentos inesquecíveis”, relembra emocionado.

Leitor contumaz e aluno exemplar – passou em primeiro lugar no curso de Engenharia Civil, Jorge não demorou a ser chamado para participar do movimento estudantil que pulsava na UFPR. Participa em 1979 da chapa ‘Vira volta’ que concorreu ao DCE Livre, num momento em que o Decreto 477/69, ainda em vigência, proibia qualquer mobilização ou organização política nas universidades. “Com a expressiva participação dos estudantes, a eleição despertou a atenção dos jornais, mas não foi reconhecida pela reitoria”, afirma Jorge.

A única alternativa para a participação dos estudantes nas decisões da Reitoria seria indicar representantes para o Conselho Universitário, ideia sugerida por Maurício Requião. Seriam dois estudantes contra 40 representantes da instituição. Mas havia critérios: não podiam ser calouros e nem formandos e muito menos que tivessem reprovação. “Dos 15 integrantes da chapa, apenas eu e Luiz Edson Fachin nos enquadrávamos. Ficamos 14 meses no conselho”.

Enquanto isso, fora das fronteiras da universidade, a agitação política mobilizava as massas. Campanha pela Anistia, organização das associações de bairros, a defesa da Amazônia e dos Índios, a luta pela liberdade de expressão e o fim da ditadura. “Desses embates, a campanha pela Anistia foi o mais emocionante. Estive no aeroporto recebendo Vitório Sorotiuk que estava exilado no Chile”. Para Jorge, “as coisas aconteciam com uma velocidade que a gente não imaginava na época”.



JORGE MODESTO

Idade – 56 anos

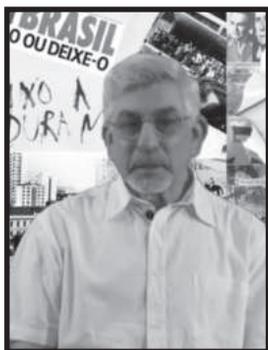
Profissão - Servidor Judiciário

De família curitibana simpatizante do trabalhismo varguista, JORGE ASSIS MODESTO PEREIRA DA SILVA desde pequeno esteve exposto a essas influências. Seu pai havia sido perseguido por vinculação com a organização dos trabalhadores da Empresa de

Correios e Telégrafos. Alguns dos amigos paternos frequentavam a casa da família, inclusive alguns que estavam na clandestinidade. Ademais, recorda-se de alguns professores críticos do regime com os quais teve aula no colégio Hidelbrando de Araújo.

Sua militância começou na segunda metade dos anos 1970, quando entrou no MDB para fazer oposição à Ditadura e começou a participar das reuniões do CBA e CDAMA.

Já no começo da década de 1980, entraria também na universidade e no movimento estudantil, participando dos esforços de reorganização do DCE, e na juventude do PCdoB. Atuava vendendo o veículo partidário na porta das fábricas e formando núcleos de bairro e de cultura. No período posterior à ditadura, Jorge continuou atuando politicamente, tanto partidariamente quanto no âmbito sindical.



JOSÉ ANTONIO TRINDADE

Idade – 71 anos

Profissão - Professor Aposentado

Filho de uma militante religiosa com um pai simpatizante de Plínio Salgado, JOSÉ ANTONIO TRINDADE estudou em um seminário em Jacarezinho, mudando-se para Curitiba em 1965 para concluir seus estudos. Recém-admitido no curso de letras da UFPR, começa sua atuação política no movimento estudantil, integrando a direção do Diretório Acadêmico Rocha Pombo.

Participa das manifestações contra a guerra no Vietnã e contra o ensino pago, esta última assumindo a forma de uma campanha para todos os calouros entrarem com um pedido de isenção da taxa que passaria a ser cobrada. Trindade continuou no movimento estudantil, inclusive no momento em que suas ações recrudesceram, transformando-se em batalhas campais contra a polícia no Politécnico e culminando na tomada da reitoria da UFPR.

Em 1968 sofreria duro golpe com a prisão de sua companheira, Judite, detida na Chácara do Alemão e mantida no Presídio Provisório do Ahu. Em meados dos anos 1970, José Trindade voltaria a ter

uma atuação política, participando das lutas dos professores por melhores condições de trabalho.



JOSÉ CARLOS MENDES

Idade – 62 anos

Profissão - Empresário

JOSÉ CARLOS MENDES iniciou a militância ainda muito jovem, participando das manifestações que sacudiram Curitiba e o país, em 1968, como membro do movimento secundarista e do movimento estudantil livre, à margem da UPES. Juntamente com outros secundaristas, vinculou-se inicialmente à AP participando de pequenos comícios relâmpagos, panfletagens e pichações. Por intermédio de Júlio Covello foi recrutado para a VPR, comando Juarez de Brito, adquirindo conhecimentos básicos de guerrilha. Cumpriu algumas tarefas, como em 1971 levar ao Chile a família do falecido Walter Ribeiro. Em momento de desagregação da organização ele próprio deixou o país pela Argentina, rumando ao Chile. Lá, contactou o comando da VPR que decidiu retê-lo, treinando-o nas Cordilheiras dos Andes.

Agindo com um pequeno grupo dentro da organização, mas à revelia de suas lideranças, retornou ao Brasil entre 1972 e 1973 pela cidade de Guaíra, como “José Maria Santos”, com o intuito de avaliar o terreno para a preparação da guerrilha rural e retomar os contatos feitos anteriormente por Aluizio Palmar. Essa célula da VPR (se é que pode ser chamada dessa forma) passou a trabalhar com argentinos e paraguaios (ERP e Movimento Popular), mapeando a rotina do ditador Stroessner, com o intuito de assassiná-lo. Contudo o plano foi abortado. Com o golpe no Chile, Mendes tentou participar da resistência, mas logo concluiu a iminência da derrota e partiu para o exílio na Holanda. Na Europa, aproveitou uma bolsa para dar prosseguimento nos estudos e, juntamente com outros sul-americanos, participou de comitês de solidariedade.

Após meia década no exílio, Mendes articulou sua volta ao país com Leonel Brizola, entrando por Foz do Iguaçu após a lei de

Anistia. Essa parceria com o líder gaúcho foi estendida e Mendes participou dos esforços iniciais para viabilizar e expandir o PDT no estado e no país, compondo comissões organizadoras. A trajetória do jovem revolucionário Mendes merece ser ouvida com mais detalhes.



JOSÉ DOS REIS GARCIA

Idade – 73 anos

Profissão – Agente Público

JOSÉ DOS REIS GARCIA, nascido em Rio de Sul, Santa Catarina, mudou-se para Curitiba com sua família em 1957, quando tinha dezessete anos. Em 1961, ingressou no curso de Direito da UFPR. Um ano depois, aprovado em concurso público do Banco do Brasil, muda-se para Foz do Iguaçu para assumir o cargo. Já em abril de 1964, foi intimado a prestar depoimento em decorrência de suas atividades políticas. Nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro (PCB), atuando no movimento estudantil e no Sindicato dos Bancários, Garcia retornou a Curitiba em 1966.

Em 14 de abril de 1969, foi preso dentro do Banco do Brasil, na Praça Tiradentes. Interrogado e torturado na Polícia Federal, foi transferido para o Presídio do Ahu. Terminou seu tempo no cárcere em Blumenau, em abril de 1973. Findos esses quatro anos de lancinantes suplícios e afastamento forçado das atividades políticas, retomou a resistência imediatamente, envolvendo-se na rearticulação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCBR, no qual se manteve até 1988. Participou ativamente da fundação do Partido dos Trabalhadores, assumindo cargos relevantes de expressão nacional.

Agindo nos bastidores, como dirigente do PCBR, Garcia participou ativamente guerrilha urbana contra a Ditadura e pelo socialismo. Envolveu-se em ações arriscadas, como a libertação do Coronel Jeferson de Alencar Cardim do Regimento de Obuses em Curitiba.

O preço pago por essa ousadia: intermináveis torturas praticadas pelo tenente Fernando José Vasconcelos Kruger e pelo sargento Bruno

Goerisch, com choques elétricos, pau-de-arara, telefones, afogamentos e simulação de fuzilamento. Depoimento imperdível, sobretudo para quem se interessa ou idealiza a luta armada nesses tempos sombrios.



JOSÉ FERREIRA LOPES

Idade – 61 anos

Profissão - Médico

JOSÉ FERREIRA LOPES, ou “Zequinha”, nasceu em Marília, em uma família de produtores rurais retirantes, semianalfabetos. Embora seus pais não tivessem uma atuação política, seus vizinhos e amigos – e uma irmã mais velha - estavam vinculados ou simpatizavam com o PCB. Essa proximidade o influenciou e Zequinha começou a ter uma participação política já no movimento secundarista, participando do grêmio de seu colégio e de pequenas manifestações estudantis.

A fim de cursar o ensino superior, mudou-se para Curitiba onde já residia um irmão, e foi aprovado em medicina, em 1965. Do primeiro ano se recorda especialmente das noitadas e festas, mais do que das reuniões no DANC das quais participava, ou mesmo dos estudos. Foram seus primeiros contatos com o movimento estudantil da época, destacando-se as apresentações de teatro e as palestras da UNE. Foi a partir de 1966 que passou a ter maior compromisso com a militância, aproximando-se de quadros da AP, concorrendo à vice-presidência da UPE e participando das lutas reivindicatórias e políticas dos estudantes. Passou então a organizar congressos, aproximar-se do movimento secundarista e viajar por meio da UPE, formando diretórios acadêmicos e grêmios estudantis. Logo seria recrutado pela AP e passaria a ter uma atuação mais orgânica, acompanhada de estudos dos clássicos marxistas.

No momento de reorganização e crescimento do movimento estudantil, em 1967, foi preso pela primeira vez, durante uma pichação, sendo levado para a DOPS, onde passou trinta e seis horas. Foi deixado nu e em cima de uma lata de cera, com dedos apontados para a parede.

De forma alguma esse episódio o afastou da militância, pelo contrário. Em 1968, participou ativamente das manifestações estudantis, que cresceram em volume e crítica, sobretudo a partir da morte de Édson Luís, no restaurante Calabouço. “Tinha povo, massa, estudantes sentindo que as coisas não andavam [...] eu estava levando o curso e a militância, mas o curso já estava secundário, a militância era principal”. Até o AI-5, Zequinha foi preso outras duas vezes, participando dessa ebulição social puxada pelos estudantes.

Com o “golpe dentro do golpe” foi deslocado para São Paulo, participando da secretaria de organização nacional da AP, onde fazia trabalho de articulação. Contudo, logo seria integrado à produção. Iniciando na construção civil, passou bom tempo em uma indústria têxtil, onde desenvolveu amizades e promoveu discussões com pequenos grupos. Diante de uma onda de prisões de simpatizantes e militantes, a repressão acabou chegando até Zequinha e dando início ao seu calvário. Após um árduo período de torturas em Minas, foi abandonado em uma delegacia de bairro. Quando descobriram que era militante da AP, voltou a ser torturado e foi transferido para o CENIMAR, no Rio de Janeiro. Então foi novamente enviado a Minas, onde sofreu novas torturas, até ser levado a Curitiba para responder processo do tempo do movimento estudantil.

Após esse período nas malhas da repressão, conseguiu sair da prisão e, em 1972, aderiu ao PCdoB, realizando viagens para organizar o partido. Passou um tempo em São Paulo, onde casou com outra militante da AP/PCdoB (Maria de Fátima) e foi para Jequié, na Bahia, iniciar um trabalho de formação de estruturas secundárias para guerrilha. Lá, logo deixou sua ocupação de vendedor para montar uma olaria, sempre mantendo contato com o partido. Após alguns anos, viu-se forçado a abandonar a cidade, em decorrência da queda do comitê central do PCdoB, em 1976, refugiando-se em um sítio em Recife, completamente isolado. Permaneceu nessa situação até o começo dos anos 1980, quando retornou a Curitiba e retomou não só a faculdade como a vida partidária. De lá para cá, Zequinha se tornou importante dirigente do PCdoB de Curitiba e do Paraná, sempre presidindo ou pelo menos compondo diretórios.



JOSÉ GIL DE ALMEIDA

Idade – 57 anos

Profissão - Jornalista

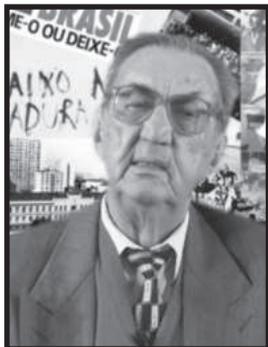
Nascido em Goioerê em 1956, JOSÉ GIL DE ALMEIDA começou sua militância política em Maringá quando começou a trabalhar no Banco do Estado de Paraná, o Banestado, como contínuo. Era da oposição bancária com Luiz Gushiken, ao mesmo tempo em que participava do cineclubismo com estudantes da Universidade Estadual de Maringá (UEM) que exibiam filmes em escolas sobre guerrilhas e outros títulos que não eram permitidos na época.

“A partir de 1964, houve muita repressão em Maringá. Eu era do movimento sindical e estudantil, mas também agitava em atividades culturais. Cheguei a ser preso pichando ‘abaixo à ditadura’, participei de protestos, passeatas e greves”, conta. No final dos anos 60, “o grande sonho dos estudantes secundaristas era ir para a Guerrilha do Araguaia”, relembra.

Com o envolvimento na Organização Socialista Internacionalista (OSI) e com a Liberdade e Luta (Lubelu), José Gil empreende fuga para São Paulo de taxi. “Lá acompanho a luta radical dos vigilantes, que erguem armas e afastam a polícia, e adquiro experiência para a resistência”. Demitido do Banestado em 1967, derrotado na eleição para a presidência do sindicato dos bancários, ameaçado de morte pelos adversários durante a campanha do sindicato, a vida não estava fácil.

Em 1974, José Gil decide vir para Curitiba trabalhar na Assembleia Legislativa com a tia, a deputada estadual Amélia de Almeida Hruschka, eleita pelo PMDB. Na capital, organiza um cineclub e entra em contato com o movimento anarquista, da linha kadafista de apoio à Líbia. “Kadafi era um idealista”, afirma José Gil, que foi 19 vezes para o país do Norte da África, inclusive para fazer curso de guerrilha. Lá conheceu Evo Morales, que chegaria à presidência da Bolívia.

Responsável pelo Jornal Água Verde e o Jornal Mercosul, este com informações sobre política internacional, José Gil mantém até hoje uma adoração pela Líbia e sua cultura, tendo escrito seis livros sobre o assunto.



JOSÉ KANAWATE

Idade – 74 anos

Profissão - Aposentado

Nascido em 1932 e instalado em Ponta Grossa, região dos Campos Gerais no Paraná, JOSÉ KANAWATE é de descendência síria e foi na companhia de Felipe Chede, comunista notório na cidade, grande amigo e companheiro de uma vida, que conheceu “o que era a política do Brasil e do mundo”.

Em 1958 ingressa no curso de Direito e disputa o diretório acadêmico, perde a eleição, mas ganha gosto pela militância e engrossa as fileiras do PCB. Em 60, integra o comitê de apoio ao Marechal Teixeira Lott (candidato à presidente pela coligação governista PTB/PSD) e João Goulart (candidato a vice-presidente pelo PTB). Naque-la época, votava-se separadamente no presidente e no vice. Jânio Quadros foi eleito presidente pelo PDC/UDN e Jango, vice.

“Por ocasião do golpe de 64, eu e meus colegas percebemos uma orientação diferente no papel institucional do 13º Regimento de Infantaria”, lembra Kanawate. Vigilância, perseguição e muita repressão. Mais de 300 policiais foram destacados para prender o grupo do PCB, entre eles o próprio Felipe Chede. “Fomos trazidos para Curitiba de ônibus, levados para o Presídio do Ahu, revistados e jogados numa cela comum. Me lembro que era um frio tremendo”.

Kanawate ficou 10 dias preso e foi liberado. O Inquérito Policial Militar (IPM) durou cerca de três anos e nesse período foi chamado diversas vezes para prestar esclarecimentos na Dops. Quando o inquérito terminou, ele que era representante comercial, já estava falido. Recupera-se financeiramente e aficionado por música, Kanawate passa a se dedicar à Orquestra Sinfônica de Ponta Grossa, da qual é um dos fundadores.



JOSÉ MARIA CORREIA

Idade – 65 anos

Profissão –Delegado da Polícia Civil Aposentado

Na manhã de 14 de maio de 1968, estudantes secundaristas e universitários ocuparam o prédio da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, um ato que simbolizava a revolta contra a tentativa do regime militar em instituir o ensino pago nas universidades, em defesa da liberdade de expressão e pelo fim da ditadura no país. Na linha de frente, um grupo de estudantes contra um batalhão de policiais, entre eles JOSÉ MARIA DE PAULA CORREIA, calouro do curso de Direito.

Depois de arrancarem o busto do reitor Flávio Suplicy de Lacerda, odiado entre os alunos por ser o mentor da privatização do ensino público no Brasil, avalizando o acordo Mec-Usaid assinado um ano antes, a massa saiu em passeata pela Rua XV até a Praça Osório arrastando até lá o busto.

“Eu era praticante de judô, tinha um porte forte, e estava bem na frente. Participei de todos os momentos, das barricadas, da negociação, até o final na Boca. Ainda hoje tenho um pedaço do busco do reitor, que é um peso de papel na minha mesa para me lembrar daquele grande momento”, conta José Maria. Integrante do grupo que tentava reorganizar a UNE, José Maria Correia não chegou a ir a Ibiúna, São Paulo, no fatídico congresso que acabou com a prisão de todos os estudantes naquele mesmo ano.

Em 1972, faz concurso para a Polícia Civil do Estado do Paraná e começa a ser preparar para ingressar da carreira de delegado. Mantendo a convivência e amizade com os companheiros da época de militância estudantil, José Maria se aproximou do MDB e participou do Comitê Brasileiro pela Anistia em Curitiba – CBA-Curitiba – e acompanhava, de dentro da Polícia Civil, a luta pela restauração da Democracia no país.

Em seu depoimento, o ex-delegado José Maria Correia conta como foi assediado para integrar o Doi-Codi no Paraná, a vigilância sistemática, o terror de algo acontecer com a família e as pressões

sofridas por ser declaradamente um homem envolvido com a esquerda e *persona non grata* dentro da corporação.

Eleito vereador de Curitiba pelo PMDB em 1982, conseguiu negociar, já que ainda havia resistências à homenagem, e aprovar um Título de Cidadão Honorário de Curitiba para Dom Helder Câmara, entregue numa grande solenidade no antigo Cine Vitória. Numa visita a Cuba e Nicarágua representando o prefeito Maurício Fruet, quase teve seu mandato cassado.

Em 1987, no Governo Álvaro Dias, José Maria ocupou o cargo de delegado geral da Polícia Civil e deu prosseguimento às diretrizes estabelecidas no governo anterior pelo Secretário de Segurança Luiz Felipe Haj Mussi para desarticular o sistema repressivo no estado do Paraná. “Houve uma ampla investigação interna e descobrimos o arquivo da Dops, que muitos diziam ter sido destruído”, conta José Maria. Com informações datadas de 1930 até 1989, o arquivo continha cerca de 40 mil fichas. “Houve uma grande resistência para a abertura dos arquivos” relembra. Finalmente em 1991, já no governo Roberto Requião, é assinado o Decreto Estadual 577 que repassou ao Arquivo Público do Paraná a guarda do acervo.



JOSÉ SFORNI

Idade – 65 anos

Profissão - Economista

O estudante de Economia na Universidade Estadual de Maringá (UEM), entre 1967 e 70, JOSÉ APARECIDO SFORNI participava de um núcleo de estudos sobre a realidade brasileira junto com Laércio Souto Maior, Ramires Moacyr Pozza e Antonio Calegari.

“Naquela época, na Economia da UEM havia apenas três pessoas de esquerda: eu, Ruth Ribeiro de Lima e Deisi Deffune”, relembra.

Sforni se lembra claramente do longínquo dia em que ele foi voto vencido na discussão em que seu grupo decidiu ingressar nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCBR. “Várias organizações clandestinas nos procuravam. Optar pelo PCBR

foi um grave erro já que muitos do grupo original não defendiam a luta armada”, afirma.

Com a ofensiva da repressão no aniquilamento das organizações clandestinas em 1970, os integrantes do PCBR de Maringá foram presos e levados para o Quartel do Exército de Apucarana. “Na minha leva, fomos eu, Ramires, Laércio e Licínio Lima. Eu fiquei 30 dias e não fui torturado”, recorda Sforni.

Apesar da prisão, o grupo depois de absolvido continuou articulado, mas sem pertencer a nenhuma organização. “Até que o pessoal do Partido Comunista Brasileiro, representados por Ildeu Manso Vieira e Nilton Cândido nos procuraram para ajudar na reorganização do PCB na região”. Sforni lembra que pouco tempo depois desse encontro, em meados de 1975, muitos dos que estiveram naquela reunião foram presos pela Operação Marumbi, que desmantelou o PCB no Paraná.

Em seu depoimento, Sforni conta ainda porque ele, Laércio e Ramires não entraram com pedido de indenização, apesar da vigilância, perseguições e prisões a que foram submetidos pelo regime militar.



JUDITE BARBOZA TRINDADE

Idade – 69 anos

Profissão - Professora

Paulista de nascimento, JUDITE MARIA BARBOZA TRINDADE morava em Maringá, Norte do Paraná, quando iniciou sua militância política como estudante secundarista engajada em protestos, por exemplo, contra a Guerra do Vietnã. No pós-64, está integrada à Juventude Estudantil Católica (JEC), participa de discussões políticas, adere ao movimento estudantil e desde já questiona a ditadura, participando da resistência para a sua derrocada.

Em 1968 Judite está devidamente instalada em Curitiba para cursar História na Universidade Federal do Paraná. Trazia na bagagem a agitação política vivida no interior e vive intensamente os episódios que marcariam aquela geração. Detida duas vezes por

panfletagem, a jovem de 24 anos ainda insiste na militância estudantil, lutando por uma universidade gratuita, pela liberdade de expressão e pelo fim da ditadura.

Eis que na manhã do dia 17 de dezembro, quatro dias após a decretação do famigerado do AI-5, definido como o golpe dentro do golpe por usurpar de vez as liberdades individuais, aproximadamente 45 estudantes são presos por agentes da repressão na Chácara do Alemão, localizada no Bairro Boqueirão em Curitiba, onde iria acontecer o minicongresso da UNE, encontro regional, para debater a reorganização da entidade proscrita pela ditadura. Judite estava entre eles.

“A princípio, achei que seria uma prisão rápida, com as anteriores. No segundo dia, a ficha caiu”, relembra Judite, que estava entre os 15 estudantes mantidos presos no Presídio Provisório do Ahu, enquanto os demais eram liberados. Foram apresentados à imprensa como se fossem troféus da ditadura, subversivos, “e nesse momento a coisa ficou clara”, completa. Processados e condenados, ninguém escapou do peso da ditadura. Judite foi condenada a 4 anos e teve a pena reduzida a um ano de detenção. Ela e outra estudante, Elizabeth Fortes, foram as únicas mulheres do processo contra os estudantes a cumprirem pena. Ficaram na mesma cela no Ahu e dividiram as mesmas incertezas, medos e esperanças. Em dezembro de 1969, Judite termina de cumprir a pena e deixa a prisão. Elizabeth permanece mais seis meses. “Eu fui visitá-la uma vez”.

De volta à vida, Judite retoma a universidade e dois anos depois termina o curso de História. “Naquele período, foi meio que um autoexílio. Meu amigo Antonio Três Reis de Oliveira tinha sido metralhado em São Paulo, havia o desaparecimento dos militantes, tudo muito triste”.

Os anos seguintes foram difíceis. Para sobreviver, Judite dá aulas em escolas particulares. Retoma os contatos com os companheiros de política estudantil, especialmente o Vitório Sorotiuk e a jornalista Teresa Urban. Também abraça os movimentos sociais, a luta pela terra, contra a exploração dos trabalhadores, pela defesa dos professores, além de se engajar na Campanha pela Anistia, iniciada em 1978. “Minha trajetória foi sofrida, mas tenho muitos ganhos. Quem me dera todas as pessoas tivessem a oportunidade que nós tivemos”, finaliza.



JULIO COVELLO

Idade - 62 anos

Profissão - Jornalista

Aos 16 anos, JULIO CÉSAR COVELLO NETO sai de Guarapuava para estudar no Rio de Janeiro e morar com a avó. Era 1967. Na cidade maravilhosa, Júlio vivencia a efervescência cultural e agita no movimento secundarista no Colégio André Maurois. “Eu era um guri e não tinha formação política. Eu ouvia as palavras de ordem, ‘Abaixo a ditadura’, ‘O povo no poder’, achava justo e pronto”.

Quando o estudante de Medicina Edson Luiz foi morto no Restaurante Calabouço após a invasão da Polícia Militar em 28 de Março de 1968, Júlio estava lá entre centenas de secundaristas que foram protestar. Em junho, ele também estava na passeata dos 100 mil, e em outros tantos protestos e ações contra a ditadura e seus generais. Participava de discussões filosóficas, fazia leituras políticas, panfletagem e pichações e aprofundava sua militância.

Cada vez mais engajado, passa a fazer parte da rede de apoio de organizações clandestinas como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e MR-8, com inserções na Val-Palmars. Decide aderir à VPR e vive na clandestinidade. Em junho de 70, a VPR sequestra o embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, que é trocado por 40 presos políticos que seguem para a Argélia. Julio, que ajudara na preparação da ação já estava fora da organização, mas para a repressão isso não contava. “Eles me pegaram em casa, no começo de agosto de 1971. Me levaram para o Doi-Codi onde fiquei 15, 20 dias. Depois fui para o Forte de Copacabana e Forte do Leblon. Fiquei preso até final de setembro”. Foi processado, julgado e absolvido.

Em seu depoimento, detalha as torturas sofridas nas diversas celas por onde passou e as sequelas que carregou durante anos.



JULIO MANSO

Idade – 52 anos

Profissão - Professor

“Aos 16 anos aprendi a não ter medo da prisão e da tortura”, afirma de forma contundente JULIO CÉSAR MANSO VIEIRA, em depoimento que conta a sua militância no movimento estudantil entre 75 até 1978.

Um dos quatro filhos de Ildeu Manso Vieira, do PCB, preso em 1975 pela Operação Marumbi, Julio Manso diz que na escola não podia participar de atividades como cantar o Hino Nacional ou hastear a bandeira do Brasil “porque era filho de comunista”.

No Colégio Estadual do Paraná participa da reconstrução do grêmio e em 77 integra a organização de uma passeata de alunos secundaristas da Região Metropolitana de Curitiba que pede a liberação dos presos políticos.

Por sua militância, é preso diversas vezes, em manifestações e panfletagem reivindicando recursos para a Educação, defesa do meio ambiente, pela Anistia e liberdade de expressão. Numa destas prisões, ele estava com o grupo de estudantes que vaiaram o então Presidente João Batista Figueiredo na Praça Rui Barbosa. Artista plástico, Julio encontrou na arte uma forma de resistência à repressão, à exploração e ao arbítrio.



LAÉRCIO SOUTO MAIOR

Idade – 75 anos

Profissão – Advogado

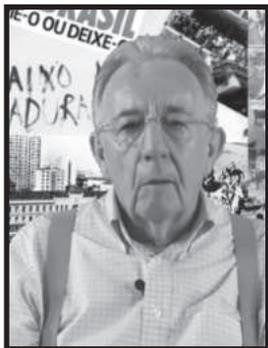
O pernambucano LAÉRCIO SOUTO MAIOR vive no Paraná há 50 anos, onde chegou como estudante secundarista já simpatizante do PCB e seu líder maior Luiz Carlos Prestes.

Instala-se em Maringá, onde o partidão era organizado, inclusive com um vereador eleito, Bonifácio Martins. Nos dias que antecederam o golpe militar, Laércio participou da organização de uma vigília na Câmara Municipal e um protesto nas ruas. No dia dos eventos, véspera do golpe, a Polícia Militar já tinha reprimido as manifestações.

Ainda simpatizante do PCB, Laércio conta que “Maringá era revolucionária em 1968, com manifestações de estudantes e tentativa de greve geral graças a uma frente ampla de militantes de esquerda organizados e determinados a combater a ditadura”.

Presos três vezes (68, 70 e 75). Em 1970 a prisão teve como acusação a participação no PCB no Paraná, e em 1975 será sequestrado e preso na Operação Marumbi de desmonte do PCB no Paraná. Laércio se denomina um “comunista revolucionário que vai morrer comunista”

Sua história de luta e resistência é um libelo à determinação dos militantes que não apequenaram diante da perseguição, das prisões, torturas e do medo, principalmente. Hoje, Laércio exalta o movimento de resgate da memória destes militantes: “Não se resgata a memória em silêncio. É preciso tocar o bumbo!”.



LAURO CONSENTINO FILHO

Idade – 71 anos

Profissão – Dentista

Em 1964, LAURO CONSENTINO FILHO era o tesoureiro do Partido comunista Brasileiro (PCB) e morava em Curitiba onde cursava Odontologia na Universidade Federal do Paraná. Nascido em Morretes, foi eleito tesoureiro do DCE que era presidido por Frederico Carlos Marés. Com a formatura em 1968, Lauro compra um consultório com o ajuda do pai, se estabelece em Medianeira e começa a trabalhar, sempre mantendo contato com os companheiros de militância estudantil.

“Nessa época, Zapata (codinome do jornalista Fabio Campana) me apresenta André (Aluizio Palmar) que me convida para participar

de uma organização, que ainda não tinha nome, mas era o MR-8”, lembra Lauro. A proposta era montar uma guerrilha na fronteira. “Eu era contra a luta armada”. Mesmo assim, aceitou esconder um carregamento de armas no consultório, que alguém veio buscar dias depois para jogar no rio próximo à cidade.

Tal ajuda fez com que fosse preso dois meses depois, em Novembro de 1969, uma vez que o Exército achou o armamento no rio e expos o arsenal na rodoviária. Levado para Cascavel, Lauro em seguida é transferido para Curitiba, permanecendo no Dops 30 dias, incomunicável. Sem provas de seu envolvimento com a tentativa de organização da guerrilha no Oeste do Paraná, Lauro é solto, após sofrer ameaças dos agentes, de que deveria deixar o estado para a segurança dele e de sua esposa.

Decide permanecer em Medianeira, “pois era o único dentista da cidade”. Filia-se ao MDB e permaneceu no PMDB para em 82 participar da campanha que elegeu José Richa governador. Convidado para participar do governo como chefe da Odontologia, aceita e transfere-se com a família para Curitiba. Até hoje continua trabalhando no Estado, no Centro de Atendimento Integral ao Fissurado Lábio Palatal (Afissur).



LÉO DE ALMEIDA NEVES

Idade – 81 anos

Profissão – Advogado

LÉO DE ALMEIDA NEVES nasceu em Ponta Grossa, em 1932, e se formou em Economia e em Direito, respectivamente pela Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná (1953) e pela Universidade Federal do Paraná (1954). Na UFPR, foi vice-presidente do CAHS.

Ainda muito jovem começou a atuar no PTB, galgando cargos em diretorias municipais e estaduais e transmitindo o programa “PTB em marcha”. Exerceu o jornalismo no jornal “Diário do Paraná”, ao passo que também publicou artigos em outros veículos, como Jornal do Brasil, Correio da Cidadania, Gazeta do Povo, Diário dos

Campos, Jornal da Manhã e Folha de Londrina. Desde os anos 1990 vem publicando obras sobre a política nacional.

Ao longo de sua trajetória Léo de Almeida Neves exerceu diversos cargos, na iniciativa privada (como a Companhia Cacique de Café Solúvel) e em empresas públicas (Banco do Brasil, Banestado, etc.). Mas, notabilizou-se por sua atuação na política institucional. Até o golpe de 1964 e a extinção do PTB decorrente do AI-2 e da implementação do bipartidarismo, Léo foi uma das principais lideranças do trabalhismo em Curitiba, no Paraná e no Brasil. Na capital paranaense foi o presidente do diretório municipal por cinco anos.

No estado, foi o secretário geral por nove anos. Ainda, foi eleito vice-presidente e secretário geral da executiva nacional do PTB, no tempo em que o partido era presidido pelo próprio Jango. Nesse período, Léo também exerceu mandatos como deputado estadual, eleito em 1958, e deputado federal, eleito como o candidato mais votado já do MDB, em 1966. Léo teve importante atuação em nível nacional também no partido antagonista da ARENA, presidindo seu diretório de Curitiba e atuando desde sua fundação, com importante trabalho de consolidação no estado.

Na ocasião do golpe, encontrava-se Léo no Rio de Janeiro, retornando ao Paraná para participar das eleições de 1966. Bem sucedido no pleito, sua atuação política no estado foi até março de 1969, quando teve seu mandado cassado com base no AI-5 e seus direitos políticos suspensos por dez anos. A acusação era de que Léo seria comunista. Mas, há tempos sua atuação política era monitorada, sendo registrada na DOPS sua participação em uma campanha pela legalização do PCB e em um ato de repúdio à invasão de Cuba pelos EUA, ambos anteriores ao golpe.

Suas atividades parlamentares irritavam o governo, haja vista sua participação na CPI da desnacionalização (que disciplinava os investimentos diretos de capitais estrangeiros no país) e da energia nuclear. Um artigo jornalístico de 1968 colocava seu nome como forte candidato a governador do Paraná pelo MDB, em uma possível eleição estadual, sendo, portanto, uma liderança a ser combatida. Ademais, Neves já havia enfrentando o regime abertamente, quando ingressou na Frente Ampla.

Léo foi beneficiado pela Lei de Anistia, em 1979, recobrando seus direitos políticos. Eleito anteriormente para a suplência, em 1985 assumiu o mandato de deputado federal, agora pelo PMDB. Nos anos 1990 seria o suplente do senador Roberto Requião, pela mesma sigla.



LEONARDO HENRIQUE DOS SANTOS

Idade – 73 anos

Profissão – Jornalista

LEONARDO HENRIQUE DOS SANTOS, em sua juventude, participou da União Londrinense dos Estudantes (ULE). Como representante do movimento, Leonardo foi a Cuba, em torno das festividades do segundo aniversário da revolução (1961), onde se encontrou com Fidel Castro e “Che” Guevara.

Passou a trabalhar no jornal trabalhista “Zero Hora”, e depois de sua extinção no Diário do Paraná e Folha de Londrina. Logo, ingressou também no telejornalismo. Na condição de jornalista, Leonardo conta alguns casos que vivenciou envolvendo a censura exercida sobre os meios de comunicação no período, como a presença constante dos agentes da repressão nas salas de edição.

As memórias de Leonardo também abrangem outros elementos, como o apoio prestado ao jornal Poeira, os fatos em torno da rede da legalidade, do movimento separatista do Paranapanema e como foi o dia do golpe em Londrina. Ele também reflete sobre certa tradição de rebelião na cidade, responsável pela eleição de sucessivos políticos do MDB.



LÍDIA LUCASKI

Idade – 69 anos

Profissão – Ambientalista

Nascida em Araucária, estudou em um colégio de freiras e depois na rede pública, na escola Júlia Wanderley. LÍDIA LUCASKI recorda que desde pequena seu pai e avô discutiam política, tanto nacional quanto internacional, destacando-se os acontecimentos na Polônia.

À medida que ela ia se interessando por teatro, foi conhecendo os universitários que promoviam as peças como parte de um projeto de luta maior, ainda no começo dos anos 1960.

O golpe foi percebido em sua casa como um rompimento do governo, algo de grande gravidade. Mas, “o pior mesmo foi em 1968 com o advento do AI-5 [...] Aí agente já tinha consciência da gravidade desse regime de exceção no qual vivíamos”. Lídia residia na CEUC e participava das reuniões, debates e das apresentações teatrais realizadas no DCE, bem como de manifestações, comícios relâmpagos e pichações. Chegou a ser levada várias vezes à DOPS, prestar depoimento.

“Acho que eu era de confiança de vários núcleos, de várias organizações, então me designavam diferentes tarefas”. Lembra que frequentava a biblioteca do PCB e de como foi obrigada a deixar a timidez para entrar nas salas anunciando que o “China” (Issamu Itu) havia sido preso. Recordar-se dos momentos de tensão vividos quando era designada para tirar perseguidos políticos de Curitiba, levando-os para fora da cidade com veículos pessoais ou da UPE. “Cumpria a função de motorista, pois poucos estudantes tinham carteira”.

Com o endurecimento do regime, sabendo que seria presa, foi levada para o Rio de Janeiro de onde, a partir de contatos com membros do PCB, da igreja e com Branca Moreira Alves, foi conduzida na clandestinidade para o Uruguai. Lá passou pouco tempo, mudando-se para o Chile, depois Bolívia e Peru. Retorna ao Brasil em 1973, após sua absolvição no processo que estava indiciada.



LÍGIA CARDIERI

Idade – 67 anos

Profissão – Socióloga

Sobrinha de Joaquim Câmara Ferreira, o segundo na hierarquia da Ação Libertadora Nacional (ALN) de Carlos Marighela, LÍGIA APARECIDA CORRÊA CARDIERI começou aos 13 anos a frequentar as reuniões da Juventude Estudantil Católica (JEC) em Bauru, no Estado de São Paulo. Após um ano de intercâmbio nos Estados Unidos, Lígia retorna ao Brasil em 1964, com o golpe militar consumado. Inspirada

pelo lado crítico e contestador da família, a ala comunista, ela decide fazer vestibular para Ciências Sociais e acaba aprovada na USP.

Vivendo numa pensão de mulheres em São Paulo mantida pelo lado Cardieri da família, exatamente o lado do da Tia Leonora e Câmara Ferreira, ela participa do Movimento de Educação chamado de MOV, “um grupo formado por pessoas que liam o mundo pelo lado do oprimido, de várias correntes e tinham em Paulo Freire seu mentor”, afirma. Nessa época, Lígia começa o casamento com Antonio Mendonça, de quem passa a adotar o sobrenome, e vive em comunidades com outros casais. “Toninho era um militante mais engajado. Eu era do MOV e tinha uma militância estudantil. Nunca cheguei a me filiar ao PCB”, completa.

No final de 68, início de 69, Lígia e Toninho moram num apartamento em São Paulo e estão se mantendo. A pedido de uma prima, filha de Câmara Ferreira, empresta o apartamento para uma reunião de integrantes da futura ALN. “Deixamos a chave e não participamos. Foram oito encontros”. Com os assaltos a bancos e sequestros promovidos pela organização, a repressão veio com tudo. “Na manhã de 4 de Janeiro de 1970, a OBAN apareceu com fuzil no apartamento e nos levou presos. Foi um horror”, lembra.

Foram quatro dias de completo isolamento, mais três semanas até que a família pudesse visitá-la. “A tortura psicológica é tamanha que a gente teme pela vida e tem a exata noção dos perigos que rondam”, avalia. No total, foram dez meses no Presídio Tiradentes, onde estava parte dos presos políticos.

Depois da prisão, a ficha no Dops impedia arrumar empregos ou assumir cargos em concursos públicos. Com duas filhas, ficou difícil para a família se manter em São Paulo. “Em 1976, mudamos para Curitiba e recomeçamos a vida”. Contratada como socióloga no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Lígia mantém contato com os idealizadores da Escola Oficina e passa a colaborar com o grupo. Em 17 de Março de 1977, ela é presa junto com os integrantes da escola, caso que ficou conhecido como os 11 de Curitiba. Apesar da repercussão nacional que a prisão na mídia ganhou, ela ainda ficou cinco dias presa na sede da Polícia Federal.

Em 1978, participa da campanha pela Anistia e começa a militar nos movimentos sociais de base e de gênero, com ênfase para a Saúde da Mulher e a luta contra a desigualdade. Atualmente, Lígia é Secretária de Saúde na Lapa.



LUIZ CORDONI JR.

Idade – 67 anos
Profissão – Médico

A participação de LUIZ CORDONI JR. na resistência democrática começa verdadeiramente em 1967 quando chega a Londrina para cursar Medicina. “Eu já era de esquerda, integrava o movimento secundarista em Botucatu, mas não pertencia a nenhum partido ou organização clandestina”, relembra. Vindo do interior de São Paulo, Cordoni não era a favor da luta armada.

Em 1968, na preparação para o fatídico Congresso da UNE em Ibiúna, Cordoni era o responsável no campus de entregar as senhas para a viagem. “Era muita ingenuidade nossa achar que nada ia acontecer”, afirma.

Embora não integrasse oficialmente as fileiras do Partido comunista Brasileiro (PCB), na UEL ele esteve bem próximo de seus integrantes, participando ativamente de ações como pichações, transportar pessoas e até dando guarida a perseguidos políticos pela ditadura.

Entre aqueles que ajudou a transportar estavam Narciso Pires e Antonio Três Reis de Oliveira, ambos do PCB, este último assassinado pela repressão em Maio de 1970 e permanece na lista dos desaparecidos políticos.



LUIZ ALBERTO MANFREDINI

Idade – 63 anos
Profissão – Jornalista

O jornalista LUIZ ALBERTO MANFREDINI começou sua atividade política aos 16 anos ao participar do grêmio estudantil no Colégio Militar do Paraná. Ao ingressar na AP, em reunião na casa da jornalista Teresa Urban, Manfredini participou intensamente

das manifestações de 1968, inclusive da tomada da Reitoria em 14 de Maio pelos estudantes que protestavam contra os acordos MEC-USAID, pela liberdade de expressão e pelo fim da ditadura. Antes disso, Manfredini já havia sido preso, em 1967, no Rio de Janeiro, por atuação no movimento estudantil.

Foi preso mais três vezes, uma delas em 17 de Julho de 1969 em São Paulo pela Operação Bandeirante, aos 19 anos, sofrendo as mais bárbaras torturas quando estava sob a custódia do Exército. Morando na capital paulista com a esposa, Manfredini trabalhava numa metalúrgica como estratégia da AP para mobilizar os operários para a luta contra o regime militar. O casal ficou 10 dias na sede da operação, submetidos ao pau de arara e outras sevícias. Liberados, Manfredini e a mulher vão para a clandestinidade. “Naquela época, ser preso significava risco de vida”. Vigilância, perseguição e medo. Essa era a rotina de um militante de qualquer organização clandestina.

Ao retornar a Curitiba onde vai trabalhar como *copydesk*, antigo revisor de textos jornalísticos no jornal O Estado de Paraná, Manfredini é preso novamente junto com Edésio Passos, ainda em função do processo da AP. Na ocasião, o diretor de redação do jornal, Mussa José Assis, vai até à Polícia Federal visitá-lo. “Sou muito agradecido por este gesto”, enfatiza. Em 1973, todos são absolvidos deste processo.

Em Março de 1978, já atuando como jornalista do Jornal do Brasil e militando pelo PC do B, Manfredini está entre os envolvidos no caso da Escola Oficina, de ensino infantil, que a repressão julgava ser uma escola que ensinava comunismo para crianças. A prisão dos pais de alunos que mantinham a cooperativa de ensino teve grande repercussão na mídia nacional e até internacional, fazendo com que todos fossem logo liberados. Mas ainda assim, foram processados.



LUIZ CARLOS DA ROCHA

Idade – 54 anos

Profissão - Advogado

Filho do renomado militante do PCB, Espedito Rocha – que foi de Pernambuco para o Paraná nos anos 1950 já filiado ao partidão -, LUIZ CARLOS DA ROCHA, “Rochinha”, nasceu em 1959, tornando-se presidente do sindicato das indústrias químicas e suplente de vereador pelo PTB, já com o retorno do multipartidarismo.

Se a atuação de Rochinha se restringiu aos anos finais da ditadura, suas memórias são fonte valiosíssima de informação sobre a vida e a militância de seu pai. Lembra dos tempos da infância quando Espedito alertava para os perigos que a Democracia brasileira sofria e que, em decorrência do golpe, fugiram de Curitiba, assim que souberam do ocorrido. Em Itaúna do Sul, onde já morava seu tio, reorganizam suas vidas, e seu pai entrou na clandestinidade, assumindo a identidade de Tibúrcio Melo.

Então, o velho Rocha continuou a atuar no PCB, dirigindo-o e o organizando Brasil afora. Simultaneamente à operação Marumbi no Paraná, Espedito foi preso quando dirigia uma fazenda do partidão no Mato Grosso do Sul, ficando detido por cerca de quatro meses, período que desenvolveu diferentes problemas de saúde. Um amigo da ARENA teria conseguido tirá-lo da prisão, assumindo agora a identidade de Tadeu França e voltando a militar no PCB.

Rochinha atuou no período final da ditadura, participando do movimento estudantil em Paranavaí no término dos anos 1970 e, em Curitiba, no CBA, MDB, PMDB e PCB. Teve como atribuição trabalhar para consolidar a frente de oposição à ditadura e organizar células do partidão no interior do estado, sendo conforme suas memórias um partido de quadros e não de massa. Rochinha permaneceu por vários anos filiado ao PCB, mesmo quando parte de seus membros optaram por alterar a sigla, fundando o Partido Popular Socialista.



LUIZ DONADON LEAL

Idade – 53 anos

Profissão – Psicólogo

LUIZ DONADON LEAL era estudante de Psicologia na Universidade Estadual de Maringá (UEM) quando em 1979 se aproximou do grupo que integrava o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a maioria dissidente de organizações de esquerda que atuavam no Paraná. Entre eles o jornalista Luiz Alberto Mafredini e José Ferreira Lopes, o Dr. Zequinha, ambos dissidentes da AP, que buscavam novos contatos para organizar a resistência na região de Maringá.

Era do PC do B as bases do movimento estudantil da UPES e UNE, que estavam se reorganizando. “O PC do B organizava cursos de formação com estudos sobre o marxismo. Eram tempos de pré-legalização da organização e havia muita movimentação na UEM no começo dos anos 80”, enfatiza.

Fundador do primeiro Centro Acadêmico de Psicologia da UEM, Luiz Donadon militava no movimento estudantil e participava de projetos sociais, “com a criação de associações de moradores que fazia a ligação entre universidade e sociedade”, destaca. Para ele, o resultado foi uma ampla troca de apoio para as lutas emblemáticas daquele momento como a gratuidade do ensino na UEM e a campanha das Diretas Já.



LUIZ EDSON FACHIN

Idade – 55 anos

Profissão – Professor

A paixão pela literatura desde o ginásio despertou em LUIZ EDSON FACHIN um interesse pela leitura de textos políticos, especialmente os referentes às causas sociais. Filho de um pequeno agricultor e de uma professora, foi no movimento estudantil secundarista

que Fachin encontrou seu caminho para mudar a sociedade. Foi secretário da UPES e participou ativamente da entidade entre os anos de 1975 e 76. “Naquela época, o movimento secundarista não era protagonista, pois era formado pelos filhos do AI-5. A agitação estava no universitário, que se concentrava nas grandes cidades”, destaca.

Quando deixa Toledo, no interior do Paraná, para cursar Direito na Universidade Federal do Paraná em Curitiba, Fachin está entre as lideranças do movimento estudantil que iriam somar forças para lutar na defesa dos Direitos Humanos no Comitê Brasileiro pela Anistia (1979), pelas Diretas Já (84) e pela Assembleia Nacional Constituinte (88). “A luta pela conquista do estado democrático passava pela reforma agrária e na Constituinte eu me engajei”, afirma.

Indicado para integrar a Comissão Estadual da Verdade, organizada em 2013, Fachin ressalta a importância do resgate da memória histórica das lutas: “As novas gerações precisam saber das atrocidades que foram praticadas pelo Estado”.



LUIZ FERNANDO ESTECHE

Idade – 56 anos

Profissão – Jornalista

Nascido em Guarapuava em 1957, LUIZ FERNANDO ESTECHE iniciou sua militância no movimento estudantil pelo viés cultural no grêmio estudantil com a poesia. Chegou a presidente da união municipal de estudantes e em 1979 é eleito presidente da União Paranaense de Estudantes Secundaristas (UPES). Mantinham o Jornal Argumento, que além de incentivar reflexões com franca inspiração oposicionista ao regime militar, também promoviam eventos. “Trouxemos para uma palestra Ferreira Goulart logo após o retorno do exílio”, lembra.

Naquele período, o Decreto 477/69, chamado de AI-5 das universidades, ainda estava em vigência e impedia qualquer tipo de organização política nas instituições de ensino, seja de estudantes, professores e funcionários.

Engajado na luta pela democratização da universidade, Esteche também se integra no Comitê Brasileiro pela Anistia em Curitiba, influenciado pelo Professor Luiz Edson Fachin, onde mantinha contato com as diversas organizações políticas como o MR-8, PCdoB e o PCB, este com mais identificação.

Quando surge o Partido dos Trabalhadores (PT), Esteche já está em de volta a Guarapuava onde atua como Jornalista e se envolve nos movimentos sociais, com a luta dos trabalhadores rurais e associações de moradores na região. Pertence ao PT até hoje e nunca abandonou a poesia.



LUIZ GERALDO MAZZA

Idade – 82 anos

Profissão – Jornalista

Formado em Direito no ano de 1954, organizou e participou ativamente de manifestações de rua do período, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Envolveu-se em movimentos como dos trabalhadores da limpeza pública, contra o aumento da tarifa do transporte coletivo, contra o imperialismo estadunidense e contra a carestia.

Durante a Ditadura, envolveu-se nos processos eleitorais, apoiando o MDB. Respondeu a Inquérito Policial Militar aberto contra os jornalistas do Última Hora já em 1964, enfrentando longo período de desemprego formal.

Em seu depoimento, Mazza relembra a perseguição que ele e outros jornalistas sofreram: “Eu fui atingido pelo lado institucional em 1964, o Ato nº I, em que o governador Ney Braga seleciona algumas pessoas, muitos jornalistas, para afastar do serviço público, colocando em disponibilidade”. Além de jornalistas, foram atingidos outros funcionários públicos como, por exemplo, promotor Noel Nascimento, que tinha um posicionamento muito forte contra o regime de exceção recém-instalado.

“Fomos afastados do serviço público. Houve alguns casos de tortura, principalmente do pessoal mais determinado, o pessoal de

Londrina nessa época. Mas as coisas complicam depois de 68. Ai é que o quadro complica”, afirma.

Com mais de 60 anos de atividade no jornalismo paranaense, Mazza continua ativo na profissão, trabalhando em rádio e jornal, sempre com seu viés crítico, ácido muitas vezes, mas sem nunca perder o espírito combativo que o caracteriza. Respeitado por todas as tendências ideológicas, é testemunha privilegiada da história política do Paraná.



LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Idade - 52 anos

Profissão – Advogado

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA vem de uma família de políticos vinculada ao PTB e, posteriormente, ao MDB. Bona Turra divide sua relação com o período de exceção na parte que o viveu como testemunha e outra, já no final dos anos 1970, como partícipe da resistência. Suas memórias infantis e juvenis perpassam as experiências de seus parentes na política institucional do período, seja nas reuniões realizadas na residência de seus pais e avós, seja nas candidaturas pleiteadas.

Sua participação política direta se inicia já em período avançado da “distensão lenta, gradual e segura”, com as primeiras atividades estudantis e a publicação de um artigo em 1979, no qual questionou o conceito de “crimes conexos” da Lei de Anistia. No movimento estudantil, assumiu a presidência da União Paranaense dos Estudantes (1982) e posteriormente da juventude estadual do MBD, já como membro do Partido Comunista do Brasil.

Foi uma das lideranças da campanha pelas Diretas Já e se tornou membro do Conselho Estadual de Educação, contribuindo para sua maior combatividade. Findado os anos obscuros da Ditadura, Bona Turra foi eleito deputado estadual e se tornou procurador geral da União.



LUIZ SALVADOR

Idade – 73 anos

Profissão – Advogado

LUIZ SALVADOR, quando jovem, veio com sua família do interior de São Paulo para a pequena Assaí, cidade de colonização japonesa no norte do Paraná, onde presidiu a União Estudantil, tomando então conhecimento “das questões humanas, sociais e políticas”.

Aprovado em concurso público, torna-se bancário em Curitiba, onde participa da Greve de 1967 e assume o sindicato da categoria, sendo posteriormente cassado pela Ditadura. Concomitantemente, ao concluir o curso universitário em 1972 passa a advogar em defesa dos trabalhadores, moradores de periferia e presos políticos.

Foi um dos advogados dos detidos durante o desmantelamento do PCB no Paraná, em 1975, durante a Operação Marumbi, expondo com brilhantismo os percalços da defesa jurídica dos presos políticos diante das arbitrariedades da justiça de exceção.

Incansável, atuou também na formação das associações de moradores nas zonas de ocupação e na criação do Partido dos Trabalhadores, no Paraná.



MANOEL BARBOSA

Idade – 56 anos

Profissão – Advogado

MANOEL VALDEMAR BARBOSA FILHO começa sua militância política em 1976, muito influenciado pelo pai, sargento da Polícia do Exército preso em 64 por participação no Grupo dos 11 de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Com a família instalada na Lapa, Barbosa vem para Curitiba para cursar Letras

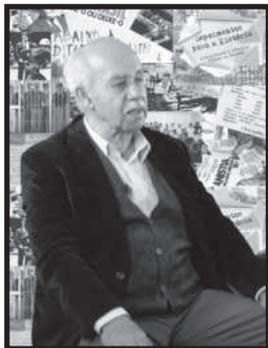
e morar na Casa do Estudante Universitário (CEU). Tem contato com o PCB e a Libelu. Inicia intensa militância na resistência, participando das reuniões, passeatas, pichações e ações do Comitê de Defesa da Amazônia e Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), entre outros movimentos.

Já engajado no PCdoB, Barbosa era responsável pela distribuição da Tribuna da Luta Operária, ‘junto com o ‘camarada Andrade’, Antonio César Andrade. “Íamos buscar o jornal na transportadora e depois vender no centro”, relembra. Por conta desta atividade, Barbosa foi preso ou detido dezenas de vezes. “Parei de contar na quadragésima detenção”, brinca.

De todas as prisões, Barbosa destaca duas em seu depoimento: Em 22 de Março de 1982, ele e Andrade foram presos na Praça Rui Barbosa hasteando a bandeira do PCdoB para comemorar os 60 anos de fundação do partido e que estava na ilegalidade. A internacional prisão teve repercussão internacional. “Na Polícia Federal, o interrogatório era para saber de onde tinha vindo a bandeira, se de Cuba ou de Moscou”, rememora. Esta prisão o abalou psicologicamente, pois presenciou o companheiro Andrade sendo agredido fisicamente e teve a família ameaçada pelos agentes federais.

Mesmo abalado, Barbosa continuou a participar das manifestações, de greves de sindicatos, das campanhas pela Anistia e Diretas Já. E foi numa destas manifestações, quando estava colando cartazes para pedir a libertação de estudantes presos pela ditadura, ele e mais 40 militantes de diversas correntes foram presos: “Foram sete dias incomunicáveis, dos dez em que ficamos presos em celas separadas, luz acesa e muito medo com o que podia acontecer com a família”.

Casado com Matsuko Mori Barbosa, companheira de militância no PCdoB, Barbosa se formou em Direito em 1985, chegou a presidir o partido em Curitiba e começou a trabalhar com sindicatos na área trabalhista. Até hoje acredita que o socialismo é o futuro da humanidade.



MANOEL DE ANDRADE

Idade – 73 anos

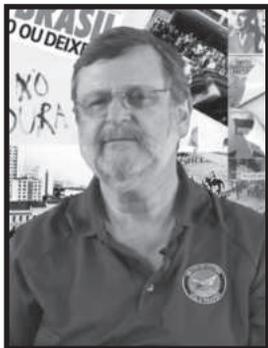
Profissão – Advogado e Poeta

Em outubro de 1968, um poema exaltando um ano da morte de Ernesto Che Guevara transforma a vida de MANOEL DE ANDRADE, nascido em 1940 em Rio Negrinho, cidade de Santa Catarina, já diplomado em 65 em Direito pela Universidade Federal do Paraná, casado e pai de uma filha de seis anos. Com a ode ao revolucionário que pregava a luta armada para combater ditaduras, Manoel teve o poema mimeografado em quatro mil cópias que foram distribuídas fartamente pelos amigos nas universidades, sindicatos, entidades ligadas a movimentos sociais e onde houvesse um grupo de resistência ao Regime Militar. Foi o que bastou para despertar na repressão o interesse pelo autor dos versos, considerado ‘subversivo, terrorista e perigoso’.

“Eu era um poeta engajado, um militante da poesia, e me transformei em refugiado”, lamenta Manoel. Para fugir da perseguição e possível prisão, deixou mulher e filha e iniciou um autoexílio em março de 69 no Paraguai, depois passando por Argentina, Chile, Bolívia, Peru e Equador.

Nesse périplo pelos países da América Latina, Manoel sobrevive da solidariedade dos apoiadores aos exilados políticos, e da poesia, ainda engajada, editada em livretos e livros, além de palestras para jovens nas universidades que também lutam contra governos opressores. No Peru, é preso por quatro dias por suas críticas contidas em sua produção literária e é expulso para o Equador. Quase quatro anos depois, em final de 1972, volta ao Chile e recebe no exílio a visita da esposa, que com o sogro, senador brasileiro, negocia o retorno ao Brasil.

Para voltar, lembra Manoel, a condição era ficar longe da poesia e da política. “Para sustentar a família, fui vender a Enciclopédia Delta Larousse no interior do Paraná”, conta Manoel, que mesmo assim ainda era vigiado pelos agentes da repressão. Em seu depoimento, Manoel Andrade conta como foram os tempos de autoexílio e os 30 anos longe da poesia e da militância política, já que somente em 2002 volta a escrever poemas, sempre engajados.



MARCELO JUGEND

Idade – 61 anos

Profissão – Consultor

MARCELO JUGEND nasceu em 1952. Desde pequeno conviveu e foi influenciado pelo pensamento e prática política progressista de seu pai, Chaim Israel Jugend, que foi um dos principais artífices da Sociedade Cultural Israelita Brasileira do Paraná (SOCIB) – entidade caracterizada pelo posicionamento de esquerda. A atuação política de Marcelo remonta aos anos no CEP, quando já em plena Ditadura atuou junto ao movimento secundarista, por meio do qual também participava do movimento estudantil mais amplo e combativo, vinculado à UPE. Lembra de uma frase muito significativa proferida por seu pai em uma conversa telefônica, na ocasião do Golpe de 1964: “- Fomos derrotados”. Pouco mais tarde, por sua estatura, passou a integrar o grupo de segurança das passeatas, que seguia na frente das lideranças de braços dados para impedir sua prisão.

Vigiado, com a prisão da principal liderança secundarista do CEP, Marcelo decidiu se afastar das lutas quando seu companheiro lhe contou que teve que mencionar seu nome às autoridades. De forma exímia, em sua narrativa se define como parte de uma “geração esmagada”, que ao entrar na universidade nos Anos de chumbo se deparou com um vácuo de militância, uma interrupção na corrente de transferência das experiências, e se viu sem possibilidades de atuação política efetiva. Diz ele: “- Na medida do possível, fazíamos pequenos atos de resistência, como na formatura”, em 1974, quando escreveram e proferiram um discurso carregado de críticas veladas ao regime. Lembra Jugend que, com o surgimento do Movimento pela Anistia, já mais próximo do final da década, encontrou uma brecha, “rachaduras na hegemonia da Ditadura”, para manifestar sua indignação e ter uma atuação mais incisiva.

“Entrou de cabeça” nessa luta “que o regime não pode sufocar e a população pode expressar indignação, inconformismo, sem poder ser calada”. Dias antes da outorga da Lei de Anistia “que até hoje causa polêmica em nosso país”, foi eleito presidente da seção para-

naense do Comitê Brasileiro pela Anistia, em um momento no qual a organização rapidamente refluuiu e se dispersou diante da conquista.

Nesse contexto, foi recrutado e ingressou nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro, com a incumbência de participar de sua reorganização após a desarticulação promovida pela Operação Marumbi, em 1975. Pelo PCB, militou contra o que restava da Ditadura nos anos seguintes e por causas populares, como o movimento dos moradores sem teto. Chegou a ser candidato à prefeitura de Curitiba e participou como delegado do Congresso que optou pela criação do Partido Popular Socialista (PPS), decepcionando-se mais tarde com os rumos tomados e aderindo ao Partido dos Trabalhadores.



MARCELO OIKAWA

Idade – 62 anos

Profissão – Jornalista

MARCELO EISI OIKAWA conviveu desde pequeno com importantes lideranças comunistas locais e não tardou para que iniciasse sua atuação política em Londrina, entre os anos 1960 e 1980. Envolveu-se, sobretudo, com o Movimento Estudantil (ME) e, clandestinamente, com o Partido Comunista do Brasil, inclusive no começo dos anos 1970, quando as esquerdas armadas já haviam sido desarticuladas e parecia que o regime não teria fim. Foi um dos primeiros membros e principais articuladores do grupo Poeira, que dirigiu o DCE da UEL por anos a fio e deve sua fama ao jornal editado de meados da década em diante.

As memórias de Oikawa percorrem caminhos que se iniciam com a Guerrilha de Porecatu e vão até o final do regime de exceção no Brasil, iluminando as especificidades de uma Londrina que, em alguns aspectos, vivia em descompasso com o restante da nação. Falando das atividades protagonizadas em sua cidade nos Anos de Chumbo, Marcelo revela a profusão e intensidade de ações políticas em contraposição à desarticulação do ME Brasil afora.

Inclusive, lembra como os estudantes londrinenses estiveram à frente das tentativas de reorganização do movimento, tanto no começo da década quando não encontraram outros grupos organizados, quanto em seu final, já em um contexto de ressurgimento do ME em todo país.

Tamanha é a disparidade temporal dos acontecimentos em Londrina que, já muito próximo da Lei de Anistia, quando o país caminhava para a redemocratização, o próprio Oikawa foi tardiamente preso e condenado com base na Lei de Segurança Nacional, sendo logo Anistiado. Se nas demais universidades do país os estudantes acumulavam vitórias, o DCE da UEL foi invadido e interditado somente no começo dos anos 1980.



MARCO ANTONIO FABIANI

Idade – 57 anos

Profissão – Médico

Um ano após o ingresso na Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 1975 para cursar Medicina, MARCO ANTONIO FABIANI se integrou ao grupo do DCE que organizava o movimento estudantil. O Jornal Poeira, catalizador de todas as discussões políticas e enfrentamentos à ditadura na UEL e outras instituições de ensino onde havia resistência. Em 76, os estudantes elegem uma nova direção para o DCE e Nilson Monteiro, aluno do curso de Jornalismo, é eleito.

“O ambiente de repressão era muito forte e a posse do Nilson ficou marcada pela prisão de um professor do curso da Medicina, Professor Nelson, denunciada no discurso”, relembra. Para Fabiani, “foi um ato de coragem da nova direção romper com a reitoria, que chegou a criar uma polícia interna, que apelidamos de *Swat*, numa ironia ao seriado americano de sucesso na época, para nos reprimir”.

A invasão do DCE e o sequestro da máquina que imprimia o Poeira foram dois dos episódios de truculência que marcaram Fabiani. Por sua militância chegou a ganhar o apelido de ‘Vermelho’, embora nunca tenha sido formalmente filiado ao PCdoB.

**MARIA APARECIDA ARRUDA**

Idade – 70 anos

Profissão – Professora

Conhecida como Cidinha Arruda, MARIA APARECIDA PIMENTEL ARRUDA começou a militância política na oposição à direção da Associação dos Professores do Paraná (APP 4ª. Região), na regional de Maringá. Após ser convidada pela professora Neusa Leitão para participar da chapa de oposição e ser oradora de uma assembleia de professores em 1979, Cidinha passa a visitar as 36 escolas de Maringá promovendo discussões sobre as propostas da chapa, que acabou sendo vitoriosa com Neusa eleita presidente.

O trabalho na base fez com que o nome de Cidinha fosse indicado para a presidência, quando Neusa Leitão deixou a direção por problemas de saúde. “Eu assumi e fui acusada de ser presidente biônica, o que me rendeu uma perseguição dos dirigentes das demais APPs que chegaram a me expulsar da entidade”.

Em setembro de 1980, os professores do Paraná fazem uma greve que durou 20 dias e teve adesão total em Maringá, onde todos estavam mobilizados e tivemos grandes conquistas. Os professores ficaram dias acampados em frente ao Palácio Iguazu, na capital, e foram retirados com truculência pela polícia. “Havia um grande descontentamento com a ditadura e com a atuação da APP em defesa dos interesses dos professores”, afirma. Quando neste ano foi deflagrada uma nova greve no Estado que durou 27 dias, ela manteve os professores de Maringá mobilizados contra o governo que não cumpriu a pauta de reivindicações da categoria.

Em 1988, Cidinha estava entre os professores que em 30 de agosto foram recebidos pela polícia militar e a cavalaria do Governo Álvaro Dias em frente ao Palácio Iguazu. Em seu depoimento, Cidinha narra a luta dos professores para avançar nas conquistas para a categoria, no fortalecimento da entidade e na resistência e combate à ditadura.



MARIA DE FÁTIMA FERREIRA

Idade – 70 anos

Profissão – Assistente Social

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA nasceu em uma pequena cidade no interior do nordeste brasileiro, em 1943, em uma família com intensa participação política, que rivalizava com outra do local. Quando muito jovem, já participava das agitações estudantis na diminuta Garanhuns, Pernambuco, vinculadas à igreja e à “direita”. Contrariando a vontade da família, foi a Recife estudar, então com dezessete anos. Recém-admitida na faculdade de serviço social, ingressou na Juventude Estudantil Católica (JUC), e depois na Ação Popular (1965), ampliando sua participação na vida política.

Fátima lembra em detalhes da recepção do Golpe em Recife, quando ela e um companheiro ficaram nas ruas panfletando e denunciando o ocorrido, até participarem das manifestações no centro, dispersas à bala pela repressão. Com o curso concluído, “integrou-se” como operária em uma fábrica de tecidos, chegando a dirigir uma greve e a participar dos relevantes movimentos trabalhistas de 1968.

Integrando a direção da AP, Fátima se deslocou para São Paulo e aderiu ao PCdoB, em meio ao processo de fusão das duas entidades. Após essa estada junto à pauliceia, transferiu-se para Jequié, Bahia, onde buscou juntamente com seu companheiro, “Zequinha”, integrar-se com a população e averiguar as condições para preparação de um novo foco guerrilheiro rural. Lá ficaram até a Chacina da Lapa, quando foram obrigados a se mudar novamente, retornando a Pernambuco. Foi condenada, à revelia, a três anos de prisão e à perda dos direitos políticos por cinco, sendo posteriormente Anistiada.

Continuou militando ao final da ditadura, passando pela CUT e CTB. Chegou, inclusive, a presidir o Conselho Federal de Serviço Social e o Conselho Nacional de Seguridade Social. Até hoje Fátima integra o PCdoB, e cerra ombros com as companheiras da UBM. As memórias dessa militante aguerrida se estendem desde os prenúncios do golpe até os dias de hoje, transitando por caminhos e fatos surpreendentes.



MARIA RAMOS ZIMMERMANN

Idade – 86 anos

Profissão – Aposentada

Esposa e mãe de militantes políticos de esquerda, MARIA RAMOS ZIMMERMANN nasceu em 1927 e nunca pertenceu a nenhuma organização. Porém, é possível dizer que Dona Nina, como é carinhosamente conhecida, foi uma das milhares de pessoas que sentiram o peso da ditadura e resistiram ao regime militar com bravura e incansável determinação.

Casada com o militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) Hilton Zimmermann com quem teve quatro filhos, Dona Nina não se intimidou com os ‘milicos’, quando o marido foi preso em Blumenau no 31 de março de 1964 e levado para quartel do Exército, primeiro, e três dias depois transferido para Florianópolis. “Durante seis meses eu fui a Florianópolis levar roupas e comida para meu marido, até que ele foi transferido para Curitiba, onde eu também ia visitá-lo no Presídio do Ahu”, relembra.

Até o marido ser libertado em abril de 1965, Dona Nina mantinha o sustento da família com o trabalho de diarista, lavando roupa de outras famílias e fazendo pães e biscoitos para vender. “Quando ele saiu, não tinha jeito de arranjar emprego em Blumenau e aí decidimos viver em Curitiba”, recorda.

Processado e diante de uma iminente condenação de dez anos, Hilton vai para São Paulo viver na clandestinidade. Quando o filho mais velho Pedro Airton, começa na militância política na Ação Popular (AP) também em São Paulo, Dona Nina já sabia o que estaria por vir. “Eu era vigiada e perseguida porque o Hilton estava clandestino em São Paulo. Os agentes procuravam informações do pai e do filho”. Em 71, os dois foram presos pela Operação Bandeirantes (OBAN) e torturados na sede do Dops.

Transferidos para Curitiba, Dona Nina descobre o paradeiro dos presos, que estavam na Delegacia de Santa Quitéria, local utilizado pela repressão para abrigar os presos políticos. “Arrumei uma sacola de roupas, fiz uma trouxa com pães e biscoitos e sai de

madrugada. Encontrei um taxista, contei o que estava acontecendo e dei a ele todo o dinheiro que tinha. Ele me levou até lá e me deixou uma quadra antes. Quando cheguei perto do muro da delegacia eu gritei o nome do meu filho e ele estava lá. Sujo e faminto”.

O depoimento de dona Nina é o relato de uma mãe que sempre esteve ao lado do marido e dos filhos, “mesmo sem nem saber o significado da palavra comunista”. Ela fala da morte do filho mais novo, Paulo Airton, encontrado morto em 06 de Outubro de 1980 por enforcamento dentro do quartel em Cuiabá. Sua morte foi atribuída a suicídio; em 10 de Novembro de 1983, Pedro Airton, que havia se estabelecido como empresário em Curitiba, é assassinado por assaltantes na porta de empresa. Hilton, que continuou na militância em defesa dos Direitos Humanos, morreu aos 76 anos em Curitiba de causas naturais.



MÁRIO BACELLAR FILHO

Idade – 58 anos

Profissão – Funcionário Público

Em meados dos anos 70, MÁRIO JOSÉ DE RAUEN BACELLAR FILHO inicia sua participação política quando entra em Medicina na Universidade Federal do Paraná (UFPR), curso que acabou não concluindo. “Lia jornais alternativos, tinha acesso à informação e ia a palestras e eventos que ajudavam a esclarecer minhas ideias”, recorda.

Em 78, Bacellar destaca uma palestra do antropólogo Darci Ribeiro, que reuniu o pessoal progressista de esquerda e serviu para formar a convicção de muitos dos estudantes presentes de que era possível derrubar a ditadura. “Na Igreja do Guadalupe, íamos discutir a Anistia no CBA, a questão indígena, a reconstrução da UNE, entre tantas outras lutas”.

No final de 1979, após participar da Fração Operária Comunista (FOC) e com Claudio Fajardo estudar o marxismo e outras teorias políticas, Bacellar toma a decisão de somar esforços com o grupo que militava no MR-8. Entre todas as ações de resistência,

recorda com detalhes da prisão de companheiros numa pichação. “Eu era responsável pela segurança, devendo ficar distante da ação. Foi tudo muito rápido, a polícia chegou e levou todo mundo. Não tive tempo de avisar. Corri para um orelhão e liguei para os advogados”, lamenta.

Outro episódio dessa época que Bacellar trata em seu depoimento foi a viagem a Moscou em 1985 para participar do 12º Festival Mundial da Juventude como representante do movimento estudantil. “Foi uma experiência rica para mim, pois reforçou todos os ideais que me levaram à luta”, observa Bacellar, que atualmente milita no Partido da Pátria Livre (PPL).



MÁRIO LUIZ ANTONELLO

Idade – 55 anos

Profissão – Economista

Começou sua militância na década de 1970 no movimento estudantil no Sudoeste do Estado do Paraná. “Eu era cristão e me acusaram de ser comunista por agitar o grêmio. Conheci o comunismo e gostei”, afirma Mário Antonello, hoje economista e servidor público estadual. Ainda no Sudoeste, esteve à frente da Escola de Liderança, entidade ligada à Igreja Católica que fomentava discussões políticas entre os jovens.

Filiou-se ao MDB e foi recrutado para integrar o MR-8, quando já morava em Curitiba. Para Antonello, “de toda a luta, o que ficou foi a liberdade”.



MARLENE ZANNIN

Idade – 58 anos

Profissão – Advogada Ambiental

MARLENE ZANNIN é natural de Urus-sanga, Santa Catarina. Ela chegou a Curitiba, em 1974, e se envolveu com a organização MR-8, quando esta já havia feito uma auto-crítica da luta armada e aderido ao projeto de trabalho junto às massas. A área de atuação de Zanin foi, sobretudo, o Movimento Estudantil de meados dos anos 1970 em diante, destacando-se sua atuação na reconstituição do DCE da UFPR. Em decorrência de seu engajamento político, ela teve rápidas passagens pela prisão, em 1980 e 1981.

Com uma campanha baseada no contato direto com a população, subindo nas floreiras da Rua XV para discursas, Zanin conseguiu se eleger vereadora pelo PMDB em 1982, exercendo seu mandato em prol da redemocratização do país e dos movimentos populares, como o de moradores da periferia e das mulheres.



MATSUKO MORI BARBOSA

Idade – 55 anos

Profissão – Enfermeira

Filha de imigrantes japoneses, MAT-SUKO MORI BARBOSA chega em 1979 em Curitiba para cursar Enfermagem na Universidade Federal do Paraná e contra um clima de efervescência no movimento estudantil. “Eu era alienada, não entendia bem o porquê das manifestações, passeatas, greves e toda aquela agitação. Nessa agitação, aproximei-me do grupo que organizava o centro acadêmico da Enfermagem e comecei a participar”, lembra.

Entre as lideranças que mobilizavam as atividades de protesto pela melhoria da qualidade do ensino e de luta contra a ditadura

estavam Vitor Moreschi, diretor da UNE, Zenir Teixeira, da UPE, e Tosca Zamboni, do DCE, entre outros. Foi neste contexto que Matsuko conheceu o estudante de Letras à época, hoje advogado, Manoel Barbosa, que se torna seu companheiro e a leva para o PCdoB. Juntos distribuíam o Jornal Tribuna da Luta Operária, participavam de ações organizadas pelo partido e militavam pela Anistia, Diretas Já e o fim da ditadura. Em março de 1982, Matsuko chegou a ser detida com um grupo colando cartazes na Rua XV pedindo a libertação de dois integrantes do PCdoB, um deles Barbosa, que tinham sido presos por colocar uma bandeira do partido, ilegal, na Praça Rui Barbosa.

Entre os detidos estava Narciso Pires que não integrava o PCdoB, mas estava apenas apoiando a ação. “O Narciso foi fundamental para a libertação dos estudantes, organizando passeatas diariamente denunciando a prisão que durou 10 dias”, destaca. No ano seguinte, já casada com Barbosa, Matsuko vai morar na casa dos companheiros Rosi Vilas Boas e Silvestre Duarte, que são enviados pelo partido para conhecer a experiência comunista na Albânia. “Foi um período interessante, com o povo nas ruas pedindo Diretas Já, Assembleia Nacional Constituinte e lutando pela Democracia”.

Em seu depoimento, Matsuko fala dos avanços conquistados, “mas do muito que ainda temos que avançar para termos uma sociedade mais justa e igualitária”. Conta como se engajou no movimento de mulheres, é da direção da União Brasileira de Mulheres (UBM), e como ainda acredita “no socialismo como única alternativa para superar a opressão do capitalismo”.



MAURICIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Idade – 59 anos

Profissão – Professor

Nascido em 1954 em uma família de políticos tradicionais do Paraná, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA cresceu acompanhando em sua casa visitas e discussões de homens públicos, estudantes, intelectuais e artistas. Também se formou ouvindo as histórias

dos irmãos mais velhos envolvidos no movimento estudantil. Já sob a ditadura, um grupo se refugiou em sua casa, acompanhando Roberto Requião, e seu outro irmão, Eduardo, foi preso no Rio de Janeiro pela repressão.

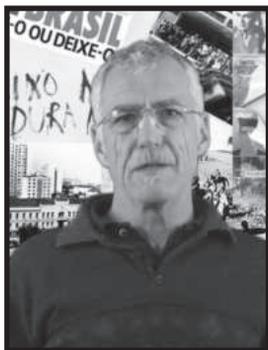
Quando Maurício entrou no CEP, entre o final dos anos 1960 início dos 1970, não encontrou nem vestígios da política estudantil, que teve seu ápice e desaparecimento brusco em 1968. Lembra que, nesses anos sufocantes as notícias que acompanhava pela rádio sobre o Chile eram um bálsamo até a queda de Allende, quando, decepcionado, arrancou alguns panfletos espalhados pelo colégio se regozijando do ocorrido.

Entrou na faculdade, em 1974, carregando essas experiências e o desejo de “fazer política, como haviam feito meus irmãos mais velhos”. Realizando esse intuito, ainda na segunda metade do ano, acercou-se do DARP, uma das raras entidades com posições progressistas que congregava estudantes de todos os cursos. Recorda de um ambiente com alguns jovens socialistas e vários contrários à ditadura, mas com a maior parte das entidades de direita ou despolitizadas. Havia o jornal “O Chato”, que discutia questões nacionais e da universidade. Nele Maurício publicou algumas matérias.

No final de 1974, o DARP teria encampado algumas lutas dos estudantes do setor e realizado um movimento contra o trote e o sistema de seleção para a universidade e em prol de uma recepção politizada dos calouros. Fizeram até um filme sobre esses temas. Focados na luta pela Democracia e organização estudantil autônoma, diziam para os calouros que nem havia o que comemorar. O DARP era um espaço político aberto para a oposição, que apoiava os movimentos sociais e reagia à ditadura e aos sequestros e prisões que operava.

Maurício recorda que, seu grupo chegou a perder as eleições para uma chapa alinhada com o governo, retomando-a mais tarde ao passo que surgiam outros grupos e entidades que opunham resistência ao regime. Sua militância, portanto, orbitou em torno do DARP e do movimento estudantil de meados e final dos anos 1970, ainda antes deste crescer e retomar as ruas no final da década. Nesse processo, fazia parte de um grupo da PO, que pautava suas intervenções junto aos estudantes: “queria ser a esquerda

da esquerda, contra o PCB reformista [...] nós nos achávamos revolucionários, queríamos o confronto com as autoridades [...] Não achavam que a defesa das liberdades burguesas fosse revolucionária”. Tinham uma “visão economicista”. Maurício participaria ainda do movimento estudantil no Rio de Janeiro, do malfadado encontro nacional dos estudantes em Belo Horizonte e da retomada do DCE da UFPR.



MIGUEL COVELLO

Idade – 57 anos

Profissão – Inspetor de Saneamento

A vida de Miguel Covello é marcada por uma manhã de 1971 quando foi preso aos 15 anos pelo Doi-Codi em Curitiba. Levado para a Praça Rui Barbosa presenciou as torturas que os amigos de colégio eram submetidos pela polícia política como choques, socos, banho gelado e todo tipo de humilhações.

Algemado na cela, apanhou para falar de organizações, aparelhos e entregar nomes. “Eu era uma criança que soltava pipa, andava de bicicleta, não sabia nada daquilo”, conta Miguel. Irmão de Julio Covello, preso no Rio de Janeiro por participação nas ações da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Miguel tinha ido a algumas reuniões de secundaristas que organizavam manifestações contra a ditadura, mas não era militante.

Aquela prisão foi de apenas um dia. Hoje, aos 57 anos, Miguel ainda carrega as sequelas daquele dia, que o fez parar no tempo e o impediu de seguir os sonhos de criança.



MILTON IVAN HELLER

Idade – 82 anos

Profissão – Jornalista

MILTON IVAN HELLER já era repórter do Jornal Última Hora numa época em que a profissão de jornalista nem existia. Observador atento e testemunha dos acontecimentos políticos do Paraná e do país, Milton sentia que a plena liberdade experimentada antes de 1964 estava com os dias contados.

“Eu era repórter de política e sabíamos que o apoio ao governo João Goulart tornaria o Última Hora um jornal maldito”, afirma. Tanto que no dia seguinte ao golpe militar, o jornal de maior circulação no país era fechado e seu dono, Samuel Wainer, teve seus direitos políticos cassados. A redação de Curitiba, assim como Londrina, também foi cercada e os profissionais proibidos de trabalhar.

Durante quatro anos, os jornalistas que ali trabalhavam foram processados pela Justiça Militar, sendo absolvidos no final. Além de Milton, entre eles estavam Walmor Marcelino, Cícero Cattani, Adherbal Fortes de Sá Junior, Edésio Passos, Délio César, Newton Stadler de Souza, Silvio Back, Jairo Araujo Régis, Milton Cavalcanti e Luiz Geraldo Mazza. O advogado de defesa era Renê Ariel Dotti, junto com Hélio Narezi e Antonio Acir Breda.

E foi durante esse período do processo do Última Hora que Milton começou a reunir informações, documentos e ouvir depoimentos “para um dia, quem sabe, publicar essas memórias”. Em 1985, com o apoio do então Secretário de Cultura, Renê Dotti, ele conseguiu publicar relatos de militantes de esquerda perseguidos, presos e torturados pela ditadura reunidos no livro ‘Resistência Democrática – A repressão no Paraná’.



NEIDE DE AZEVEDO LIMA

Idade – 81 anos

Profissão – Professora aposentada

NEIDE DE AZEVEDO LIMA gosta de afirmar que ‘nasceu meio revolucionária’. Em 1949 tinha dezessete anos e contrariando o desejo da família se casou com um homem mais velho, que sempre a incentivou a lutar por seus ideais. Admiradora de Getúlio Vargas, Neide pertencia ao PTB quando em 1957 ficou com a primeira suplência para vereadora em Ribeirão Claro. “Tomei posse uma vez”, afirma.

Sentimentalista, Neide era apaixonada por João Goulart e chegou a participar da campanha da legalidade em 1961. Em 1964, ano do golpe militar, como professora, sentiu o peso da ditadura ao ser proibido o uso em sala de aula de um livro de psicologia para crianças. “O juiz mandou queimar os exemplares”, lembra.

Mas foi na campanha pela Anistia, quando já estava estabelecida em Curitiba, que ela se destacou. Com a determinação de sempre Neide integra o Movimento Feminino pela Anistia em meados de 1975, o que lhe rendeu ameaças do CCC. Junto com Terezinha Zerbine, percorreu o país em busca de apoio de políticos do MDB, artistas e população, denunciando as torturas e arbitrariedades a que eram submetidos os opositores do regime.

Neide foi indicada em 2013 para participar da Comissão Estadual da Verdade do Paraná.



NELTON FRIEDRICH

Idade – 65 anos

Profissão – Advogado

Quando chegou a Curitiba em 1967 para começar o curso de direito na UCP, NELTON MIGUEL FRIEDRICH já trazia a experiência de militância estudantil adquirida em Toledo, onde participou intensamente

do movimento secundarista. Em 1968, auge do enfrentamento dos universitários com a repressão, Nelton estava ligado às lideranças estudantis e, mesmo vigiado, conseguiu participar de todas as lutas sem maiores problemas.

Com a formatura em 1971, decidiu permanecer em Curitiba, filiou-se ao MDB e intensificou sua militância ao se dedicar aos Direitos Humanos, prestando assessoria gratuita aos sem terras da região oeste do estado. Chegou a ser candidato a prefeito de Toledo em 1976, mas não levou. Dois anos depois, foi eleito deputado estadual e indicado líder do MDB na Assembleia Legislativa.

“A militância estudantil contra a ditadura marcou o começo da minha trajetória política”, destaca Nelton, que durante seu mandato liderou um grupo combativo de oposição ao governo Ney Braga. Participou ativamente como parlamentar da Campanha pela Anistia (1979), bem como de outros movimentos sociais como o Justiça e Terra (1980), em apoio aos atingidos pela barragem de Itaipu.

Com a eleição de José Richa em 1982, Nelton foi convidado a integrar o governo como Secretário do Interior e participou da criação e implantação do Programa Click Rural. Em 1986 foi eleito para a Câmara Federal como deputado constituinte.

Desde 2003, Nelton integra a diretoria da Itaipu, coordenando o Programa Cultivando Água Boa desenvolvido em vinte e nove municípios lindeiros à barragem da hidroelétrica.



NEUSA PIRES CERVEIRA

Idade – 55 anos

Profissão – Professora

NEUSA ROMANZINI PIRES CERVEIRA é filha de Maria de Lourdes Romanzini e Joaquim Pires Cerveira, major do exército e militante da Frente de Libertação Nacional (FLN), cassado em 1964, preso e torturado em 1970 e desaparecido político desde 1973, quando foi sequestrado na Argentina aos quarenta e nove anos pela Operação Condor. A trajetória de vida e militância de Neusa

está intimamente ligada a do pai, pela bravura e coragem em lutar pela liberdade e igualdade do povo brasileiro, e a da mãe e irmãos, pela determinação em resistir à repressão para defender os ideais e crenças da família.

As reminiscências da infância a levam até o bairro Água Verde, em Curitiba, onde o pai, defensor da revolução democrática cubana, recebe Ernesto Che Guevara para um pernoite em 1966. “Não houve reunião nenhuma com nenhuma organização, ele apenas estava em trânsito”, destaca Neusa. Ela também lembra das vezes em que a casa esteve repleta de estudantes que partiam para fora do país, ou era vigiada pela repressão, cercada outras vezes por agentes de segurança, e de como a família teve que partir para o Rio de Janeiro para viver na clandestinidade. “Quando tinha dez anos, minha casa foi invadida por muitos homens das polícias Militar, Civil que perguntavam do meu pai. Eu não sabia. Usaram de muita violência, rasgaram minha roupa e só não fui estuprada porque um homem mais velho impediu”, recorda.

Em 1970, o Major Pires Cerveira foi preso pelo DOI-CODI do Rio de Janeiro, junto com a mulher e o filho, e foram todos barbaramente torturados. Nessa época, Pires Cerveira trabalhava com Carlos Lamarca, que acabou acolhendo Neusa, nessa época com doze anos, em um sítio enquanto a família estava presa na Rua Barão de Mesquita. Quando o pai foi trocado com outros trinta e nove presos políticos pelo embaixador alemão, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben, Neusa foi para o Chile com o pai, enquanto a mãe e o irmão voltaram para Curitiba.

Enquanto Neusa vai do Chile para Portugal com um casal a pedido do pai para garantir a segurança da menina, o major Pires Cerveira transita entre Chile e Argentina, até ser sequestrado em dezembro de 1973. De volta ao Brasil no ano seguinte, ela adere ao PCB e inicia sua própria militância, engajando-se em campanhas no ME, sendo detidas algumas vezes, pela Anistia, Diretas Já e Constituinte.

Em 1992, fixa residência em Natal, Rio Grande do Norte, “um lugar que me acolheu depois de tantas andanças”. Sem militância efetiva, Neusa continua numa luta para entender seu passado e o do Brasil. Sua dissertação de mestrado é sobre a ‘Luta Armada no Nordeste – PCR – 1966/1973’ e a tese de doutorado, ‘Memória da dor: Operação Condor’, defendida na USP em 2007.



NILSON MONTEIRO

Idade – 62 anos

Profissão – Jornalista

Nascido em Presidente Bernardes, São Paulo, em uma família que tinha na política tema corrente de discussões, NILSON MONTEIRO atuou na esfera pública como estudante e jornalista em Londrina. Na primeira condição, teve participação intensa no ME dos anos 1970, centrado no então recém-fundado DCE da UEL. Presidiu não só o diretório acadêmico de letras e comunicação, mas o próprio DCE, tornando-se o representante discente nas reuniões da universidade.

Já no ato de cerimônia de sua posse, em 1975, fez um duro discurso denunciando as prisões operadas durante a operação Marumbi e cobrando a integridade física de um professor da UEL sequestrado nesse processo. Coloca sua gestão como um ponto de virada do DCE, no sentido de recrudescimento das críticas ao regime e luta pela redemocratização. Além das mais variadas atividades estudantis promovidas pelo grupo Poeira, Monteiro e seus companheiros participaram do MDB, promovendo campanhas de filiação em massa. Mas, ao ser convidado a se candidatar a vereador, teria dito: “Não, muito obrigado, quero ser líder estudantil”.

Como jornalista Nilson publicou nove livros ao longo de quarenta e dois anos dedicados à profissão, passando por todas suas áreas. Mas, o brilho de seu depoimento está mesmo no protagonismo que exerceu no intenso ME londrinense dos anos 1970, que inclusive contribuiu para a reorganização nacional dos estudantes e retomada de suas entidades. As memórias de Nilson nos permitem transitar por esse rico universo, vendo suas nuances e, ainda, saboreando detalhes e controvérsias, que vão desde o final dos anos 1960, com o movimento secundarista, até o movimento pela Anistia e as campanhas pelas Diretas Já.



NOEMI OSNA CARRICONDE

Idade – 66 anos

Profissão – Jornalista

NOEMI OSNA CARRICONDE é neta de antigo militante do PCB. Ingressou no ano de 1965 no curso de Jornalismo, em um momento no qual o ME era rearticulado após a fase inicial do golpe e logo recrudesceria suas atividades, por meio do DCE e da UPE.

Noemi participou de comícios relâmpagos, panfletagens e demonstrações pelo voto nulo e contra a ditadura, a guerra do Vietnã, a indicação de reitor e os acordos MEC-USAID. Vinculou-se à AP em 1967 e, buscando a integração junto à classe operária como tarefa revolucionária, mudou-se grávida e com seu marido para São Paulo, na clandestinidade.

Com o acirramento da repressão e a prisão de seu companheiro, passou um tempo fugindo até partir para longo exílio no Uruguai, Chile, Panamá e Canadá. Dentre outras coisas, a trajetória de Noemi ilumina bem a experiência do exílio, comum a milhares de brasileiros e brasileiras que escaparam da repressão.



OLANDA BRAUZA DE CASTRO ESTEVES

Idade – 76 anos

Profissão – Aposentada

OLANDA BRAUZA DE CASTRO ALVES, nascida em 1937, foi esposa do falecido jornalista e membro do PCB, Joaquim Alberto Esteves. Ela afirmou que seu depoimento é uma homenagem à memória de seu falecido companheiro, que teve importante atuação política no estado.

Seu testemunho é interessante justamente por apresentar um ponto de vista geralmente relegado ao segundo plano ou mesmo

ignorado: o sofrimento infligido pela ditadura aos familiares dos militantes. Nesse aspecto, Olanda comenta sobre as perseguições sofridas, suas repercussões em casa e os medos e angústias vividas, como as brigas para que seu marido não fizesse reuniões em casa, seus frequentes sumiços, a necessidade corriqueira de se livrar de documentos que pudessem incriminar seu companheiro, a miséria forçada e o pavor de que tirassem seus filhos dela.

“Só quem passa por isso pode avaliar o que é uma ditadura [...] me desfiz de toneladas de livros, uma parte joguei no lixo, outra queimei”. Perseguidos e desempregados, os familiares chegaram a viver alguns meses em Paranaguá, em uma igreja evangélica gentilmente cedida pelo pastor local, dormindo na sacristia.



OSIRIS BOSCARDIM PINTO

Idade – 86 anos

Profissão – Professor e Dentista

OSIRIS BOSCARDIM PINTO nasceu em Curitiba, em 1927. Seus primeiros contatos com o PCB foram por meio da célula Leocádia Prestes, nos idos dos anos 1940, que se situava na rua Comendador Araújo. Mais tarde, como consequência dessas ligações, executou suas primeiras tarefas. Osiris lembra que, quando Plínio Salgado foi fazer um comício na Boca Maldita em Curitiba, na condição de candidato à presidência, ele e seus companheiros lançaram bolinhas de gude no asfalto para impedir que a cavalaria pudesse investir contra os estudantes, que protestavam. Naquela época “quando se dizia eu sou ou alguém acusava ‘- você é de esquerda’, ou você dizia que era membro do Partido Comunista ou que você era comunista, você podia dizer aquilo com orgulho e abertamente, que as pessoas olhavam para você com respeito. Isso foi naqueles anos gloriosos de 1946, depois da guerra. A Guerra Fria foi acentuando essa animosidade contra o comunismo”.

Concluído seu curso de Odontologia, Osiris foi para o Rio de Janeiro, onde travou contato com importantes lideranças do PCB

e teve profundo aprendizado. Ao retornar ao Paraná, em meados dos anos 1950, foi exercer sua profissão no interior. Devido aos poucos contatos com outros comunistas ou mesmo simpatizantes acabou por reduzir suas atividades políticas. Estabeleceu-se em Apucarana, colocando em prática os conhecimentos adquiridos na graduação em paralelo ao exercício da docência. Lá, um pouco posteriormente, travaria contato com jovens como José Idésio Brianezi e Antônio dos Três Reis de Oliveira, que se engajaram na resistência armada e acabaram mortos pela Ditadura. Mas, durante o Golpe, Boscardim vivia em Peabiru, apoiando o sindicato dos trabalhadores rurais e a sua principal liderança “caboclo semianalfabeto” Deodato, que pode sediar as atividades sindicais na sala cedida atrás de seu consultório.

Com fama de comunista, foi perseguido pela sociedade local. Enquanto nas principais cidades do país transcorria a Marcha com Deus pela Família e Liberdade, em sua cidade pessoas vinculadas à congregação mariana fizeram um ato em frente ao seu consultório contra o “comunismo ateu”, ameaçando incendiar o recinto. Mudou-se então para Campo Mourão, onde conheceu e estreitou os laços com o também presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, Moacir Reis Ferraz. Passado algum tempo, Boscardim retornou a Apucarana, dedicando-se exclusivamente à docência no ensino médio e superior. Manteve algumas atividades políticas em uma célula local do PCB, mas em suas palavras “muito discretamente para não prejudicar sua carreira”. Ficou na cidade até 1975 e em decorrência da operação Marumbi de desmonte do PCB, refugiou-se em Curitiba, sendo acolhido por Ivete Torres Ribeiro até ser sequestrado pelo DOI-CODI. Foi vítima de tortura psicológica (simulação de fuzilamento), testemunhou os gritos lancinantes de companheiros sendo torturados e protagonizou uma bem-sucedida greve de fome contra o péssimo tratamento no quartel da PM na Av Marechal Floriano. Ficou preso quase dois anos até ser absolvido por unanimidade de votos ao final do processo formal.

O depoimento de Osiris nos conduz por várias outras lembranças desses tempos, ora agoniantes, como o período de desemprego forçado, ora radiantes, como o apoio e a vida partilhada com Ivete, os tempos passados nos EUA e o contato com o partido comunista local e o surpreendente encontro com um aluno que era guarda do presídio, que tentou lhe auxiliar.



OSVALDO ALVES

Idade – 79 anos

Profissão – Médico

Nascido em Araranguá, Santa Catarina em 1934, OSVALDO ALVES tem na origem a vida difícil do trabalho na roça. A despeito de qualquer impedimento, a vontade de estudar fala mais alto e ele vai para Porto Alegre para cursar medicina, “movido pelo sentimento de humanidade e o desejo de fazer algo mais pelos pobres e doentes”. Além de um idealista, o “Dr. Osvaldo”, como é conhecido, é um marxista que em 1964 já praticava a medicina social, ajudando os mais carentes, lutando pela igualdade e o fim das injustiças no interior do Rio Grande do Sul.

A proposta de fazer medicina popular trouxe Osvaldo a Mandaguari, Norte do Paraná, em meados de 1967. “Eu não era militante de nenhum partido, embora conhecesse as doutrinas e tivesse alguns amigos comunistas”, afirma. Em Mandaguari, ele mantinha o Hospital São Francisco, ao mesmo tempo em que participava de reuniões políticas, algumas em sua casa, com integrantes do PCB como Ildeu Manso Vieira, Salim Haddad, Luiz Gonzaga Ferreira, Nelson Pedro Zambom, Mário Siqueira e Narciso Pires, os mais próximos.

Todo esse grupo que estava tentando reorganizar o PCB caiu em 1975, quando foi deflagrada a operação Marumbi. Osvaldo foi preso em onze de setembro, por volta das vinte e três horas, quando retornava de uma festa em Araçongas, cidade próxima. “Sequestrado, algemado, tratado como bandido, fui levado para o quartel de Apucarana e torturado a noite inteira com as mais variadas técnicas”, relembra.

Em seu depoimento, Osvaldo conta como foi o tempo em que passou na prisão, o relacionamento com os companheiros de cela e como, ao sair, resolveu mudar de vida. “Aproveitei o tempo na cadeia para refletir, estudar e quando sai deixei de ser capitalista e abandonei a medicina. Mudei minha filosofia de vida, fiz voto de pobreza e de 1980 para cá virei um ermitão urbano”, afirma.



OSVALDO MACEDO

Idade – 72 anos

Profissão – Advogado

O Advogado OSVALDO EVANGELISTA DE MACEDO conclui o curso de direito na UFPR em 1965, embora tenha sido afastado da UFPR no ano anterior, sob a acusação de ser subversivo. Por isso, não chegou a se formar com a turma original. No ME, integrou a esquerda independente, embora tivesse uma boa aproximação com o PCB, compôs a direção da UPE.

Filiado ao MDB, conquistou o mandato de deputado estadual em 1974, na eleição emblemática para a história política do Brasil quando as urnas mostraram que o povo queria mudanças. Representando a região de Londrina, o então deputado Osvaldo Macedo visita os parlamentares e dirigentes do MDB que foram presos em 1975 pela operação Marumbi. “Houve vários relatos de torturas, físicas e psicológicas”, relembra. Foi Osvaldo Macedo quem apresentou e aprovou o projeto de lei na Assembleia Legislativa que extinguiu a obrigatoriedade da certidão negativa da DOPS para o magistério.

Em 1978 foi eleito deputado federal e em Brasília foi indicado vice-líder do MDB, continuando a lutar contra a ditadura e pela redemocratização do país. Disputou a prefeitura de Londrina, mas perdeu para Wilson Moreira. Retornou à Câmara Federal em 1986 e participou da Constituinte, ‘o maior orgulho da minha vida’.



PAULO DE TARSO FARIA

Idade – 61 anos

Profissão – Gestor Governamental

PAULO DE TARSO BARRETO DE FARIA seguiu os passos do irmão mais velho, Hamilton Faria, e não se conformou com a realidade que o Brasil passou a viver após o golpe de 1964. Na condição de estudante secundarista entre 1968 e 1970, exerceu intensa atividade política no ME, aproximando-se da AP. Pichações, panfletagens e reuniões políticas renderam aos três irmãos, Paulo, Sérgio e Daniel, seu afastamento compulsório do Colégio Militar.

Mais tarde, enquanto Hamilton foi preso sozinho no Rio de Janeiro, os três mais novos foram detidos no mesmo processo em Curitiba, em decorrência das buscas efetuadas pela repressão para deter José Carlos Mendes. Paulo, assim como Hamilton, não foi só preso, como torturado, no final de 1971. Ele ficou no quartel da praça Rui Barbosa e na Delegacia da Polícia Civil no Santa Quitéria. Em seu depoimento descreve em detalhes o processo de tortura.



PAULO GUSTAVO DE B. CARVALHO

Idade – 70 anos

Profissão – Médico

PAULO GUSTAVO DE BARROS CARVALHO faz parte de uma família católica de onze irmãos em que alguns, entre os treze e quatorze anos, participavam da JEC, no começo da década de 1960. “Eu era um anticomunista convicto, mas um cristão progressista. Até que meu irmão seminarista, que estudava em Nova Friburgo com o padre Henrique de Lima Vaz, um dos ideólogos da AP (Ação Popular), passa a me influenciar”, destaca.

Na UFPR, em 1962, quando começa a cursar medicina, as convicções de Paulo Gustavo já eram outras. Em 1963 passa a fazer parte da JUC. Na noite do dia 31 de março de 1964, o clima era de medo, “pois já sabíamos que o golpe traria profundos reflexos para o movimento estudantil”.

Engajado na luta em defesa das bandeiras que mobilizavam os universitários em todo o país, Paulo Gustavo participou da organização da AP em 1965 e foi preso em São Paulo durante uma reunião clandestina. “Tínhamos várias anotações em papel e tivemos que comer as folhas para não entregar aos agentes da Dops”, lembra. Entre os quinze estudantes presos estavam Sérgio Motta, Luiz Fernando Mendonça de Barros e Egidio Bianchi.

Até 1968, Paulo Gustavo foi intensificando a militância na AP. Já com o diploma de médico, resolveu ‘servir ao povo’ e partiu para Santa Catarina onde se “preparou para morar no campo”. Com o codinome de “Antonio”, permaneceu na clandestinidade até setembro de 1970, quando se exilou no Chile. “Lá, meu contato da AP era José Serra”, observa Paulo Gustavo.

Mas as coisas não aconteceram como planejado. Numa missão de retorno ao Brasil com o nome legal, Paulo Gustavo foi preso em Santana do Livramento pelo exército, numa ação repressiva nos moldes da operação Condor. Levado para Porto Alegre, depois transferido para o Rio de Janeiro, foi submetido a todas as técnicas de tortura por agentes do CENIMAR. Perto do natal, abatido pelas torturas, foi levado para a sede do DOI-CODI da Barão de Mesquita em São Paulo e de lá levado para Curitiba.

O ano de 1971 começa com Paulo Gustavo numa cela da Delegacia de Santa Quitéria, junto com os companheiros da AP, Edésio Passos, Luiz Alberto Manfredini, Elba Ravaglio, Walmor Marcelino, entre outros. Após dois anos e três meses de idas e vindas, pois respondia a processos no Rio de Janeiro e São Paulo, foi colocado em liberdade. “A falta do atestado negativo da DOPS impedia a todos de arrumar emprego e assumir cargos em concursos públicos. Foram tempos difíceis aqueles”.

A filiação ao PCdoB ocorreu em 1978 e foi até 1982, quando deixou o partido. “Não queria correr o risco de ser preso novamente. Apesar de não ter abandonado minhas ideias, não tinha mais coragem para militar”, destaca.



PAULO SÁ BRITO

Idade – 63 anos

Profissão – Engenheiro

Nascido no ano de 1950, em Curitiba, PAULO DE ALBUQUERQUE SÁ BRITO foi influenciado pelo ideário libertário de seu pai. Mas, foi seu amigo Celso José Gorski, o “Gogól”, que o apresentou para o movimento familiar cristão, que não era uma atividade propriamente da igreja, mas um grupo que se reunia semanalmente, nos sábados à tarde, para discutir temas da vida. Pouco tempo depois, Paulo passou a frequentar as reuniões de sábado à noite, que agregavam um pessoal mais velho, próximo da JUC e JEC. Algumas dessas pessoas, como Tereza Urban e José Carlos Zanetti, participaram dos primórdios da AP no estado, organização da qual Paulo se aproximou a partir de 1966. Juntamente com seus colegas secundaristas, formou a célula do colégio militar, encarregada de pichações e panfletagem.

Aprovado em matemática na UFPR, organizou conjuntamente com Hamilton Faria o comando de calouros, agregando dois de cada curso, totalizando cerca de quarenta pessoas. Paulo participou ativamente do ME, que recrudescer suas ações em 1968, atuando não só nos atos públicos, como em comícios nas salas, pichações e panfletagens. Com a desintegração da célula do colégio militar, passou a participar das reuniões do movimento universitário da AP, que congregavam mais de dez jovens nos fundos da casa de Versa Weisheimer. Foi preso pela primeira vez nessas agitações do “Ano que não terminou”, tornando esse contratempo um ato político ao gritar, enquanto era conduzido pelos policiais, “povo é essa a repressão da ditadura”.

Sua vida foi profundamente marcada pela diretriz de “integração na produção” da AP, executada com mais ênfase a partir do AI-5. Casou e, após algum tempo se deslocando na clandestinidade pelo Paraná, Paulo e “Detinha” foram alocados em Mauá, não sem antes ele ficar vagando pelas ruas da capital paulista, passando por sérias dificuldades. Tornaram-se operários e realizaram um trabalho de

massa nas fábricas onde passaram a trabalhar e no bairro, Jardim Zaira, juntamente com “Betinho”. Pressentindo a iminente queda de toda a articulação, fugiram para Curitiba, afastando-se da militância. Em 1971, quando estava trabalhando em um banco, Paulo foi preso, no processo de desmantelamento da organização no estado. Então, iniciou sua peregrinação passando por locais da repressão, como a PF, delegacia da Santa Quitéria, DOPS de São Paulo, OBAN e o presídio Tiradentes.

Após responder ao processo, tentou retomar sua vida, sendo aprovado no curso de engenharia. Desenvolveu uma tímida atuação estudantil junto ao MEP, distribuindo o jornal “Em tempo”, e participando da Escola Oficina, sendo novamente preso. Na década de 1980, já formado, atuou junto ao movimento sindical dos engenheiros elétricos. Experiência impar é assistir ao seu depoimento e na sequência mergulhar nas páginas de seu livro “Como quem risca a pedra”, no qual constrói uma narrativa literária a partir de suas memórias juvenis, quando integrou a AP juntamente com Luiz Alberto Manfredini, Celso Gorski e Hamilton Faria.



PAULO SALAMUNI

Idade – 53 anos

Profissão – Advogado

PAULO SALAMUNI é filho da professora Hôda Salamuni e do também professor Riad Salamuni, que em 1985 foi o primeiro reitor eleito da UFPR. Em suas reminiscências de juventude, Paulo Salamuni se recorda da agitação da casa com as reuniões da esquerda progressista que lutava contra a ditadura, da casa vigiada e até invadida em certa ocasião, ‘quando confiscaram a biblioteca do pai’.

De personalidade forte, Hôda Salamuni tinha participação ativa nos movimentos femininos, seja na criação do Conselho da Condição Feminina e no PMDB Mulher. “Com as mulheres aprendi a fazer política na rua”, observa Salamuni, que inspirado pela mãe engaja-se na luta pela Anistia e Diretas Já pela Juventude do PMDB.

“Era um momento rico de retomada das liberdades civis”. Durante o curso de Direito, na PUC, Salamuni conviveu com o Dr. Jorge Karan, e integrantes da resistência do MR-8 e PCB.

Lançou-se candidato a vereador de Curitiba em 1988 e conquistou a 5ª. Suplência. Assumiu o cargo dois anos depois e prosseguiu na carreira política. Ao todo, Salamuni já soma sete mandatos na Câmara de Curitiba, quase ‘sempre na oposição’, como gosta de destacar. Atualmente, é presidente da Câmara pelo Partido Verde e aliado do prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, eleito em 2012 pela coligação PDT/PT.



PAULO URQUIZA

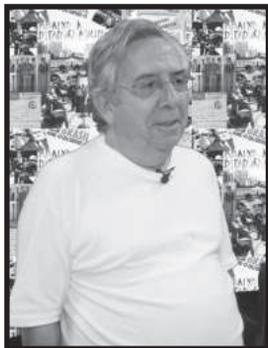
Idade – 61 anos

Profissão – Professor

Os contatos com a esquerda vieram através do irmão mais velho de PAULO ROBERTO URBINATTI URQUIZA, que ajudou na formação de suas convicções políticas progressistas, “sempre radical contra a miséria”. Em 1973, transfere o curso de educação física, iniciado em outra faculdade, para a UEL e se interessa pelo jornal Poeira. “Foi aí que eu comecei minha militância estudantil, participando de diversas maneiras”, lembra Urquiza, que dirigiu kombi, trabalhou no Restaurante Universitário e frequentava os grupos de estudo.

O Poeira era um elemento de aglutinação das esquerdas e foi lá que Urquiza foi apresentado ao pessoal do PCdoB. Em 1975, termina o curso, começa a atuar como professor e participa da APLP, na época presidida por Edezina de Lima Oliveira, a Professora Dego. Em 1978 participa da greve dos professores e intensifica sua militância, agora social.

E foi como professor num assentamento do MST, indicado pelo PCdoB, que Urquiza encontrou ‘o único movimento genuinamente marxista que existe’. Surge o PT e ele rompe com o PCdoB, aderindo a ‘uma proposta revolucionária de tomar o poder pelos núcleos de base’.



PE. ORIVALDO ROBLES

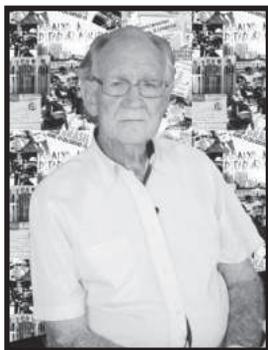
Idade – 72 anos

Profissão – Sacerdote

Em 7 de Dezembro de 1966, ORIVALDO ROBLES é ordenado padre e passa a lecionar Educação Moral e Cívica (EMC) no Colégio Estadual Gastão Vidigal em Maringá. De origem pobre, os pais eram trabalhadores da roça e o seminário era a única alternativa para o filho estudar. A mãe, que era médium, e o pai, pessoa sem convicções religiosas, não entenderam quando ele disse que queria ser católico e ser padre. “Meu pai ficou assustado, mas eu estava decidido”.

Em 1969, a prisão dos padres dominicanos em São Paulo, os relatos de tortura, medo e terror que vinham dos porões da ditadura faz com que Padre Orivaldo tratasse do tema nas homilias de domingo. Foi o que bastou para que a diocese ordenasse o fim das pregações políticas e encerrasse sua carreira no magistério.

“Chegaram a gravar meus sermões para denunciar à Dops”, lembra o sacerdote, que foi acusado de fazer crítica às forças armadas, ser adepto do amor livre e aliciar jovens estudantes, como Francisco Timbó de Souza, para incitar a população contra o regime. Depoimento imperdível para quem quer entender como eram as correlações de valores dentro da igreja católica durante a ditadura.



PEDRO AGOSTINETI PRETO

Idade – 74 anos

Profissão – Advogado

A família de PEDRO AGOSTINETI PRETO chegou ao norte do Paraná para trabalhar na lavoura em Apucarana em meados de 1939, ano do seu nascimento. O envolvimento com a militância política começou bem antes de 1964, já seguindo a orientação ideológica do PCB, dentro da opção de lutar de forma pacífica.

“Eu não acreditava que o comunismo era a solução para todos os problemas. Eu lutava pela liberdade de expressão e pela Democracia”, afirma Pedro Preto, que mesmo militando clandestinamente no PCB, também pertencia ao MDB, a única alternativa de uma militância legal, aberta. Como tesoureiro da legenda em Apucarana, ganhou visibilidade e passou a ser vigiado pela repressão.

Até que em outubro de 1975, Pedro Preto foi preso em casa, de madrugada, na frente dos filhos pequenos. Algemado e com os olhos vendados, ele foi sequestrado pelos agentes que executavam a operação Marumbi e levado para Curitiba para um local clandestino de tortura sem que ninguém soubesse do seu paradeiro.

“Foram sete meses e um dia de cadeia, em que perdi dinheiro, e minha família passou muitas necessidades”, recorda. Apesar da tortura psicológica, Pedro Preto continuou a participar da política após a absolvição do processo. Somou fileiras com o grupo que formou o PSDB, sendo eleito vereador em Apucarana em 2000. “O que se pode fazer numa câmara em que apenas dois fazem oposição? Nada!”, lamenta.

Hoje, Pedro Preto acompanha de perto o mandato do filho, Beto Preto, eleito prefeito de Apucarana pelo PT em 2012. Beto tinha sete anos quando o pai foi preso em casa, de madrugada, pela operação Marumbi.



PEDRO PAULO PERRONI DA SILVA

Idade – 60 anos

Profissão – Jornalista

PEDRO PAULO PERRONI DA SILVA nasceu em uma família humilde em uma favela de Londrina, seu pai fora garçom e músico e a mãe uma liderança comunitária, vinculada aos vicentinos. Na infância e juventude, como a maior parte das crianças brasileiras, Pedro era aficionado por futebol, chegando a jogar no time do Londrina. Porém, também era um amante dos livros, definindo a si mesmo como um “rato de biblioteca”.

Com dezoito anos, em 1972, foi transferido primeiramente para Curitiba e logo para Brasília, a serviço do exército, mais especificamente

na Quarta Companhia do Batalhão da Guarda Presidencial. Na capital, fez curso para cabo e treinamento de contrainsurgência, sendo preparado para o combate à guerrilha do Araguaia. Porém, por razões que desconhece, não chegou a ser enviado ao front.

Cumprido o tempo de serviço militar, trabalhou como bancário e comerciante, até que foi se aproximando do jornalismo, em 1975, como repórter da Folha de Londrina. Na UEL, engajou-se no ME, no processo de rearticulação da UNE e na gestão do DCE, como parte do grupo Poeira. Participou ainda da fundação do CLADH.

As memórias de Pedro Paulo compõem um precioso relato e interpretação da geração que, no final dos anos 1970 início dos 1980, precipitou a Ditadura para seu final.



PEDRO TONELLI

Idade – 63 anos

Profissão – Trabalhador rural

A participação no Grupo dos 11, organizado por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, fez com que o pai de PEDRO IRNO TONELLI viesse para o Paraná militar pelo PTB em Capanema, no sudoeste do estado. A família chega em 1964 para trabalhar na roça e aos vinte e três anos, Tonelli consegue adquirir seu pedaço de terra e começa a viver os dilemas e dificuldades do trabalhador rural.

A partir de meados dos anos 1970, Tonelli começa a participar da Pastoral Nacional da Terra, influenciado pelo grupo que organizava a Assessor no sudoeste do Paraná, entidade que dava apoio aos lavradores, especialmente os atingidos pela barragem da hidroelétrica de Itaipu. “Fiz vários cursos e comecei a me dar conta que era preciso organizar os trabalhadores rurais para enfrentar aquele conflito”, afirma.

Em 1978, passa a estimular a oposição nos sindicatos rurais e, em 1981 disputa ele próprio a direção da entidade de Capanema. Nesse ínterim, Tonelli se envolve na luta pela Anistia e pela liberdade dos presos políticos.

Nesta mesma época, começam a surgir na região Sudoeste as primeiras articulações para a formação do MST, que em 1984 seria

formalizado no 1º Congresso do MST realizado em Curitiba, no Teatro Guaíra. Filiado ao PMDB, ele criticava a falta de representação dos dirigentes sindicais. “A realidade dos trabalhadores só iria mudar se tivéssemos um partido político”, defendia Tonelli, mesmo antes do surgimento do PT.

Filiado ao ‘partido da classe trabalhadora’, Tonelli candidatou-se a prefeito de Capanema e perdeu por pouco. Mas a sua liderança junto aos sindicatos rurais e outros movimentos sociais pela terra garantiu a Pedro Tonelli o primeiro mandato de deputado estadual do PT no Paraná, em 1986, que lhe rendeu a participação na elaboração da Constituinte Estadual promulgada em 1989. “Eu era um deputado sem vereador, prefeito, somente com apoio da base. Eu era o patinho feio da Assembleia”, lembra.

Como resultado de seu mandato, na eleição seguinte conseguiu ser o primeiro deputado federal paranaense do PT na Câmara Federal. “Lá participei do núcleo agrário e, mais importante, fui o voto 338 que aprovou o impeachment do Collor”, afirma com orgulho. No começo do governo Fernando Henrique Cardoso, retorna à atividade agrícola de origem, a apicultura. Em 2002, a convite do então presidente Lula ocupa um cargo na Itaipu Binacional, desenvolvendo um programa de apoio à agricultura e pesca na região.



RAMIRES POZZA

Idade – 63 anos

Profissão – Empresário

A história de militância de RAMIREZ MOACIR POZZA começa no antigo científico quando estudava no Colégio Estadual Gastão Vidigal. Adolescente ainda, começou a ter contato com o pensamento crítico. Lá conheceu o professor Renato Bernardi, que em 1978 foi eleito deputado estadual pelo MDB. “Era uma pessoa preparada, culta, e passou para nós a insatisfação com a ditadura militar”, lembra.

Ramires se integra ao grupo mais combativo do MDB, composto por nomes como Alencar Furtado. “Minha militância se dava

dentro do movimento estudantil, levando a bandeira da liberdade de expressão e pelo fim da ditadura”, rememora.

A participação em passeatas e apoio aos movimentos sindicais e sociais fez com que Ramires ganhasse a atenção, junto com o grupo de esquerda na região, da repressão. “Eu era o orador oficial dos comícios, fazia um ‘esquenta’ antes dos discursos das lideranças”, afirma.

Em 1970, agentes do exército chegam a Maringá e realizam a prisão de militantes do PCBR, entre eles José Aparecido Sforzi, Tarciso Trindade, Laércio Souto Maior, Juvência Batista dos Santos e o próprio Ramires, embora ele não tivesse uma vinculação formal com a organização. Pozza foi levado para Apucarana, enquanto outros foram transferidos para Curitiba. Os detidos responderam a um IPM, tendo como advogado de defesa Antônio Acir Breda.



REGINALDO BENEDITO DIAS

Idade – 50 anos

Profissão – Professor

Professor da pós-graduação de história da UEM, REGINALDO BENEDITO DIAS é um estudioso do período da repressão e da atuação das esquerdas no Paraná, com ênfase no movimento de resistência e enfrentamento à ditadura na região de Maringá. Sua dissertação de mestrado versou sobre a atuação dos integrantes da AP.

O interesse pelo tema surgiu com seu o ingresso na universidade em 1983 e a participação, como militante de esquerda, nas lutas que os estudantes empreenderam para reescrever a história da instituição. “A UEM nasceu no auge da ditadura em 1970 como uma instituição pública, mas que oferecia ensino pago. Nos anos 1980, os estudantes se organizaram e realizaram passeatas, depois os professores e alunos promoveram greves, mas o maior enfrentamento foi a tomada da Reitoria em 1984”, rememora. Inclusive, detalhes deste episódio fazem parte do livro ‘Uma universidade de ponta cabeça’ de sua autoria.

Para o professor, além das bandeiras estudantis, os movimentos da universidade também se somaram à sociedade na luta pela Anistia, Diretas Já e pela instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Acima de tudo, contribuíram para a conquista da gratuidade do ensino na UEM e nas universidades estaduais, convertida em lei em 1987 e efetivada pelo governador Álvaro Dias em 1988.



REINOLDO DA SILVA ATEM

Idade – 63 anos

Profissão – Publicitário

O piauiense REINOLDO DA SILVA ATEM queria ser escritor e poeta e estava treinando para isso quando a efervescência do ano de 1968 o pegou de jeito. “Tudo convidava para o movimento social, em todos os níveis e ambientes, e a juventude apoiava a esquerda na luta por bandeiras estudantis e da sociedade”, reflete.

Apresentado à jornalista Teresa Urban, da POLOP, quando ainda era estudante secundarista, chegou a ser preso junto com os universitários que estavam na Chácara do Alemão preparando o minicongresso da UNE, em final de dezembro de 1968. Porém, Reinoldo só depois do AI-5 começou a participar efetivamente do movimento estudantil e da resistência à ditadura, via POLOP, junto com a ex-esposa Sueli Muniz, a própria Teresa e Antonio Urban.

“Na POLOP queríamos realizar atividades junto à classe operária. Em 1970, por conta das prisões em Curitiba, fujo para São Paulo e vou para o ABC participar confeccionando e distribuindo jornais”, recorda. Permaneceu na clandestinidade, onde teve vários nomes como ‘Alceu’ e ‘Clóvis’, por aproximadamente três anos, até ser preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury. “Ficamos um mês e meio nas mãos dos torturadores e sai vitorioso porque eu não dedei ninguém”, conta.

Para Reinoldo, a decisão de combater a ditadura pela luta armada era ‘suicídio’. “Achávamos um absurdo arregimentar estudantes para morrer no Araguaia. Foi um grande equívoco da esquerda”. Ainda hoje pensa assim.



RENÊ ARIEL DOTTI

Idade – 75 anos

Profissão – Advogado

Em 1958, o curitibano de nascimento RENÊ ARIEL DOTTI obtém o diploma de Bacharel em Direito pela UFPR e inicia sua carreira profissional sem temor quanto às convicções políticas e individuais. “Com o Governo Juscelino Kubitschek vivíamos um período de plena garantia das liberdades individuais”, relembra.

Mesmo após o golpe de 1964, quando o ‘Doutor Dotti’ atuava nos Inquéritos Policiais Militares, os IPMs, na defesa dos presos políticos como estudantes, sindicalistas, jornalistas, entre tantos, ainda havia condições para garantir acesso à justiça aos indiciados, dignidade no tratamento na prisão e visita das famílias. A partir do final de 1968, “a rotina era de temor e terror”.

Em seu depoimento, Dotti fala da difícil convivência com o delegado Ozias Algauer, titular da DOPS e braço da Ditadura no Paraná, da prisão de professor José Rodrigues Vieira Neto, da defesa dos estudantes presos na Chácara do Alemão, do processo dos jornalistas da Última Hora e da atuação no processo de indenização do ex-presos político Walter Pecoits que perdeu a visão de um olho devido às torturas sofridas no cárcere, entre outros casos no Paraná e Santa Catarina.

Fiel às suas convicções, Dotti continuou após 1985 a participar de forma decisiva dos momentos emblemáticos para a construção do ‘novo capítulo da restauração das liberdades individuais’, como gosta de reafirmar. A Campanha pela Anistia (segundo ele ‘uma solução política e não jurídica’), as Diretas Já e o impeachment de Collor tiveram Dotti como um dos principais protagonistas e artífices. Seu depoimento é um testemunho fundamental para entender como funcionavam as instituições brasileiras no período, especialmente o judiciário.



ROBERTO ELIAS SALOMÃO

Idade – 60 anos

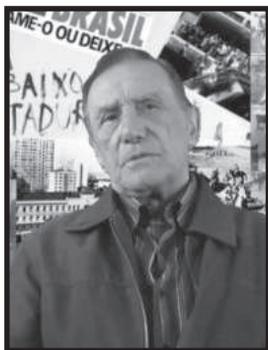
Profissão – Jornalista

Em 1973, o jornalista ROBERTO ELIAS SALOMÃO começa sua militância política em São Paulo, ainda estudante na Escola de Comunicação e Artes (ECA) e sob a égide do governo do general Emílio Garrastazu Médici. Próximo de organizações clandestinas como o PCB, MEP e PO, Salomão tem seu batismo na militância política após o assassinato, em 17 de março daquele ano, do estudante de geologia da USP, Alexandre Vanuchi Leme.

A partir deste episódio, Salomão intensificou sua participação no ME e na luta contra a ditadura. Em 1975, o anúncio da morte do jornalista Vladmir Herzog fez a ECA parar, mobilizando todos os estudantes e professores numa greve que entraria para a história da instituição e do país.

“No começo, eu era base no PCB, mas da linha trotskista”, afirma. Outra morte, agora do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, fez com que Salomão radicalizasse na militância. Por sua participação, foi detido, junto com trezentos estudantes, em setembro de 1977, quando já integrava o movimento nacional pela Anistia.

Em 1980 chega ao Paraná e se junta a Angelo Vanhoni, Cafuringa, Ademir Demarchi, Luiz Fernando Esteche e Silvana Corona para fundar o PT. Por sua vivência como dirigente do partido desde o início, Salomão escreveu e lançou em um livro contando “Os doze anos do PT no Paraná – de 1980 a 1992”.



RODOLFO MONGÉLOS

Idade – 84 anos

Profissão – Aposentado

Paraguaio de nascimento, RODOLFO MONGELÓS LEGUIZAMÓN mora no Brasil há mais de cinquenta anos. Refugiou-se em Foz do Iguaçu, em 1959, alguns anos após o golpe do general Alfredo Stroessner. Perseguido, viu-se obrigado a deixar um importante cargo político que ocupava em seu país, passando a viver do comércio.

O golpe civil-militar no Brasil, em 1964, colocou a comunidade paraguaia refugiada em Foz em uma situação de fragilidade, pois o novo governo brasileiro se acercou da ditadura paraguaia. Assim, os exilados desse país passaram a ser vigiados e cerceados em sua liberdade de movimentação.

Entre julho e agosto de 1969, Rodolfo e Alejandro Stumpf Mendoza foram presos em suas respectivas residências durante a madrugada por militares do batalhão de fronteiras de Foz. Após dezessete dias, foram conduzidos a Curitiba e mantidos inco-municáveis no quartel da PE, acusados de ligação com o MR-8 (DI-RJ) e de planejar atividades subversivas no Paraguai. Após vinte e um dias na capital paranaense, foram transferidos para o CENIMAR, no Rio de Janeiro, e depois para a Ilha das Flores, onde permaneceram por mais dezessete dias, até serem liberados e voltarem a Foz.

Em dezembro de 1974, novo tormento se abateu sobre Mongelós, Stumpf e Anibal Abatte Soley, paraguaios exilados em Foz, sequestrados provavelmente pelo DOI-CODI juntamente com César Cabral. Os agentes da repressão, mais uma vez, queriam saber sobre operações no Paraguai. Antes de uma viagem de trinta horas para um local clandestino em Goiás, onde foram mantidos em condições degradantes, os quatro levaram socos e pontapés e foram submetidos a torturas psicológicas, como simulação de fuzilamento. No destino, novamente, torturas psicológicas e péssimas condições de cárcere.

Suas vidas foram preservadas por supostas ordens do presidente Geisel, influenciado por pressões internacionais. Em troca, não puderam voltar a Foz. Mongelós decidiu residir em Curitiba, onde permanece até hoje. É sabido que, em diferentes momentos os paraguaios atuaram na resistência tanto contra a ditadura paraguaia e brasileira. Os relatos de Rodolfo, Aluizio Palmar e José Carlos Mendes trazem mais informações sobre essa real participação.



ROMEU BERTOL

Idade – 68 anos

Profissão – Médico

ROMEU BERTOL ingressou no curso de Medicina em 1965, assumindo a vice-presidência do Diretório Acadêmico Nilo Cairo nas lutas pela Democracia e contra a ditadura e a implantação do ensino pago. Participou da tomada da reitoria da UFPR e de suas barricadas, em 1968, e do famigerado Congresso de Ibiúna, em São Paulo, onde foi preso.

Filiado ao PCBR, voltou a ser preso em janeiro de 1970, sendo duramente torturado no Rio de Janeiro e em Curitiba antes de cumprir pena no Presídio Provisório do Ahú. Liberto, concluiu seu curso universitário interrompido pela repressão e passou a se dedicar à medicina comunitária.

Seu depoimento é um libelo de denúncia das torturas sofridas, que constituíram violações sistemáticas e vergonhosas dos Direitos Humanos de brasileiros e brasileiras. Bertol é um dos poucos ex-presos políticos do período que consegue contar em detalhes o processo de tortura ao qual foi submetido, aparentemente sem se afetar pelo resgate que faz da memória. Difícil não ser tocado pela sua narrativa.



ROSI VILAS BOAS

Idade – 52 anos

Profissão – Bibliotecária

ROSILEI VILAS BOAS, mais conhecida como Rosi, nasceu em Arapongas em 1961. Segundo ela era uma cidade dominada por uma única família que tinha as principais instituições políticas e administrativas nas mãos. Foi nutrindo uma indignação diante da desigualdade que Rosi, ainda adolescente, chegou a Curitiba para estudar. Na capital, conheceu várias pessoas de esquerda engajadas em movimentos políticos e sociais, na luta contra a carestia, pelo fim da ditadura militar, pela Anistia e democratização do país.

“Nesse período, 1978, filiou-se ao PCdoB e passou a fazer parte da célula de organização da juventude, distribuindo o Jornal Tribuna da Luta Operária. Rosi se casou e teve uma filha. Naquela época, o PCdoB enviava casais para trabalhar e estudar a teoria marxista na Albânia. Rosi, o marido e a filha, partem em 1983 e só retornam em 1985.

“No retorno, foi um choque de realidade, pois conhecemos na Albânia a experiência socialista na prática onde o respeito ao outro é fundamental”, conta Rosi. O casal retornou em um difícil momento da história brasileira, caracterizado por turbulências econômicas e empregatícias, tendo que conciliar militância e luta pela sobrevivência.

Até hoje, a valorosa combatente continua a brandir sua voz em favor da autonomia dos povos, pela paz e igualdade no mundo.



SÉRGIO FARIA

Idade – 64 anos

Profissão – Professor

SÉRGIO ANTONIO BARRETO DE FARIA iniciou sua participação política como secretário do grêmio estudantil do Colégio Militar do Paraná. Esses primeiros passos lhe oportunizaram perceber o peso do golpe que tinha ocorrido no país, quando a peça teatral na qual se envolveu “Os esquizofrênicos” foi censurada.

A partir de 1966, sua militância foi se ampliando para outras frentes, integrando a JEC e a AP, o que repercutiu em sua expulsão juntamente com seus irmãos do Colégio Militar, em 1968. Seguindo as diretrizes construídas coletivamente com seu núcleo da AP, com o qual romperia por divergências ideológicas tempos mais tarde, foi aprovado no vestibular de direito da UFPR, em 1970.

No ano seguinte, intimado pelas autoridades, apresentou-se na DOPS, sendo detido e mantido incomunicável e em condições desumanas por quase dois meses, alternando entre aquela instituição, a PE e a delegacia da polícia civil, no bairro de Santa Quitéria. Após esses dias de tormento, retomou o curso de direito, simultaneamente à faculdade de matemática. De meados da década de 1970 em diante, foi se envolvendo gradativamente com a atuação sindical docente, participando ativamente de diretorias, da organização das greves de professores de 1978 e de 1981 no Paraná e de congressos nacionais.

Sérgio é o segundo mais velho dos quatro irmãos da família Faria que bradaram e cerraram punhos contra a Ditadura e por um país igualitário, pagando com a prisão e tortura por essa valentia. Mesmo assim, não se calou. Interpelado sobre o legado de mais de quarenta anos de militância, Sérgio respondeu que “dever não é algo que se escolhe, mas se cumpre”.



SILVESTRE DUARTE

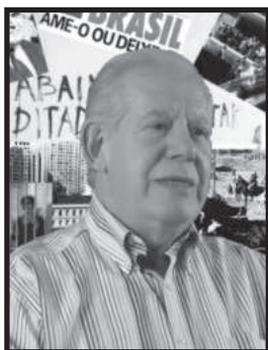
Idade – 63 anos

Profissão – Jornalista

SILVESTRE APARECIDO DUARTE, diferentemente daqueles que iniciaram a militância muito cedo, passou boa parte de sua juventude imerso no universo da contracultura da época, entre a MPB e o rock'nroll. Sua participação política começou efetivamente em meados dos anos 1970, logo que entrou no curso de comunicação social, na PUC.

Então, teve uma atuação aguerrida no ME, no CBA-Curitiba, no MDB e no PCdoB, tornando-se diretor do jornal Tribuna da Luta Operária. Sua atuação política e jornalística, como a cobertura da repressão contra as duas escolas alternativas de Curitiba (Oficina e OCA), renderam-lhe ameaças e várias prisões, desde 1976.

No começo dos anos 1980, desempregado e se sentindo perseguido, em decisão coletiva com a diretoria do PCdoB partiu com sua família para uma tarefa internacional do partido na Albânia socialista. A narrativa de Silvestre além de proporcionar lampejos de uma experiência peculiar na Albânia, cobre um momento importante, mas pouco explorado da militância e da repressão, entre o final dos anos de Chumbo e a retomada massiva das lutas sociais, já no final dos anos 1970.



STENIO JACOB

Idade – 68 anos

Profissão – Administrador

STENIO SALLES JACOB, antes mesmo do golpe, ingressa no ME, presidindo o grêmio de sua escola na pequena Jaguapitã, situada no norte do Paraná. Ao chegar em Curitiba no ano de 1965 para fazer seu curso superior na UCP, procura os membros do DCE e passa a atuar junto a eles e representá-los na UPE.

Antes do AI-5, Eleito em 1967 para a presidência da UPE, Stenio liderou parte da resistência organizada contra a ditadura e suas investidas para privatizar o ensino público e reprimir as entidades estudantis. Participou do Congresso da UNE em Ibiúna, sendo condenado pela Lei de Segurança Nacional.

Stenio protagonizou importantes episódios da história curitibana e paranaense, como a tomada da reitoria da UFPR em maio de 1968, o levante de trincheiras para defendê-la e as bem-sucedidas negociações com o governador de então, que salvaguardaram a UFPR do.

A outorga do AI-5 suspendeu o habeas corpus concedido a Stenio, enquanto respondia ao processo instaurado com sua prisão no Congresso de Ibiúna. Ele foi preso em casa e cumpriu pena no Presídio Provisório do Ahú.

Esta narrativa de uma importante liderança estudantil da época constitui um primoroso relato do movimento mais geral protagonizado pela juventude brasileira e das entidades que constituíram e lutaram para manter. Stenio conta em detalhes o processo de tomada da reitoria da UFPR em 1968 e as negociações com o governador do Paraná para evitar o conflito corporal dos estudantes com as forças policiais e conseguir um desfecho favorável ao ME.



SYLVIO SEBASTIANI

Idade – 84 anos

Profissão – Jornalista

SYLVIO SEBASTIANI nasceu no ano de 1929 em Batatais, interior de São Paulo, e se mudou com sua família para Curitiba, em 1946. Passados pouco mais de dez anos, filiado ao PTB, assumiu a presidência da Câmara Municipal de Toledo. No final dos anos 1950 retornou a Curitiba, envolvendo-se ativamente nas atividades petebistas, no Instituto Brasileiro de Café (IBC) e como funcionário da ALEP (já em 1963).

Ferrenho trabalhista, fez oposição ao golpe desde o primeiro dia, distribuindo folhetos nas ruas, o que lhe rendeu prestação de depoimento ao delegado local. Com a extinção dos partidos, em 1966, ingressou

no MDB, assumindo a presidência da direção municipal curitibana por vários anos e se envolvendo em praticamente todas as disputas eleitorais do período. Junto aos grandes emedebistas do estado, como Léo de Almeida Neves, José Richa e Miguel Buffara, ajudou na consolidação do partido no Paraná, que possibilitou grandes vitórias nos anos setenta, como a eleição de deputados federais e senadores. Em algumas passagens, Sebastiani deixa claro como o governo interveio e adulterou alguns resultados eleitorais insatisfatórios, como em 1968 e 1974. Já no final da década, estreitou laços com Leonel Brizola, participando brevemente de seu partido PDT quando da extinção do bipartidarismo.

Expoente das fileiras emedebistas de Curitiba e do Paraná, desde a concepção desse partido em 1966 até o retorno do pluripartidarismo em 1980, o depoimento de Sebastiani é imperdível para aqueles que procuram se inteirar da atuação do MDB no estado.

Ficam evidentes os momentos de valentia e real oposição, bem como a utilização do partido por alguns como meio de consecução de projetos políticos pessoais. Ademais, as palavras proferidas podem constrianger alguns participantes mais velhos dos recentes pleitos eleitorais, nos quais eles bradam em alto e bom som e mantêm a imagem de intrépidos opositoristas da ditadura, quando sua atuação histórica pode relativizar tais afirmações. É possível perceber nas entrelinhas de seu testemunho, bem como nos livros que publicou sobre o tema, as relações e disputas de poder dentro do MDB, fracionado conforme suas memórias em pelo menos dois grupos: um oriundo do PTB e outro do PDC.



TADEU FELISMINO

Idade – 58 anos

Profissão – Jornalista

Foi através da poesia ‘Expediente’, vencedora de um concurso literário promovido em 1974 pelo jornal Poeira do DCE da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO se aproximou do grupo que agitava o movimento estudantil universitário. Estudante de Direito da turma de 1973,

Tadeu Felismino queria mesmo ser jornalista (ainda não havia o curso de Jornalismo) e com a ajuda do companheiro de militância e amigo Roldão Arruda, consegue o seu primeiro emprego em jornal.

“O Poeira tinha uma redação aberta, onde todos podiam participar das lutas que nos mobilizavam como o ensino gratuito, a livre organização e manifestação política dos alunos, eleições diretas para reitor, somando a luta pela Anistia e o fim da ditadura”, rememora Tadeu. Em torno do jornal circulavam os estudantes independentes, mas também os engajados nas organizações clandestinas como PCB e PCdoB.

O que começou como ferramenta da oposição do DCE para mobilizar os estudantes sob o mote ‘levanta a Poeira, sacode e dá a volta por cima’, transformou-se em veículo oficial do grupo e porta-voz de uma geração. Em 1975, com coragem, o grupo publica matéria denunciando as prisões na região dos militantes do Partido Comunista Brasileiro pela Operação Marumbi, com destaque para a do Professor Nelson Rodrigues dos Santos. A ousadia rendeu perseguição, invasão do DCE e muita pressão sobre os anunciantes do jornal.

No auge do Poeira, em 1976, Tadeu é eleito presidente do DCE. Em Junho, ele, Marcelo Oikawa, Marco Antonio Fabiani e Márcia Fugizawa participam de encontro da UNE em Belo Horizonte. Em Londrina, o grupo do DCE enfrentava a truculência da reitoria que queria impedir a realização de um debate sobre a Constituinte. No final de 1978, o DCE foi fechado e a máquina de impressão do Poeira roubada.

No final dos anos 70, Tadeu já estava cursando Jornalismo quando se integrou às fileiras do MDB, participando da luta pela democratização do país. Em 1982, foi eleito vereador de Londrina pelo PMDB e reeleito em 88.



TARCÍSIO TRINDADE

Idade – 62 anos

Profissão – Professor

JOSÉ TARCÍSIO PIRES TRINDADE tinha 19 anos quando foi preso no trabalho em Maringá por uma equipe do Exército, Capitão Antonio Benedito Balbinotti, durante ofensiva da repressão contra o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) no Norte do Paraná. Da vida tranquila numa família de nove irmãos, Tarcísio Trindade engaja-se na militância estudantil em meados de 1969, muito influenciado pelo irmão Benedito Pires Trindade, que em final de 68 tinha sido preso em São Paulo durante a participação no Congresso da UNE em Ibiúna.

Enquanto Benedito está vivendo clandestino na capital paulista militando pela Ação Popular (AP), Tarcísio passa três meses preso no Quartel do Exército de Apucarana, sofrendo agressões físicas e ameaças, “mas sem tortura forte”, minimiza. “Fiquei numa cela sozinho, testemunhando os gritos dos jovens torturados na madrugada. Queriam saber quem era o cabeça”. Após a prisão, Tarcísio passou um período de isolamento, “uma época difícil para mim e minha família”. A retomada da ‘vida normal’ veio com o ingresso na Universidade Estadual de Maringá (UEM) pra cursar Engenharia, após a absolvição do processo do PCBR, mas a vigilância persistia.

Já formado, Tarcísio ingressa na UEM como docente em 1979. Sua ficha na DOPS já era conhecida da reitoria, pois foi “convocado pelo ‘Tenente Rodrigues’, responsável pelo ‘ASI’ da UEM, para falar sobre a minha militância”, recorda Tarcísio. Mesmo com a advertência, participa da criação da Associação dos Docentes da UEM (Aduem) em 80 e da primeira greve do ensino estadual. Por sua militância, por duas vezes concorre na eleição para Reitor, em 1990 e 2002.



TOSCA ZAMBONI

Idade – 54 anos

Profissão – Bióloga

TOSCA ZAMBONI tinha apenas cinco anos quando o pai, Moacir Zamboni, foi um dos presos políticos da ditadura já em 1964, o que não permitiu que essa experiência e as ressalvas familiares a afastassem das lutas travadas por sua geração. De uma jovem tímida e alheia ao movimento secundarista, transformou-se gradualmente em uma aguerrida militante universitária a partir de 1979, participando da retomada do Diretório Central dos Estudantes e dos enfrentamentos maiores que isso representava: combate ao autoritarismo e em prol da democratização da universidade.

Partindo da luta por um centro acadêmico para os estudantes de Biologia, Tosca em pouco tempo assumiu a presidência do DCE (1981), enfrentando tanto o machismo e o conservadorismo imperantes na universidade de então quanto os desafios colocados pelo regime em seus momentos derradeiros. À frente do DCE, protagonizou uma grande greve dos estudantes em 1981, quando marcharam e depositaram flores aos pés dos soldados, porém foram impedidos de interceptar o presidente Figueiredo, tanto em Curitiba quanto em Londrina.

Sua militância ultrapassou em muito as fronteiras estudantis ao atuar no CDAMA, no movimento feminista, no CBA - CURITIBA, no PCdoB e em manifestações de solidariedade plurais. Um relato rico e envolvente sobre o movimento estudantil e a luta pela afirmação da igualdade de gênero.



VALDIR IZIDORO SILVEIRA

Idade – 70 anos

Profissão – Engenheiro Agrônomo

VALDIR IZIDORO SILVEIRA ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1964 em Florianópolis, onde militava nos movimentos estudantil e sindical, participando das atividades no período anterior ao golpe. No dia 29 de Março de 64, ele e um grupo de estudantes fazem panfletagem com a palavra de ordem ‘A favor de Jango. Contra o golpe’ na ponte Hercílio Luz. “Fomos todos presos, obviamente, fichados, passamos a noite na cadeia e soltos de manhã”, lembra com orgulho. Em seguida ao dia do golpe, foi preso novamente e permanece por 60 dias encarcerado.

Comunista convicto e militante, vigiado e perseguido em Florianópolis, em 1965 Valdir vai para Porto Alegre morar nas instalações mantidas pela Juventude Católica Universitária (JUC) e radicalizou na militância. Termina o científico e nesse momento faz contato com Carlos Araujo, ex-marido de Dilma Rousseff, que estava fundando a Var-Palmares. Já cursando Agronomia, teve uma rápida passagem pela POC, mas passa a fazer parte da rede de apoio à Var-Palmares. “Por seis meses guardei uma mala num apartamento que eu morava. Guardei sem saber do conteúdo. Quando fui ver o que tinha dentro eram os dólares da expropriação do Adhemar de Barros”, conta e completa: “Se eu tivesse sido pego com essa mala, eu não estava aqui para dar este depoimento”.

Com o cerco fechando pela repressão e vários militantes presos, Valdir vai para o Rio de Janeiro em 1970. Depois de três meses, após muitas dificuldades da vida clandestina, volta para Porto Alegre e é preso. “Por ser da rede de apoio, ninguém me conhecia”. Solto em abril de 71, retoma a faculdade de Agronomia e em 72 vem para o Paraná para trabalhar na Acarpa, antiga Emater. “Apesar da ficha na Dops, sou entrevistado por Heinz Herwig, um cidadão correto que deu o emprego e a missão de construir a Copavel, cooperativa de leite de Cascavel”, registra.

No Paraná retoma os contatos políticos com lideranças comunistas como Espedito Rocha e volta a militar no PCB, mas filiado no MDB. Quando veio a legalidade, Valdir integra a comissão provisória do PCB em Curitiba. Participa do segundo mandato do governo de Roberto Requião e como diretor da Clasper promove a luta contra os transgênicos.



VALÉRIA PROCHMANN

Idade – 49 anos

Profissão – Jornalista

O começo da militância estudantil de VALÉRIA BASSETTI PROCHMANN acontece em 1982 quando participa do grêmio estudantil do Colégio Medianeira, em Curitiba. Mas de certa forma, ainda na infância, Valéria já tem contato com a política em sua casa, com a militância na Ação Popular (AP) de seu pai, o médico Régines Prochmann. “Nasci na ditadura, com meu pai enquadrado na Lei de Segurança Nacional e preso. Era um período de muita obscuridade”, relembra.

Vivendo neste contexto, Valéria inicia sua militância quando é convidada para ser representante dos estudantes na União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Participa da campanha que elegeu o governador José Richa, sendo convidada por ele para integrar o Comitê do Primeiro Voto. Em 1984, viaja pelo Paraná com a Caravana das Diretas Já, organizada pelo PMDB, que iniciou com o primeiro e grande comício na Boca Maldita em 12 de Janeiro daquele ano.

Em 1985, já cursando Jornalismo na Universidade Federal do Paraná, Valéria participa da campanha da primeira eleição direta para reitor na UFPR, que elegeu Riad Salamuni. Em 86, chega à presidência da União Paranaense de Estudantes (UPE), a primeira mulher a ocupar o cargo. “Com erros e acertos, dificuldades ou não, a Democracia foi conquistada”, ressalta.



VALMOR WEISS

Idade – 76 anos

Profissão – Empresário

O ex-sargento VALMOR WEISS, nascido em Rio do Sul, Santa Catarina, em 1937, considera o início de sua trajetória política uma viagem que fez para conhecer Curitiba, em 1953. No trajeto de retorno, sentou ao lado de um jovem, Luiz Geraldo Mazza, que foi falando de Marx, reforma agrária, petróleo a viagem inteira. “Quando me separei desse jovem, já me sentia um esquerdista”.

Em meados dos anos 1950 foi trabalhar em Paraíso do Norte e após algum tempo se mudou para Curitiba, inicialmente exercendo o ofício de garçom. Em 1956 começou a servir o exército, realizando cursos e completando seus estudos, alimentando o sonho de seguir carreira. No começo dos anos 1960, passou a acompanhar e se envolver cada vez mais com a vida política, contestando pontos específicos atinentes aos sargentos, como sua condição de inelegibilidade eleitoral na prática e a hospedagem em quartos coletivos dos hospitais e não em quartos individuais. Já próximo do golpe, tornou-se autor de uma coluna do jornal trabalhista Última Hora, dedicada à vida na caserna (Plantão Militar).

“Entre nós sargentos discutíamos muita política em nível de Brasil [...] havia um sentimento nacionalista”. Uma reportagem que escreveu sobre um sargento abandonado culminou na invasão do jornal e no início de seus atritos com a alta oficialidade. Weiss chegou a formar um grupo com outros suboficiais nacionalistas e trabalhistas (Comando Geral dos Sargentos), iniciando algumas articulações fora do estado.

Pressentindo o golpe, elaboraram um plano de resistência, que incluía a tomada do aeroporto Afonso Pena. Contudo, não tiveram tempo de executar o projeto, pois foram presos no 20º RI em Curitiba, nos primeiros dias do novo regime. As péssimas condições carcerárias resultaram na morte de um dos companheiros de Weiss, vitimado por doença transmitida por rato. Foram submetidos a longos interrogatórios, acompanhados de torturas físicas e psicológicas, e transportados de carro com os olhos vendados, para um local desconhecido, possivelmente um navio.

De regresso a Curitiba, Weiss foi largado na cela 310 do Presídio Provisório do Ahu, mantido isolado e incomunicável até que finalmente conseguiu o *habeas corpus*, após várias tentativas infrutíferas. Liberado em meados de 1965, de preso se tornou um perseguido político, pois seus passos foram monitorados por certo tempo e não conseguiu nenhum emprego formal. Nos anos subsequentes se dedicou exclusivamente aos negócios, tornando-se um empresário de sucesso.



VERDI ALVES DA SILVA

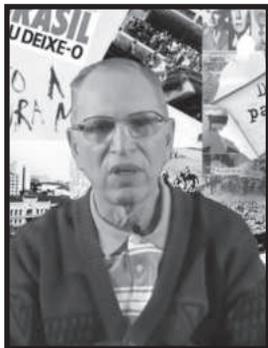
Idade – 76 anos

Profissão – Tecnólogo

O paraibano VERDI ALVES DA SILVA chegou ao Paraná em 1960, depois de uma temporada em São Paulo onde trabalhava como topógrafo. Convidado para fazer um curso de pavimentação, Verdi começou a trabalhar no DER na ligação asfáltica entre Curitiba e Ponta Grossa, conhecida como Rodovia do Café. “Embora não pertencesse a nenhuma organização, já tinha feito as primeiras leituras influenciado por integrantes do PCB que conheci em São José do Rio Preto”, relembra Verdi.

Em Ponta Grossa, onde se estabeleceu, Verdi se filia ao PTB e participa do comitê em apoio à candidatura do Marechal Lot em 1960. Em 63, organizados, lançam Felipe Chede candidato à prefeito e perdem. Quando o golpe acontece, todos do PTB são presos. Verdi se refugia num sítio de um amigo. “25 dias depois, quando já tinham soltado muitos dos presos, voltei para me apresentar ao Exército e me detiveram para ser interrogado”, recorda. Muito conhecido na cidade, Verdi é demitido e se vê obrigado a buscar trabalho em Antonina, onde permanece por cinco anos e continua a militância política.

No final dos anos 70, retorna a Ponta Grossa e participa da luta pela Anistia, soma fileiras com os fundadores do PMDB em Ponta Grossa e ajuda na eleição de José Richa em 1982 para o Governo do Estado.



VICTOR HORÁCIO DE SOUZA COSTA

Idade – 78 anos

Profissão – Aposentado

VICTOR HORÁCIO DE SOUZA COSTA nasceu no bairro da costeira em Paranaguá, no ano de 1935, Victor relembra sua infância, quando jogava futebol e bolinha de gude, e como, já com treze anos, idealizou e presidiu uma liga de futebol juvenil. Sua vida profissional começou aos quinze anos, em uma firma de café. Aprovado em concurso público, logo se interessou e passou a se envolver com a vida sindical, começando a “incomodar os patrões”. Em 1959, foi eleito presidente sindical dos bancários estaduais de Paranaguá e, três anos mais tarde, engajou-se na unificação de sindicatos de diferentes categorias do litoral, fundando o Fórum Sindical de Debates do Litoral Paranaense.

Seguindo suas recordações, até a concepção desta importante entidade, o cenário sindical local fora marcado por intensas disputas, frequentemente envolvendo atos ilícitos, e até homicídios. Além dessa organização e regulamentação das querelas, o Fórum protagonizou importantes ações reivindicatórias, a exemplo de uma audiência com o governador da época, denunciando as péssimas condições de trabalho e empresas fantasmas.

Já na primeira semana do Golpe de 1964, Victor foi preso juntamente com outras lideranças sindicais, permanecendo no cárcere por cerca de dois meses e meio e mantido sob vigilância após a soltura. Lembra que, no calor dos eventos houve reuniões e vários companheiros propuseram resistir para manter o apoio ao governo de Jango e às reformas de base. Na prisão, conviveu com outras lideranças sindicais e políticas, além de trabalhadores.

Seu sindicato ficou sob intervenção e ele respondeu a um processo na justiça comum e outro na justiça militar, sendo absolvido anos mais tarde. Essa perseguição estatal custou seu emprego no Banco do Brasil, o que o obrigou a se deslocar algumas vezes e advogar, como em Ponta Porã, no Mato Grosso e em São José dos Pinhais. Victor foi readmitido cerca de dez anos após sua demissão do banco, reassumindo cargo em Curitiba e, gradativamente, foi se envolvendo novamente na vida sindical, participando de greves e de outras ações.



VITOR MORESCHI FILHO

Idade – 57 anos

Profissão – Médico

VITOR MORESCHI FILHO atuou no Movimento Estudantil no período final da Ditadura, participando ativamente, inclusive como diretor, da reconstituição da União Nacional dos Estudantes. Também se engajou na reconstrução do Diretório Central dos Estudantes da UFPR e do Diretório Acadêmico Nilo Cairo.

Sua luta foi muito além dos muros universitários, integrando brevemente os quadros do PMDB e do PCdoB, e organizações diversas, como o Movimento Ecológico de Curitiba, o o CDAMA e o CBA-CURITIBA.

As memórias de Vitor transcendem essa participação ativa nas lutas de então, permeando o descompasso entre seu aprendizado no curso de medicina e as necessidades das populações carentes, a miséria na região do Contestado, quando ele próprio ainda era uma criança, e os conflitos entre os moradores de periferia e a prefeitura de Curitiba, no final dos anos 1970 início dos 1980.



VITÓRIA FÁRIA

Idade – 68 anos

Profissão – Professora

Desde os tempos mais idos, VITÓRIA LÍBIA BARRETO DE FÁRIA destacou-se como oradora. A segunda de seis irmãos, com a morte precoce do pai em 1965 teve que, desde cedo, conciliar os estudos superiores (história e jornalismo) com o sustento da família, trabalhando como professora particular nas horas vagas. Embora não tenha tido uma atuação constante e direta nas ações políticas protagonizadas pelos quatro irmãos, sempre consentiu com suas

perspectivas, dando suporte como podia. Inclusive, lembra como transformou o Colégio Tuiuti – onde era diretora e nora do dono – em um abrigo para militantes, empregando diversos deles, como seus próprios irmãos.

Em suas palavras, na condição de trabalhadora “arrimo da família”, sua “formação política se deu a partir dos meninos”. “Via, discutia e apoiava irrestritamente seus irmãos e suas ideias, acreditando em suas crenças”. Afora auxílio material, na condição de simpatizante da AP, seu apartamento constantemente era cedido para ser utilizado como “aparelho”.

Ao se formar em história, passou a lecionar em diversos locais, inclusive as matérias de Organização Social e Política Brasileira e Educação Moral e Cívica, sendo uma “professora diferenciada”, sem “nunca cumprir o papel que deveria cumprir nessas disciplinas” ao discutir “o que havia de mais avançado”, como repressão, divórcio e anticoncepcionais. Nos anos 1970, divorciada e afastada do Tuiuti, participou da comissão pedagógica da Escola Oficina. Junto a seu novo companheiro, Gildo Scalco (ligado a AP), foi morar em Belo Horizonte onde criou uma escola alternativa inspirada na experiência de Curitiba e passou a ter uma atuação política mais ativa, engajando-se na fundação do PT.



VITÓRIO SOROTIUK

Idade – 68 anos

Profissão – Advogado

VITÓRIO SOROTIUK, filho de pai farmacêutico filiado e eleito vereador pelo PTB, tão logo entrou no curso de Direito da UFPR, em 1965, passou a atuar no movimento estudantil. Participou das gestões do Centro Acadêmico Hugo Simas, inclusive como presidente em 1967, conseguindo mantê-lo ativo e livre das ingerências do regime e de grupos conservadores. Devido a essa atuação inicial, Vitório ficou trinta dias detido, iniciando seu mandato na cadeia. Ao sair, passou três meses foragido e na clandestinidade, com prisão preventiva decretada.

Em 1968, quando já havia deixado o PCB e se vinculado ao PCBR, foi eleito presidente do DCE da Federal, tomando posse em meio a uma peça teatral, como forma de driblar a repressão. Participou dos malfadados encontros da UNE em Ibiúna e na Chácara do Alemão, sendo novamente preso em dezembro de 1968 e condenado, desta vez cumprindo pena até outubro de 1971. Ao deixar o cárcere, perseguido, exilou-se no Chile já no começo de 1972, ficando lá até pouco depois do golpe que derrubou o governo progressista de Allende. Antes de partir para França e Suíça, Vitório passou quarenta dias detido no Estádio Nacional.

Exilado na América Latina e na Europa, participou de organizações de brasileiros, como o Comitê de Denúncia da Repressão e o CBA na Europa. Trabalhou ainda como falsificador de documentos pelo PCBR no Chile, organizou uma rede de contatos para garantir a entrada clandestina de exilados no Brasil, trabalhou na gráfica do partido socialista francês, onde elaborou e imprimiu um dossiê sobre prisões e torturas no Brasil, e organizou um curso de português, destinando parte dos recursos arrecadados para apoiar presos políticos.

Desde que voltou do exílio no dia 31 de agosto de 1979, Vitório participou ativamente dos acontecimentos políticos no país. Recentemente, foi candidato a vereador de Curitiba pelo Partido dos Trabalhadores, conseguindo uma expressiva votação.



WERNER FUCHS

Idade – 64 anos

Profissão – Pastor

Gaúcho de nascimento, o pastor WERNER FUCHS participou ainda nos anos 1950 do movimento estudantil e do movimento das igrejas luteranas, no Rio Grande do Sul. Após um tempo passado na Índia, mudou-se para o Paraná em meados dos anos 1970, assentando-se no oeste do estado onde passou a atender comunidades de pessoas atingidas por barragens. Foi uma atuação ecumênica junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT) para “salvar população angustiada”. Sua própria paróquia foi ameaçada de inundação e Fuchs

se tornaria uma importante liderança nessas questões, inclusive assumindo o escritório da CPT de Curitiba.

Suas memórias percorrem, detalhadamente, os primórdios do movimento de pessoas atingidas por barragens, que se desdobraria em organizações (Movimento Justiça e Terra e Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste – MASTRO) e mais tarde no Movimento dos Sem-Terra (MST).

A primeira grande concentração teria sido organizada em outubro de 1978, reunindo mais de mil pessoas. Daí em diante seria travada uma difícil negociação com a Itaipu, a fim de conseguir uma indenização justa pelas desapropriações. Seriam bloqueados escritórios da empresa, feitos acampamentos e marchas até Foz do Iguaçu para pressionar a binacional, até que começassem as ocupações de terra e romarias.

Devido a essa atuação, que também contemplou as populações indígenas atingidas por barragens, Fuchs foi um dos últimos a ser processado e responder a um IPM na auditoria da 5ª RM de Curitiba, já após a ditadura, em 1987, tendo sido condenado. Seu processo levou à criação de um comitê de solidariedade. Um depoimento relevantíssimo, sobretudo pela narrativa da situação no oeste paranaense e das arbitrariedades lá cometidas.



WILSON PREVIDI

Idade – 81 anos

Profissão – Aposentado

WILSON PREVIDI é um dos comunistas históricos do Paraná. Integrou a União da Juventude Comunista e em meados da década de 40 já participava de campanhas eleitorais, ajudando a eleger Maria Olimpia Carneiro, integrante do PCB mas eleita pelo PST, a primeira mulher eleita vereadora de Curitiba em 1947. “Eu tinha 15 anos e a vi quebrar tabus com a sua vitória”, relembra. Na juventude, chegou a ser detido duas vezes por pichações.

Previdi era um daqueles militantes incansáveis. Pela sua narrativa, é possível entender como se davam as idas e vindas pelas

idades do estado convocando, mobilizando e organizando ações e eventos, mesmo antes do golpe de 64. Funcionário do Banco do Brasil, ele tem forte atuação no movimento sindical dos bancários, especialmente no interior, em Assai, para onde é designado. É eleito vice-presidente da Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) e por sua participação nos movimentos grevistas, sua permanência na cidade fica impossível. “Não falavam comigo na rua, me isolaram completamente por eu ser comunista”, recorda.

Já casado e com dois filhos, Previdi retorna a Curitiba em 1965 e continuar a militância no PCB. Até 68, ele integra a oposição à direção do Sindicato dos Bancários, mas não participa da chapa “porque o Ministério do Trabalho vetaria o meu nome”. Vencida a eleição em que o advogado Luiz Salvador é eleito presidente, é nomeado diretor de publicidade e integra a gestão. A partir da decretação do AI-5, tudo muda. A vigilância se intensifica, mas a militância clandestina no PCB continua. Sempre tomando muito cuidado, usando codinomes com os contatos que fazia pelo interior e litoral do Paraná, Previdi não chegou a ser preso na Operação Marumbi realizada em 1975. Ele não, mas seu pai, Virgílio, ficou 90 dias preso.

“Particpei de todas essas lutas, de todos os movimentos, Anistia, Diretas Já. Sempre junto com o pessoal do partido e junto com o pessoal de outras correntes também”, afirma Previdi, que ainda hoje faz parte da comissão executiva do PCB como tesoureiro.



ZÉLIA DE OLIVEIRA PASSOS

Idade – 72 anos

Profissão – Socióloga

ZÉLIA DE OLIVEIRA PASSOS já antes do golpe, militava junto ao Movimento Estudantil, acompanhando o curso de teatro organizado pela juventude do PCB, com Walmor Marcelino à frente. Participou da organização do Centro Popular de Cultura e de peças teatrais engajadas, adaptando textos de Bertold Brecht e Albert Camus.

Na faculdade de pedagogia, integrou o Centro de Estudos Pedagógicos, onde era discutido o método Paulo Freire, e inspirada nesse

referencial criou um grupo clandestino no Pilarzinho para alfabetização de trabalhadores. Filiou-se à Ação Popular e, recém-formada, partiu para lecionar no magistério e na universidade em Maringá.

Cumprindo a tarefa pela AP de “integrar-se” junto à classe operária, abandonou a carreira docente para trabalhar em uma fábrica no Rio de Janeiro. Grávida e perseguida foi a Minas Gerais e depois retornou a Curitiba, sendo presa. Após o período prisional, no qual esteve grávida, reassumiu suas funções no funcionalismo público e acompanhou a luta dos moradores de periferia. Seu depoimento é permeado pela tensão entre o indivíduo e a obra revolucionária, trazendo um relato único sobre a gestação no cárcere.



ZENIR TEIXEIRA

Idade – 56 anos

Profissão – Professor

ZENIR TEIXEIRA iniciou a sua militância ainda na adolescência em Pato Branco, Sudoeste do Paraná. Integrou o movimento estudantil, chegando a viajar para Salvador para participar do congresso de reconstrução da UNE. “Lutávamos pela liberdade, contra a escola autoritária e pelo fim da ditadura”, afirma. Em Salvador, faz contato com PCdoB e outras organizações de esquerda e se aproxima da direção da União Paranaense dos Estudantes (UPE), Mário Leal, Geraldo Seratiuk e Pedro Longo.

Zenir intensifica a militância estudantil ao participar por três gestões da direção da UPE, abandonando os estudos e se mudando para Curitiba, onde passa a militar clandestinamente no PCdoB. Em final de 79, vai a Florianópolis participar do protesto pela visita do Presidente General João Batista Figueiredo à cidade.

Participa das campanhas pela Anistia, diretas Já e Constituinte. Em meados da década de 80 se transfere para Jacarezinho e passa a atuar nos movimentos sociais e no apoio aos trabalhadores rurais e sindicatos. Fez parte da comissão que trabalhou pela legalização do PCdoB e até hoje é filiado. Desde 2008, trabalha na Central dos Trabalhadores do Brasil.

FIM ÀS PRISÕES
TORTURAS E ASSASSINATOS.

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera

acontecer.

Geraldo Vandré

